

JOSÉ ANTÔNIO COELHO RECUERO

**INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Política Social, da
Universidade Católica de Pelotas, como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helenara Fagundes

**Pelotas
2008**

JOSÉ ANTÔNIO COELHO RECUERO

**INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Elaine Tomasi (UCPEL)

Prof^a Dr^a. Mariângela da Rosa Afonso (UFPEL)

Pelotas, 28 de julho de 2008.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida e amada esposa, Maira Guedes Piltcher Recuero, que, com amor, preocupação e carinho, incentivou-me e me apoiou diante de todos os desafios enfrentados. Sem o seu amor, esta caminhada teria sido muito mais difícil: “Amo-te! Sempre te amarei! Obrigado, meu amor, por tudo!”

Aos meus queridos Rodrigo, Felipe e Mariana, que suportaram com paciência, compreensão e carinho, os momentos ausentes provocados pela necessidade de estudar. O amor de vocês foi fundamental e contribuiu para ser menos árdua a caminhada.

À minha querida e amada Vó Maria, que tanto fez por mim; ao meu querido, incrível e amado Pai, o qual me fez ser um homem; à minha querida, entusiasta e amada mãe – três pessoas fundamentais na minha vida –, as quais, muito embora não estejam aqui para me abraçar e dar os parabéns, porque estão no gozo da vida eterna, muito contribuíram a fim de eu poder dar mais este importante passo na minha formação: “Obrigado, Vó, Pai e Mãe! Cuidem de mim! Amo vocês!”

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, José Leonardo e Maria Ricardina, por tudo o que fizeram em vida por mim, e, por tudo o que estão fazendo agora, no gozo da vida eterna.

À Prof^a Dr^a Helenara Silveira Fagundes, orientadora deste trabalho, pelo carinho, dedicação, paciência e empenho em me ajudar na sua realização.

À Prof^a Dr^a Elaine Tomasi, por suas valiosas contribuições, preocupação e interesse dispensados.

À Prof^a Dr^a Mariângela da Rosa Afonso, ex-aluna, ex-colega de trabalho e, agora, colaboradora, por sua preocupação, suas pertinentes contribuições, seu interesse e carinho a mim dedicados para que pudesse realizar minha dissertação.

Ao Prof. Lúcio André de Oliveira Fernandes, pelos apartes, pelas sugestões e contribuições detalhadas visando contribuir na elaboração deste estudo.

À Prof^a Teresinha Brandão, por seu grande empenho na revisão textual concernente à língua portuguesa.

Aos meus prezados, entusiastas e queridos professores do Mestrado, Prof^a Dr^a Vini Rabassa da Silva, Prof^a Dr^a Vera Maria Ribeiro Nogueira, Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar, Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz e Prof. Dr. Jovino Pizzi, pela dedicação, carinho e paciência dispensados.

Aos meus queridos amigos Camila e Alessandro Schwonke, pelos vários auxílios prestados, quando sanaram dúvidas, forneceram materiais, ofereceram “dicas”, procederam à formatação, em síntese, foram momentos de intensa solidariedade.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

As crianças e aos adolescentes que participaram e contribuíram, com suas histórias e experiências, conferindo sentido a este trabalho e enriquecendo a minha vida profissional. Por tudo o que fizeram, “meu muito obrigado!”

À diretora da Entidade, Prof^a Marilda Moreno e aos seus auxiliares, por me terem acolhido e facilitado a realização deste estudo.

Nada é impossível, para aquele que ama
(Chiara Lubich)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar se o esporte proporcionado a Crianças e Adolescentes em Situações de Risco (CASR) promove inclusão social. Realizamos, numa entidade pelotense, uma pesquisa qualitativa cuja finalidade consiste em desenvolver atividades esportivas como forma de inclusão social. Para tanto, lançamos mão de duas técnicas, o grupo focal e a entrevista semi-estruturada. Foram convidadas a participar deste estudo dezoito crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 15 anos, selecionados de forma aleatória, e contemplados ambos os gêneros. Baseando-nos nas falas destes, procuramos desvelar se tal propósito — inclusão social por meio do esporte — estava sendo atingido. Os registros coletados foram transcritos, examinados e classificados, emergindo desse material três temas, duas categorias e duas razões. A entidade, de cunho filantrópico, mantém convênios com o Governo Municipal e Federal, contando com os recursos advindos de quatro Políticas Públicas. Alguns deles custeiam essas atividades, enquanto outros destinam-se à manutenção dessas crianças e adolescentes com o intuito de as famílias mantê-las ocupadas no contra-turno escolar. Porém, esse auxílio não alcança regularmente seu destino, sendo o repasse da verba atrasado durante muitos meses, gerando à entidade um grande problema financeiro, o qual, por sua vez, desencadeia, uma gama de outros obstáculos: falta de material, pessoal especializado, qualificado; cancelamento de atividades, oficinas; deterioração da infra-estrutura, entre outros. Conseguimos pelo presente trabalho, desvelar situações que evidenciam ser a inclusão social, por intermédio do esporte, ainda muito frágil, mas, no plano das políticas de inclusão recorrentes à prática esportiva, a análise revela benefícios oriundos das Políticas Sociais. Igualmente, denota a fragilidade dessas políticas na medida em que não existe uma articulação efetiva entre elas. Não obstante sua debilidade na redução das desigualdades, podemos constatar que os programas contribuem a fim de as CASR não utilizarem drogas, permanecerem na escola, preservarem vínculos familiares, bem como manterem sua capacidade de sonhar.

Palavras-chave:

Crianças e Adolescentes em Situações de Risco, Esporte e Inclusão, Políticas Sociais

ABSTRACT

This study aimed to investigate whether the sport provided by Children and adolescents in Situations of Risk (CASR) promote social inclusion. We, in a Pelotensian entity, did a qualitative research whose purpose is to develop sports activities as a form of social inclusion. To that end, we used two different techniques, the focus group and semi-structured. There were invited to participate in this study eighteen children and adolescents, aged between 10 and 15 years old, selected at random, and included both genders. Basing our work on their words, our purpose was to show if it, social inclusion through sport, was being achieved. The records collected were transcribed, examined and classified, three themes, two categories and two reasons emerged from this material. The entity, a philanthropic stamp, maintains agreements with the Federal and Municipal Government, relying on resources derived from four Public Policies. Some sponsor these activities, while others target the maintenance of these children and adolescents with the aim of the families to keep them occupied in counter-round school. However, this aid does not usually reach its destination, due to the money being delayed for many months, generating a large financial problem to the entity, which in turn triggers a range of other obstacles: lack of material, skilled and/or qualified personnel; cancellation of activities, workshops, deterioration of infrastructure, etc. We; through the work, unveiled situations that evidenced to be social inclusion, through the sports; still it is very fragile in terms of policies to include applicants to practice sports, the analysis shows benefits from Social Policy. Also it denotes the fragility of these policies in that there is no effective coordination between them. Despite its weakness in reducing inequalities, we can see that the programs do contribute to CASR, not to use drugs, stay at school, preserve family ties and maintain their capacity to dream.

Keywords:

Children and Adolescents in Situations of Risk, Sport and Inclusion, Social Policies

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMs	Associação Cristã de Moços
ASEF	Apoio Sócio-Educativo Familiar
ASEMA	Apoio Sócio Educativo Meio Aberto
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
CASR	Crianças e Adolescentes em Situações de Risco
CBEE	Conferência Brasileira de Esporte Educacional
CND	Conselho Nacional de Desportos
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPT	Esporte para Todos
FIEP	Federação Internacional de Educação Física
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNCA	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PELDC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PES	Programa Esporte Solidário
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNE	Política Nacional de Esporte
PNPAF-AB	Programa Nacional de Promoção da Atividade Física – Agita Brasil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSIAO	Projeto Serviço Integrado de Amparo e Orientação
PST	Programa Segundo Tempo
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TE	Trabalho Educativo

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 OBJETIVOS — PROBLEMA DE PESQUISA — PRESSUPOSTOS.....	17
1.1 OBJETIVO GERAL	17
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.4 PRESSUPOSTOS	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 ESPORTE: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS.....	18
2.2 ESPORTE NO BRASIL: IMPORTÂNCIA E CAMINHADA	23
2.3 POLÍTICAS SOCIAIS	27
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	31
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS.....	33
3 EXCLUSÃO.....	38
4 INCLUSÃO	42
5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO — CASR	44
6 METODOLOGIA.....	48
6.1 TIPO DE ESTUDO.....	48
6.2 SUJEITOS DO ESTUDO	48
6.3 LOCAL DO ESTUDO	49
6.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	50
6.5 COLETA DOS DADOS.....	50
6.6 REGISTRO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	52
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	54

7.1 PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO ESTUDO	54
7.2 MOTIVOS QUE ESTIMULAM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A SE APROXIMAR DA ENTIDADE	55
7.2.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	55
7.2.2 A Entidade e suas Oficinas	58
7.3 AS VIVÊNCIAS E RELAÇÕES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DENTRO DA ENTIDADE	61
7.3.1 As Dífíceis Relações e Vivências entre Eles e a Entidade	61
7.3.2 A Falta de Comprometimento e Desinteresse dos Profissionais	65
7.4 O ESPORTE E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ENTIDADE.....	67
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES.....	86
APÊNDICE A.....	87
APÊNDICE B.....	88
APÊNDICE C.....	89
APÊNDICE D.....	90
APÊNDICE E.....	91
APÊNDICE F.....	92
APÊNDICE G	93

INTRODUÇÃO

O cenário econômico e social brasileiro é altamente convidativo a que crianças e adolescentes procurem as ruas como refúgio para sua sobrevivência e como fuga da violência doméstica, miséria e do trabalho forçado.

Quando, porém, essas crianças e adolescentes chegam às ruas, tornam-se extremamente vulneráveis. Na prática, ficam mais expostas a todo tipo de violência, acarretando, desse modo, a ampliação de graves riscos ao se manterem a margem da sociedade e submetendo-se a uma conjuntura de indigna exclusão.

A vulnerabilidade à qual se expõe esse grupo infanto-juvenil, conforme o Ministério da Saúde do Brasil (2006), é a pouca ou nenhuma capacidade do indivíduo ou de um grupo social, decidir sobre sua situação de risco. Por conseguinte, quando tratarmos de vulnerabilidade, neste trabalho, estamos aludindo a essa realidade descrita.

Dessa forma, um outro aspecto dramático, vivido por estas crianças em situação de risco (CASR)¹, consiste na total exclusão social que experimentam ao irem viver nas ruas. A realidade da exclusão não é nova, sempre existiu, em todas as partes do mundo, em diferentes épocas e de diversas formas. Combater esse problema é um árduo, intenso, cansativo e, muitas vezes, infrutífero empreendimento, mas necessário às CASR.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2000), capítulo I, art. 7º, “a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam seu nascimento e o desenvolver-se harmoniosamente em condições dignas de existência”.

Portanto, mencionar o termo inclusão a essas CASR não é senão atuar o preconizado pelo ECA. Embora não conheçam seus direitos, o que esperam daqueles os quais delas se aproximam e tentam ajudá-las são ações concretas a fim de lhes possibilitar o acesso a esses direitos.

De acordo com Boaventura (2007), em face da penosa realidade, para atacar, minimizar e tentar erradicar esses problemas sociais, as várias esferas dos

¹ CASR – Crianças e Adolescentes que se encontram em diversas Situações de Risco.

governos, vêm, no decorrer da história, implantando novas políticas públicas, criando órgãos e fundações, voltadas especificamente a tal questão.

Os governos brasileiros, no decorrer dos últimos 50 anos, vêm enfrentando graves crises na área social, e, visando resolvê-las ou minimizá-las, instituíram várias Políticas Públicas, Políticas Públicas Esportivas e Programas Sociais.

Grande parte das Políticas Públicas Esportivas, disponíveis à população atualmente, foram elaboradas pelo Ministério do Esporte — criado, em 1995, em caráter precário, e, em 2003, em caráter permanente. Elas utilizam o esporte como meio de inclusão social e foram estabelecidas pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (2007) e pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (2007)

A sociedade civil também vem se mobilizando, no mesmo sentido, e trabalha, sobretudo, no vácuo ocasionado pela incapacidade governamental de abordar amplamente a problemática evidenciada. Surgiu, a partir dela, uma considerável gama de organizações não-governamentais (ONGs)² que trabalham com idêntico objetivo das governamentais.

Preocupada com essa conjuntura, também a Igreja que, desde sempre, procurou estar presente e envolvida com a problemática, contribuiu significativamente, por meio de suas ações, para esse contexto ser aplacado. A instituição foi responsável pela criação e subsistência de várias outras entidades, na sua grande maioria, seculares e empenhadas em trabalhar, desde as origens de nossa história, com CASR.

Inquietações como essas, acima expressas, estimularam a realização desta pesquisa, a qual tem por objetivo geral investigar se o esporte praticado em uma dessas organizações, em Pelotas, destinada às CASR, consegue promover inclusão social, de acordo com suas finalidades.

Este trabalho justifica-se, ainda, pela necessidade e importância de investigar se o esporte promove inclusão, porque esta realidade deve estar presente em todos os setores de nossa sociedade.

² **Organizações Não-Governamentais** (ou também designadas **organizações não-governamentais sem fins lucrativos**) são associações do terceiro setor da sociedade civil, que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, e desenvolvem ações em diferentes áreas.

Carmelita Yasbek, (apud SPOSATI, 2006), citando José de Souza Marins, ratifica tal idéia quando assim se manifesta: “[...]. Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão”

O esporte, como sabemos, é uma atividade abrangente, diversificada, de certa forma, de fácil acesso, em especial aos excluídos; um importante instrumento nas mãos de muitas entidades, por isso, cabe-nos estudar e verificar se ele tem, realmente, a capacidade de incluir e propiciar um desenvolvimento saudável e produtivo ao cidadão.

O esporte, no decorrer de nossa história, foi visto, de algum modo, como um meio de inclusão social a uma pequena minoria, e, por isso, a muitas CASR, essa é sua finalidade prioritária.

O presente trabalho, inicialmente, apresenta uma breve história do esporte, no mundo, e o desenvolvimento que este propiciou à humanidade, bem como registra dados sobre realidades construídas sob a influência dessa prática nos vários setores da sociedade.

Num segundo momento, percorremos a história do esporte no Brasil, sua importância e caminhada.

Na seqüência, aprofundamos o conceito de Políticas Sociais e Públicas para que pudéssemos ter em mãos mais subsídios a fim de abordar nosso objeto de investigação.

Após, procuramos identificar e conhecer quais eram as principais Políticas Públicas Esportivas dos últimos governos, as não mais em vigor e as ainda vigentes, com o intuito de conseguirmos alcançar uma visão abrangente do trabalho destas.

Visando fundamentar nosso trabalho, necessitávamos discutir e conhecer mais sobre dois temas muito complexos e hodiernos, ou seja, a inclusão e a exclusão sociais. Reunimos, ainda, os pensamentos e definições de vários autores que tratavam do tema inclusão e, com base neles, formulamos um conceito que norteou nosso estudo.

Tivemos que conhecer a aprofundar, um pouco mais, sobre quem são consideradas as CASR³ e discorrer sobre elas. Esses aspectos embasaram o trabalho e subsidiaram o referencial teórico para responder às questões levantadas.

³ Conceito de CASR adotado neste trabalho – É uma definição difícil, mas, consideraremos aquela criança que passa por privações de ordens diversas, que não possui condições de uma vida digna, que não possui acesso a uma estrutura familiar equilibrada, que sofre algum tipo de exclusão (falta de

Com o objetivo, ainda, de atingir nossos propósitos, realizamos uma pesquisa qualitativa, servindo-nos da técnica de Grupo Focal e de uma Entrevista Semi-Estruturada com a Direção da entidade selecionada, atendendo sempre a todos os preceitos éticos dispostos na Lei.

A partir de então, procedemos à coleta dos dados, ao registro e sistematização destes. Em seguida, analisamos e discutimos os resultados, abordando e discorrendo sobre os temas, as categorias e razões que emergiram na pesquisa, respondendo aos questionamentos levantados por nosso estudo.

acesso a escola, falta de alimentação adequada, falta de lazer, falta de acesso a cultura, a vestuário, a assistência médica, a medicação, ...). Crianças que sofrem abusos, estão expostas a todo tipo de violência, maus tratos, negligências, obrigadas a realizar trabalhos infantis, pedir esmolas, crianças que estão na iminência do uso de drogas, que estão à margem da sociedade, ou que, tenham suas necessidades básicas não atendidas, independente de sua condição social ou econômica.

1 OBJETIVOS — PROBLEMA DE PESQUISA — PRESSUPOSTOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Investigar se o esporte, na entidade selecionada a este estudo, promove a inclusão social de crianças e adolescentes em situações de risco.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos desta pesquisa:

- ✓ traçar o perfil das CASR que freqüentam a entidade;
- ✓ conhecer a prática esportiva desenvolvida pela entidade;
- ✓ explicitar como a pratica esportiva se insere no Projeto Pedagógico da Entidade;
- ✓ identificar como o esporte pode contribuir para que ocorram mudanças positivas na vida das CASR atendidas pela entidade.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

As entidades filantrópicas que, em geral, trabalham com o esporte como meio de inclusão social, carecem de profissionais especializados, material esportivo, instalações e infra-estrutura adequadas, tornando o esporte, devido a essa carência, muitas vezes, uma atividade física, de lazer ou mesmo de recreação.

Dessa forma, nos propomos a investigar a prática esportiva desenvolvida na entidade por nós selecionada tentando responder ao questionamento: como o esporte pode ser concebido como um meio de promover a inclusão social?

1.4 PRESSUPOSTOS

- ✓ O esporte não é um meio de inclusão social porque as condições ao seu desenvolvimento impossibilitam se atingir tal inclusão.

✓ O esporte na entidade está desvinculado do Projeto Pedagógico e, por conseguinte, não viabiliza a inclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESPORTE: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS

A relação do homem com o esporte tem sua origem marcada pelos primatas, quando estes tinham de fugir dos animais predadores, lutar pela conquista de áreas, sendo essa atividade física humana considerada a mais antiga forma de esporte.

A prática desportiva teve seu início, segundo a Universidade do Esporte (2007), com os antigos egípcios, babilônios, assírios e hebreus. São vários os monumentos descobertos que atestam tal prática. Neles, encontramos explícitas cenas de luta, jogos de bola, natação, acrobacias e danças.

Há um curioso fato entre os egípcios: por volta de 2.700 A.C., eles praticavam o combate corpo-a-corpo e a luta com espadas, com fins bélicos e militares, e não esportivos, conforme constatou Valente (1994).

Na sociedade egípcia, aprimorar e desenvolver o vigor físico do soldado, além de representar mais chances de vitória nas batalhas, servia igualmente para demonstrar a superioridade de um povo sobre o outro. Interessante notar que, nos dias de hoje, essa questão de valer-se do esporte como meio de provar a superioridade de um povo sobre o outro permanece muito viva entre nós. É por ocasião dos grandes eventos esportivos, a exemplo dos Jogos Olímpicos e Campeonatos Mundiais, que podemos observar as formas de determinados povos, ainda hoje, praticarem o esporte e a maneira de o tratarem, vale dizer, é um modo de demonstrar e reafirmar a superioridade de seu sistema político, seus valores sociais e de sua cultura, em síntese, de sua raça sobre as outras.

Os gregos e os persas, segundo Valente (1994), foram os pioneiros em realizar a sistematização da prática esportiva, tendo sido os gregos ainda os primeiros a atingir um alto grau de civilização. A Filosofia, assim como a Lógica, a Arquitetura, a Educação Física e as Artes estão entre as principais heranças deixadas ao mundo moderno.

Na Grécia Antiga, o esporte pela primeira vez ocupou um lugar de destaque, e, a Educação Física abandonou o campo militar para se tornar motivo de distinção

social. Para os gregos, a prática esportiva era causa de orgulho entre os cidadãos. Inclusive, a alguns grandes pensadores da época — Aristóteles e Hipócrates —, o valor dos exercícios físicos, a educação do corpo, deveria preceder à do intelecto.

Na Idade Média, Nascimento (1997), considera que o Cristianismo exerceu grande influência sobre a prática da atividade física. A doutrina cristã sustentava ser mais importante a purificação da alma do que a do corpo, e, portanto, naquele período, o esporte principiou uma fase de intensa estagnação.

Nos séculos XVI e XVII, com o advento da Renascença e o surgimento do Humanismo, Moraes (2008) salienta que, a Educação Física praticamente passou a ser revivida. Ocorreu uma grande explosão da cultura física, música, ciência, literatura e das artes. A beleza do corpo, tida como pecaminosa na Idade Média, foi novamente explorada.

Naquele tempo, notabilizaram-se grandes artistas, como Leonardo da Vinci (1452-1519), com suas famosas e admiradas obras, e Michelângelo Buonarroti (1475 - 1564), criador de inúmeras esculturas, dentre elas, a de Davi.

Com Vitório de Feltre (1378 – 1466), houve o retorno da Educação Física Escolar, e, em 1423, ele fundou a escola "La Casa Giocosa" cujo conteúdo programático incluía os exercícios físicos (MORAES, 2008).

O Iluminismo, um movimento contrário ao abuso do poder no campo social, surgido na Inglaterra, no século XVII, desencadeou novas idéias. Como destaque daquela época, os alfarrábios apontam Jean-Jaques Rousseau (1712-1778) e Johann Pestalozzi (1746-1827).

Reiterando as palavras de Moraes (2008), podemos afirmar que foi Rousseau o defensor da Educação Física como necessária à educação infantil, e Pestalozzi, o grande precursor da escola primária popular, cuja atenção focava-se no desempenho correto dos exercícios.

No século XVIII, lembra-nos Sergio (2002), foi que vimos despontar as grandes figuras da Educação Física, Jahn Ling e Amoros. Nesse mesmo período, emergiram as bases dos conceitos modernos de esporte na Europa e, com isso, a Educação Física voltou a ser sistematizada, sendo designado, pela primeira vez, o termo "Educação Física".

Com a chegada do século XIX, sobreveio a reforma dos conceitos desportivos, com a definição das regras para os jogos, ocasionando, a partir disso, a padronização dos regulamentos das disputas e favorecendo a internacionalização

do esporte. A despeito de tais mudanças, a primeira metade do século XIX foi marcada por um desenvolvimento lento do esporte. As guerras mundiais, a revolução comunista e o “*crack*”⁴ da Bolsa de Nova York acarretaram dificuldades ao treinamento de atletas e à realização de competições.

Segundo pesquisas da Universidade do Esporte (2007), no fim do século XIX, foram delimitadas três amplas linhas doutrinárias de atividade física:

- ✓ a ginástica nacionalista (alemã), que valorizava os aspectos ligados ao patriotismo e à ordem;
- ✓ a ginástica médica (sueca), muito voltada para fins terapêuticos e preventivos;
- ✓ o movimento do esporte (inglês), introdutor de uma concepção moderna de esporte⁵.

Nessa época, houve um grande impulso e uma busca pela restauração do Movimento Olímpico, por intermédio de um francês, o barão Pierre de Coubertin, que conseguiu realizar a Primeira Olimpíada da Era Moderna, em 1896, em Atenas.

Igualmente nessa ocasião, surgiram várias modalidades de atividades físicas que deixaram suas marcas e compuseram as novas formas de trabalho da Educação Física contemporânea.

Entre estas modalidades, Tubino (2005) destaca: a Iniciação Esportiva (francesa), a Psicomotricidade e Educação Psicomotora (Wallon, Lê Boulch, Legido, Vitor da Fonseca e outros), o Behaviorismo Pedagógico Americano (objetivos, competências básicas, análise de ensino, etc.), o Movimento Esporte para Todos (Noruega e Alemanha), o Método Aeróbico (Cooper), a Educação Física de Adultos (ACMs – Associação Cristã de Moços), a ênfase em Testes e Medidas, e outras menos influentes.

Na segunda metade do século XX, o esporte foi influenciado por uma nova conjuntura — a Guerra Fria — que estimulava o uso ideológico do esporte, relegando o *Fair Play*”⁶ a um segundo plano.

⁴ “Crack” – Quebra.

⁵ Conceito de Esporte – Os dispositivos da Constituição de 1988 e as legislações esportivas federais promulgadas após a Constituição apontam para uma concepção de Esporte sob o enfoque de fator de promoção social, Esporte educacional – aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade, em busca de um desenvolvimento integral e formação do indivíduo e a sua formação e Esporte de lazer e recreativo em que há prevalência do sentido lúdico, caracterizado pela livre escolha, satisfação e construção de valores éticos e políticos.

⁶ *FairPlay* – Jogo Limpo.

A partir de então, o que passou a importar foi o rendimento, o resultado. Começaram, assim, a ganhar notoriedade os atletas profissionais, os quais se tornaram estrelas e heróis nacionais.

A necessidade, a qualquer custo, de vitórias nas competições desafiaram os governos a reverem suas posições e assumirem novas responsabilidades concernentes às atividades físicas.

Paralelamente a isso então, foram publicados textos os quais, destacavam a necessidade de garantir à população em geral — e não apenas aos atletas — condições que possibilitassem a democratização do esporte.

Na última década do século XX, consolidou-se a idéia de que o esporte é um direito de todos. Logo, grupos os quais até então tinham pouco acesso à atividade física passaram a ganhar mais atenção e ampliou-se o conceito de esporte: esporte participação (lazer) e esporte de rendimento (competição).

Notável contribuição à área esportiva diz respeito à elaboração da Carta Internacional de Educação Física e Esporte — UNESCO⁷ (1978), na qual consta, em resumo, que a prática esportiva e a Educação Física deveriam ser entendidas como direitos de todas as pessoas, constituem um elemento essencial da educação permanente dentro do sistema global de educação, devendo os programas de educação física e desporto⁸ responder às necessidades individuais e sociais.

É ainda na década de 70 que o papel do Estado sofreu alteração, ou seja, ele deixou de ser um tutor das atividades esportivas e passou a se constituir um órgão de investimento em recursos humanos e Políticas Públicas Esportivas. Nesse sentido, são oportunas as palavras de Rocha sobre a função estatal:

A inclusão social e profissional de grupos populacionais minoritários e o incremento de mecanismos e ações procurando uma maior representação política destes, facilitando o acesso aos serviços essenciais (saúde, educação, saneamento) e a outros equipamentos urbanos (transportes, lazer, condições para a prática desportiva etc.) constituem direito inalienável dos cidadãos e devem contemplar as prioridades das ações inseridas nas agendas governamentais (ROCHA, 2002 p.20).

Outra marca significativa, para Tubino (2005), na área da Educação Física e do Esporte, foram os expressivos números de manifestos, declarações, cartas e

⁷ UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁸ Conceito de desporto — é um jogo caracterizado por finalidades agonísticas, que apresenta como propriedade fundamental o exercício físico submetido a uma regulamentação.

agendas, que permitiram a análise acerca dos aspectos evolutivos da Educação Física.

Dentre esses documentos, destacam-se: os Manifestos Mundiais da Educação Física da FIEP (Federação Internacional de Educação Física) 1970 - preocupado em criar uma concepção clara da Educação Física que pudesse nortear seus caminhos, e o de 2000, um documento síntese de tudo o que foi discutido na segunda metade do século XX e proposto pelos fiepianos em todos os quadrantes e continentes. As Declarações das Reuniões de Ministros e Responsáveis pela Educação Física e Esporte, promovidas pela UNESCO (Paris – 1976, Moscou – 1988, Punta del Este – 1994 e Atenas — 2004); o Manifesto do Esporte (1968); a Carta Européia de Esporte para Todos (Comunidade Européia — 1975); a Agenda de Berlin (1999), são todos eles significativos exemplos de documentos, redigidos para a sociedade internacional, que proporcionaram referências para um esporte comprometido com a Educação.

Como podemos notar, o esporte percorreu uma longa trajetória histórica, a qual nos ajuda a entender porque esse fenômeno, surgido há milênios, conseguiu se perpetuar no imaginário do homem, e, conforme salienta Tubino (2005), neste século, fez surgir um novo homem, o “homem esportivo”.

Esse novo homem incorporou a atividade física e esportiva à sua cultura, e a sociedade e os governos perceberam a importância desse instrumento, o esporte, na vida social das populações, isto é, o quanto ele pode ser promotor de emancipação e desenvolvimento. Segundo Rocha (2002), o esporte como ciência e disciplina representam uma verdadeira “ferramenta” a ser usada no esforço para a inserção social do indivíduo excluído.

Baseando-se na história do esporte, na importância que este adquiriu, foram criadas pelos governos, no decorrer das últimas décadas, Políticas Públicas Esportivas com a finalidade de suprir as necessidades da população.

No Brasil, vem-se investindo na área esportiva e, nas últimas décadas, busca desenvolver eventos e campanhas na área do esporte e para tanto se implantaram vários programas, tais como: Programa Esporte para Todos – que tem como objetivo geral, a democratização do acesso a essa prática como meio educacional para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, Programa Esporte Solidário – que tem como objetivo geral, diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e, de jovens e adolescentes carentes, na faixa etária de 10 a 24

anos, pela intensificação da prática desportiva, Programa Nacional de Promoção da Atividade Física “Agita Brasil” – que visa incrementar o conhecimento da população sobre os benefícios da atividade física, chamando a atenção para a sua importância como fator predominante de proteção à saúde, no intuito de envolvê-la na prática de tais atividades, Programa Esporte e Lazer da Cidade – que tem como objetivo promover o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, Programa Segundo Tempo - que têm por objetivo principal, valer-se do esporte para promover a inclusão.

A História evidenciou a relevância do esporte, e os trabalhos, projetos e manifestos, fizeram dele um elemento precioso nas mãos dos governantes.

As notícias na mídia são pródigas em informar que, por meio de tais programas, políticas, de ações da sociedade civil e religiosa, se bem conduzidas, concorrem para disciplinar seus participantes, afastá-los das drogas, diminuir atos de vandalismo, reduzir ações predatórias sobre os bens públicos, etc., oportunizando, por conseguinte, a inclusão social de crianças, jovens e adultos.

Se o poder público, de algum modo, favorece a prática desportiva, esta adquire o “status” inerente a qualquer outro “equipamento urbano”⁹ (saúde, transporte público, educação, saneamento), fundamentais à qualidade de vida do ser humano.

Inserir-se, pois, a prática esportiva na premissa da Organização Mundial da Saúde (OMS) que enfatiza: “saúde não é só a ausência de doença, mas o completo bem-estar físico e mental de cada indivíduo”.

Tais condições só poderão ser plenamente satisfeitas se a todos os cidadãos for proporcionado ou facultado usufruir a totalidade dos “equipamentos urbanos”, ter acesso a eles e incluir, portanto, o esporte ou as facilidades à prática desportiva.

2.2 ESPORTE NO BRASIL: IMPORTÂNCIA E CAMINHADA

Segundo Arantes (1995) e outros pedagogos da Educação Física e do Esporte, a contribuição do esporte, no que respeita à socialização das crianças, vem

⁹ Equipamento Urbano – são considerados como tal os vários elementos como: os meios de transporte público, o acesso a saúde, a educação, o saneamento, enfim todos os componentes básicos e fundamentais para proporcionar qualidade de vida ao ser humano.

sendo utilizada como justificativa para a inclusão da Educação Física nos Currículos Escolares, e tem sido muito mais realçada do que no passado.

As considerações tecidas indicam que a criança, por intermédio do esporte, é capaz de perceber a existência dos “outros” entre ela e o mundo e, para manter a harmoniosa convivência social, é preciso obedecer a determinadas regras, seguir determinados comportamentos (OBERTEUFER; ULRICH, 1977 apud BRACHT, 1997).

As crianças aprendem, também, a conviver com vitórias e derrotas, a vencer pelo esforço pessoal, e, recorrendo ao esporte, a desenvolver a independência e a confiança nelas mesmas e o sentido de responsabilidade e valores. Todas essas ponderações têm em comum o fato de identificarem um papel positivo ao esporte no processo da educação. Ele é um instrumento que permite aos indivíduos de todas as classes sociais, raças e credos experimentar igualdade e justiça social.

O esporte, na cultura brasileira, configura-se um elemento de interação social, agente do processo educativo, mecanismo auxiliar à política de saúde e veículo de promoção do lazer. Pode ser concebido como um instrumento fundamental no auxílio ao processo de desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, ao lhes ensinar o respeito às experiências e expectativas individuais, à democratização do acesso social, aos valores éticos e sociais, ao resgate da cultura esportiva.

No âmbito social, o esporte assume uma função pedagógica no processo de formação do indivíduo, ressaltando-lhe alguns princípios, tais como a disciplina, o respeito à hierarquia e às “regras do jogo”, a solidariedade, o espírito de equipe e outros fatores do desenvolvimento humano.

Marcílio (2002) observa que é necessário a família, a sociedade, o governo e a comunidade internacional empreenderem ações visando o cumprimento dos direitos de todas as crianças, de maneira sustentável, participativa e não-discriminatória.

O esporte é um direito de todos, na infância e na adolescência. Ele compreende as atividades praticadas nos sistemas de ensino e as vivenciadas nas associações esportivas, devendo, porém, evitar-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus participantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo.

Encontramos alguns importantes fundamentos, que possibilitam o desenvolvimento integral e a formação educacional esportiva, referidos na Conferência Brasileira de Esporte Educacional — CBEE (1996, p.6): “co-educação; participação; cooperação; emancipação; inclusão e co-responsabilidade”.

De acordo com Morin (2003), a educação deve desempenhar um papel crítico-transformador comportamental. Para tanto, o esporte¹⁰, como ação educativa, igualmente deve propor uma modificação integral no indivíduo.

No Brasil, comumente, a prática esportiva é desenvolvida nos e pelos clubes; por consequência, as vagas destinadas às atletas são escassas. Idêntica dificuldade de acesso reflete-se nos níveis superiores: atingir as escolinhas e, posteriormente, as equipes amadoras e profissionais dos clubes é muito raro. Quando isso acontece, o atleta não raro tem de escolher entre prosseguir seus estudos ou se profissionalizar.

A prática esportiva competitiva, em nosso país, não só separa educação e desporto¹¹, como também os coloca em oposição. Para se atingir, portanto, determinado nível nessa atividade, é necessário que se abandonem os estudos, ou seja, escolha-se entre uma ou outra.

Werthein (2002) explica que essa oposição existente na atividade esportiva, no Brasil, é decorrente dos procedimentos adotados ao seu desenvolvimento, os quais não contaram com a participação efetiva do Estado. Trata-se de opções, que foram sendo feitas, naturalmente, durante o processo de organização do esporte em território nacional, culminando no atual modelo.

Na década de 1980, o poder executivo começou a empreender esforços no sentido de desenvolver o esporte no País, numa tentativa muito precisa de substituir esse modelo. Inicialmente, de forma improvisada e não muito clara de agir, mas, a partir da década de 1990, com o envolvimento das empresas estatais, o trabalho começou a apresentar resultados significativos.

Coube a essas empresas patrocinar o desenvolvimento do esporte brasileiro, porque, como não existia uma política governamental consistente no que

¹⁰ Esporte – podemos dizer que é uma atividade metódica e regular associada a resultados concretos no que se refere à gestos e mobilidade dos indivíduos.

¹¹ Desporto - implica regras, jogo, competição, mesmo que seja só de lazer ou recreação. Com exceção daqueles desportos em que não se pratica atividade física, como o xadrez, o bridge, etc., pode-se dizer que todos os desportos implicam atividade física, mas nem toda a atividade física implica a prática de desporto.

tange ao desporto, e, dada à demora de conscientização da iniciativa privada, esse apoio foi ampliado, igualmente, às modalidades amadoras.

Assim, Petrobrás, Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Embratel e Vale do Rio Doce (as duas últimas ainda como estatais) foram e ainda são, em grande parte, responsáveis pelos investimentos destinados ao basquete, vôlei, handebol, à natação, vela e a outros.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério dos Esportes foi responsável, em 2003, por aplicações de R\$ 200 milhões na área, e as estatais, de R\$ 250 milhões. (ALVES e PIERANTINI, 2007)

O grande problema de tal empreendimento reside no fato de que, na maior parte dos casos, ele voltou-se às seleções brasileiras principais de cada modalidade, em alguns casos, nas seleções de base, enquanto as demais categorias dos esportes amadores foram praticamente “abandonadas”, sofrendo todo tipo de obstáculo inerente a condição de esportes sem apoio.

No Brasil, a atividade esportiva carecia de regulamentação, porém, com o advento da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217 (BRASIL, 1988), houve, pela primeira vez, a preocupação de normalizar oficialmente esse tipo de prática, conforme os preceitos abaixo, a saber:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I _ A autonomia das Entidades Desportivas dirigentes e Associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II _ A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do Desporto Educacional e, em casos específicos, para a do Desporto de Alto Rendimento;

III _ O tratamento diferenciado para o Desporto Profissional e o não Profissional;

IV _ A proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º. _ O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após se esgotarem as instâncias da Justiça Desportiva, regulada em lei.

§ 2º. _ A Justiça Desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º. _ O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. Uma vez regulamentada as questões relativas ao Esporte no Brasil, mesmo com a nova Carta Magna, não foi prontamente regulado. O Ministério do Esporte foi criado apenas em 1995, em caráter extraordinário, praticamente sete anos depois de entrar em vigor o mais importante documento legal da Nação (BRASIL, 1988).

Para que ficasse evidente a necessidade da criação de um Ministério do Esporte, permanente, cuja existência não dependesse das nuances da política brasileira, foram necessários outros oito anos, ou seja, apenas em 2003 essa realidade consolidou-se.

Tubino (2001) adverte que todos esses anos transcorridos ao surgimento de tal órgão demonstram a grande falta de reconhecimento existente quanto aos méritos do esporte ao País.

2.3 POLÍTICAS SOCIAIS

Uma tarefa bastante complexa reside em caracterizar Políticas Sociais, devido às muitas definições em vigor, aos intensos debates em busca de uma conceituação razoavelmente precisa e clara e, também, muitas vezes, ao fato de as Políticas Públicas e Políticas Sociais serem vistas como sinônimas.

A fim de conceituarmos Política Social, servimo-nos de Pereira (1997 apud LUSTOSA, 2005), reconhecida pesquisadora na área, que nos explica:

Política Social é um processo que vai se dando no interior da necessária reciprocidade entre a determinação econômica e a vontade política de classes e grupos sociais antagônicos, face àquela determinação, mediante a pressão diferenciada junto ao Estado por mudanças que lhes sejam particularmente favoráveis.

Para a autora, a Política Social é uma mediação entre as necessidades de grupos de pressão e interesses e as exigências do sistema econômico de produção. Da mesma forma que as Políticas Públicas têm como objetivo a solução de situações-problema, as Políticas Sociais objetivam solucionar os conflitos de um grupo de atores sociais o qual constitui a sociedade.

Assim, Política Social pode ser entendida como toda ação do Estado que incide em determinado aspecto a ser abordado. As ações dessa política são determinadas pela autoridade do poder público e vão incidir na sociedade, na coletividade, e não tão-só no indivíduo, visando à proteção social.

Outros aspectos importantes com relação às Políticas Sociais são: De onde parte a ação? Por quem é formulada a Política Social? Qual o poder de representação e força que exercem os atores envolvidos no conflito?

Diante de tais questionamentos, podemos analisar se as políticas sociais serão constituídas por ações voltadas aos que necessitam de proteção social ou

não, pois difere muito uma política formulada por tecnocratas ou pela elite dominante de outra formulada de modo democrático, com a participação de todos os envolvidos.

Em face do acima expresso, torna-se imperativo saber qual a força e a capacidade de os atores sociais negociarem suas posições para a inclusão de uma política social na agenda pública. Muito embora, conforme Lustosa (2005, p.6), o papel das políticas sociais seja “o de compensar as debilidades de alguns indivíduos membros da sociedade, numa atitude de respeito às necessidades dos mais carentes”, muitas vezes, não é o que ocorre e, por isso, elas não atingem sua finalidade.

Outra questão a ser tratada diz respeito à proteção social, a qual se tornou muito comprometida a partir de momento em que o neoliberalismo passou a determinar as ações, políticas sociais e econômicas dos países em desenvolvimento.

Mediante um forte ajuste econômico, embasado em medidas neoliberais, emerge uma visão hegemônica universal sobre as políticas sociais, ancoradas em algumas organizações: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), tal como salientam Pereira, Silva e Patriota (2006). As autoras determinam que as ações de proteção do Estado devem centrar-se na população mais necessitada, ou seja, naquela a qual se encontra abaixo da linha de pobreza.

Dessa focalização das ações do governo, ainda segundo as autoras, surge um estímulo por parte do governo para investir em fundos sociais de emergência, individual e voluntária, por intermédio de organizações não-governamentais e filantrópicas, que passam a ocupar o lugar do Estado, eximindo-o de sua responsabilidade e transferindo a resolução dos problemas sociais à esfera da filantropia.

O Brasil nos anos 90 promoveu uma reestruturação das Políticas Sociais na perspectiva da solidariedade, da focalização e seletividade, da re-filantropização da pobreza e responsabilidade social, redução dos gastos sociais, descentralização e mercantilização dos bens sociais, promovendo assim o desmonte dos direitos sociais, tão duramente conquistados no Brasil.

No atual momento, as ações sociais do Estado limitam-se a políticas compensatórias focalizadas. Tais ações mantêm uma vasta gama de excluídos e ratificam a dissociação entre o desenvolvimento econômico e os aspectos sociais.

De acordo com Draibe (1993 apud PEREIRA, 2006), a Nação vem experimentando, desde a metade do século XX, uma das mais injustas estruturas sociais e um sistema de proteção social frágil, incompleto, incapaz de alterar a desigualdade e exclusão social.

Vivendo sob as bases do neoliberalismo, o País encontrou-se diante de um grande dilema: optar por uma determinada política econômica ou por uma política social que preservasse a proteção social duramente alcançada durante sua história. Vemos claramente qual foi a opção: a do ajuste econômico e fiscal, encaminhando, dessa forma, o intenso desmantelamento das políticas de proteção social.

Mediante tal conjuntura, apenas se fez notar, no Brasil, a ação de políticas focalizadas, que, como o próprio nome lembra, não são abrangentes e acabam por deixar uma vasta gama de excluídos. Lustosa (2005) aponta a problemas sofridos pelas políticas sociais, inviabilizando, pois, qualquer favorecimento de bem-estar e emancipação.

Para tanto, o autor, a princípio, vale-se do relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - ONU/PNUD (1996), com o propósito de mostrar as características do sistema de proteção social: altamente descentralizado; com clara divisão perversa do trabalho entre os setores público e privado de prestação de serviços; profundamente discriminatório e injusto, distante das reais necessidades da grande maioria da população, com marcadas distorções no modo de financiamento, desarticulado, dividido e impermeável ao controle público.

Diante disso, fica claro, que estamos distantes de viver sob a tutela de um Estado voltado a uma ampla e séria política de proteção social.

Porém, conforme Lustosa (2005), alguns passos para a gestão de políticas sociais já estão sendo dados com o intuito de viabilizá-las. São elas:

- a) Descentralização e Desconcentração: processo que começou com a vigência da Constituição de 1988, e cujo objetivo era maximizar os resultados em função de uma maior aproximação com o beneficiário e com a redução da burocratização;
- b) Participação e Poder Local: aspectos que permitem trabalhar conforme o cenário local.

c) Foco no Resultado e na Interdisciplinaridade: importante passo a fim de existir uma preocupação com os resultados alcançados pelas ações desenvolvidas pelo Estado, sendo avaliados segundo o grau de mudança gerado, pela transformação social provocada por determinada ação. Em relação à interdisciplinaridade, deve haver a formação de parcerias, interlocutores e articulação interinstitucional.

Essas, provavelmente, sejam as primeiras iniciativas para configurar novas estratégias na gestão das Políticas Sociais, porém, é necessário entender de que forma, na prática, elas vêm sendo implementadas. São realmente novas estratégias ou velhas propostas com nova roupagem?

Ao se mencionarem os termos descentralização e desconcentração, logo pensamos na autonomia, liberdade de articulação de políticas conforme os atores, no cenário onde se está inserido, assim como nas necessidades locais. Parece, no entanto, que foi transferida a responsabilidade de execução, mantendo centralizado o poder de decidir.

No que respeita à participação e poder local, buscam-se novos canais de participação da sociedade no reconhecimento das exigências específicas, bem como na formulação de soluções. Porém, embora sendo este um grande espaço de construção, ainda não é suficiente para transformar em instrumento de gestão de políticas sociais. Torna-se imperativo questionar se estamos preparados, tanto o poder quanto a sociedade, a compartilhar desses processos decisórios.

Com relação ao foco nos resultados, o gestor das Políticas Sociais deve responder não só pelo que produziu, mas também pelo modo como alterou o problema social. Positivamente associada está a interdisciplinaridade, alcançada pela articulação com diferentes segmentos da sociedade, mostrando serem os conflitos sociais complexos em sua origem, e tornando mais fácil encontrar caminhos para solucioná-los de forma interdisciplinar, e não segmentada.

Quando o estado liberal determinava que o mercado fosse o regulador das relações sociais, já se provocava, desde aquela época, a exclusão social. Porém, no pós-guerra, pela necessidade de amparar estes povos devastados, e, pelo fato de o mercado não estar dando conta dos problemas sociais emergentes, fez-se imprescindível o Estado atuar como interventor garantindo, de certa forma, às elites a manutenção de seu status social e atendendo às exigências sociais. Foi nesse período que surgiu o Estado de Bem-Estar Social.

Todavia, esse grande espaço destinado às questões sociais não resistiu por muito tempo, e, por volta da década de 60/70, quando as economias começam a dar sinais de declínio, sobreveio o neoliberalismo, com o objetivo de reduzir a ação do Estado a um mínimo de proteção social, a impor severos ajustes econômicos, que repercutiram drasticamente na área social, acarretando um grave retrocesso no Brasil.

Neste momento, é assim que nos encontramos: imersos na luta de classes, com um crescimento econômico, desvinculado do social; em um profundo abismo entre as classes sociais; com um elevado número de excluídos da sociedade e incluídos na miséria.

Este é o desafio das Políticas Sociais — a garantia de condições dignas de vida da população, ou melhor, a promoção da cidadania social, vinculada à garantia de direitos sociais, pela presença ativa do Estado, com a efetividade de tais políticas.

Certamente, as Políticas Sociais não resolvem todos os problemas, muito menos quando não conjugadas entre si e/ou com outras políticas. Foge de seu controle e capacidade reduzir níveis tão elevados de pobreza e desigualdade social, especialmente se as dificuldades são tantas, pois o meio político e econômico onde estão inseridas é o de baixo crescimento social, forte desemprego e fragilização das relações de trabalho. Todas essas situações debilitam as Políticas Sociais, mesmo quando trilham novos horizontes em busca de melhoria e aperfeiçoamento por reformas.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Pereira (1994 apud CARVALHO 2003) é fundamental conhecer o significado do termo “público”, o qual pode estar associado à política, não como uma referência exclusiva ao Estado, mas, sim, como uma expressão vinculada à coisa pública, uma referência a todos os que se encontram sob a égide de uma mesma lei.

Em geral, as Políticas Públicas são reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, por isso mesmo, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas que podem e devem ser controladas pelos cidadãos. Essas políticas expressam a conversão de resoluções privadas em deliberações e ações públicas, garantidas por lei, as quais afetam a todos e aludem ao direito de todos,

distribuindo ou redistribuindo bens e serviços sociais em resposta às necessidades dos cidadãos.

Além disso, tais políticas são resultantes do esforço, por parte do Estado, para solucionar problemas enfrentados pelas comunidades. Neste caso, são oportunas as palavras de Rua (1997 apud LUSTOSA, 2005), que salienta: “as políticas são públicas, não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter imperativo”.

Complementando essa idéia, Lustosa (2005) enfatiza: as Políticas Públicas originam-se das demandas de atores sociais que as direcionam ao sistema político ou à classe dominante, e, de acordo com o papel mais ou menos estratégico dos demandantes na sociedade, pressiona-se o Estado a orientá-las conforme seus interesses. Cumpre questionar, no entanto, qual força e capacidade desses atores de negociar suas posições a fim de participarem dessa inclusão na agenda pública.

Sobre esse tópico, Rua (1997 apud LUSTOSA, 2005), ainda descreve que os obstáculos entre os diferentes atores sociais que convivem em uma mesma sociedade, pode ser caracterizado como situação-problema, a qual pode ser assim entendida: “é aquela que incomoda e gera insatisfações para um grupo de pessoas, podendo ou não se converter em uma Política Pública.” Quando não é absorvida nesse tipo de política, converte-se no que ela designa *estado de coisas*.

Assim, na origem das Políticas Públicas há um conflito a incomodar determinado grupo, gerando, como mencionado, um *estado de coisas*. Paralelamente, existe um outro grupo com interesses contrários. Partindo desse conflito, e, dependendo do poder e articulação de cada grupo, esse *estado de coisas* irá se transformar em uma Política Pública.

Com o propósito desse *estado de coisas* passar a figurar na agenda governamental, é indispensável que atores, em posições estratégicas, provoquem uma ação política ou despertem o interesse político em resolver esse *estado de coisas*, ou ainda, tal *estado* se transformar em uma situação de calamidade, cujo ônus por não resolver a situação seja maior do que o de resolvê-la (RUA, 1997 apud LUSTOSA, 2005).

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS

Conforme Werthein (2002), em um país cujos problemas sociais distinguem-se por serem preocupações centrais dos governantes, é um dever moral e ético exercer a responsabilidade social, principalmente no que tange à democratização do acesso ao esporte e ao lazer para a infância e a adolescência.

Tais preceitos estão presentes no art. 227 da Constituição Federal, no art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Carta dos Direitos da Criança no Esporte, redigida em Avignone.

Os documentos têm como objetivo geral promover a inclusão social de crianças e adolescentes, por meio do esporte, utilizando recursos previstos no art. 260 do E.C.A., e, dessa forma, ampliar o atendimento esportivo no País.

Essa é também uma meta constante nas discussões entre o governo federal e alguns organismos internacionais — UNESCO, ONU e UNICEF¹².

A estratégia adotada pelo Ministério do Esporte, desde 2003, foi a criação de Políticas Públicas Esportivas e Programas que possibilitem a prática do esporte de forma massificada, em diversos níveis e com finalidades distintas, consolidando-se, a partir de então, um papel decisivo do Estado na regulação do setor.

O Ministério do Esporte formulou, no início da sua gestão, uma declaração intitulada Política Nacional de Esporte (PNE), ora em discussão no Conselho Nacional de Desportos (CND).

O documento apresenta o conceito defendido pela Lei 9615 – Lei Pelé, de 1998, segundo a qual o esporte brasileiro é:

- I. Desporto Educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, a sua formação e a prática do lazer;
- II. Desporto de Participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde, educação e na preservação do meio ambiente;
- III. Desporto de Rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei 9615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

¹² UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância.

É marco fundamental desse processo a realização da Primeira Conferência Nacional de Esportes, em 2004, em Brasília, na qual 1.200 delegados, escolhidos em assembleias estaduais e municipais em toda a Nação, discutiram, durante quatro dias, os objetivos, as diretrizes e bases de uma Política Nacional de Esporte.

Em meados do final dos anos 70, foi criado o Programa Esporte para Todos (EPT), com princípios voltados a um movimento de popularização do Esporte.

Essa política pública nasceu na Europa, mais especificamente na Alemanha, e visava, conforme o próprio nome sugere, permitir acesso ao esporte a todos.

Em nosso país, essa Política Pública Esportiva foi estabelecida e financiada pelo Ministério da Educação e Cultura, cujos veículos de divulgação eram uma rede nacional de rádio, uma revista e um programa de treinamento de “animadores” culturais.

A implantação do Esporte Para Todos era justificada pela dificuldade de acesso da maior parte da população ao Esporte, com projetos simples de construção de espaços (praças, ruas de lazer) e propostas de massificação do esporte como meio de favorecer a inclusão social.

No início de 2000, o governo lançou duas Políticas Públicas Esportivas de amplo alcance: o Programa Esporte Solidário (PES), um empreendimento com o mesmo propósito e apelo do EPT, e o Programa Nacional de Promoção da Atividade Física “Agita Brasil” (PNPAF-AB), uma iniciativa do Ministério da Saúde em conjunto com gestores estaduais e municipais do SUS (Sistema Único de Saúde), além de outros setores da iniciativa privada.

O PES, desde a sua implementação, já realizou mais de 25 oficinas em todo o País e dispõe de parceiros, tais quais SESI (Serviço Social da Indústria), SESC (Serviço Social do Comércio) e SENAI (Serviço Nacional da Indústria).

O projeto visa aprimorar o conhecimento da população sobre os benefícios da atividade física, lembrando não só o quanto esta pode se constituir num fator de proteção à sua saúde, como também é capaz de envolver a comunidade nessa prática.

Uma das últimas Políticas Públicas Esportivas que hoje ocupa lugar de destaque no cenário nacional é o Programa Segundo Tempo (PST), idealizado pelo Ministério do Esporte em conjunto com o Ministério da Educação, e destinado a democratizar o acesso à prática esportiva aos alunos matriculados no ensino

fundamental e médio, principalmente em áreas de vulnerabilidade social, por meio de atividades esportivas e de lazer, realizadas no contra-turno escolar.

O programa tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, o bem-estar físico, a promoção da saúde e o desenvolvimento intelectual.

Com o intuito de difundir a prática esportiva em outros segmentos, o Ministério do Esporte optou por buscar parcerias com organizações governamentais e não- governamentais.

Às Prefeituras, é oferecida a hipótese de uma ação conjunta com uma Política Pública Esportiva denominada Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELDC), instituída e gerenciada pela SNDEL (Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer), do Ministério do Esporte.

O referido programa tem por objetivo, em síntese, suprir a carência de Políticas Públicas Esportivas as quais atendam às crescentes necessidades e demandas da comunidade, por intermédio do esporte recreativo e lazer, sobretudo daquela em situação de riscos sociais e econômicos, reforçadora das condições de injustiça e exclusão social a que está submetida.

Às Instituições Cíveis, o Ministério oferece a alternativa de buscar doações ou patrocinadores à efetivação dessas propostas.

Uma conjunção entre o Ministério do Esporte e o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) proporciona a captação de recursos incentivados junto com pessoas físicas e jurídicas, as quais poderão direcionar suas doações às Políticas Públicas Esportivas de sua preferência, aprovadas no Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), conforme disposto no art. 260, do ECA (2000) (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Ao esporte competitivo de alto rendimento foram reservadas duas ações centrais. A primeira concerne à renovação do manancial teórico-legal voltado à organização do cenário esportivo e à estrutura dos clubes. A segunda refere-se ao fato de o Ministério do Esporte ter começado a exigir a adequação das agremiações ao novo Estatuto do Torcedor, documento muito polêmico que forçou a modernização de estádios e exigiu uma maior transparência administrativa por parte dos dirigentes.

Visando ao saneamento dos clubes, o Ministério do Esporte, num segundo momento, propôs ao Congresso Nacional a aprovação de uma nova loteria, a Timemania. Os clubes que aderissem ao jogo reteriam parte da nova receita na

fonte até terem sido pagas suas dívidas com o governo federal. Em contrapartida, seriam novamente abertos os canais a pedidos de empréstimos em bancos oficiais e receberiam parte da receita proveniente da loteria para investimentos.

Uma outra ação do Ministério do Esporte direcionada ao esporte competitivo de alto rendimento é a ajuda direta aos atletas sem ter de passar pelos clubes, como o Programa Bolsa-Atleta, uma importante ajuda financeira, mensal, para os esportistas que não têm patrocínio e disputam competições em modalidades Olímpicas e Para-Olímpicas.

Os valores das bolsas oscilam de acordo com o sucesso dos atletas, sendo mais baixos aos participantes de competições estudantis e mais altos aos reconhecidos internacionalmente. Examinadas em conjunto, as Políticas Públicas Esportivas do Ministério do Esporte apresentam significativas mudanças, novas diretrizes, comprometimento e ações voltadas a todos.

Foi, sem dúvida, a criação de um organismo, ao menos em tese, de caráter permanente, que propiciou a consolidação de políticas e projetos a esse setor. O esporte passou a figurar não apenas em relação às modalidades e competições de alto rendimento, mas também à sua prática de forma recreativa.

Fica ainda evidente a escolha pela integração dessas várias possibilidades, facilitando a associação da prática esportiva com outras áreas-alvo de Políticas Públicas Esportivas Federais como, por exemplo, a educação, a saúde e o trabalho.

Como podemos observar, não são poucas as Políticas Públicas Esportivas disponíveis, os Programas e as Formas de Incentivo que foram e estão sendo implantados no sentido de atingir a todos os cidadãos.

Viabilizar o acesso ao esporte, com efeito, capacitar as pessoas a ingressarem construtivamente na sociedade são objetivos permanentes de todas essas políticas.

Segundo De Lucca (2002), existe uma grande fragilidade nas Políticas Públicas Esportivas Nacionais por diversos motivos: precária comunicação entre as diversificadas esferas de governo; ineficiência da máquina burocrática instalada no Governo Federal — Ministério do Esporte —, que ainda não é capaz de desenvolver políticas eficazes ao setor; o personalismo decorrente do sistema de gestão adotado.

Personalismo, neste caso, deve ser entendido como a formulação de políticas não necessariamente vinculada a governos, mas, sim, a pessoas específicas.

No plano federal, por exemplo, a área esportiva sofreu regulamentação, promulgada, ainda assim, por meio de espasmos, e ligada a políticos e ex-atletas específicos, como a Lei Zico¹³ e a Lei Pelé¹⁴, personalidades então ocupantes de cargos de chefia na administração pública federal no referido âmbito.

De Lucca (2002) alerta-nos ao fato de ser necessário não só reconhecer que ainda são frágeis as instituições públicas responsáveis historicamente pelo esporte no Brasil, como também admitir que as ações individuais ocorram a fim de preencher a lacuna criada pela ausência de uma sistematização no tocante à regulação efetiva dessa área.

A despeito da ineficiência do Poder Executivo, no que tange ao Esporte, o Estado desempenhou um papel relevante, pois desde 2003, pôde reunir, centralizar Políticas Públicas Esportiva e ampliar estudos sobre as atividades esportivas em suas mais variadas formas. Feita a ressalva, não menos significativo é mencionar que não houve, de fato, uma Política Pública Esportiva Nacional consistente ao setor.

Caberia ao Estado, em tese, promover a Gestão do Esporte operada por diferentes Ministérios, de forma integrada, dada a importância que o setor tem para áreas diversas.

A implementação de uma Política Pública Esportiva Nacional eficaz demanda tempo, competência e interesse político de vários setores. Apenas por meio de tais valores é possível estabelecer a necessária articulação dessa política com outras das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social. Enquanto isso não for efetivado, temos de trabalhar com as que se encontram à disposição, pois ao menos, já propiciam um avanço no campo esportivo.

¹³ LEI ZICO - **LEI nº. 8.672**, de 6 de Julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

¹⁴ LEI PELEÉ - **Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

3 EXCLUSÃO

Exclusão é um tema muito atual e também muito estudado nas diferentes áreas do conhecimento. Não raro, é abordado de forma pouco precisa e bastante dúbia. Tentaremos conceituá-lo fundamentando-nos em alguns autores, de modo a obter um melhor entendimento sobre o termo.

Castel (1997) traz à tona a origem da sua noção: que é atribuído a René Lenoir, em 1874, o delineamento do termo “exclusão”, propõe uma reflexão sobre as questões sociais, suscitando o debate e questionamento em torno do assunto. Este, porém, somente a partir dos anos 90, veio a protagonizar o debate entre os intelectuais.

“A exclusão vem se impondo, pouco a pouco, como um *mot-valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado, o jovem de periferia, o sem domicílio fixo, o sem-terra, todos esses são os chamados excluídos” (CASTEL, 1997, p. 15).

O emprego do termo exclusão é uma realidade que centraliza muitas discussões sobre o tema. Existe um grupo considerável de pesquisadores os quais não concordam com essa forma indiscriminada de aplicação da terminologia, inclusive, contestam-na defendendo a idéia de não a banalizar.

Assim, “a exclusão não se trata de um fenômeno marginal referido unicamente à franja dos sub proletários, mas, de um processo em curso, que atinge cada vez mais todas as camadas sociais” (WANDERLEY, 2002, p. 17).

Alguns pensavam ser esse um fato passageiro, típico de países periféricos, no entanto, ele não só passou a fazer parte de uma realidade que atinge a todos, como também se inseriu de tal forma no seio da sociedade, tornando-se, hoje, um problema universal e multifacetado. Desse modo,

Para melhor compreender exclusão se deve entender a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da justiça e a dimensão subjetiva do sofrimento, bem como o aspecto de contraditoriedade, ou seja, a qualidade de conter em si a sua negação e não existir sem ela, isto é, ser idêntico à inclusão (inserção social perversa). A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão (SAWAIA, 2002, p. 8).

No lugar da exclusão, portanto, faz-se presente a dialética da exclusão / inclusão, que, segundo Sawaia (2002), introduz a ética e a subjetividade na análise

sociológica da desigualdade, ampliando as interpretações legalistas e minimalistas de inclusão, baseadas em justiça social, restritas à crise do Estado e à do sistema de empregabilidade. Dessa forma, o termo passa a ser entendido como descompromisso político com o sofrimento do outro, e a dialética mencionada gera subjetividades específicas que incluem desde o sentir-se incluído até o reconhecer-se discriminado ou alvo de preconceito.

Ainda conforme Sawaia, exclusão:

[...] é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão, como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não é uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2002, p. 9).

Muitas situações, atualmente, estão sendo descritas como de exclusão e representam as mais variadas formas e sentidos. Sob esse rótulo, desenvolve-se uma série de manifestações que se apresenta sob a forma de rupturas, vale dizer, rompimentos com o vínculo social. Exemplificam essa afirmação os grupos de idosos, deficientes, desadaptados sociais, minorias étnicas ou de cor, desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de ingressar no mercado de trabalho, etc. Em verdade, essas manifestações denotam a ocorrência de uma saturação e uso indiscriminado dessa terminologia, acarretando a perda de seu real sentido.

Ainda em se tratando de exclusão, os estudiosos ressaltam que, do ponto de vista epistemológico, o fenômeno da exclusão é muito amplo, tornando-se quase impossível conseguir-se delimitá-lo. Muitos tentaram abordar a questão buscando formas de circunscrever a realidade, mas é tão complexo o tema que realmente se transformou numa tarefa inglória.

Outro aspecto essencial para se analisar esse processo excludente consiste na necessidade de contextualizá-lo, cuidadosamente, no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere a fim de que se obtenham conclusões efetivas. Sobre isso é interessante ressaltar:

No campo internacional, a passagem do predomínio do termo pobreza para exclusão significou em grande parte, o fim da ilusão de que as desigualdades sociais eram temporárias. A exclusão emerge, assim, no

campo internacional, como um sinal de que as tendências do desenvolvimento econômico se converteram. Agora — e significativamente — no momento em que o neoliberalismo se torna vitorioso por toda parte, as desigualdades aumentam e parecem permanecer (NASCIMENTO, 1995, apud WANDERLEY, 2002, p.19).

Cabe, ademais, salientar que pobreza e exclusão não podem ser tomadas tão-só como sinônimos de um mesmo fenômeno. Elas estão articuladas, embora pobreza não signifique necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir.

Castel (1997) é um crítico pertinaz das abordagens em geral conferidas à exclusão. Desconfia da heterogeneidade de usos permitida pelo conceito e do perigo representado pela autonomização de situações que só adquirem sentido quando inseridas em um contexto.

Segundo ele, o uso freqüente dessa terminologia resulta das vulnerabilidades decorrentes das transformações que se operam no mundo do trabalho, degradando as relações laborais e os sistemas de proteção correlatos, ou seja, da situação de crise da sociedade salarial.

O autor entende que se pode, por conseguinte, tratar com mais propriedade de expressões como vulnerabilização, precarização, marginalização, procedendo-se a uma distinção cuidadosa dos processos excludentes daqueles outros componentes constituintes da questão social contemporânea na sua globalidade.

A exclusão social é, além disso, um fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de trajetórias da ausência de vínculos: desligamento: integração / não-integração do mundo do trabalho e do mundo das relações sociais. A precarização e instabilidade das correlações do mundo do trabalho formal produzem contingentes populacionais desnecessários. São os “sobrantes”, “descamisados”, todos, com efeito, excluídos permanentemente do mundo do trabalho em função dos rápidos avanços ocasionados pelo desenvolvimento e pela grande quantidade de mão-de-obra mais qualificada.

Logo, “no mundo das relações sociais, a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode acarretar rupturas que conduzem ao isolamento social e à solidão” (WANDERLEY, 2002, p. 23).

Esse problema é global, não se restringe a um grupo ou segmento específico da sociedade. Encontra-se em todas as partes e é muito mais sério do que podemos imaginar, pois incide sobre instituições vitais ao crescimento e avanço da humanidade.

A exclusão, devido às dimensões que vem ganhando, tornou-se a questão social por excelência de nossos dias. Diante disso, Castel (1997), sustenta que é preciso ter um uso reservado para o termo, ou até mesmo substituí-lo por uma noção mais apropriada para nomear e analisar os riscos e as fraturas sociais atuais como forma de desvelar a especificidade de cada uma e de se conduzirem investigações mais precisas sobre os conteúdos que se pretende abranger.

O autor também não especifica a proveniência do conceito. Segundo ele, trata-se de uma qualificação negativa que designa falta, mas, com efeito, oculta a séria necessidade de se analisar a questão positivamente.

O emprego do termo, conforme Castel (1997), ocorre efetivamente em razão de o estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais ser resultante de trajetórias diferentes, pois não se nasce excluído, a não ser em casos muito particulares:

A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao processo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Os novos excluídos são seres descartáveis (WANDERLEY, 2002, p. 25).

O combate a esse fenômeno deve ocupar considerável lugar nas prioridades a quem quiser prover níveis de proteção e necessita romper com várias situações, entre elas: a correspondência entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade que, em geral, são brutais.

Diante de tais considerações, a exclusão apresenta-se como uma temática de extrema complexidade, de difícil trato, necessitando ser trabalhada criteriosa, atenta e criticamente.

É um fenômeno mundial, de dimensão planetária, mas é um problema que pode ser combatido e revisto se houver mudanças em algumas realidades hoje impostas pelo egoísmo humano, pela sua sede de poder, domínio, enriquecimento a qualquer custo e despreocupação com o próximo.

4 INCLUSÃO

A tentativa de delimitar e compreender o que seja inclusão não é uma tarefa muito simples, porém, procuraremos ampliar seu entendimento, sua amplitude e abrangência, fundamentando-nos na visão de outros pesquisadores.

A inclusão, como já mencionado, liga-se intimamente à exclusão e, para Sposati (2006, p.1), “a relação entre exclusão/inclusão identifica a iniquidade da desigualdade”. Além disso, confrontar, nesse binômio, a primeira no seu vínculo com a segunda é expor a análise no patamar ético-político, como uma forma de justiça social, possibilitando a descoberta de novas identidades e dinâmicas sociais.

Notamos, com base nas idéias de Sposati (2006), que o cerne do problema é o homem, o qual, motivado por razões diversas, para atender às questões e exigências pessoais não leva em conta os outros. Sobre isso, o autor assim se manifesta:

Ninguém é plenamente excluído ou permanentemente incluído, não se trata de uma condição de permanência, mas, da identificação da potência do movimento de indignação e inconformismo. A exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma (SPOSATI, 2006, p.2).

Esse parecer é importante porque revela que se trata de um contexto dinâmico, com solução, por isso, não se pode deixar de trabalhar no sentido de reverter o processo ou de se alcançar uma meta específica.

De acordo com Sawaia (2002), temos de levar em conta outros aspectos se quisermos abordar a inclusão. Ela denota a presença do sofrimento no fato de não se estar incluído, evidenciando ser este um elemento que desencadeará forçosamente a discussão do tema no campo da ética social, buscando, assim, respostas e posicionamentos novos.

Órgãos internacionais, como a UNESCO, entendem que a inclusão social é um dos principais agentes da redução da pobreza, e, convencida disso, tem trabalhado arduamente no sentido de reverter essa situação mediante várias iniciativas as quais repercutem no mundo todo, sendo considerado esse um trabalho de valor solidário e justo.

A entidade sugere que se poderá trabalhar no sentido de combater a pobreza e favorecer a inclusão social, diminuindo as desigualdades, por meio de políticas sociais, avaliações, pesquisas, intercâmbio de informações, capacitação de

indivíduos, instituições e comunidades, parcerias com as comunidades acadêmico-científicas e projetos de cooperação técnica.

A pobreza é entendida como um fenômeno amplo que se refere à estrutura de bem-estar e de participação no cotidiano social e engloba diversos elementos — não somente relacionados à falta de recursos — como a desigualdade na distribuição de renda, a vulnerabilidade, a exclusão social, a violência, a discriminação, a ausência de dignidade.

A Unesco Brasil (2007) acredita, ainda, que é necessário fortalecer a sociedade civil valendo-se de políticas que fomentem mudanças reais na qualidade de vida das populações e, a partir de então, seja possível promover-se uma maior inclusão social.

Diante de tal contexto, percebemos que a temática envolve uma discussão de vasta complexidade e exige ser trabalhada de forma veemente, coletiva e embasada em termos científicos, de modo a propiciar, com as diversas ações e programas existentes, uma efetiva, abrangente, e profunda mudança.

As dificuldades para isso são muitas e, freqüentemente, fogem do nosso raio de atuação ou alcance, mas isso não pode nem deve impedir que se continue a atuar de forma intensa, sistemática e eficaz no sentido de se obterem resultados os quais proporcionem acesso populacional à inclusão.

Nesse sentido, as Políticas Públicas Esportivas são um excelente meio para que se trabalhe sob tal ótica e se possa favorecer a muitas CASR a tão necessária inclusão social, por meio do esporte.

Diante do exposto, cumpre definir o que entendemos por essa expressão a fim de dispormos de uma chave de leitura dos fatos a serem analisados.

Entendemos como inclusão social o acesso a uma vida mais digna, pela diminuição das desigualdades, da vulnerabilidade, exclusão, eliminação de todo e qualquer tipo de violência contra as CASR, discriminação, com uma conseqüente melhora da qualidade de vida destas.

5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO — CASR

Especialmente nos últimos anos, a problemática dos Menin@s de Rua¹⁵ tem sido uma preocupação a mais para a Sociedade Civil e as Organizações de Apoio a elas. Uma nova terminologia — mais genérica, mais ampla — favorecendo a acolhida de um número maior de crianças e adolescentes que necessitam de ajuda vem sendo utilizada por especialistas no assunto. Crianças e Adolescentes em Situações de Risco (CASR), essa passou a ser a expressão usual, substituindo a nomenclatura Menin@s de Rua.

Em nosso estudo, adotaremos o novo vocabulário — Crianças e Adolescentes em Situações de Risco (CASR) — quando nos referirmos às crianças e aos adolescentes, que são o objeto de nossa pesquisa.

São vários os motivos que induzem uma criança a procurar as ruas para substituir seu lar, tais como a ausência dos pais em casa, violência sexual doméstica, miséria.

O estudo de aspectos evolutivos de crianças e adolescentes os quais vivem em situação de risco pessoal e social abrange não só a área das Ciências Humanas, como também a da Saúde, e vem crescendo a cada ano.

Segundo Boaventura (2007), estatísticas apontam que apenas 2% das Crianças em Situações de Risco, moradores na rua, realmente não têm família ou algum parente a fim de ampará-los. Outros 92% estão na rua por obrigação de fugir da agressão física cometida pelos pais ou responsáveis, ou por um eventual envolvimento com drogas, ou ainda, por falta de carinho e amor em casa.

Essa conjuntura favoreceu a criação, nos últimos anos, no cenário nacional, de muitas entidades voltadas à reabilitação das CASR e ONGS ao amparo delas.

Muitas dessas organizações trabalham com o intuito de prover educação, moradia e ambiente seguro às CASR, integrando-as, não raro, por intermédio de atividades esportivas.

O Serviço Integrado de Amparo e Orientação — Projeto SIÃO — é uma dessas entidades. Ele desenvolve seu trabalho em Brasília, com o objetivo de amparar e orientar as CASR, proporcionando ao seu público-alvo a oportunidade de

¹⁵ Menin@s de Rua – Expressão utilizada para denominar crianças de rua de ambos os gêneros.

sair das ruas, e inserir-se em um ambiente com toda a estrutura indispensável à sua reintegração na família e na sociedade.

Boaventura (2007) ressalta que uma das maiores dificuldades em se fazer um trabalho adequado e de qualidade são a burocracia para o funcionamento da entidade e a falta de verba, criando obstáculos, muitas vezes, para que se possam desenvolver todos os projetos previstos.

Ainda conforme o autor, das CASR que entram em abrigos, 80% evade por não se adaptarem às normas e regras dos locais, e as 20% que continuam nas organizações são recuperadas satisfatoriamente e reintegradas à sociedade e às suas famílias. Para que essa reintegração ocorra, a experiência mostra que é necessário um trabalho conjunto com a família das CASR, porque não basta que estas tenham mudado: sua família reclama por ser reestruturada e os problemas de origem precisam ser sanados.

Outro trabalho desenvolvido, pela Prof^a. Silvia Koller da UFRGS, registra dados significativos sobre a Resiliência e Vulnerabilidade em Crianças em Situação de Risco Social e Pessoal:

A pesquisa descritiva da observação de atividades cotidianas de vinte crianças em situação de risco, nas ruas da área central de Porto Alegre, apresentou resultados que revelam que as crianças utilizam o espaço da rua para diversas atividades, incluindo tarefas que garantem a subsistência pessoal e, às vezes, da família. Foram também observadas brincadeiras solitárias ou em grupo, demonstrando que, embora estejam em atividade de trabalho, continuam sendo crianças em desenvolvimento (KOLLER, 2006).

Às crianças que vivem ou trabalham na rua, situação de risco implica sofrer as inúmeras conseqüências da miséria econômica e/ou afetiva. Essas crianças crescem, portanto, em meio a condições extremamente indignas, desumanas. Formam-se grupos com características especiais e, em geral, nota-se uma aparência de abandono e uma grande falta de higiene. Elas realizam tarefas humildes visando à sua subsistência e à de seus familiares.

De acordo com o trabalho realizado por Alves (2002), o desenvolvimento dessas crianças em situação de risco ocorre em quatro campos: social, cognitivo, afetivo e físico. Quanto ao primeiro aspecto, o pesquisador explica:

O desenvolvimento social assume características particulares para crianças cujo ambiente principal de socialização é a rua. Sobreviver nesse ambiente implica a criação e o exercício de estratégias variadas, que auxiliem na

obtenção de alimento e abrigo, possibilitando sua sobrevivência e segurança. (ALVES 2002).

Já o cognitivo, segundo Alves (2002) ser compreendido de forma contextualizada. As experiências na rua contribuem ao exercício de diversas habilidades e formas de raciocínio que não são, necessariamente, iguais àquelas descritas em estudos formais sobre cognição, até porque se constata que algumas funções dessas CASR podem ser afetadas pelo uso contínuo de drogas, prática muito freqüente na sua vida. Desse modo é possível afirmar:

O estudo do desenvolvimento emocional de crianças que saem de suas casas e, muitas vezes, preferem viver na rua, tem sido um desafio para os estudiosos da área. Os relatos freqüentes de experiências abusivas na família se contrapõem aos dados que explicitam os riscos da vida na rua aos quais estão submetidas essas crianças. No entanto, além de manterem-se na rua, essas crianças revelaram, em alguns estudos, mais saúde emocional do que seus irmãos que permaneceram junto à família de origem. (ALVES 2002)

Um outro campo, o físico, de certa forma, acaba legitimando o espaço da rua como provedor de subsistência às CASR porque a alimentação obtida na rua e nas instituições é, muitas vezes, mais variada e nutritiva do que a disponível nas suas casas de origem. Porém, a exposição aos mais variados riscos — a violência, os acidentes, os riscos de contágio de doenças e a ausência de abrigos — prejudicam sua saúde física e transformam a rua num local que não lhes possibilita um bom desenvolvimento físico.

A rua é, sem dúvida, um lugar onde às CASR, encontram trabalho, lazer, alimento e diversão. Nos grupos que nela se formam, vivem crianças de diferentes faixas etárias, com níveis de familiaridade — contatos e interações sociais — bastante diversos. Na rua, as CASR desenvolvem a chamada “sabedoria de rua”, ou seja, aprendem a sobreviver nesse espaço, adquirem e usam uma gama de comportamentos específicos a cada situação e contato social que se lhes apresentam.

Tal realidade é observada também por Campos (2007):

As CASR apresentam valores e expectativas que podem ou não ser coerentes com suas estratégias de sobrevivência. Essas estratégias, por sua vez, ocorrem usualmente via interações sociais, possivelmente requerendo um elaborado repertório de habilidades interpessoais.

O estudo desenvolvido pelo autor revela alguns elementos fundamentais ao entendimento relativo ao modo de agir e conviver das CASR.

Na pesquisa, constatou-se:

- a) a rua é utilizada como local de trabalho mais do que como moradia;
- b) as atividades realizadas pelas crianças requerem habilidades interpessoais, sendo mais freqüentes as relacionadas à defesa de direitos, negociação e recusa;
- c) as crianças identificam valores e condutas sociais valorizados, estabelecendo uma ética própria e manifestando desejos de ascender socialmente e transpor a condição injusta em que se encontram.

Diante desse cenário, a problemática relativa às CASR pode ser vista como um dos sintomas mais graves da crise social brasileira, na qual a exclusão é uma marca muito forte. A existência e o aumento sistemático dessa massa populacional comprovam dramaticamente que as garantias prometidas pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente pouco se efetivaram, e o direito de se viver decentemente ainda é proibitivo a muitos cidadãos.

6 METODOLOGIA

6.1 TIPO DE ESTUDO

O tema em análise exigia a realização de um estudo de caso por meio de uma pesquisa do tipo qualitativa, pois necessitávamos observar comportamentos e interpretar a realidade da criança e do adolescente no cenário em que estavam inseridos.

Segundo Minayo (2004) a pesquisa qualitativa no campo da Saúde é um exercício multidisciplinar que requer conhecimentos distintos e integrados, não podendo ser trabalhada por outras realidades sociais.

Esse tipo de pesquisa fundamenta-se nos dados, nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, que devem ser analisadas partindo-se do significado atribuído por estes aos seus atos.

Tal metodologia permitiu associarmos-nos aos grupos a fim de entender os fatos e interpretá-los de acordo com o contexto e objeto do nosso estudo.

Víctora (2000) declara-se contrária à falsa idéia de que a pesquisa qualitativa cabe o objetivo de mensurar dados e afirma que seu intuito deva ser o de facilitar o entendimento do contexto onde o fenômeno ocorre.

Assim, tendo como finalidade compreender as estruturas dos grupos observados, respeita-se a liberdade de seus componentes, ou seja, dos atores sociais, bem como suas interpretações da realidade, do corpo, da saúde/doença, das políticas, entre outros aspectos. Dessa forma, consideram-se as diferentes alternativas, uma vez que foram construídas pela experiência desses grupos em um determinado contexto (MINAYO, 2004, p.156).

Nosso estudo de campo foi realizado com as CASR, por meio da técnica do Grupo Focal. Conhecemos o Projeto Educacional da entidade, e, realizamos uma entrevista semi-estruturada, com a Direção.

Por intermédio de tais expedientes, conseguimos coletar os dados que possibilitaram responder aos pressupostos de nossa pesquisa.

6.2 SUJEITOS DO ESTUDO

As Crianças e Adolescentes em Situações de Risco e a Direção da entidade (Diretora e Coordenadora Pedagógica) constituem os sujeitos de nosso estudo.

O Grupo Focal atendeu aos seguintes critérios:

- ✓ idade — 10 a 15 anos;
- ✓ gênero — ambos os gêneros;
- ✓ escolaridade — não foi levada em conta;
- ✓ adesão — somente com aqueles que concordaram em participar da pesquisa.

A entrevista semi-estruturada foi realizada com:

- ✓ a Diretora da entidade;
- ✓ a Coordenadora Pedagógica.

6.3 LOCAL DO ESTUDO

Com o intuito específico de enfrentar o problema da exclusão social de CASR, foi criada há muitos anos, em Pelotas, uma entidade, de cunho filantrópico, com atendimento exclusivo a essa clientela.

Por uma questão de respeito e credibilidade pelo trabalho nela desenvolvido, esta não será identificada, sendo mantidos, portanto, o caráter confidencial e os preceitos éticos e legais como garantia de sigilo e anonimato.

A entidade atende hoje:

- ✓ aproximadamente 160 crianças e adolescentes, levando-se em conta as dificuldades financeiras e econômicas pelas quais passam;
- ✓ crianças e adolescentes, de ambos os gêneros, na faixa etária dos 7 aos 18 anos incompletos;
- ✓ às CARS, suprimindo suas necessidades básicas de alimentação, saúde e vestuário;
- ✓ às CARS, proporcionando, em especial, apoio pedagógico, orientação profissional e acesso ao esporte como elementos fundamentais no processo de formação educacional e inclusão.
- ✓ às CARS, desenvolvendo seu projeto pedagógico e visando fornecer elementos e instrução à sua vida socioafetiva, esportiva e religiosa.

Com relação à metodologia de ensino, ela procura, de forma dinâmica, viabilizar a construção do conhecimento, valorizando as características e necessidades dos discentes, nos quais todo o trabalho é centrado.

Os alunos que freqüentam a entidade e participam das suas atividades são, em geral, oriundos, principalmente, dos bairros da vizinhança.

6.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Foi solicitada à Diretora do estabelecimento, por escrito, uma declaração (Apêndice E) expressando sua anuência para desenvolver o referido trabalho, assim como a assinatura de um Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D).

Por sua vez, aos pais e/ou responsáveis, instou-se que autorizassem, por escrito, a efetivação desta pesquisa — Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice F).

Às Crianças e aos Adolescentes em Situações de Risco, pediu-se, via Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice F), permissão, por escrito, a fim de se realizar o presente estudo.

Todos esses documentos atenderam aos preceitos éticos e legais, garantindo o sigilo, o anonimato e o direito de desistir de sua participação no estudo a qualquer momento, conforme a Lei 196/96, que trata da pesquisa com seres humanos.

6.5 COLETA DOS DADOS

A fim de coletar os dados da pesquisa, adotamos a técnica do Grupo Focal que, em razão de sua flexibilidade, possibilitou a obtenção de informações qualitativas sobre experiências de vida, afetos, percepções, comportamentos e necessidades dos participantes dos grupos, conferindo uma maior interatividade entre eles, e admitindo, inclusive, a exploração de questões não previstas.

Quanto ao emprego dessa técnica, podemos afirmar, apoiando-nos em Minayo, que:

O grupo focal consiste numa técnica de inegável importância para se tratar das questões da saúde sob o ângulo social, porque se presta ao estudo de representações e relações dos diferenciados grupos de profissionais da área, dos vários processos de trabalho e também da população (MINAYO, 2004, p.129).

Víctora (2000) advoga a necessidade, a fim de a pesquisa ter sucesso, que esta apresente um tópico a ser explorado. Dessa forma, por meio de um tema específico, é possível captar as diferentes visões sobre o tema.

A preparação dos grupos atendeu aos seguintes requisitos.

- ✓ Formamos um grupo de 9 participantes com CASR, na faixa etária compreendida entre 10 e 12 anos, entrevistados no turno da manhã, em 2 sessões de aproximadamente 01h30min, no horário das 10h às 11h30min. Os integrantes foram acompanhados pelo pesquisador, como moderador, e um colega mestrando, como relator, ficaram dispostos em forma de círculo, sem haver distinções de posição.

- ✓ Compusemos um grupo de 9 participantes com CASR, na faixa etária compreendida entre 13 e 15 anos, entrevistados no turno da tarde, em 2 sessões de aproximadamente 01h30min, no horário das 13h30min às 15h. Os alunos, acompanhados pelo pesquisador, como moderador, e um colega mestrando como relator, permaneceram dispostos em círculo, sem diferenças de posição.

- ✓ Iniciamos os trabalhos, por meio de um roteiro prévio, conhecido pelos participantes, com os tópicos delimitados a serem discutidos.

- ✓ Certificamo-nos de que o local proporcionasse excelente privacidade e assegurasse o anonimato.

- ✓ Garantimos sempre a cada participante um tempo determinado para falar, de forma que se facilitasse a participação de todos.

- ✓ Gravamos as sessões em sistema de áudio.

Após cada sessão, foram elaboradas anotações, baseadas no áudio e nas observações, que foram utilizadas no relatório final. Depois da leitura atenta do material, objetivando identificar as informações mais importantes, foram redigidas as conclusões provenientes da técnica aplicada.

Concordamos, pois, com Triviños quando explica:

“Não é possível analisar as informações tais quais elas se apresentam. É necessário organizá-las, classificá-las, e o que é mais importante, interpretá-las dentro de um contexto amplo, para distinguir o fundamental do necessário” (1995, p.170).

Complementando os dados colhidos por meio do Grupo Focal, tentamos compreender de que modo estava prevista, no Projeto Educacional da entidade, a prática esportiva, bem como delimitar as modalidades às quais tinham acesso as

CASR. Além disso, procuramos verificar o entendimento da entidade acerca da inclusão social por meio do esporte. Para tanto, realizamos uma análise do Projeto Educacional, com o intuito específico de desvelar esse entendimento. De posse desses dados, chegamos às conclusões que se somaram às informações coletadas durante a aplicação da técnica.

Finalizando tal coleta, procedemos a uma Entrevista Semi-Estruturada com a Direção, já sugerida em agenda, visando traçar um perfil sobre a compreensão que seus membros tinham sobre o objetivo “inclusão por meio do esporte”, disposto no Projeto, e sobre quais os procedimentos efetivados para atingir essa meta.

Somente após a aquisição dessas informações redigimos as conclusões obtidas no que diz respeito ao objeto de nossa pesquisa, as quais estão detalhadas no capítulo seguinte. Com elas, gostaríamos de subsidiar entidades afins, de forma a propiciar também o alcance de seus objetivos.

6.6 REGISTRO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Imediatamente após os encontros com as crianças e adolescentes, valendo-nos do Grupo Focal, realizamos a transcrição das fitas gravadas, de modo que não se perdessem, pela ausência de presteza, dados importantes.

O procedimento foi realizado pelo próprio pesquisador, não só garantindo a manutenção da fidedignidade dos registros, conforme propõe Meihy (2005), bem como facultando à etapa posterior sistematizar, analisar e discutir as informações colhidas.

As transcrições das falas constituíram-se em uma parte de fundamental importância, porque delas conseguimos extrair todo o material indispensável à pesquisa.

Foram necessárias a escuta atenta das fitas e a transcrição fiel do que foi dito pelas crianças e adolescentes, palavra a palavra – processo denominado de transcrição textual – assim como algumas impressões, anotadas em um diário o qual nos acompanhou durante os encontros.

Como sugerem Thompsom (2002) e Meihy (2005), reproduzimos os textos obedecendo a alguns padrões, a saber:

- ✓ momentos de silêncio: uso de reticências (...);
- ✓ dúvidas: emprego do ponto de interrogação (?);

- ✓ alegrias e interjeições: marcas com pontos de exclamação (!);
- ✓ exclusão de alguns trechos das falas: utilização de colchetes [...];

Depois, elegemos o direcionamento da análise temática, proposta por Minayo (2004). Ela compreende três momentos:

- ✓ a pré-análise;
- ✓ a exploração do material;
- ✓ o tratamento dos resultados.

A primeira etapa, denominada pré-análise, consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada dos pressupostos e objetivo da pesquisa.

Por sua vez, num segundo momento, ocorre exploração do material, quando é efetivada a codificação, a mudança dos dados brutos em núcleos de compreensão do texto. Consiste no recorte do texto conforme estabelecido na pré-análise — classificação e agregação dos dados, escolhendo-se categorias teóricas ou empíricas que determinarão à especificidade dos temas.

Por fim, na terceira fase, recorre-se o tratamento dos resultados obtidos, em que dados brutos, são submetidos a operações que permitem averiguar as informações mais importantes, sendo feitas interferências teóricas sugeridas, pela leitura do material. Lembramos ainda que se trabalha com significados, ao invés de se operar com interferências estatísticas.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os aspectos que contribuíram para a realização deste estudo, bem como os temas, as categorias e razões que vieram à tona após a preparação, classificação e agregação dos dados colhidos.

Após a preparação do material, vimos emergirem três temas, a saber:

- 1º. os motivos que estimulam as crianças e adolescentes a se aproximar da entidade;
- 2º. as vivências e relações das crianças e dos adolescentes dentro da entidade;
- 3º. O esporte e as crianças e adolescentes na entidade.

7.1 PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MPARTICIPANTES DO ESTUDO

O grupo de crianças e adolescentes que contribuíram para este estudo foi constituído de 18 (dezoito) pessoas, sendo 7 (sete) do gênero feminino e 11 (onze) do masculino.

Estas crianças e os adolescentes são provenientes, na sua grande maioria, de bairros pobres, vizinhos à entidade, sendo uma parte dela oriunda de outras regiões da cidade, pois a entidade não atende apenas aos que estão próximos, mas a todos os quais a procuram.

Estas crianças e adolescentes tinham idade entre 10 e 15 anos, todas matriculadas e cursando o ensino fundamental na entidade ou em escolas próximas. Entre os que participaram do estudo, 9 (nove) cursavam a 3ª série; 2 (duas), a 5ª; 4 (quatro), a 6ª e 3 (três), a 8ª.

Elas foram divididas por faixas etárias, de modo a facilitar, a coleta de dados que deveríamos realizar.

A entidade que subsidiou o nosso estudo mantém, em suas instalações, uma Escola de Ensino Fundamental e, no contra-turno, oferece diversas atividades: oficinas profissionalizantes, de lazer, de esporte e aulas de reforço.

Outro dado relevante concerne ao fato de todas as crianças e adolescentes, os quais, foram objeto do estudo vivem com suas famílias, são monitorados por

estas e ficam nas ruas, durante um tempo muito pequeno, passando a maior parte de seu tempo livre dentro da entidade.

Apesar do acompanhamento familiar, trata-se de crianças e adolescentes de tenra idade e de uma experiência muito diversificada, dinâmica e abrangente do mundo da rua. Elas são muito vivas, bastante desconfiadas, repletas de esperanças e sonhos, observadoras e críticas.

Esse grupo de crianças e adolescentes atendidos na entidade, em geral, chegam até ela encaminhado por sua família, a qual busca, por intermédio desta, uma chance de inserir socialmente seu(sua) filho(a) valendo-se do acesso às diferentes atividades que a entidade propicia, como estudo, formação profissionalizante, prática esportiva, entre outras.

Grande parte desse grupo não está usando as ruas para seu espaço de desenvolvimento e formação, muito embora, algumas as concebam como um meio de ajudar a família ou uma maneira de fugir da violência familiar, de abusos e outras mazelas. Com efeito, a família, para muitas delas, ainda é o referencial mais importante, o lugar onde recebem formação e são amadas.

7.2 MOTIVOS QUE ESTIMULAM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A SE APROXIMAR DA ENTIDADE

Quando iniciamos a investigar quais eram os motivos que estimulavam as CASR a se aproximarem da entidade, surgiram, de imediato, duas razões muito determinantes: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — PETI¹⁶ — e A Entidade e suas Oficinas.

7.2.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Com a pesquisa de campo, descobrimos o principal motivo a estimular as crianças e os adolescentes a procurarem a entidade em estudo, e as instigar a permanecerem no contra-turno escolar. Reside no fato de que elas, freqüentando a entidade nesse período, conseguem obter um benefício oriundo de um programa do

¹⁶ PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do governo federal, por meio do qual, as famílias das crianças e adolescentes, vinculadas à entidade, têm acesso a uma ajuda mensal em dinheiro.

governo federal, que transfere mensalmente uma renda às famílias as quais mantêm seus filhos afastados de todo e qualquer tipo de trabalho infantil.

O programa denomina-se PETI — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — e, a fim de podermos compreender a realidade alusiva às CASR, faz-se necessário tecerem-se algumas concisas e rápidas considerações a respeito dele, procurando conhecer, entender e avaliar sua importância, abrangência, seus objetivos, em conformidade com o contexto em que se encontram as CASR.

Há, no programa, a transferência direta de renda do governo federal às famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho, que tenham, adicionadas à sua frequência na escola, as ações socioeducativas, de convivência e demais serviços da rede de Proteção Básica e Especial.

O PETI objetiva erradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e da inclusão social de suas famílias.

Segundo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS),

O Desafio de combater o trabalho infantil é composto de sete ações, cuja implementação é compartilhada entre o Ministério do Desenvolvimento Social — MDS, o Ministério do Trabalho e Emprego — MTE, a Subsecretaria de Direitos Humanos, o Fundo Nacional de Assistência Social — FNAS e o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT. As ações são: apoio aos Fóruns de Erradicação do trabalho Infantil; concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho; Ações sócioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho; Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil; Publicidade de Utilidade Pública; Atualização do Mapa de Focos de Trabalho Infantil e Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador. Assim, essas ações são articuladas entre o MDS e demais responsáveis, havendo ampla participação em atividades conjuntas de enfrentamento ao trabalho infantil (SUAS, 2008).

Um outro elemento importante consiste no fato de este programa ter um público-alvo específico: crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos. O programa propõe-se a eliminar as diversas situações de trabalho a que estão sujeitas tais crianças e adolescentes.

Embora o valor da renda distribuída às famílias, por meio do PETI, não seja muito alto, ele foi capaz de atrair a grande maioria das crianças e adolescentes que freqüentam a entidade, conforme nos mostram as suas falas.

[...] eu tô aqui só por causa do dinheiro (P3, 10 anos).

[...] eu entrei pra cá porque eu ganho dinheiro. Si eu saí, não tem mais, então, eu fico aqui (P2, 13 anos).

Ô, tio, quase todo mundo tá qui pelo PETI (P5, 13 anos).

Santana (2001) comenta, em um dado momento, que são as situações de pobreza, miséria e violência, em geral, as causas mais freqüentes a incitarem as crianças e os adolescentes a irem para as ruas e a atuar no trabalho informal.

O PETI, do modo como está sendo implantado, parece estar conseguindo minimizar esse problema, retirando muitas crianças e adolescentes do universo do trabalho infantil, das ruas, como constatamos nesta pesquisa.

Outro aspecto significativo a ressaltar sobre o programa alude ao fato de as CASR, ao aderirem a este, só manterão o acesso ao benefício, se estiverem ligadas a uma entidade promotora de ações previstas no contra-turno escolar. No momento em que elas se afastarem dessas atividades, perdem imediatamente o benefício.

Por meio de algumas falas, as crianças e os adolescentes relatam casos de alguns colegas que, por alguma razão, afastaram-se da entidade e foram violentamente agredidas por seus pais, porque colocaram em risco o recebimento desse benefício, cujo valor acaba sendo um complemento à renda das famílias mais necessitadas.

Uma vez o pai dele (referindo-se a um colega) deu uma surra nele, porque descobriu que ele fugia daqui e ficava jogando computador na Lan House.(...) Claro, né?! Si a diretora descobrisse, ele ia perdê o PETI (P7, 14 anos).

[...] o meu pai já avisô. Se eu perdê o PETI, ele me dá uma surra (P5, 12 anos).

Em relação a isso, Rizzini (2003) salienta que as dificuldades financeiras geradas pela ausência de uma pessoa mantenedora do sustento familiar ou parte deste acentuam o grau de violência nas relações entre os familiares.

Outro aspecto interessante que podemos observar é o fato de algumas das crianças e dos adolescentes desenvolverem um nível de conscientização maior, no tocante à sua realidade. Esta percepção faz manterem-se ligadas à entidade porque sabem que essa é uma forma de contribuir, a fim de, a família melhorar sua receita, minimizando as dificuldades pelas quais passam, além de terem a oportunidade de aprender algo para melhorarem sua vida. Tal realidade explicita-se claramente nas suas falas:

Eu não posso saí, porque nós precisamos do dinheiro. Eu ajudo em casa com esse dinheiro e também porque tô aprendendo uma profissão pra podê trabalhá (P5, 13 anos).

Eu venho aqui porque preciso do PETI e porque aqui tem as oficina e a genti aprendi alguma coisa! (P1, 13 anos).

Podemos afirmar, baseando-nos nas falas das crianças e dos adolescentes, que o PETI está conseguindo atingir sua finalidade, qual seja, a de manter parte das crianças e dos adolescentes distante das ruas e do trabalho infantil.

As CASR, ligadas à entidade analisada, comprovam tal realidade porque, como elas mesmas nos dizem, o principal motivo que as estimula a se aproximarem da entidade é o de necessitarem ter acesso aos benefícios econômicos oriundos do PETI.

7.2.2 A Entidade e suas Oficinas

Outro tema que surgiu no decorrer da pesquisa foi a necessidade das crianças e dos adolescentes terem acesso às diversas oficinas mantidas em funcionamento pela entidade. Esta, por meio de oficinas profissionalizantes, reforço escolar, lazer e oficinas de esporte, construiu uma longa história de realizações, resgates e ações que possibilitaram e ainda possibilitam a inclusão social de um número razoável de crianças e adolescentes.

Como o histórico da entidade é do conhecimento de muitos, existe um outro grupo de crianças e adolescentes, em menor número, que permanecem ali não pelo PETI, todavia, motivados por esse histórico, pelas oficinas, como nos mostram suas falas:

[...] eu não ganho dinheiro. Eu não tô aqui por causa do dinheiro. Eu venho aqui fazê esporte! (P1, 13 anos).

Eu vim pra cá por causa das oficina profissionalizante, quero tê uma profissão! (P9, 15 anos).

[...] eu faço as aula de reforço (...) ah! E também faço as oficina pra aprende alguma coisa! (P7, 14 anos).

[...] eu venho fazê aula de reforço! É bom a genti pode tirá as dúvida! (P7, 12 anos).

[...] a genti não gosta de ficá parado! Então, vem pra cá pra fazê alguma coisa (P1, 13 anos).

Encontramos em Hirata (2000) uma explicação para essa realidade pois segundo ele, as crianças e os adolescentes, estando em um ambiente adverso, sem apoio, e sofrendo constantes pressões, são impulsionadas a buscar outros contextos à sua sobrevivência, dentre eles, os mais acessíveis ou minimizadores dessa situação.

Constatamos também, por meio de suas falas, que a aproximação ocorre porque muitas das crianças e dos adolescentes, por manterem ainda um vínculo muito estreito com a família, submetem-se ao querer dos pais. Estes conhecendo a história da entidade determinam o que estas farão, bem como as encaminham às diversas oficinas da entidade visando, com isso, garantir um futuro diferente, outras possibilidades ao seu filho, uma condição de vida futura melhor.

O meu pai qué que eu faça as oficina. Si não tivesse essa conversa hoje eu taria na Serraria (P2, 12 anos).

A mãe qué que eu faça uma oficina. A genti quando entra tem que ficá até o final do ano pra aprende bem (P8, 12 anos).

A segunda razão pela qual acontece a aproximação das CASR a essa entidade, como podemos notar são as oficinas — atividades necessárias para que consigam se enquadrar nas condições exigidas pelo PETI e receberem o benefício —, bem como as atividades que podem lhes proporcionar o aprendizado de uma profissão e um futuro emprego.

Verificamos, também, por meio das suas falas, que o acesso deles às oficinas está condicionado a um “padrão de comportamento” o qual, em geral, não conseguem ter, sendo este o principal motivo de desistirem das oficinas ou poderem ser excluídos destas.

Perguntamo-nos: mas por que isso ocorre? Descobrimos, conversando com eles, que no lugar onde vivem, no seio da família, não são esses os padrões de comportamento exigidos e vivenciados; ao contrário, são muito diferentes.

Muitos advêm de um ambiente muito carente de valores, vivenciam uma situação familiar muito complicada e, conseqüentemente não têm como experimentar um padrão de comportamento diferente do exigido pela entidade:

[...] qualquer coisa que a genti faz, briga, responde, eles já manda a genti embora (P6, 11 anos).

É necessário lembrar que essa exigência da entidade, na maioria das vezes, está correta, é como deve ser — justa —, conforme salientamos e eles mesmos relatam isso em suas falas:

[...] um aluno comportado como essi daí, (referindo-se a um colega), tem vaga na informática (P8, 12 anos).

É interessante notar que, mesmo não conseguindo agir de acordo com o solicitado, eles, nas suas falas, identificam perfeitamente e entendem estar corretos os padrões de comportamento necessários para se ter acesso às oficinas:

[...] não podi briga, sê respondão, mal educado, xingá, senão, fica fora das oficina (P6, 11 anos).

[...] é mas isso tá certo, né? (P7, 14 anos).

Claramente, pelas falas, observamos que eles vivenciam um conflito, cuja ocorrência é devida a eles conviverem a maior parte do seu tempo com padrões diferentes dos delimitados pela entidade e, por isso, não conseguem entender sua proposta pedagógica.

Essa realidade evidencia-se bastante complexa, tanto que alguns só conseguem entender a exclusão à qual estão sendo submetidos senão por culpa deles, quando, em verdade, ela ocorre única e exclusivamente por culpa de terceiros, como nos dizem:

São os professoris que não deixam a genti entrá nas oficina (P8, 12 anos).

[...] É sim! (...) eles não gostam da genti, porque nós somo póbri e por isso não deixam a genti entrá (P4, 15 anos).

Existe também um grupo que entende, aceita, respeita e coopera com essas “regras” pois, percebem serem estas necessárias ao bom funcionamento das oficinas.

Eles vislumbram, também, que as oficinas são uma grande possibilidade, deles melhorarem sua condição, progredir e ter um futuro melhor:

Eu tô fazendo uma oficina! Não é fácil! Essa oficina é pra eu podê trabalhá na Embrapa. (...) A genti pode i pra Embrapa (P7, 14 anos).

Se eu não fizé a oficina eu vô ficá sem emprego, então, eu faço de tudo pra fazê a oficina direito (P8, 12 anos).

Por fim, encontramos, ainda, um grupo de crianças e adolescentes que gostam de permanecerem na entidade porque não têm “nada para fazer” em casa:

[...] a genti não gosta de ficá parado, então, vem pra cá (P3, 10 anos).

[...] não tem graça a genti ficá em casa só olhando pras árvore! (P6, 11 anos).

Tentando entender melhor esses comportamentos, encontramos em Ataíde (1993) uma reflexão interessante pois, segundo ele, muitas crianças e adolescentes, espontaneamente ou sob coação, procuram melhorar, contribuir de alguma forma para uma melhor qualidade de vida da família, justificando, assim, uma riqueza de atitudes e comportamentos das crianças e adolescentes mediante as diversas situações que enfrentam.

Considerando tais reflexões, podemos afirmar que as duas motivações para essa aproximação estão baseadas, primeiramente, na questão de sobrevivência econômica da família, que não pode abrir mão de uma receita extra, como o recurso advindo do PETI. Soma-se a isso o fato de, para algumas das CASR, as oficinas da entidade representarem a única chance, ou mesmo possibilidade, no contexto de exclusão onde vivem, de melhorar ou buscar alguma forma de inclusão social. Além disso, lá são capazes de desenvolver rapidamente capacitação profissional e criarem condições de saírem à luta na tentativa de reverter a situação vivenciada ou de se tornarem capazes de suprir as grandes necessidades pessoais ou mesmo familiares.

7.3 AS VIVÊNCIAS E RELAÇÕES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DENTRO DA ENTIDADE

As diversas propostas e atividades que estão à disposição das crianças e dos adolescentes dentro da entidade levam-nas a desfrutarem um universo bastante diversificado e complexo de vivências e relações entre eles e a entidade, e entre eles e os professores.

Ao trabalharmos os dados colhidos, identificamos que esse tema apresenta duas categorias: as difíceis relações e vivências entre eles e a entidade; a falta de comprometimento e desinteresse dos profissionais.

7.3.1 As Difíceis Relações e Vivências entre Eles e a Entidade

Com a intenção de entender como se davam as relações e vivências entre eles e deles com a entidade, diante de um cenário tão diversificado e complexo, com

padrões de comportamento específicos para se ter acesso a benefícios, fomos buscar nas suas falas a compreensão dessas realidades.

Rizzini (2003) discorre sobre alguns elementos importantes e pertinentes ao tema, que nos ajudarão a compreender melhor as reações, entendimentos e questões concernentes às relações e vivências das crianças e dos adolescentes entre eles e entre eles e a entidade.

Segundo a autora, quando a CASR vive com a família, estuda e não busca a rua como espaço de desenvolvimento, crescimento ou mesmo de oportunidades, ela adquire referenciais, e mesmo que não freqüente reiteradas vezes a rua, esta não deixa de proporcionar-lhe uma gama de experiências e referenciais.

É sabido que a rua exerce uma grande atração, parece ser fascinante, e a CASR pode ter um fácil acesso a esta: trata-se de um ambiente diferente do da família, escola. Nas ruas, as regras não são rígidas, aparentam ser mais flexíveis, opondo-se ao ambiente familiar, escolar e das entidades, nos quais, muitas vezes, “não se pode nada” e tudo é controlado.

Nas ruas, aparentemente, o “ir e vir” é mais livre, os horários não são rígidos, as brincadeiras não são controladas e não há estabelecimento de regras e rotinas como em casa, na escola ou nas entidades.

O que se evidencia, porém, na realidade é que, dependendo de onde as crianças e os adolescentes estão inseridos na rua, eles não vão encontrar a liberdade imaginada porque terão de respeitar ou o traficante, ou o dono do lugar, o cafetão, o flanelinha, enfim, podemos dizer que esta liberdade é complexa e relativa.

É perfeitamente compreensível, portanto, diante desse universo tão interessante, tão atraente, que as CASR, com uma intensa vivência no ambiente de rua ou não, no pouco tempo que nele convivem, acabem por incorporar e adotar alguns dos referenciais típicos de rua, cuja existência é necessária para nele se sobreviver e viver. Dessa forma, incorporam-nos e os transformam em seus valores pessoais, que passarão a regular e determinar como serão as suas relações e vivências interpessoais futuras.

Silva (2002) confirma essa realidade porque, segundo ele, quando dirigirmos o olhar ao cotidiano das CASR. Ao lugar onde vivem e às suas características pessoais, somado aos aspectos que caracterizam seus relacionamentos, sua comunicação, seu desempenho escolar e tendência profissional, percebemos o quanto elas vão se estruturando para vivenciar cada situação, de modo a construir

para si os princípios básicos do diálogo, da convivência e afirmando-se diante do que almejam.

Questionados como eram os relacionamentos entre eles, notamos nas suas falas e nas suas reações e respostas, que esse aspecto do relacionamento e da convivência é um ponto muito crítico, difícil, muitas vezes a causa determinante da violência, da intolerância, do descaso e desrespeito na maioria das situações vividas por eles, em todos os ambientes: familiar, escolar, de rua ou mesmo dentro da entidade.

A genti aqui nas oficina tem que si dá bem com todo mundo, só qui as veis a genti si pega no pau! (P1, 13 anos).

A genti é legal, mas se o carinha é folgado, tem briga (P7, 12 anos).

[...] se eu não respeitá a minha mãe, o pau corre solto (P4, 11 anos).

Lá na cancha, se o cara dá uma de esperto vai tomá pau (P5, 13 anos).

[...] as regra ajuda a genti a fazê as coisa, mas sempre sai uma briga (P3, 10 anos).

Inferi-se das falas a compreensão de que, para se relacionar bem, é necessário haver um mínimo de respeito entre eles, de tolerância, mas uma vez superado esse mínimo, as brigas surgidas provocam situações complicadas, as quais deixam marcas e se tornam de difícil solução ou julgamento.

Na conversa com as crianças e os adolescentes, depreende-se, ainda, que elas vivem “o” dia-a-dia num ambiente difícil e têm uma vida muito ultrajante. Neste contexto, a pouca ou nenhuma tolerância, assim como o respeito, são estabelecidos pela lei do mais forte. Além disso, a violência, a intolerância, o descaso são seus companheiros de jornada, tornando-se essa realidade rotineira e administrável, ao modo deles, mas administrável, e, por isso, não é de se espantar que tenham dificuldades para conviver e se relacionar.

Tentando entender ainda como ocorrem as relações das crianças e dos adolescentes com a entidade, as dificuldades que eles encontram dentro desta, fizemos alguns questionamentos diretos. Presumimos, pelas suas falas, que eles percebem existir uma preocupação da entidade em oferecer, cuidar, ajudar, proporcionar muitos acessos mas, muitas vezes, a falta de profissionais, recursos, material, condições estruturais, estimula-os a experimentarem uma profunda e dolorosa decepção.

[...] a genti aqui tem muitas oficinas, é bom, mas elas as veis acabam logo, us professor vão embora. A genti fica triste! Mas vai fazê o quê? (P10, 14 anos).

Tevi uma veis que veio um pessoal ensinar pra genti pulá, corrê, atirá aquela coisa, foi muito bom! Mas em seguida eles foram imbora (P5, 13 anos).

Us professoris sempre empurram as coisa uns pros outros e nós ficamo sem nada (P7, 12 anos).

Outro aspecto gerador de conflitos que interfere intensamente nas relações das crianças e adolescentes com a entidade são as regras ali existentes, os padrões de comportamento exigidos, aos quais elas devem se adequar como condição para ter acesso aos diversos benefícios oferecidos pela entidade.

Já sabemos que essa adesão não é fácil, conforme mencionado, e suas falas novamente nos confirmam:

A genti quando fais uma coisa errada o professor inveis de ensiná a genti, já ficam gritando e manda a genti saí (P3, 10 anos).

[...] a genti obedecia eles (referindo-se a uns professores de algumas oficinas que passaram pela entidade) porque eles eram calmos (P5, 13 anos).

[...] é eles tratavam a genti como pessoas (...) (P6, 12 anos).

[...] a genti pode fazê as oficina, mas qualqué coisa e a genti tem que saí (P9, 15 anos).

[...] muitas vezes us professoris deixam de dá o curso e aí a genti espera pra vê no qui vai dá, mas nós fica triste (...) (P2, 13 anos).

[...] eles tão sempre de olho, si tu fizé bobagi tu sai da oficina (P7, 14 anos).

[...] a genti só ouve eles dizê que vão fazê as coisa, mas não faz! (P8, 12 anos).

Segundo Perez (apud DAYRELL 2003), as relações das entidades com as CASR, em geral, estão marcadas pela desconfiança: ele vai roubar, ela vai sujar a entidade, quebrar o vidro, não devolverá os materiais que forem emprestados, não se comportam, não querem “nada com nada”, etc. A sensação é a de que tudo o que se faz com as CASR não dá resultado ou dá errado.

Tal compreensão leva a entidade a adotar práticas de vigilância e controles muito rígidos existindo sempre alguém as monitorando para, depois, castigá-las, reforçando a impressão que as crianças e os adolescentes têm de que ninguém confia nelas.

A autora citada sugere o que se pode fazer para minimizar essa situação. Em primeiro lugar, diz ela, é necessário se acreditar nas CASR, nas suas capacidades. É preciso também focalizar os seus campos de interesse e ali atuar, fazendo, dessa forma, com que o trabalho pedagógico deixe de levar em conta apenas as suas carências e os seus problemas.

Em segundo, a entidade deve estar mais aberta ao diálogo, conversar mais, impor menos, desenvolver uma pedagogia a qual ensine a refletir, estabelecer relações entre o que está aprendendo e as suas experiências cotidianas.

Nas falas das crianças e adolescentes, observa-se que a entidade está ainda distante dessa condição e, com isso, os conflitos, sofrimentos, as perdas e decepções são muitas. Por intermédio dessa falas, conseguimos inferir outros elementos os quais tornam sua vivência e relações complicadas dentro da entidade.

Reparamos que as diversas promessas não cumpridas dificultam bastante estas relações; as decepções são muito fortes e pesadas; o descompasso entre a realidade vivida e aquela desejada é muito grande; o desrespeito à pessoa, ao “eu” fere profundamente e deixa marcas nas CASR; as punições, constantes e duras, desestimulam; o despreparo e a falta de comprometimento de grande parte dos professores é um gesto que destrói sonhos e expectativas. Enfim, com esses elementos, compreende-se como possam ser difíceis as relações e vivências delas, entre elas, e com a entidade e educadores.

Cabe aqui ressaltar um fato muito tocante perceptível nas suas falas. Diante de tais problemas, elas conseguem manter a simplicidade, típica das crianças, as quais continuam a “acreditar que um dia a coisa vai melhorar, que vai ser diferente, que vai ser possível viver algo melhor”.

[...] o contrato da oficina acabou, mas nós támo esperando, eles disseram que vão renová (faz mais de 1 ano isso) (P2, 13 anos).

[...] eles prometem! Depois vem tudo abaixo! Mas a genti ainda tá esperando (P1, 13 anos).

7.3.2 A Falta de Comprometimento e Desinteresse dos Profissionais

A outra categoria que encontramos nesse tema é segundo relato das crianças e dos adolescentes, assim como da Direção: a falta de comprometimento, desinteresse e desqualificação de alguns profissionais que trabalham na entidade.

A Direção da escola destacou que existe empenho em contar com um pessoal qualificado, comprometido e interessado. Segundo a Diretora, a formação das crianças e dos adolescentes é muito importante e, para isso, fazem-se necessários profissionais ainda mais qualificados. Mas essa é uma luta muito inglória, quase perdida, porque os recursos são poucos, os custos de registro de um profissional qualificado inviabilizam esse tipo de contratação, muito embora ela nos advirta: “Não perdemos esse foco, lutamos sempre para conseguir profissionais com mais qualificação”.

Idêntico entendimento tem Dayrell (2003) relativo à educação e ao trabalho com as CASR. Conforme o autor, não se trata de instrução, mas o trabalho que se deve fazer com as CASR tem de visar a uma formação abrangente, a qual estimule a descoberta de experiências sociais e o desenvolvimento de suas potencialidades, enfim, a uma formação integral, e não parcial ou tão só cognitiva.

Em outro momento, a Direção comentou saber da existência de profissionais descompromissados, sem interesse, entretanto, não dispõe de meios para sanar imediatamente o problema, tendo, portanto, de conviver com tais circunstâncias até encontrar uma solução.

Constatamos, na entidade, a ocorrência dos mesmos problemas pertinentes ao ensino brasileiro: baixa remuneração, má qualidade do ensino, falta de condições materiais, o difícil trabalho com crianças e adolescentes. Por fim, a instrumentalização, um fato lamentável por parte de outras grandes instituições de ensino, que se valem da entidade em questão como campo de estágio, e preparação de seus profissionais da área da educação.

Esse fato poderia ser considerado positivo, compreendido e aceito se os futuros profissionais não estivessem nem trabalhassem na entidade, totalmente desvinculados da realidade desta, como se verifica pelas falas das crianças e dos adolescentes.

Sob a perspectiva das CASR, esses profissionais ali permanecem apenas enquanto realizam seus estágios. Após adquirirem seu certificado como estagiários, abandonam rapidamente a entidade, independente das necessidades que nela existam.

[...] os professoris sempre empurram as coisa uns pros outro, e nós ficamo sem nada! (P7, 14 anos).

[...] quando começo, eram duas professora que davam aula, agora é só uma, a outra foi embora (P5, 13 anos).

[...] as professora vão embora e a genti fica com saudades! Mas vai fazê o quê? As vezes depois vem outra (P2, 13 anos).

[...] tem uns professoris que não sabem nada, só sabem gritá com a genti! (P4, 15 anos).

Dayrell (2003) ressalta que, diante da postura encontrada, não é de se estranhar a dificuldade para se estabelecer um diálogo entre educadores e alunos; por consequência, a falta de motivação e o desinteresse das CASR.

Há problemas em se manter os profissionais ligados à entidade: os recursos são poucos e a remuneração, muito baixa, por isso, entre outros fatores, por vezes não se consegue avançar e se atingir as metas. A freqüente troca de educadores, a inexperiência destes, etc. são dificuldades que acabam por tornar o trabalho de formação da entidade muito árduo e, com isso, os avanços evidenciam-se pouco.

É verdade, no entanto, que, no corpo de funcionários da entidade uma equipe vem sendo formada, aos poucos, aliás, muito eficiente, comprometida, qualificada. Embora sejam ainda uma minoria e por estar sobrecarregada de funções, por enquanto pouco consegue fazer para reverter o lamentável quadro descrito.

O que notamos, por ocasião de nosso estudo, é que as ações da entidade, no momento, diante desse cenário, estão muito comprometidas e dependentes de terceiros, de ajuda, de filantropia, exigindo que sua Direção e equipe passem grande parte do tempo empenhada em “apagar os pequenos incêndios” do dia-a-dia.

A situação é compreensível porque, com todos esses problemas, a Direção e sua equipe só conseguem viver aquele dia, o próximo é uma incógnita.

Por ser, ainda, uma entidade com credibilidade, antiga, conhecida na cidade, ajudas sempre chegam de diversas formas, mas a Direção está ciente de que essa forma de administração provoca um grave desgaste na equipe, inviabiliza projetos de auto-sustentação e precisa mudar para que possa realmente progredir.

7.4 O ESPORTE E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ENTIDADE

As oficinas esportivas da entidade, atualmente, não são muitas. Iremos discutir sobre como e onde ocorre a prática esportiva dentro e fora desta, como

são a participação e o envolvimento das crianças e dos adolescentes nas oficinas e delimitar quais as dificuldades encontradas para se dar continuidade ao trabalho.

Esse é o tema que aborda o cerne de nossa pesquisa: queremos investigar se o esporte na entidade enfocada proporciona inclusão às crianças e aos adolescentes.

A pesquisa elucidou alguns pontos nos encontros que realizamos com as crianças e adolescentes e com a Direção da entidade, possibilitando-nos entender como se processa esse trabalho esportivo com as CASR.

Para atuar na área do esporte, a entidade oferece algumas oficinas que funcionam dentro das suas instalações. Possui também alguns convênios com algumas empresas na área da atividade física (academias e clubes esportivos) na cidade, propiciando o acesso das suas crianças e seus adolescentes às atividades esportivas desenvolvidas nas suas instalações.

As oficinas de esporte que funcionam dentro da entidade, no momento, são a de Futebol de Salão e a de Dança, enquanto fora das instalações, são ofertadas as de Balet e de Remo.

A entidade, para realizar o trabalho dentro de suas instalações, encontra algumas dificuldades, sendo a principal conseguir receber regularmente os recursos provenientes dos convênios mantidos com os governo federal e municipal. É conveniada, ademais, com o governo federal, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e com o governo municipal, por meio dos programas Apoio Sócioeducativo Meio Aberto (ASEMA), Trabalho Educativo (TE) e Apoio Sócioeducativo Familiar (ASEF).

Os recursos oriundos desses convênios deveriam proporcionar sustentação e tornar viáveis as diversas oficinas e atividades esportivas que a entidade mantém em funcionamento.

Segundo relato da Diretora, um grande problema enfrentado pela entidade é a forma de relação estabelecida tanto pelo governo federal quanto municipal que, praticamente, inviabilizam o funcionamento das oficinas.

A Diretora salientou-nos que os recursos custam muito a chegar — de 6 a 7 meses de atraso — e, quando vêm, existe uma gama de situações, de caráter vital e emergências para serem resolvidos. Assim, as necessidades de algumas oficinas como a do esporte, torna-se uma questão secundária, e, em alguns casos, até

chega a ser cancelada, conforme pudemos constatar também nas falas das crianças e dos adolescentes.

[...] a genti fica triste quando eles prometem e não fazem! Mas, depois de um tempo, a genti fica bem de novo! (P5, 13 anos).

Os problemas de ordem econômica e financeira, provocados pelos órgãos governamentais, induz a entidade, durante esse período, a que passe, sistematicamente, a depender da boa vontade de benfeitores e pessoas generosas que lhes fornecem, embora momentaneamente, vários tipos de providências e lhes possibilita ir “levando” o trabalho a realizar.

[...] Fica muito difícil administrar uma entidade com esses atrasos, não se consegue trabalhar com previsões, profissionalmente, acabamos na realidade passando a maior parte do ano dependo de nossos benfeitores que são cada vez em menor número (Diretora).

Uma outra receita que alivia esta situação são os recursos oriundos dos trabalhos realizados por algumas oficinas da entidade, economicamente viáveis e auto-sustentáveis (marcenaria, malharia, padaria), que vão cobrindo, parcialmente, a cada dia, algumas despesas, e, dessa forma, esta consegue ir se mantendo em atividade, ou seja, “sobrevivendo”.

Não bastasse ter de viver tal situação, que chamaremos de “indigência”, a entidade precisa resolver, quando chegam os recursos, quais as contas a serem pagas porque a verba, quando vem, não cobre mais as despesas. É insuficiente, pois, algumas das despesas que existiam foram pagas com juros, correção, pequenos empréstimos. Se os recursos chegassem regularmente, conforme a previsão, a situação poderia ser alterada.

Esta situação é, sem dúvida, o principal motivo que desestimula a Direção, diante dos inúmeros problemas a serem resolvidos, a investir recursos nas oficinas do esporte, que não geram renda, apenas despesas. Como a entidade tem de administrar com responsabilidade, os recursos, a fim de manter seu trabalho de ajuda a todos, os cortes que deve fazer recaem sobre as oficinas de esporte.

Em face de tais circunstâncias, a Direção acaba, por força da sobrevivência, fazendo com que se invista nas oficinas rentáveis e auto-sustentáveis, como a marcenaria, a padaria e a malharia, até porque se realizasse investimentos nas oficinas de esporte, estas acabariam por gerar um problema de difícil solução, qual seja, o aumento de despesas sem recursos para cobri-las.

A falta de comprometimento dos profissionais que trabalham na entidade, com o Projeto Pedagógico, bem como a carência de profissionais especializados em Educação Física, necessários para atuar nas oficinas, é um outro empecilho difícil de ser transposto embora faça parte do cotidiano da entidade.

As condições econômicas e financeiras de que dispõe não permitem esse tipo de investimento, e, por isso, ela hoje necessita da ajuda e boa vontade de voluntários e estagiários. Estes prestam um serviço assistencial, sem vínculo com a entidade ou com seu Projeto Pedagógico¹⁷, criando um grave e sério problema a esta, porque tal forma de trabalho, praticamente, fragiliza uma de suas finalidades, vale dizer, a de se servir do esporte como meio de inclusão das crianças e adolescentes.

Outra situação que necessita ser resolvida, devido às precárias condições em que se encontram, é a infra-estrutura esportiva da entidade que inviabiliza um trabalho regular e de qualidade.

Não existe, porém, no contexto já apresentado, como alocar recursos para nela investir, fazer a manutenção nem comprar material. Este, necessário para desenvolver o trabalho dentro das oficinas esportivas, não tem como ser adquirido, é

¹⁷ Projeto Pedagógico da Entidade — FINALIDADE: atender a crianças e adolescentes de famílias empobrecidas, de ambos os sexos, entre 6 e 18 anos, tentando suprir as necessidades básicas de alimentação, vestuário e saúde, proporcionando, ainda, em especial, reforço escolar, orientação profissional, esportiva, para a vida socioafetiva e religiosa. PÚBLICO ALVO: caracteriza-se por estar defasado — idade/série e por ser considerado menos favorecido. Apresenta auto-estima baixa e sente-se desestimulado. BASES FILOSÓFICAS: a entidade acredita que o conhecimento da realidade cotidiana da criança e adolescente e sua família devem ser um referencial a nortear as atividades pedagógicas, buscando, com isso, a integração dessa comunidade na criação de alternativas que colaborem para uma melhor qualidade de vida do sujeito no seu meio. O referencial deve nortear-se por valores, tais como solidariedade, equidade, justiça e respeito. OBJETIVO GERAL: a entidade oferece condições para que a criança e o adolescente, individualmente, torne-se pessoa participativa, crítico-reflexiva, responsável e solidária, favorecendo o desenvolvimento da sua identidade histórica e o comprometimento com a transformação social, assim como incentivando a ação e participação da família nas atividades. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: ser um instrumento cristão junto com a sociedade, colaborando com o bem-estar social, preparando crianças e adolescentes capazes de exercer sua cidadania com retidão, dando pleno significado à vida humana. LINHA METODOLÓGICA: a entidade trabalha de forma participativa buscando trazer o cotidiano da criança e do adolescente à sua comunidade, desenvolvendo o conhecimento em forma de melhoria na qualidade de vida individual e coletiva. Na busca de uma maior e mais efetiva participação e comprometimento dos pais com seus filhos, realiza eventos, tais como: palestras, competições, debates, apresentações, sessões de vídeo, oficinas, tarefas e pesquisas que envolvam os pais em confraternizações em datas comemorativas, a fim de que haja mais interação pais, filhos e entidade. AVALIAÇÃO DO PROJETO: com o presente projeto, pretende-se contribuir na busca da formação de cidadãos, tendo o entendimento de que ele só será plenamente realizável se houver um real comprometimento com o que foi decidido por parte da equipe junto com a Direção, objetivando pôr em prática o ideal da entidade e buscando o comprometimento de todos sempre que necessário, bem como reavaliar seu PPP a fim de, readaptá-lo à realidade percebida.

insuficiente o material que existe. Considerando-se o estado no qual se encontra, já não oferece mais condições de utilização.

O acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes nas oficinas são, além disso, situações difíceis de resolver porque existe uma série de fatores os quais impedem o bom andamento desse processo. Parte-se da falta de comprometimento de alguns professores, passa-se por todas as dificuldades já expressas, pela dificuldade das crianças e dos adolescentes em aceitar e se adequar às regras, pela falta de material, enfim, por obstáculos de difícil solução.

Os profissionais que trabalham nas oficinas conveniadas — funcionam fora da entidade — estão vinculados às suas empresas, entidades ou instituições. Estes prestam o serviço sem qualquer conhecimento ou envolvimento com o Projeto Pedagógico, eles apenas possibilitam acesso às crianças e aos adolescentes. Eis algumas atividades esportivas que ministram:

- ✓ Oficina de Balet: as crianças e os adolescentes, para ter acesso a ela, devem se deslocar até a Academia Companhia da Dança.

- ✓ Oficina de Remo: devem se deslocar até ao Clube Náutico Gaúcho.

Existem ainda outros profissionais que trabalham com as Oficinas de Esporte, pertencente à Escola Fundamental, que funciona dentro da entidade e é mantida pelo Município. Constatamos que esses profissionais permanecem pouco tempo na escola, pois logo que chegam e se deparam com a realidade, solicitam remanejamento a outras unidades, visto as precárias condições de infra-estrutura, de material, as dificuldades em lidar com as crianças e os adolescentes e a sua pouca capacitação e experiência para lidar com esse tipo de situação.

Tais condições evidenciam-se precárias porque fazem com que o trabalho desenvolvido pelos profissionais na escola seja incipiente, sem continuidade, levando as crianças e adolescentes a constantes interrupções, ou então, a terem acesso a uma simples atividade recreativa, desprovida de qualquer finalidade.

Alguns profissionais de Educação Física que prestam serviço à entidade, pertencem a outras empresas, mas deslocam-se até a entidade para prestar esse tipo de serviço. Também esses não estão engajados ou têm conhecimento do Projeto Pedagógico da entidade. Na maioria das vezes, desenvolvem o trabalho com o objetivo de “garimpar” crianças e adolescentes com potencial esportivo inato, e, assim, possam ser úteis ao seu trabalho fora dali. Tal é o caso específico de um

professor que trabalha com a Oficina de Futebol, a mais concorrida e complicada atividade desenvolvida dentro da entidade.

As crianças e os adolescentes percebem tal instrumentalização, mas, como não podem fazer nada, vivem situações de grande *stresse*, resignação e dificuldade de conviver com esse tipo de conduta.

No passado, a entidade contou com professores contratados e engajados no Projeto Pedagógico, que trabalhavam nas suas oficinas de esporte, todavia, atualmente, devido às dificuldades financeiras, não possui mais nenhum.

As oficinas de esporte, muitos anos atrás, sempre produziram bons resultados à entidade e às crianças e aos adolescentes. Entretanto, no contexto atual, as atividades esportivas realizadas fora da entidade são aquelas que possibilitam o maior retorno às crianças e aos adolescentes. Essa atividade possibilita o crescimento e o desenvolvimento e possibilita uma melhora nas relações das crianças e dos adolescentes.

Do ponto de vista técnico, a forma como a atividade esportiva é desenvolvida na entidade atualmente é, em síntese, desprovida de grandes intenções, não persegue objetivos específicos e vem a ser, na prática, uma atividade de lazer, recreativa e sem maiores ambições.

Consegue-se chegar a tal compreensão pelas falas das crianças e dos adolescentes, assim como pela conversa mantida com a Direção da entidade, quando se constatarem as experiências, os anseios, as angústias, decepções e expectativas deles.

Independente de nossa compreensão, cumpre notar que as crianças e os adolescentes fazem uma “leitura” diferente desse trabalho, conforme se pode constatar nas falas abaixo. Eles relatam que vão até a entidade pela chance de participarem das oficinas de esporte, porque vislumbram que, por meio delas, podem vir a serem atletas, profissionais, enfim, podem melhorar sua vida:

[...] eu venho fazê esporti, quero se jogador! (P4, 11 anos).

[...] eu também quero sê profissional (P2, 12 anos).

[...] a professora diz que eu danço bem! (P2 13 anos).

[...] eu quero sê uma grande bailarina! (P7, 14 anos).

Outros, porém, apenas querem praticar esporte como uma forma de lazer, de atividade física:

[...] eu gosto só de fazê esporte! (P8, 12 anos).

[...] eu adoro vim prá cá para jogá com o pessoal! (P5, 13 anos).

Algumas crianças e adolescentes identificam que o esporte ajuda no relacionamento interpessoal, conseguindo aprender, por meio do esporte, a relacionar-se em outros níveis e a aceitarem os outros como eles são, o que era uma relação antes impossível.

[...] eu gosto de jogá e aprendi a dividi! Eu sempre ficava braba quando uma guria jogava, depois, ela veio pro meu grupo e foi legal, a genti ficou amiga! (P8, 12 anos).

Essa constatação só vem a confirmar como o esporte é um instrumento valioso na mão do educador, que pode conseguir, por meio dele, trabalhar a formação de caráter, oferecer condições à criança e ao adolescente a ter mais disciplina e controle sobre as diversas situações que têm de administrar.

[...] quando tem esporti, a genti não briga tanto (P1, 13 anos).

Outros atestam que o esporte abre possibilidades e muitas chances positivas ao seu futuro, trabalha, em essência, com a auto-estima deles, e, por isso, querem participar e acreditam que podem ocorrer algumas mudanças em suas vidas:

[...] a genti aprendi e pode sê professor de Educação Física. Vai mudá minha vida! (P10, 14 anos).

[...] se eu fizé esporti, eu posso ganhá dinheiro e melhorá a minha vida! (P10, 14 anos).

Despertam curiosidade as falas nas quais relatam suas frustrações e desilusões com a oficina e com os profissionais que, muitas vezes, criam, com suas atitudes, marcas profundas nos corações das CASR:

[...] a genti fica triste quando eles prometem e não fazem. Mas depois de um tempo, a genti fica bem de novo. (P5, 13 anos).

[...] se a genti não consegue si comportá, elis mandam a genti embora (P7, 12 anos).

Nas falas da Direção, notamos o sentimento de frustração, pela possibilidade de fazer tão pouco, pela incapacidade de oferecer mais, mas, como se pode verificar são realidades distantes dela e da entidade:

Infelizmente, gostaríamos de fazer mais coisas, mas do jeito que os nossos parceiros agem, inviabiliza qualquer tipo de trabalho que se queira fazer e dependa de recursos que venham deles (Diretora).

Existem muitas dificuldades, a falta de pessoal especializado, de recursos materiais, as necessidades de manutenção e investimento na infra-estrutura. Estamos trabalhando, mas as coisas são muito lentas, difíceis, precisa que se tenha muita determinação para não desistir. Não é fácil, tem que se gostar do que se faz senão a pessoa realmente vai embora (Coordenadora).

Percebemos claramente o comprometimento da Direção com os objetivos da entidade e, se dependesse dela, a situação há muito já estaria resolvida, no entanto, a dependência de terceiros tem sido o grande empecilho a melhoras, impossibilitando realizar um trabalho mais eficaz.

CONCLUSÃO

Nosso objetivo era investigar se o esporte que a entidade em questão proporciona às Crianças e aos Adolescentes em Situações de Risco promove a inclusão social.

Constatamos em nossa pesquisa a existência de uma quantidade significativa de problemas para esta desenvolver o trabalho com as CASR visando atingir seus objetivos, pois percebemos que o simples fato de a entidade não ter “fechado as portas” até hoje já pode ser considerado um grande feito.

Diante dessa afirmação, para que possamos entender melhor essa situação, vamos discorrer sobre as principais dificuldades detectadas as quais justificarão o que foi acima comprovado.

Os obstáculos oriundos da falta de profissionais especializados, qualificados e de uma equipe comprometida e atuante no Projeto Pedagógico da entidade são graves. Segundo sua Diretora, a contratação desses profissionais, nas condições em que a entidade se encontra, é inviável. Não se consegue fazê-lo devido à absurda carga tributária envolvendo a contratação.

Por isso, a entidade vê-se obrigada, com o intuito de dar andamento às atividades previstas, a aceitar e servir-se do trabalho dos estagiários e do voluntariado, os quais, em geral, possuem pouca qualificação e nenhuma experiência. Estes, além de permanecerem na entidade por um período muito curto, acabam por se beneficiar bem mais do estágio se comparados às CASR, uma vez que os primeiros ganham experiência e se qualificam, mesmo com o despreparo para lidar com uma situação tão difícil como a enfocada, e não necessariamente proporcionam às segundas os benefícios almejados.

A falta de material esportivo é, outro obstáculo, pois, como já mencionamos, não existindo condições de se alocarem recursos à sua compra, em função das outras necessidades mais importantes, tal aquisição passa a ser considerada uma questão secundária no contexto atual de subsistência da entidade. Sabendo-se que esse material não é barato nem resolve o problema se for adquirido em pequena quantidade, tenta-se solucionar a questão desenvolvendo, com o pouco material esportivo existente, atividades recreativas e de lazer.

Outro forte empecilho a um bom desempenho do trabalho consiste na falta de manutenção, além das restrições nas instalações, para se propiciar uma

atividade física adequada. Pouco a pouco, devido à falta de investimentos e manutenção, o Parque Esportivo encontra-se em um estado de deteriorização, tão avançado, que, hoje, seria inviável desenvolver um trabalho esportivo com um mínimo de condições.

A forma como se desenvolvem os trabalhos das Oficinas de Esporte fora da entidade, acabam sendo mais um problema a ser administrado. Tais atividades são de boa qualidade, possibilitam às crianças e aos adolescentes uma excelente oportunidade de prática esportiva. Mas elas não possuem as mesmas finalidades nem são efetivadas de acordo com o Projeto Pedagógico da entidade. Ademais, estas visam a apresentações ou competições, uma realidade que interessa às crianças e aos adolescentes envolvidos, mas, infelizmente, em muito se distancia das suas possibilidades. Cria-se, assim, uma situação bastante complicada, uma vez que estas sonham e acalentam ter a oportunidade de participar de tais eventos, porém esse é um sonho totalmente distante de sua realidade.

O mais grave problema observado na entidade centra-se no campo financeiro e econômico. Impotente diante dessa circunstância, ela o enfrenta com coragem e determinação, mesmo tendo de sobreviver em condições muito precárias, tornando, por vezes, difícil suportar e administrar a situação. Os recursos existentes são muito restritos, os custos, fixos, elevados e, por isso, as despesas sofrem um processo de hierarquização. Para subsistir a essa conjuntura, alega a Diretora, prioriza-se o essencial, o imprescindível, e, assim, alguns serviços e oficinas, diferentemente de outras, recebem um tratamento prioritário.

As oficinas auto-sustentáveis, a alimentação das crianças e dos adolescentes, o vestuário, o atendimento das necessidades das famílias vinculadas à entidade são prioritários, portanto, relega-se a um segundo plano os investimentos nas Oficinas de Esporte, consideradas importantes, até pela própria Direção, porém, devido à falta dessa quantia, muitas vezes têm inclusive suas atividades paralisadas.

A dependência de recursos dos convênios para levar adiante seu trabalho é também um dos obstáculos a serem enfrentados pela entidade porque a verba nunca chega a ela de acordo com o tempo previsto e, também, porque, ao ser enviada, não é corrigida, tornando-se insuficiente.

Essa forma de relação estabelecida pelos órgãos governamentais com os conveniados inviabiliza os projetos, a capacidade administrativa e seus objetivos. Os

poucos recursos que a entidade consegue gerar apenas lhe permitem ir “tapando um buraco aqui, outro ali”, vivendo, desse modo, praticamente de ajudas ocasionais.

A dependência do assistencialismo da comunidade é, pois, outro grave problema por fazer com que a entidade viva na expectativa, angustiada, sobrecarregada, administrando necessidades urgentes e deslocando pessoal constantemente para atuar nessas urgências, abandonando muitas outras necessidades importantes.

Some-se a isso os recursos para se tornar auto-sustentável — são escassos e muito limitados. Os investimentos governamentais recebidos são predeterminados e pré-destinados, não permitindo, portanto, atingir essa realidade. A entidade sabe da existência das possibilidades de se captarem verbas em algumas esferas governamentais, mas, para isso, as exigências na montagem dos projetos são complexas e, como não dispõe de pessoal especializado capaz de os elaborar e se ocupar disso, sente-se impotente e incapaz de ter acesso a elas, resignando-se, e seguindo trabalhando localmente para tentar captar outros recursos a fim de tentar resolver os seus problemas.

Um empecilho difícil de ser transposto concerne ao tipo de relação estabelecido com outras instituições educacionais e as deste tipo. No caso da entidade em foco, as grandes instituições “que a ajudam” conhecem o Projeto Pedagógico desta, sabem de suas necessidades e carências e poderiam realmente vir a sanar muitos de seus problemas.

Mas, ao invés de formar uma parceria que a ajude a concretizar seus objetivos e a se tornar, com esse auxílio, independente, auto-suficiente, mais próxima de alcançar suas metas, detentora de um trabalho de qualidade, tais instituições simplesmente aproveitam-se da situação, “trocando” seu amparo e sua parceria pela condição de a entidade aceitar ser campo de estágio, local de qualificação de seus alunos.

Não há muito a fazer nesse caso, a não ser se submeter, aceitar tais proposta e forma de relação em troca de consentir que os estagiários venham a atender às CASR, mesmo não atuando de acordo com o Projeto Pedagógico desta, ou seja, permitir a atuação de pessoas carentes de experiência e qualificação. Essa realidade é lamentável à entidade, entretanto, não tendo como resolver o problema de outro modo, “agradece” ao tipo de auxílio e insiste perseguindo seus ideais.

Em síntese, são essas as realidades que compõem a grande barreira a qual dificulta à entidade atingir suas finalidades.

Com relação às crianças e adolescentes que freqüentam a entidade, também observamos realidades muito importantes à nossa conclusão. Apesar da forma como o esporte é trabalhado, do modo como as oficinas funcionam, isso não impede que elas aspirem à possibilidade de o esporte poder lhes proporcionar benefícios. Ao contrário, sonham com isso e acreditam nessa hipótese.

As crianças e os adolescentes, por meio do esporte desenvolvido na entidade e fora dela, conseguem manifestar uma perceptível melhora nas relações interpessoais, adquirindo, novos referenciais, aprendendo a lidar com os limites, percebendo o esporte como uma atividade valiosa, que pode vir a mudar as suas vidas.

A forma como elas conseguem administrar as frustrações e decepções é magnânima, de causar “inveja” a muito adulto.

Diante dos elementos e das situações acima descritos, concluímos que ocorrem, sem dúvida, algumas mudanças no comportamento e na vida dessas crianças e adolescentes, pois as várias experiências e oportunidades a que têm acesso fazem com que isso ocorra.

Nossa pesquisa partiu de dois pressupostos. O primeiro versava sobre o fato de que o esporte não é um meio de inclusão social na entidade, porque as condições existentes impossibilitavam se atingir a inclusão. Por sua vez, o segundo evidenciava que a prática esportiva na entidade estava desvinculada do Projeto Pedagógico e, por isso, não possibilitava a inclusão.

Concluindo nossa pesquisa, podemos afirmar que tais pressupostos, confirmaram-se porque, ao investigarmos a prática esportiva dentro da entidade e fora dela, constatamos que, devido aos graves problemas e dificuldades enfrentados para levar adiante seus objetivos, eles dificultam sobremaneira alcançar plenamente a finalidade a que se propõe, qual seja, a de incluir por meio do esporte.

No plano das Políticas de Inclusão por intermédio do esporte, a análise revela benefícios oriundos das políticas sociais, e, também, mostra-nos a fragilidade de tais políticas na medida em que não existe uma articulação efetiva entre elas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, P. B. et.al. **Atividades Cotidianas de Crianças em Situação de Rua.** *Psic.: Teor e Pesq.* V.18 nº. 3. Brasília. Set/Dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n3/a10v18n3.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2007.
- ALVES, P. **O Estado e a Formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil.** *RAE-eletrônica*, v. 6 n. 1, jan/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n3/a10v18n3.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2007.
- AQUINO, E. M. L. HEILBORN, M. L. KNAUTH, D. BOZON, M. ALMEIDA, M.C. ARAUJO, J. MENEZES, G. **Adolescência e Reprodução no Brasil: a Heterogeneidade dos Perfis Sociais.** *Cad. Saúde Pública*, v 19 supl.2 Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a19v19s2.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2008.
- ARANTES, A. C. **Educação Física Escolar: Temos o que Ensinar?** *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo: Suplemento, 1995.
- ATAIDE, Y. D. B. **Decifra-me ou Devoro-te: História Oral dos Meninos de Rua de Salvador.** São Paulo: Loyola, 1993.
- BOAVENTURA, Adson; PONTES, Aline. **Meninos de Rua uma Dura Realidade.** Disponível em: <<http://artefato.digital.jor.br>> Acesso em: 12 jun. 2007.
- BRACHT, V. **Educação Física e Aprendizagem Social.** 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997.
- BRASIL, **Constituição.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.615 de 24 de Março de 1998 – LEI PELÉ.** *Brasília, Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos.* Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ccivil/leis/L9615consol.htm>> Acesso em: 11 mar. 2007.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>> Acesso em: 22 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Políticas Públicas na Área da Saúde**. Disponível em: <<http://www.saúde.gov.br>> Acesso em: 24 nov. 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social, **Sistema Único de Assistência Social - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>> Acesso em: 04 mai. 2008.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/default.jsp> Acesso em: 07 mai. 2007.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Secretaria Nacional de Esporte Educacional Programa 2º Tempo**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>> Acesso em: 07 mai. 2007.

CAMPOS, T. N; DEL PRETTE, Z. A; DEL PRETTE, A. **(Sobre)Vivendo nas Ruas: Habilidades Sociais e Valores de Crianças e Adolescentes**. *Psicologia: Reflexões e Crítica*, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a19.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2007.

CARVALHO, A. et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CASTEL, R. **As Armadilhas da Exclusão**. In *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: Educ, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ESPORTE EDUCACIONAL I, 1996, Rio de Janeiro. **Memórias**. Rio de Janeiro: *Ministério Extraordinário dos Esportes*, INDESP: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1996.

DAYRELL, J. **Escola e Cultura Juvenis**. In *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

DE LUCCA, E. A. **Vantagens das Responsabilidades Sociais**. *Gazeta Mercantil*, São Paulo. 11 jul. 2002.

E.C.A. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva. 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio Século XXI – O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico – Elaboração e Formatação**. 14. ed. Porto Alegre: Brasil, 2006.

HAMMES, Wallney J. **Prontuário de Linguagem e Comunicação**. 2. ed. rev e aum. Pelotas: EDUCAT. 2001.

HIRATA. M. C. **Processo de Cuidar do Adolescente em Situação de Rua numa Perspectiva Alternativa**. In Ramos, F. R. et al (Orgs) *Adolescer: Compreender, Apoiar, Acolher*. Brasília. ABEn - Governo Federal, 2000.

KOLLER, S. **Resiliência e Vulnerabilidade em Criança em Situação de Risco Social e Pessoal** 2006. Disponível em:

<http://www2.ucb.br:8080/portal/visualizaInformacoesProjeto.do?id=1189>> Acesso em 14 jun . 2007.

LUSTOSA, P. H. **Políticas Públicas e Assistência Social: um Preâmbulo para Discussão do Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza** (1998-2002). 2005. Disponível em: <<http://www.ibrad.org.br>> Acesso em: 25 dez. 2006.

MARCILIO, M. L. **A Lenta Construção dos Direitos da Criança Brasileira: Século XX.** *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos: Universidade de São Paulo.* São Paulo: USP, 2002.

MEIHY, J. C. S. **Manual da História Oral.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, L. C. **História da Educação Física.** Disponível em:
<<http://www.cdof.com.br/historia.htm>> Acesso em: 01 fev. 2008.

MORIN, E. **Os Sete Saberes á Educação do Futuro.** *Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão Técnica de Edgar de Assis de Carvalho.* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, C. C. **Inezil Penna Marinho: O Tempo de uma História.** *Dissertação de Mestrado em Educação.* São Paulo: PUC/SP, 1997.

NETO, C.N. **O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação.** In: *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OMS — **Organização Mundial da Saúde.** Disponível em:
<<http://portal.ponto.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2007.

ONU/PNUD, 1996. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em: 10 mar. 2007.

PEREIRA, J. D. S; SILVA, S. S; PATRIOTA, L. M. **Políticas Sociais no Contexto Neoliberal: Focalização e Desmonte dos Direitos.** *Qualit@s - Revista Eletrônica- ISSN 1677- 4280 ed. Especial. V.5, n. 3, 2006.* Disponível em:

<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/issue/view/Edi%C3%A7%C3%A3o%20Especial>> Acesso em: 25 dez. 2006.

PUGA, A. **Carta dos Direitos das Crianças no Esporte.** *Revista do Panathlon Internacional, nº4, 2000, Avignone, 1995.* Disponível em:

<<http://listas.cev.org.br/arquivos/html/cevlusof/2001-10/msg00011.html>> Acesso em: 11 mar. 2007.

RIZZINI, I. **Vida nas Ruas: Crianças e Adolescentes nas Ruas: Trajetórias Inevitáveis.** Rio de Janeiro; PUC-Rio; São Paulo; Loyola, 2003.

ROCHA, A. A. **O Esporte Para Deficientes.** São Paulo: *Panathlon*, 2002.

SANTANA, J. S. S. **O Adolescente no Espaço Público da Rua.** In: Ramos, F. R. et al (Orgs) *Adolescer: Compreender, Apoiar, Acolher. Projeto Acolher.* Brasília, 2001.

SAWAIA, B. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SERGIO, Manuel. **Na Escola Desporto ou Educação Física.** *Jornal "A Página", Ano 10, nº 109, p. 2, Fevereiro 2002.*

SILVA, E.L. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3.ed. ver. Atual. Florianópolis. *Laboratório de Ensino à Distância da UFSC.* 2001.

SILVA, S. P. **Considerações sobre o Relacionamento Amoroso entre Adolescentes.** *Cadernos CEDES*, Campinas, v.22, n. 57, ago. 2002. p. 23-43.

SPOSATI, A. **A Fluidez da Inclusão / Exclusão Social.** *Ciência e Cultura Vol. 58, n. 4, São Paulo Oct / Dec. 2006, Ciência e Cultura Print. ISSN 0009-6725.* Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252006000400002&lng=pt&nrm=is> Acesso em: 05 fev. 2007.

TRIVIÑOS, N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado: História Oral**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TUBINO, M.J. G. **Dimensões Sociais do Esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TUBINO, M. J. G; GARRIDO, F; TUBINO, F. **Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

UNESCO. **Carta Internacional de Educação Física e Esporte 1978**. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>> Acesso em: 05 fev. 2007.

UNESCO BRASIL, **Inclusão Social e Redução da Pobreza**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/dsocial/areastematicas/inclusaosocial/index_html/mostra_documento> Acesso em: 05 fev. 2007.

UNIVERSIDADE DO ESPORTE. **História do Esporte**. Disponível em: <<http://www.ueonline.com.br/universidadedoesporte/historia%20do%20esporte.htm>> Acesso em: 31 mai. 2007.

VALENTE, E. F. **Pesquisa Histórica: um Relato de Experiências. Coletânea do I Encontro de História da Educação Física e do Esporte**. Campinas, 1994.

VÍCTORA, C. G. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WANDERLEY, B. M. **Refletindo Sobre a Noção de Exclusão**. In: *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicosocial e Ética da Desigualdade Social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997.

WERTHEIN, J. **A Comunidade do Esporte e o Esporte da Comunidade**. In: *Seminário Internacional Esporte e a Inclusão Social*, 2002. São Paulo, Anais. São Paulo, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A

FICHÁRIO BÁSICO DAS CASR			
NOME _____		IDADE _____	
GÊNERO MAS () FEM ()			
MORA COM A FAMÍLIA? SIM () NÃO ()			
ESTÁ SENDO CRIADO POR QUEM? _____			
QUAL	SÉRIE	VOCÊ	ESTÁ
CURSANDO? _____			
HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ NA ENTIDADE? _____			
O QUE FAZ NO TURNO INVERSO AO ESCOLAR DA ENTIDADE? _____			

APÊNDICE B**ROTEIRO PARA DISCUSSÃO NO GRUPO FOCAL****ROTEIRO**

- 1. O QUE VOCÊS MAIS GOSTAM DE FAZER NA ENTIDADE?**
- 2. VOCÊS GOSTAM DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NA ENTIDADE? POR QUÊ?**
- 3. O QUE VOCÊS ESPERAM OBTER COM A PRÁTICA DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS QUE FAZEM NA ENTIDADE?**
- 4. VOCÊS FIZERAM MUITOS AMIGOS NA ENTIDADE?**
- 5. A ENTIDADE E AJUDOU A MELHORAR SUA VIDA? COMO É QUE ISSO ACONTECEU?**
- 7. QUAIS SÃO AS MELHORES COISAS QUE A ENTIDADE PROPORCIONOU PARA VOCÊS?**
- 8. QUAIS SÃO AS MELHORES COISAS QUE A ENTIDADE PROPORCIONOU PARA SUA FAMÍLIA?**

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

ROTEIRO
1. UM DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE É PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DAS CASR POR MEIO DO ESPORTE. SOB A ÓTICA DA ENTIDADE, COMO SE PROCESSA ISSO? 2. QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES PARA INCLUIR, POR MEIO DO ESPORTE, DAS CASR NA ENTIDADE? 3. O ESPORTE FUNCIONA COMO UM MEIO DE ATRAIR AS CASR PARA A ENTIDADE OU TEM OUTRA FINALIDADE? 4. EXISTE FALTA DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, INFRA-ESTRUTURA E MATERIAL ESPORTIVO NA ENTIDADE? 5. ESSES ELEMENTOS INVIABILIZAM A INCLUSÃO, POR MEIO DO ESPORTE, DAS CASR? 6. A ENTIDADE ACREDITA QUE CONSEGUE PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, POR MEIO DO ESPORTE, DAS CASR? 7. O QUE SERIA, PARA A ENTIDADE, PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL? 8. EXISTE ALGUM MOTIVO QUE IMPEÇA A INCLUSÃO DAS CASR, POR MEIO DO ESPORTE, NA ENTIDADE?

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ilm^a. Sr^a. Diretora do Instituto

Solicitamos seu consentimento para desenvolver nesta Entidade uma pesquisa do Mestrado de Política Social, da Universidade Católica de Pelotas, cujo título é “INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO”.

A fim de proceder ao estudo, precisaremos realizar entrevistas para o desenvolvimento do tema. No entanto, para todos será garantido o direito de não participar ou de interromper a participação a qualquer momento. Na apresentação dos resultados, será mantido o anonimato tanto da entidade quanto dos participantes. Estamos disponíveis para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. O contato pode ser pelos telefones 8114 0084 / 3027 4141, com José.

Seu consentimento é indispensável à concretização deste estudo, podendo ser cancelado a qualquer momento sem que isso cause ônus à entidade.

Sendo o que tínhamos a tratar, e, certos de contar com sua colaboração, subscrevemo-nos.

Prof^a. Dra. Helenara Silveira Fagundes
Orientadora da Pesquisa

José Antônio Coelho Recuero
Mestrando em Política Social

APÊNDICE E**DECLARAÇÃO****DIRETORA DA ENTIDADE**

Declaro ter sido esclarecida acerca do objetivo, da forma de participação e da utilização das informações deste estudo, bem como estou ciente de que poderei cancelar esse consentimento a qualquer momento, sem que isso possa causar ônus para mim ou para a entidade. Assim, autorizo a realização da pesquisa intitulada “INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO”

Marilda Moreno

Diretora

Pelotas, de de 2008.

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Srs. Pais ou Responsáveis

Pelo presente Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui informado(a), de forma clara, sobre o objetivo e a forma da pesquisa, por intermédio de uma entrevista com uso de gravador e observação.

Igualmente, fui informado (a) sobre a liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento sem que acarrete prejuízo, sobre a segurança de que não serei identificado, o fato de ser mantido caráter confidencial, serem cumpridos os preceitos ético e legais; de se permitir uso de gravador, bem como admitidas anotações das falas e das respostas, com garantia de sigilo e anonimato.

Autorizo que os resultados obtidos sejam apresentados em eventos e publicados.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Participante da Pesquisa

APÊNDICE G

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA**INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO**

A pesquisa para a qual estamos lhe convidando participar tem como objetivo investigar a atividade esportiva que você faz na entidade e verificar se esta, está lhe ajudando a ter maiores oportunidades de inclusão social.

Se você aceitar conversar conosco sobre esse assunto, terá de participar de um grupo com mais 14 colegas. Reunidos, ouviremos as opiniões de todos, faremos 2 reuniões com duração de, no máximo, 1h30m, em dias, hora e local fixados pela Direção da entidade.

Essas reuniões serão dirigidas por um professor de Educação Física (o pesquisador) e gravadas em fita cassete.

As opiniões, as colocações, as falas que você expuser durante a participação no grupo, serão anotadas e gravadas, e, mais tarde, utilizadas em um trabalho científico (uma pesquisa).

Fique tranquilo, porque o Professor de Educação Física (pesquisador) e a Coordenadora do Trabalho (orientadora) garantem que a sua identidade (nome) permanecerá em sigilo, ou seja, serão segredos, e ninguém saberá quem foi a pessoa a ter se manifestado nem o conteúdo da fala. Faremos assim para garantir sua privacidade (ninguém saberá acerca do conteúdo de sua fala e o de seu pensamento).

Você é livre para abandonar o grupo a qualquer momento.

Em caso de dúvidas sobre o trabalho, maiores informações poderão ser obtidas com o pesquisador ou com a orientadora da pesquisa: em (53-8114 0084), falar com José — pesquisador; em (53 – 8111 4553), com Helenara — orientadora.

JOSÉ ANTÔNIO COELHO RECUERO

**INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Política Social, da
Universidade Católica de Pelotas, como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helenara Fagundes

Pelotas

2008

JOSÉ ANTÔNIO COELHO RECUERO

**INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Elaine Tomasi (UCPEL)

Prof^a Dr^a. Mariângela da Rosa Afonso (UFPEL)

Pelotas, 28 de julho de 2008.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida e amada esposa, Maira Guedes Piltcher Recuero, que, com amor, preocupação e carinho, incentivou-me e me apoiou diante de todos os desafios enfrentados. Sem o seu amor, esta caminhada teria sido muito mais difícil: “Amo-te! Sempre te amarei! Obrigado, meu amor, por tudo!”

Aos meus queridos Rodrigo, Felipe e Mariana, que suportaram com paciência, compreensão e carinho, os momentos ausentes provocados pela necessidade de estudar. O amor de vocês foi fundamental e contribuiu para ser menos árdua a caminhada.

À minha querida e amada Vó Maria, que tanto fez por mim; ao meu querido, incrível e amado Pai, o qual me fez ser um homem; à minha querida, entusiasta e amada mãe – três pessoas fundamentais na minha vida –, as quais, muito embora não estejam aqui para me abraçar e dar os parabéns, porque estão no gozo da vida eterna, muito contribuíram a fim de eu poder dar mais este importante passo na minha formação: “Obrigado, Vó, Pai e Mãe! Cuidem de mim! Amo vocês!”

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, José Leonardo e Maria Ricardina, por tudo o que fizeram em vida por mim, e, por tudo o que estão fazendo agora, no gozo da vida eterna.

À Prof^a Dr^a Helenara Silveira Fagundes, orientadora deste trabalho, pelo carinho, dedicação, paciência e empenho em me ajudar na sua realização.

À Prof^a Dr^a Elaine Tomasi, por suas valiosas contribuições, preocupação e interesse dispensados.

À Prof^a Dr^a Mariângela da Rosa Afonso, ex-aluna, ex-colega de trabalho e, agora, colaboradora, por sua preocupação, suas pertinentes contribuições, seu interesse e carinho a mim dedicados para que pudesse realizar minha dissertação.

Ao Prof. Lúcio André de Oliveira Fernandes, pelos apartes, pelas sugestões e contribuições detalhadas visando contribuir na elaboração deste estudo.

À Prof^a Teresinha Brandão, por seu grande empenho na revisão textual concernente à língua portuguesa.

Aos meus prezados, entusiastas e queridos professores do Mestrado, Prof^a Dr^a Vini Rabassa da Silva, Prof^a Dr^a Vera Maria Ribeiro Nogueira, Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar, Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz e Prof. Dr. Jovino Pizzi, pela dedicação, carinho e paciência dispensados.

Aos meus queridos amigos Camila e Alessandro Schwonke, pelos vários auxílios prestados, quando sanaram dúvidas, forneceram materiais, ofereceram “dicas”, procederam à formatação, em síntese, foram momentos de intensa solidariedade.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

As crianças e aos adolescentes que participaram e contribuíram, com suas histórias e experiências, conferindo sentido a este trabalho e enriquecendo a minha vida profissional. Por tudo o que fizeram, “meu muito obrigado!”

À diretora da Entidade, Prof^a Marilda Moreno e aos seus auxiliares, por me terem acolhido e facilitado a realização deste estudo.

Nada é impossível, para aquele que ama
(Chiara Lubich)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar se o esporte proporcionado a Crianças e Adolescentes em Situações de Risco (CASR) promove inclusão social. Realizamos, numa entidade pelotense, uma pesquisa qualitativa cuja finalidade consiste em desenvolver atividades esportivas como forma de inclusão social. Para tanto, lançamos mão de duas técnicas, o grupo focal e a entrevista semi-estruturada. Foram convidadas a participar deste estudo dezoito crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 15 anos, selecionados de forma aleatória, e contemplados ambos os gêneros. Baseando-nos nas falas destes, procuramos desvelar se tal propósito — inclusão social por meio do esporte — estava sendo atingido. Os registros coletados foram transcritos, examinados e classificados, emergindo desse material três temas, duas categorias e duas razões. A entidade, de cunho filantrópico, mantém convênios com o Governo Municipal e Federal, contando com os recursos advindos de quatro Políticas Públicas. Alguns deles custeiam essas atividades, enquanto outros destinam-se à manutenção dessas crianças e adolescentes com o intuito de as famílias mantê-las ocupadas no contra-turno escolar. Porém, esse auxílio não alcança regularmente seu destino, sendo o repasse da verba atrasado durante muitos meses, gerando à entidade um grande problema financeiro, o qual, por sua vez, desencadeia, uma gama de outros obstáculos: falta de material, pessoal especializado, qualificado; cancelamento de atividades, oficinas; deterioração da infra-estrutura, entre outros. Conseguimos pelo presente trabalho, desvelar situações que evidenciam ser a inclusão social, por intermédio do esporte, ainda muito frágil, mas, no plano das políticas de inclusão recorrentes à prática esportiva, a análise revela benefícios oriundos das Políticas Sociais. Igualmente, denota a fragilidade dessas políticas na medida em que não existe uma articulação efetiva entre elas. Não obstante sua debilidade na redução das desigualdades, podemos constatar que os programas contribuem a fim de as CASR não utilizarem drogas, permanecerem na escola, preservarem vínculos familiares, bem como manterem sua capacidade de sonhar.

Palavras-chave:

Crianças e Adolescentes em Situações de Risco, Esporte e Inclusão, Políticas Sociais

ABSTRACT

This study aimed to investigate whether the sport provided by Children and Adolescents in Situations of Risk (CASR) promote social inclusion. We, in a Pelotense entity, did a qualitative research whose purpose is to develop sports activities as a form of social inclusion. To that end, we used two different techniques, the focus group and semi-structured. There were invited to participate in this study eighteen children and adolescents, aged between 10 and 15 years old, selected at random, and included both genders. Basing our work on their words, our purpose was to show if it, social inclusion through sport, was being achieved. The records collected were transcribed, examined and classified, three themes, two categories and two reasons emerged from this material. The entity, a philanthropic stamp, maintains agreements with the Federal and Municipal Government, relying on resources derived from four Public Policies. Some sponsor these activities, while others target the maintenance of these children and adolescents with the aim of the families to keep them occupied in counter-round school. However, this aid does not usually reach its destination, due to the money being delayed for many months, generating a large financial problem to the entity, which in turn triggers a range of other obstacles: lack of material, skilled and/or qualified personnel; cancellation of activities, workshops, deterioration of infrastructure, etc. We; through the work, unveiled situations that evidenced to be social inclusion, through the sports; still it is very fragile in terms of policies to include applicants to practice sports, the analysis shows benefits from Social Policy. Also it denotes the fragility of these policies in that there is no effective coordination between them. Despite its weakness in reducing inequalities, we can see that the programs do contribute to CASR, not to use drugs, stay at school, preserve family ties and maintain their capacity to dream.

Keywords:

Children and Adolescents in Situations of Risk, Sport and Inclusion, Social Policies

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMs	Associação Cristã de Moços
ASEF	Apoio Sócio-Educativo Familiar
ASEMA	Apoio Sócio Educativo Meio Aberto
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
CASR	Crianças e Adolescentes em Situações de Risco
CBEE	Conferência Brasileira de Esporte Educacional
CND	Conselho Nacional de Desportos
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPT	Esporte para Todos
FIEP	Federação Internacional de Educação Física
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNCA	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PELDC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PES	Programa Esporte Solidário
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNE	Política Nacional de Esporte
PNPAF-AB	Programa Nacional de Promoção da Atividade Física – Agita Brasil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSIAO	Projeto Serviço Integrado de Amparo e Orientação
PST	Programa Segundo Tempo
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TE	Trabalho Educativo

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 OBJETIVOS — PROBLEMA DE PESQUISA — PRESSUPOSTOS.....	17
1.1 OBJETIVO GERAL	17
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.4 PRESSUPOSTOS	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 ESPORTE: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS.....	18
2.2 ESPORTE NO BRASIL: IMPORTÂNCIA E CAMINHADA	23
2.3 POLÍTICAS SOCIAIS	27
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	31
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS.....	33
3 EXCLUSÃO.....	38
4 INCLUSÃO	42
5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO — CASR	44
6 METODOLOGIA.....	48
6.1 TIPO DE ESTUDO.....	48
6.2 SUJEITOS DO ESTUDO	48
6.3 LOCAL DO ESTUDO	49
6.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	50
6.5 COLETA DOS DADOS.....	50
6.6 REGISTRO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	52
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	54

7.1 PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO ESTUDO	54
7.2 MOTIVOS QUE ESTIMULAM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A SE APROXIMAR DA ENTIDADE	55
7.2.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	55
7.2.2 A Entidade e suas Oficinas	58
7.3 AS VIVÊNCIAS E RELAÇÕES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DENTRO DA ENTIDADE	61
7.3.1 As Difíceis Relações e Vivências entre Eles e a Entidade	61
7.3.2 A Falta de Comprometimento e Desinteresse dos Profissionais	65
7.4 O ESPORTE E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ENTIDADE.....	67
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES.....	86
APÊNDICE A.....	87
APÊNDICE B.....	88
APÊNDICE C.....	89
APÊNDICE D.....	90
APÊNDICE E.....	91
APÊNDICE F.....	92
APÊNDICE G	93

INTRODUÇÃO

O cenário econômico e social brasileiro é altamente convidativo a que crianças e adolescentes procurem as ruas como refúgio para sua sobrevivência e como fuga da violência doméstica, miséria e do trabalho forçado.

Quando, porém, essas crianças e adolescentes chegam às ruas, tornam-se extremamente vulneráveis. Na prática, ficam mais expostas a todo tipo de violência, acarretando, desse modo, a ampliação de graves riscos ao se manterem a margem da sociedade e submetendo-se a uma conjuntura de indigna exclusão.

A vulnerabilidade à qual se expõe esse grupo infanto-juvenil, conforme o Ministério da Saúde do Brasil (2006), é a pouca ou nenhuma capacidade do indivíduo ou de um grupo social, decidir sobre sua situação de risco. Por conseguinte, quando tratarmos de vulnerabilidade, neste trabalho, estamos aludindo a essa realidade descrita.

Dessa forma, um outro aspecto dramático, vivido por estas crianças em situação de risco (CASR)¹, consiste na total exclusão social que experimentam ao irem viver nas ruas. A realidade da exclusão não é nova, sempre existiu, em todas as partes do mundo, em diferentes épocas e de diversas formas. Combater esse problema é um árduo, intenso, cansativo e, muitas vezes, infrutífero empreendimento, mas necessário às CASR.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2000), capítulo I, art. 7º, “a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam seu nascimento e o desenvolver-se harmoniosamente em condições dignas de existência”.

Portanto, mencionar o termo inclusão a essas CASR não é senão atuar o preconizado pelo ECA. Embora não conheçam seus direitos, o que esperam daqueles os quais delas se aproximam e tentam ajudá-las são ações concretas a fim de lhes possibilitar o acesso a esses direitos.

De acordo com Boaventura (2007), em face da penosa realidade, para atacar, minimizar e tentar erradicar esses problemas sociais, as várias esferas dos

¹ CASR – Crianças e Adolescentes que se encontram em diversas Situações de Risco.

governos, vêm, no decorrer da história, implantando novas políticas públicas, criando órgãos e fundações, voltadas especificamente a tal questão.

Os governos brasileiros, no decorrer dos últimos 50 anos, vêm enfrentando graves crises na área social, e, visando resolvê-las ou minimizá-las, instituíram várias Políticas Públicas, Políticas Públicas Esportivas e Programas Sociais.

Grande parte das Políticas Públicas Esportivas, disponíveis à população atualmente, foram elaboradas pelo Ministério do Esporte — criado, em 1995, em caráter precário, e, em 2003, em caráter permanente. Elas utilizam o esporte como meio de inclusão social e foram estabelecidas pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (2007) e pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (2007)

A sociedade civil também vem se mobilizando, no mesmo sentido, e trabalha, sobretudo, no vácuo ocasionado pela incapacidade governamental de abordar amplamente a problemática evidenciada. Surgiu, a partir dela, uma considerável gama de organizações não-governamentais (ONGs)² que trabalham com idêntico objetivo das governamentais.

Preocupada com essa conjuntura, também a Igreja que, desde sempre, procurou estar presente e envolvida com a problemática, contribuiu significativamente, por meio de suas ações, para esse contexto ser aplacado. A instituição foi responsável pela criação e subsistência de várias outras entidades, na sua grande maioria, seculares e empenhadas em trabalhar, desde as origens de nossa história, com CASR.

Inquietações como essas, acima expressas, estimularam a realização desta pesquisa, a qual tem por objetivo geral investigar se o esporte praticado em uma dessas organizações, em Pelotas, destinada às CASR, consegue promover inclusão social, de acordo com suas finalidades.

Este trabalho justifica-se, ainda, pela necessidade e importância de investigar se o esporte promove inclusão, porque esta realidade deve estar presente em todos os setores de nossa sociedade.

² **Organizações Não-Governamentais** (ou também designadas **organizações não-governamentais sem fins lucrativos**) são associações do terceiro setor da sociedade civil, que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, e desenvolvem ações em diferentes áreas.

Carmelita Yasbek, (apud SPOSATI, 2006), citando José de Souza Marins, ratifica tal idéia quando assim se manifesta: “[...]. Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão”

O esporte, como sabemos, é uma atividade abrangente, diversificada, de certa forma, de fácil acesso, em especial aos excluídos; um importante instrumento nas mãos de muitas entidades, por isso, cabe-nos estudar e verificar se ele tem, realmente, a capacidade de incluir e propiciar um desenvolvimento saudável e produtivo ao cidadão.

O esporte, no decorrer de nossa história, foi visto, de algum modo, como um meio de inclusão social a uma pequena minoria, e, por isso, a muitas CASR, essa é sua finalidade prioritária.

O presente trabalho, inicialmente, apresenta uma breve história do esporte, no mundo, e o desenvolvimento que este propiciou à humanidade, bem como registra dados sobre realidades construídas sob a influência dessa prática nos vários setores da sociedade.

Num segundo momento, percorremos a história do esporte no Brasil, sua importância e caminhada.

Na seqüência, aprofundamos o conceito de Políticas Sociais e Públicas para que pudéssemos ter em mãos mais subsídios a fim de abordar nosso objeto de investigação.

Após, procuramos identificar e conhecer quais eram as principais Políticas Públicas Esportivas dos últimos governos, as não mais em vigor e as ainda vigentes, com o intuito de conseguirmos alcançar uma visão abrangente do trabalho destas.

Visando fundamentar nosso trabalho, necessitávamos discutir e conhecer mais sobre dois temas muito complexos e hodiernos, ou seja, a inclusão e a exclusão sociais. Reunimos, ainda, os pensamentos e definições de vários autores que tratavam do tema inclusão e, com base neles, formulamos um conceito que norteou nosso estudo.

Tivemos que conhecer a aprofundar, um pouco mais, sobre quem são consideradas as CASR³ e discorrer sobre elas. Esses aspectos embasaram o trabalho e subsidiaram o referencial teórico para responder às questões levantadas.

³ Conceito de CASR adotado neste trabalho – É uma definição difícil, mas, consideraremos aquela criança que passa por privações de ordens diversas, que não possui condições de uma vida digna, que não possui acesso a uma estrutura familiar equilibrada, que sofre algum tipo de exclusão (falta de

Com o objetivo, ainda, de atingir nossos propósitos, realizamos uma pesquisa qualitativa, servindo-nos da técnica de Grupo Focal e de uma Entrevista Semi-Estruturada com a Direção da entidade selecionada, atendendo sempre a todos os preceitos éticos dispostos na Lei.

A partir de então, procedemos à coleta dos dados, ao registro e sistematização destes. Em seguida, analisamos e discutimos os resultados, abordando e discorrendo sobre os temas, as categorias e razões que emergiram na pesquisa, respondendo aos questionamentos levantados por nosso estudo.

acesso a escola, falta de alimentação adequada, falta de lazer, falta de acesso a cultura, a vestuário, a assistência médica, a medicação, ...). Crianças que sofrem abusos, estão expostas a todo tipo de violência, maus tratos, negligências, obrigadas a realizar trabalhos infantis, pedir esmolas, crianças que estão na iminência do uso de drogas, que estão à margem da sociedade, ou que, tenham suas necessidades básicas não atendidas, independente de sua condição social ou econômica.

1 OBJETIVOS — PROBLEMA DE PESQUISA — PRESSUPOSTOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Investigar se o esporte, na entidade selecionada a este estudo, promove a inclusão social de crianças e adolescentes em situações de risco.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos desta pesquisa:

- ✓ traçar o perfil das CASR que freqüentam a entidade;
- ✓ conhecer a prática esportiva desenvolvida pela entidade;
- ✓ explicitar como a pratica esportiva se insere no Projeto Pedagógico da Entidade;
- ✓ identificar como o esporte pode contribuir para que ocorram mudanças positivas na vida das CASR atendidas pela entidade.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

As entidades filantrópicas que, em geral, trabalham com o esporte como meio de inclusão social, carecem de profissionais especializados, material esportivo, instalações e infra-estrutura adequadas, tornando o esporte, devido a essa carência, muitas vezes, uma atividade física, de lazer ou mesmo de recreação.

Dessa forma, nos propomos a investigar a prática esportiva desenvolvida na entidade por nós selecionada tentando responder ao questionamento: como o esporte pode ser concebido como um meio de promover a inclusão social?

1.4 PRESSUPOSTOS

- ✓ O esporte não é um meio de inclusão social porque as condições ao seu desenvolvimento impossibilitam se atingir tal inclusão.

✓ O esporte na entidade está desvinculado do Projeto Pedagógico e, por conseguinte, não viabiliza a inclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESPORTE: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS

A relação do homem com o esporte tem sua origem marcada pelos primatas, quando estes tinham de fugir dos animais predadores, lutar pela conquista de áreas, sendo essa atividade física humana considerada a mais antiga forma de esporte.

A prática desportiva teve seu início, segundo a Universidade do Esporte (2007), com os antigos egípcios, babilônios, assírios e hebreus. São vários os monumentos descobertos que atestam tal prática. Neles, encontramos explícitas cenas de luta, jogos de bola, natação, acrobacias e danças.

Há um curioso fato entre os egípcios: por volta de 2.700 A.C., eles praticavam o combate corpo-a-corpo e a luta com espadas, com fins bélicos e militares, e não esportivos, conforme constatou Valente (1994).

Na sociedade egípcia, aprimorar e desenvolver o vigor físico do soldado, além de representar mais chances de vitória nas batalhas, servia igualmente para demonstrar a superioridade de um povo sobre o outro. Interessante notar que, nos dias de hoje, essa questão de valer-se do esporte como meio de provar a superioridade de um povo sobre o outro permanece muito viva entre nós. É por ocasião dos grandes eventos esportivos, a exemplo dos Jogos Olímpicos e Campeonatos Mundiais, que podemos observar as formas de determinados povos, ainda hoje, praticarem o esporte e a maneira de o tratarem, vale dizer, é um modo de demonstrar e reafirmar a superioridade de seu sistema político, seus valores sociais e de sua cultura, em síntese, de sua raça sobre as outras.

Os gregos e os persas, segundo Valente (1994), foram os pioneiros em realizar a sistematização da prática esportiva, tendo sido os gregos ainda os primeiros a atingir um alto grau de civilização. A Filosofia, assim como a Lógica, a Arquitetura, a Educação Física e as Artes estão entre as principais heranças deixadas ao mundo moderno.

Na Grécia Antiga, o esporte pela primeira vez ocupou um lugar de destaque, e, a Educação Física abandonou o campo militar para se tornar motivo de distinção

social. Para os gregos, a prática esportiva era causa de orgulho entre os cidadãos. Inclusive, a alguns grandes pensadores da época — Aristóteles e Hipócrates —, o valor dos exercícios físicos, a educação do corpo, deveria preceder à do intelecto.

Na Idade Média, Nascimento (1997), considera que o Cristianismo exerceu grande influência sobre a prática da atividade física. A doutrina cristã sustentava ser mais importante a purificação da alma do que a do corpo, e, portanto, naquele período, o esporte principiou uma fase de intensa estagnação.

Nos séculos XVI e XVII, com o advento da Renascença e o surgimento do Humanismo, Moraes (2008) salienta que, a Educação Física praticamente passou a ser revivida. Ocorreu uma grande explosão da cultura física, música, ciência, literatura e das artes. A beleza do corpo, tida como pecaminosa na Idade Média, foi novamente explorada.

Naquele tempo, notabilizaram-se grandes artistas, como Leonardo da Vinci (1452-1519), com suas famosas e admiradas obras, e Michelângelo Buonarroti (1475 - 1564), criador de inúmeras esculturas, dentre elas, a de Davi.

Com Vitório de Feltre (1378 – 1466), houve o retorno da Educação Física Escolar, e, em 1423, ele fundou a escola "La Casa Giocosa" cujo conteúdo programático incluía os exercícios físicos (MORAES, 2008).

O Iluminismo, um movimento contrário ao abuso do poder no campo social, surgido na Inglaterra, no século XVII, desencadeou novas idéias. Como destaque daquela época, os alfarrábios apontam Jean-Jaques Rousseau (1712-1778) e Johann Pestalozzi (1746-1827).

Reiterando as palavras de Moraes (2008), podemos afirmar que foi Rousseau o defensor da Educação Física como necessária à educação infantil, e Pestalozzi, o grande precursor da escola primária popular, cuja atenção focava-se no desempenho correto dos exercícios.

No século XVIII, lembra-nos Sergio (2002), foi que vimos despontar as grandes figuras da Educação Física, Jahn Ling e Amoros. Nesse mesmo período, emergiram as bases dos conceitos modernos de esporte na Europa e, com isso, a Educação Física voltou a ser sistematizada, sendo designado, pela primeira vez, o termo "Educação Física".

Com a chegada do século XIX, sobreveio a reforma dos conceitos desportivos, com a definição das regras para os jogos, ocasionando, a partir disso, a padronização dos regulamentos das disputas e favorecendo a internacionalização

do esporte. A despeito de tais mudanças, a primeira metade do século XIX foi marcada por um desenvolvimento lento do esporte. As guerras mundiais, a revolução comunista e o “*crack*”⁴ da Bolsa de Nova York acarretaram dificuldades ao treinamento de atletas e à realização de competições.

Segundo pesquisas da Universidade do Esporte (2007), no fim do século XIX, foram delimitadas três amplas linhas doutrinárias de atividade física:

- ✓ a ginástica nacionalista (alemã), que valorizava os aspectos ligados ao patriotismo e à ordem;
- ✓ a ginástica médica (sueca), muito voltada para fins terapêuticos e preventivos;
- ✓ o movimento do esporte (inglês), introdutor de uma concepção moderna de esporte⁵.

Nessa época, houve um grande impulso e uma busca pela restauração do Movimento Olímpico, por intermédio de um francês, o barão Pierre de Coubertin, que conseguiu realizar a Primeira Olimpíada da Era Moderna, em 1896, em Atenas.

Igualmente nessa ocasião, surgiram várias modalidades de atividades físicas que deixaram suas marcas e compuseram as novas formas de trabalho da Educação Física contemporânea.

Entre estas modalidades, Tubino (2005) destaca: a Iniciação Esportiva (francesa), a Psicomotricidade e Educação Psicomotora (Wallon, Lê Boulch, Legido, Vitor da Fonseca e outros), o Behaviorismo Pedagógico Americano (objetivos, competências básicas, análise de ensino, etc.), o Movimento Esporte para Todos (Noruega e Alemanha), o Método Aeróbico (Cooper), a Educação Física de Adultos (ACMs – Associação Cristã de Moços), a ênfase em Testes e Medidas, e outras menos influentes.

Na segunda metade do século XX, o esporte foi influenciado por uma nova conjuntura — a Guerra Fria — que estimulava o uso ideológico do esporte, relegando o *Fair Play*”⁶ a um segundo plano.

⁴ “Crack” – Quebra.

⁵ Conceito de Esporte – Os dispositivos da Constituição de 1988 e as legislações esportivas federais promulgadas após a Constituição apontam para uma concepção de Esporte sob o enfoque de fator de promoção social, Esporte educacional – aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade, em busca de um desenvolvimento integral e formação do indivíduo e a sua formação e Esporte de lazer e recreativo em que há prevalência do sentido lúdico, caracterizado pela livre escolha, satisfação e construção de valores éticos e políticos.

⁶ *FairPlay* – Jogo Limpo.

A partir de então, o que passou a importar foi o rendimento, o resultado. Começaram, assim, a ganhar notoriedade os atletas profissionais, os quais se tornaram estrelas e heróis nacionais.

A necessidade, a qualquer custo, de vitórias nas competições desafiaram os governos a reverem suas posições e assumirem novas responsabilidades concernentes às atividades físicas.

Paralelamente a isso então, foram publicados textos os quais, destacavam a necessidade de garantir à população em geral — e não apenas aos atletas — condições que possibilitassem a democratização do esporte.

Na última década do século XX, consolidou-se a idéia de que o esporte é um direito de todos. Logo, grupos os quais até então tinham pouco acesso à atividade física passaram a ganhar mais atenção e ampliou-se o conceito de esporte: esporte participação (lazer) e esporte de rendimento (competição).

Notável contribuição à área esportiva diz respeito à elaboração da Carta Internacional de Educação Física e Esporte — UNESCO⁷ (1978), na qual consta, em resumo, que a prática esportiva e a Educação Física deveriam ser entendidas como direitos de todas as pessoas, constituem um elemento essencial da educação permanente dentro do sistema global de educação, devendo os programas de educação física e desporto⁸ responder às necessidades individuais e sociais.

É ainda na década de 70 que o papel do Estado sofreu alteração, ou seja, ele deixou de ser um tutor das atividades esportivas e passou a se constituir um órgão de investimento em recursos humanos e Políticas Públicas Esportivas. Nesse sentido, são oportunas as palavras de Rocha sobre a função estatal:

A inclusão social e profissional de grupos populacionais minoritários e o incremento de mecanismos e ações procurando uma maior representação política destes, facilitando o acesso aos serviços essenciais (saúde, educação, saneamento) e a outros equipamentos urbanos (transportes, lazer, condições para a prática desportiva etc.) constituem direito inalienável dos cidadãos e devem contemplar as prioridades das ações inseridas nas agendas governamentais (ROCHA, 2002 p.20).

Outra marca significativa, para Tubino (2005), na área da Educação Física e do Esporte, foram os expressivos números de manifestos, declarações, cartas e

⁷ UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁸ Conceito de desporto — é um jogo caracterizado por finalidades agonísticas, que apresenta como propriedade fundamental o exercício físico submetido a uma regulamentação.

agendas, que permitiram a análise acerca dos aspectos evolutivos da Educação Física.

Dentre esses documentos, destacam-se: os Manifestos Mundiais da Educação Física da FIEP (Federação Internacional de Educação Física) 1970 - preocupado em criar uma concepção clara da Educação Física que pudesse nortear seus caminhos, e o de 2000, um documento síntese de tudo o que foi discutido na segunda metade do século XX e proposto pelos fiepianos em todos os quadrantes e continentes. As Declarações das Reuniões de Ministros e Responsáveis pela Educação Física e Esporte, promovidas pela UNESCO (Paris – 1976, Moscou – 1988, Punta del Este – 1994 e Atenas — 2004); o Manifesto do Esporte (1968); a Carta Européia de Esporte para Todos (Comunidade Européia — 1975); a Agenda de Berlin (1999), são todos eles significativos exemplos de documentos, redigidos para a sociedade internacional, que proporcionaram referências para um esporte comprometido com a Educação.

Como podemos notar, o esporte percorreu uma longa trajetória histórica, a qual nos ajuda a entender porque esse fenômeno, surgido há milênios, conseguiu se perpetuar no imaginário do homem, e, conforme salienta Tubino (2005), neste século, fez surgir um novo homem, o “homem esportivo”.

Esse novo homem incorporou a atividade física e esportiva à sua cultura, e a sociedade e os governos perceberam a importância desse instrumento, o esporte, na vida social das populações, isto é, o quanto ele pode ser promotor de emancipação e desenvolvimento. Segundo Rocha (2002), o esporte como ciência e disciplina representam uma verdadeira “ferramenta” a ser usada no esforço para a inserção social do indivíduo excluído.

Baseando-se na história do esporte, na importância que este adquiriu, foram criadas pelos governos, no decorrer das últimas décadas, Políticas Públicas Esportivas com a finalidade de suprir as necessidades da população.

No Brasil, vem-se investindo na área esportiva e, nas últimas décadas, busca desenvolver eventos e campanhas na área do esporte e para tanto se implantaram vários programas, tais como: Programa Esporte para Todos – que tem como objetivo geral, a democratização do acesso a essa prática como meio educacional para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, Programa Esporte Solidário – que tem como objetivo geral, diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e, de jovens e adolescentes carentes, na faixa etária de 10 a 24

anos, pela intensificação da prática desportiva, Programa Nacional de Promoção da Atividade Física “Agita Brasil” – que visa incrementar o conhecimento da população sobre os benefícios da atividade física, chamando a atenção para a sua importância como fator predominante de proteção à saúde, no intuito de envolvê-la na prática de tais atividades, Programa Esporte e Lazer da Cidade – que tem como objetivo promover o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, Programa Segundo Tempo - que têm por objetivo principal, valer-se do esporte para promover a inclusão.

A História evidenciou a relevância do esporte, e os trabalhos, projetos e manifestos, fizeram dele um elemento precioso nas mãos dos governantes.

As notícias na mídia são pródigas em informar que, por meio de tais programas, políticas, de ações da sociedade civil e religiosa, se bem conduzidas, concorrem para disciplinar seus participantes, afastá-los das drogas, diminuir atos de vandalismo, reduzir ações predatórias sobre os bens públicos, etc., oportunizando, por conseguinte, a inclusão social de crianças, jovens e adultos.

Se o poder público, de algum modo, favorece a prática desportiva, esta adquire o “status” inerente a qualquer outro “equipamento urbano”⁹ (saúde, transporte público, educação, saneamento), fundamentais à qualidade de vida do ser humano.

Inserir-se, pois, a prática esportiva na premissa da Organização Mundial da Saúde (OMS) que enfatiza: “saúde não é só a ausência de doença, mas o completo bem-estar físico e mental de cada indivíduo”.

Tais condições só poderão ser plenamente satisfeitas se a todos os cidadãos for proporcionado ou facultado usufruir a totalidade dos “equipamentos urbanos”, ter acesso a eles e incluir, portanto, o esporte ou as facilidades à prática desportiva.

2.2 ESPORTE NO BRASIL: IMPORTÂNCIA E CAMINHADA

Segundo Arantes (1995) e outros pedagogos da Educação Física e do Esporte, a contribuição do esporte, no que respeita à socialização das crianças, vem

⁹ Equipamento Urbano – são considerados como tal os vários elementos como: os meios de transporte público, o acesso a saúde, a educação, o saneamento, enfim todos os componentes básicos e fundamentais para proporcionar qualidade de vida ao ser humano.

sendo utilizada como justificativa para a inclusão da Educação Física nos Currículos Escolares, e tem sido muito mais realçada do que no passado.

As considerações tecidas indicam que a criança, por intermédio do esporte, é capaz de perceber a existência dos “outros” entre ela e o mundo e, para manter a harmoniosa convivência social, é preciso obedecer a determinadas regras, seguir determinados comportamentos (OBERTEUFER; ULRICH, 1977 apud BRACHT, 1997).

As crianças aprendem, também, a conviver com vitórias e derrotas, a vencer pelo esforço pessoal, e, recorrendo ao esporte, a desenvolver a independência e a confiança nelas mesmas e o sentido de responsabilidade e valores. Todas essas ponderações têm em comum o fato de identificarem um papel positivo ao esporte no processo da educação. Ele é um instrumento que permite aos indivíduos de todas as classes sociais, raças e credos experimentar igualdade e justiça social.

O esporte, na cultura brasileira, configura-se um elemento de interação social, agente do processo educativo, mecanismo auxiliar à política de saúde e veículo de promoção do lazer. Pode ser concebido como um instrumento fundamental no auxílio ao processo de desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, ao lhes ensinar o respeito às experiências e expectativas individuais, à democratização do acesso social, aos valores éticos e sociais, ao resgate da cultura esportiva.

No âmbito social, o esporte assume uma função pedagógica no processo de formação do indivíduo, ressaltando-lhe alguns princípios, tais como a disciplina, o respeito à hierarquia e às “regras do jogo”, a solidariedade, o espírito de equipe e outros fatores do desenvolvimento humano.

Marcílio (2002) observa que é necessário a família, a sociedade, o governo e a comunidade internacional empreenderem ações visando o cumprimento dos direitos de todas as crianças, de maneira sustentável, participativa e não-discriminatória.

O esporte é um direito de todos, na infância e na adolescência. Ele compreende as atividades praticadas nos sistemas de ensino e as vivenciadas nas associações esportivas, devendo, porém, evitar-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus participantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo.

Encontramos alguns importantes fundamentos, que possibilitam o desenvolvimento integral e a formação educacional esportiva, referidos na Conferência Brasileira de Esporte Educacional — CBEE (1996, p.6): “co-educação; participação; cooperação; emancipação; inclusão e co-responsabilidade”.

De acordo com Morin (2003), a educação deve desempenhar um papel crítico-transformador comportamental. Para tanto, o esporte¹⁰, como ação educativa, igualmente deve propor uma modificação integral no indivíduo.

No Brasil, comumente, a prática esportiva é desenvolvida nos e pelos clubes; por consequência, as vagas destinadas às atletas são escassas. Idêntica dificuldade de acesso reflete-se nos níveis superiores: atingir as escolinhas e, posteriormente, as equipes amadoras e profissionais dos clubes é muito raro. Quando isso acontece, o atleta não raro tem de escolher entre prosseguir seus estudos ou se profissionalizar.

A prática esportiva competitiva, em nosso país, não só separa educação e desporto¹¹, como também os coloca em oposição. Para se atingir, portanto, determinado nível nessa atividade, é necessário que se abandonem os estudos, ou seja, escolha-se entre uma ou outra.

Werthein (2002) explica que essa oposição existente na atividade esportiva, no Brasil, é decorrente dos procedimentos adotados ao seu desenvolvimento, os quais não contaram com a participação efetiva do Estado. Trata-se de opções, que foram sendo feitas, naturalmente, durante o processo de organização do esporte em território nacional, culminando no atual modelo.

Na década de 1980, o poder executivo começou a empreender esforços no sentido de desenvolver o esporte no País, numa tentativa muito precisa de substituir esse modelo. Inicialmente, de forma improvisada e não muito clara de agir, mas, a partir da década de 1990, com o envolvimento das empresas estatais, o trabalho começou a apresentar resultados significativos.

Coube a essas empresas patrocinar o desenvolvimento do esporte brasileiro, porque, como não existia uma política governamental consistente no que

¹⁰ Esporte – podemos dizer que é uma atividade metódica e regular associada a resultados concretos no que se refere à gestos e mobilidade dos indivíduos.

¹¹ Desporto - implica regras, jogo, competição, mesmo que seja só de lazer ou recreação. Com exceção daqueles desportos em que não se pratica atividade física, como o xadrez, o bridge, etc., pode-se dizer que todos os desportos implicam atividade física, mas nem toda a atividade física implica a prática de desporto.

tange ao desporto, e, dada à demora de conscientização da iniciativa privada, esse apoio foi ampliado, igualmente, às modalidades amadoras.

Assim, Petrobrás, Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Embratel e Vale do Rio Doce (as duas últimas ainda como estatais) foram e ainda são, em grande parte, responsáveis pelos investimentos destinados ao basquete, vôlei, handebol, à natação, vela e a outros.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério dos Esportes foi responsável, em 2003, por aplicações de R\$ 200 milhões na área, e as estatais, de R\$ 250 milhões. (ALVES e PIERANTINI, 2007)

O grande problema de tal empreendimento reside no fato de que, na maior parte dos casos, ele voltou-se às seleções brasileiras principais de cada modalidade, em alguns casos, nas seleções de base, enquanto as demais categorias dos esportes amadores foram praticamente “abandonadas”, sofrendo todo tipo de obstáculo inerente a condição de esportes sem apoio.

No Brasil, a atividade esportiva carecia de regulamentação, porém, com o advento da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217 (BRASIL, 1988), houve, pela primeira vez, a preocupação de normalizar oficialmente esse tipo de prática, conforme os preceitos abaixo, a saber:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I _ A autonomia das Entidades Desportivas dirigentes e Associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II _ A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do Desporto Educacional e, em casos específicos, para a do Desporto de Alto Rendimento;

III _ O tratamento diferenciado para o Desporto Profissional e o não Profissional;

IV _ A proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º. _ O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após se esgotarem as instâncias da Justiça Desportiva, regulada em lei.

§ 2º. _ A Justiça Desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º. _ O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. Uma vez regulamentada as questões relativas ao Esporte no Brasil, mesmo com a nova Carta Magna, não foi prontamente regulado. O Ministério do Esporte foi criado apenas em 1995, em caráter extraordinário, praticamente sete anos depois de entrar em vigor o mais importante documento legal da Nação (BRASIL, 1988).

Para que ficasse evidente a necessidade da criação de um Ministério do Esporte, permanente, cuja existência não dependesse das nuances da política brasileira, foram necessários outros oito anos, ou seja, apenas em 2003 essa realidade consolidou-se.

Tubino (2001) adverte que todos esses anos transcorridos ao surgimento de tal órgão demonstram a grande falta de reconhecimento existente quanto aos méritos do esporte ao País.

2.3 POLÍTICAS SOCIAIS

Uma tarefa bastante complexa reside em caracterizar Políticas Sociais, devido às muitas definições em vigor, aos intensos debates em busca de uma conceituação razoavelmente precisa e clara e, também, muitas vezes, ao fato de as Políticas Públicas e Políticas Sociais serem vistas como sinônimas.

A fim de conceituarmos Política Social, servimo-nos de Pereira (1997 apud LUSTOSA, 2005), reconhecida pesquisadora na área, que nos explica:

Política Social é um processo que vai se dando no interior da necessária reciprocidade entre a determinação econômica e a vontade política de classes e grupos sociais antagônicos, face àquela determinação, mediante a pressão diferenciada junto ao Estado por mudanças que lhes sejam particularmente favoráveis.

Para a autora, a Política Social é uma mediação entre as necessidades de grupos de pressão e interesses e as exigências do sistema econômico de produção. Da mesma forma que as Políticas Públicas têm como objetivo a solução de situações-problema, as Políticas Sociais objetivam solucionar os conflitos de um grupo de atores sociais o qual constitui a sociedade.

Assim, Política Social pode ser entendida como toda ação do Estado que incide em determinado aspecto a ser abordado. As ações dessa política são determinadas pela autoridade do poder público e vão incidir na sociedade, na coletividade, e não tão-só no indivíduo, visando à proteção social.

Outros aspectos importantes com relação às Políticas Sociais são: De onde parte a ação? Por quem é formulada a Política Social? Qual o poder de representação e força que exercem os atores envolvidos no conflito?

Diante de tais questionamentos, podemos analisar se as políticas sociais serão constituídas por ações voltadas aos que necessitam de proteção social ou

não, pois difere muito uma política formulada por tecnocratas ou pela elite dominante de outra formulada de modo democrático, com a participação de todos os envolvidos.

Em face do acima expresso, torna-se imperativo saber qual a força e a capacidade de os atores sociais negociarem suas posições para a inclusão de uma política social na agenda pública. Muito embora, conforme Lustosa (2005, p.6), o papel das políticas sociais seja “o de compensar as debilidades de alguns indivíduos membros da sociedade, numa atitude de respeito às necessidades dos mais carentes”, muitas vezes, não é o que ocorre e, por isso, elas não atingem sua finalidade.

Outra questão a ser tratada diz respeito à proteção social, a qual se tornou muito comprometida a partir de momento em que o neoliberalismo passou a determinar as ações, políticas sociais e econômicas dos países em desenvolvimento.

Mediante um forte ajuste econômico, embasado em medidas neoliberais, emerge uma visão hegemônica universal sobre as políticas sociais, ancoradas em algumas organizações: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), tal como salientam Pereira, Silva e Patriota (2006). As autoras determinam que as ações de proteção do Estado devem centrar-se na população mais necessitada, ou seja, naquela a qual se encontra abaixo da linha de pobreza.

Dessa focalização das ações do governo, ainda segundo as autoras, surge um estímulo por parte do governo para investir em fundos sociais de emergência, individual e voluntária, por intermédio de organizações não-governamentais e filantrópicas, que passam a ocupar o lugar do Estado, eximindo-o de sua responsabilidade e transferindo a resolução dos problemas sociais à esfera da filantropia.

O Brasil nos anos 90 promoveu uma reestruturação das Políticas Sociais na perspectiva da solidariedade, da focalização e seletividade, da re-filantropização da pobreza e responsabilidade social, redução dos gastos sociais, descentralização e mercantilização dos bens sociais, promovendo assim o desmonte dos direitos sociais, tão duramente conquistados no Brasil.

No atual momento, as ações sociais do Estado limitam-se a políticas compensatórias focalizadas. Tais ações mantêm uma vasta gama de excluídos e ratificam a dissociação entre o desenvolvimento econômico e os aspectos sociais.

De acordo com Draibe (1993 apud PEREIRA, 2006), a Nação vem experimentando, desde a metade do século XX, uma das mais injustas estruturas sociais e um sistema de proteção social frágil, incompleto, incapaz de alterar a desigualdade e exclusão social.

Vivendo sob as bases do neoliberalismo, o País encontrou-se diante de um grande dilema: optar por uma determinada política econômica ou por uma política social que preservasse a proteção social duramente alcançada durante sua história. Vemos claramente qual foi a opção: a do ajuste econômico e fiscal, encaminhando, dessa forma, o intenso desmantelamento das políticas de proteção social.

Mediante tal conjuntura, apenas se fez notar, no Brasil, a ação de políticas focalizadas, que, como o próprio nome lembra, não são abrangentes e acabam por deixar uma vasta gama de excluídos. Lustosa (2005) aponta a problemas sofridos pelas políticas sociais, inviabilizando, pois, qualquer favorecimento de bem-estar e emancipação.

Para tanto, o autor, a princípio, vale-se do relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - ONU/PNUD (1996), com o propósito de mostrar as características do sistema de proteção social: altamente descentralizado; com clara divisão perversa do trabalho entre os setores público e privado de prestação de serviços; profundamente discriminatório e injusto, distante das reais necessidades da grande maioria da população, com marcadas distorções no modo de financiamento, desarticulado, dividido e impermeável ao controle público.

Diante disso, fica claro, que estamos distantes de viver sob a tutela de um Estado voltado a uma ampla e séria política de proteção social.

Porém, conforme Lustosa (2005), alguns passos para a gestão de políticas sociais já estão sendo dados com o intuito de viabilizá-las. São elas:

- a) Descentralização e Desconcentração: processo que começou com a vigência da Constituição de 1988, e cujo objetivo era maximizar os resultados em função de uma maior aproximação com o beneficiário e com a redução da burocratização;
- b) Participação e Poder Local: aspectos que permitem trabalhar conforme o cenário local.

c) Foco no Resultado e na Interdisciplinaridade: importante passo a fim de existir uma preocupação com os resultados alcançados pelas ações desenvolvidas pelo Estado, sendo avaliados segundo o grau de mudança gerado, pela transformação social provocada por determinada ação. Em relação à interdisciplinaridade, deve haver a formação de parcerias, interlocutores e articulação interinstitucional.

Essas, provavelmente, sejam as primeiras iniciativas para configurar novas estratégias na gestão das Políticas Sociais, porém, é necessário entender de que forma, na prática, elas vêm sendo implementadas. São realmente novas estratégias ou velhas propostas com nova roupagem?

Ao se mencionarem os termos descentralização e desconcentração, logo pensamos na autonomia, liberdade de articulação de políticas conforme os atores, no cenário onde se está inserido, assim como nas necessidades locais. Parece, no entanto, que foi transferida a responsabilidade de execução, mantendo centralizado o poder de decidir.

No que respeita à participação e poder local, buscam-se novos canais de participação da sociedade no reconhecimento das exigências específicas, bem como na formulação de soluções. Porém, embora sendo este um grande espaço de construção, ainda não é suficiente para transformar em instrumento de gestão de políticas sociais. Torna-se imperativo questionar se estamos preparados, tanto o poder quanto a sociedade, a compartilhar desses processos decisórios.

Com relação ao foco nos resultados, o gestor das Políticas Sociais deve responder não só pelo que produziu, mas também pelo modo como alterou o problema social. Positivamente associada está a interdisciplinaridade, alcançada pela articulação com diferentes segmentos da sociedade, mostrando serem os conflitos sociais complexos em sua origem, e tornando mais fácil encontrar caminhos para solucioná-los de forma interdisciplinar, e não segmentada.

Quando o estado liberal determinava que o mercado fosse o regulador das relações sociais, já se provocava, desde aquela época, a exclusão social. Porém, no pós-guerra, pela necessidade de amparar estes povos devastados, e, pelo fato de o mercado não estar dando conta dos problemas sociais emergentes, fez-se imprescindível o Estado atuar como interventor garantindo, de certa forma, às elites a manutenção de seu status social e atendendo às exigências sociais. Foi nesse período que surgiu o Estado de Bem-Estar Social.

Todavia, esse grande espaço destinado às questões sociais não resistiu por muito tempo, e, por volta da década de 60/70, quando as economias começam a dar sinais de declínio, sobreveio o neoliberalismo, com o objetivo de reduzir a ação do Estado a um mínimo de proteção social, a impor severos ajustes econômicos, que repercutiram drasticamente na área social, acarretando um grave retrocesso no Brasil.

Neste momento, é assim que nos encontramos: imersos na luta de classes, com um crescimento econômico, desvinculado do social; em um profundo abismo entre as classes sociais; com um elevado número de excluídos da sociedade e incluídos na miséria.

Este é o desafio das Políticas Sociais — a garantia de condições dignas de vida da população, ou melhor, a promoção da cidadania social, vinculada à garantia de direitos sociais, pela presença ativa do Estado, com a efetividade de tais políticas.

Certamente, as Políticas Sociais não resolvem todos os problemas, muito menos quando não conjugadas entre si e/ou com outras políticas. Foge de seu controle e capacidade reduzir níveis tão elevados de pobreza e desigualdade social, especialmente se as dificuldades são tantas, pois o meio político e econômico onde estão inseridas é o de baixo crescimento social, forte desemprego e fragilização das relações de trabalho. Todas essas situações debilitam as Políticas Sociais, mesmo quando trilham novos horizontes em busca de melhoria e aperfeiçoamento por reformas.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Pereira (1994 apud CARVALHO 2003) é fundamental conhecer o significado do termo “público”, o qual pode estar associado à política, não como uma referência exclusiva ao Estado, mas, sim, como uma expressão vinculada à coisa pública, uma referência a todos os que se encontram sob a égide de uma mesma lei.

Em geral, as Políticas Públicas são reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, por isso mesmo, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas que podem e devem ser controladas pelos cidadãos. Essas políticas expressam a conversão de resoluções privadas em deliberações e ações públicas, garantidas por lei, as quais afetam a todos e aludem ao direito de todos,

distribuindo ou redistribuindo bens e serviços sociais em resposta às necessidades dos cidadãos.

Além disso, tais políticas são resultantes do esforço, por parte do Estado, para solucionar problemas enfrentados pelas comunidades. Neste caso, são oportunas as palavras de Rua (1997 apud LUSTOSA, 2005), que salienta: “as políticas são públicas, não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter imperativo”.

Complementando essa idéia, Lustosa (2005) enfatiza: as Políticas Públicas originam-se das demandas de atores sociais que as direcionam ao sistema político ou à classe dominante, e, de acordo com o papel mais ou menos estratégico dos demandantes na sociedade, pressiona-se o Estado a orientá-las conforme seus interesses. Cumpre questionar, no entanto, qual força e capacidade desses atores de negociar suas posições a fim de participarem dessa inclusão na agenda pública.

Sobre esse tópico, Rua (1997 apud LUSTOSA, 2005), ainda descreve que os obstáculos entre os diferentes atores sociais que convivem em uma mesma sociedade, pode ser caracterizado como situação-problema, a qual pode ser assim entendida: “é aquela que incomoda e gera insatisfações para um grupo de pessoas, podendo ou não se converter em uma Política Pública.” Quando não é absorvida nesse tipo de política, converte-se no que ela designa *estado de coisas*.

Assim, na origem das Políticas Públicas há um conflito a incomodar determinado grupo, gerando, como mencionado, um *estado de coisas*. Paralelamente, existe um outro grupo com interesses contrários. Partindo desse conflito, e, dependendo do poder e articulação de cada grupo, esse *estado de coisas* irá se transformar em uma Política Pública.

Com o propósito desse *estado de coisas* passar a figurar na agenda governamental, é indispensável que atores, em posições estratégicas, provoquem uma ação política ou despertem o interesse político em resolver esse *estado de coisas*, ou ainda, tal *estado* se transformar em uma situação de calamidade, cujo ônus por não resolver a situação seja maior do que o de resolvê-la (RUA, 1997 apud LUSTOSA, 2005).

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS

Conforme Werthein (2002), em um país cujos problemas sociais distinguem-se por serem preocupações centrais dos governantes, é um dever moral e ético exercer a responsabilidade social, principalmente no que tange à democratização do acesso ao esporte e ao lazer para a infância e a adolescência.

Tais preceitos estão presentes no art. 227 da Constituição Federal, no art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Carta dos Direitos da Criança no Esporte, redigida em Avignone.

Os documentos têm como objetivo geral promover a inclusão social de crianças e adolescentes, por meio do esporte, utilizando recursos previstos no art. 260 do E.C.A., e, dessa forma, ampliar o atendimento esportivo no País.

Essa é também uma meta constante nas discussões entre o governo federal e alguns organismos internacionais — UNESCO, ONU e UNICEF¹².

A estratégia adotada pelo Ministério do Esporte, desde 2003, foi a criação de Políticas Públicas Esportivas e Programas que possibilitem a prática do esporte de forma massificada, em diversos níveis e com finalidades distintas, consolidando-se, a partir de então, um papel decisivo do Estado na regulação do setor.

O Ministério do Esporte formulou, no início da sua gestão, uma declaração intitulada Política Nacional de Esporte (PNE), ora em discussão no Conselho Nacional de Desportos (CND).

O documento apresenta o conceito defendido pela Lei 9615 – Lei Pelé, de 1998, segundo a qual o esporte brasileiro é:

- I. Desporto Educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, a sua formação e a prática do lazer;
- II. Desporto de Participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde, educação e na preservação do meio ambiente;
- III. Desporto de Rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei 9615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

¹² UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância.

É marco fundamental desse processo a realização da Primeira Conferência Nacional de Esportes, em 2004, em Brasília, na qual 1.200 delegados, escolhidos em assembleias estaduais e municipais em toda a Nação, discutiram, durante quatro dias, os objetivos, as diretrizes e bases de uma Política Nacional de Esporte.

Em meados do final dos anos 70, foi criado o Programa Esporte para Todos (EPT), com princípios voltados a um movimento de popularização do Esporte.

Essa política pública nasceu na Europa, mais especificamente na Alemanha, e visava, conforme o próprio nome sugere, permitir acesso ao esporte a todos.

Em nosso país, essa Política Pública Esportiva foi estabelecida e financiada pelo Ministério da Educação e Cultura, cujos veículos de divulgação eram uma rede nacional de rádio, uma revista e um programa de treinamento de “animadores” culturais.

A implantação do Esporte Para Todos era justificada pela dificuldade de acesso da maior parte da população ao Esporte, com projetos simples de construção de espaços (praças, ruas de lazer) e propostas de massificação do esporte como meio de favorecer a inclusão social.

No início de 2000, o governo lançou duas Políticas Públicas Esportivas de amplo alcance: o Programa Esporte Solidário (PES), um empreendimento com o mesmo propósito e apelo do EPT, e o Programa Nacional de Promoção da Atividade Física “Agita Brasil” (PNPAF-AB), uma iniciativa do Ministério da Saúde em conjunto com gestores estaduais e municipais do SUS (Sistema Único de Saúde), além de outros setores da iniciativa privada.

O PES, desde a sua implementação, já realizou mais de 25 oficinas em todo o País e dispõe de parceiros, tais quais SESI (Serviço Social da Indústria), SESC (Serviço Social do Comércio) e SENAI (Serviço Nacional da Indústria).

O projeto visa aprimorar o conhecimento da população sobre os benefícios da atividade física, lembrando não só o quanto esta pode se constituir num fator de proteção à sua saúde, como também é capaz de envolver a comunidade nessa prática.

Uma das últimas Políticas Públicas Esportivas que hoje ocupa lugar de destaque no cenário nacional é o Programa Segundo Tempo (PST), idealizado pelo Ministério do Esporte em conjunto com o Ministério da Educação, e destinado a democratizar o acesso à prática esportiva aos alunos matriculados no ensino

fundamental e médio, principalmente em áreas de vulnerabilidade social, por meio de atividades esportivas e de lazer, realizadas no contra-turno escolar.

O programa tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, o bem-estar físico, a promoção da saúde e o desenvolvimento intelectual.

Com o intuito de difundir a prática esportiva em outros segmentos, o Ministério do Esporte optou por buscar parcerias com organizações governamentais e não- governamentais.

Às Prefeituras, é oferecida a hipótese de uma ação conjunta com uma Política Pública Esportiva denominada Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELDC), instituída e gerenciada pela SNDEL (Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer), do Ministério do Esporte.

O referido programa tem por objetivo, em síntese, suprir a carência de Políticas Públicas Esportivas as quais atendam às crescentes necessidades e demandas da comunidade, por intermédio do esporte recreativo e lazer, sobretudo daquela em situação de riscos sociais e econômicos, reforçadora das condições de injustiça e exclusão social a que está submetida.

Às Instituições Cíveis, o Ministério oferece a alternativa de buscar doações ou patrocinadores à efetivação dessas propostas.

Uma conjunção entre o Ministério do Esporte e o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) proporciona a captação de recursos incentivados junto com pessoas físicas e jurídicas, as quais poderão direcionar suas doações às Políticas Públicas Esportivas de sua preferência, aprovadas no Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), conforme disposto no art. 260, do ECA (2000) (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Ao esporte competitivo de alto rendimento foram reservadas duas ações centrais. A primeira concerne à renovação do manancial teórico-legal voltado à organização do cenário esportivo e à estrutura dos clubes. A segunda refere-se ao fato de o Ministério do Esporte ter começado a exigir a adequação das agremiações ao novo Estatuto do Torcedor, documento muito polêmico que forçou a modernização de estádios e exigiu uma maior transparência administrativa por parte dos dirigentes.

Visando ao saneamento dos clubes, o Ministério do Esporte, num segundo momento, propôs ao Congresso Nacional a aprovação de uma nova loteria, a Timemania. Os clubes que aderissem ao jogo reteriam parte da nova receita na

fonte até terem sido pagas suas dívidas com o governo federal. Em contrapartida, seriam novamente abertos os canais a pedidos de empréstimos em bancos oficiais e receberiam parte da receita proveniente da loteria para investimentos.

Uma outra ação do Ministério do Esporte direcionada ao esporte competitivo de alto rendimento é a ajuda direta aos atletas sem ter de passar pelos clubes, como o Programa Bolsa-Atleta, uma importante ajuda financeira, mensal, para os esportistas que não têm patrocínio e disputam competições em modalidades Olímpicas e Para-Olímpicas.

Os valores das bolsas oscilam de acordo com o sucesso dos atletas, sendo mais baixos aos participantes de competições estudantis e mais altos aos reconhecidos internacionalmente. Examinadas em conjunto, as Políticas Públicas Esportivas do Ministério do Esporte apresentam significativas mudanças, novas diretrizes, comprometimento e ações voltadas a todos.

Foi, sem dúvida, a criação de um organismo, ao menos em tese, de caráter permanente, que propiciou a consolidação de políticas e projetos a esse setor. O esporte passou a figurar não apenas em relação às modalidades e competições de alto rendimento, mas também à sua prática de forma recreativa.

Fica ainda evidente a escolha pela integração dessas várias possibilidades, facilitando a associação da prática esportiva com outras áreas-alvo de Políticas Públicas Esportivas Federais como, por exemplo, a educação, a saúde e o trabalho.

Como podemos observar, não são poucas as Políticas Públicas Esportivas disponíveis, os Programas e as Formas de Incentivo que foram e estão sendo implantados no sentido de atingir a todos os cidadãos.

Viabilizar o acesso ao esporte, com efeito, capacitar as pessoas a ingressarem construtivamente na sociedade são objetivos permanentes de todas essas políticas.

Segundo De Lucca (2002), existe uma grande fragilidade nas Políticas Públicas Esportivas Nacionais por diversos motivos: precária comunicação entre as diversificadas esferas de governo; ineficiência da máquina burocrática instalada no Governo Federal — Ministério do Esporte —, que ainda não é capaz de desenvolver políticas eficazes ao setor; o personalismo decorrente do sistema de gestão adotado.

Personalismo, neste caso, deve ser entendido como a formulação de políticas não necessariamente vinculada a governos, mas, sim, a pessoas específicas.

No plano federal, por exemplo, a área esportiva sofreu regulamentação, promulgada, ainda assim, por meio de espasmos, e ligada a políticos e ex-atletas específicos, como a Lei Zico¹³ e a Lei Pelé¹⁴, personalidades então ocupantes de cargos de chefia na administração pública federal no referido âmbito.

De Lucca (2002) alerta-nos ao fato de ser necessário não só reconhecer que ainda são frágeis as instituições públicas responsáveis historicamente pelo esporte no Brasil, como também admitir que as ações individuais ocorram a fim de preencher a lacuna criada pela ausência de uma sistematização no tocante à regulação efetiva dessa área.

A despeito da ineficiência do Poder Executivo, no que tange ao Esporte, o Estado desempenhou um papel relevante, pois desde 2003, pôde reunir, centralizar Políticas Públicas Esportiva e ampliar estudos sobre as atividades esportivas em suas mais variadas formas. Feita a ressalva, não menos significativo é mencionar que não houve, de fato, uma Política Pública Esportiva Nacional consistente ao setor.

Caberia ao Estado, em tese, promover a Gestão do Esporte operada por diferentes Ministérios, de forma integrada, dada a importância que o setor tem para áreas diversas.

A implementação de uma Política Pública Esportiva Nacional eficaz demanda tempo, competência e interesse político de vários setores. Apenas por meio de tais valores é possível estabelecer a necessária articulação dessa política com outras das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social. Enquanto isso não for efetivado, temos de trabalhar com as que se encontram à disposição, pois ao menos, já propiciam um avanço no campo esportivo.

¹³ LEI ZICO - **LEI nº. 8.672**, de 6 de Julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

¹⁴ LEI PELÉ - **Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

3 EXCLUSÃO

Exclusão é um tema muito atual e também muito estudado nas diferentes áreas do conhecimento. Não raro, é abordado de forma pouco precisa e bastante dúbia. Tentaremos conceituá-lo fundamentando-nos em alguns autores, de modo a obter um melhor entendimento sobre o termo.

Castel (1997) traz à tona a origem da sua noção: que é atribuído a René Lenoir, em 1874, o delineamento do termo “exclusão”, propõe uma reflexão sobre as questões sociais, suscitando o debate e questionamento em torno do assunto. Este, porém, somente a partir dos anos 90, veio a protagonizar o debate entre os intelectuais.

“A exclusão vem se impondo, pouco a pouco, como um *mot-valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado, o jovem de periferia, o sem domicílio fixo, o sem-terra, todos esses são os chamados excluídos” (CASTEL, 1997, p. 15).

O emprego do termo exclusão é uma realidade que centraliza muitas discussões sobre o tema. Existe um grupo considerável de pesquisadores os quais não concordam com essa forma indiscriminada de aplicação da terminologia, inclusive, contestam-na defendendo a idéia de não a banalizar.

Assim, “a exclusão não se trata de um fenômeno marginal referido unicamente à franja dos sub proletários, mas, de um processo em curso, que atinge cada vez mais todas as camadas sociais” (WANDERLEY, 2002, p. 17).

Alguns pensavam ser esse um fato passageiro, típico de países periféricos, no entanto, ele não só passou a fazer parte de uma realidade que atinge a todos, como também se inseriu de tal forma no seio da sociedade, tornando-se, hoje, um problema universal e multifacetado. Desse modo,

Para melhor compreender exclusão se deve entender a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da justiça e a dimensão subjetiva do sofrimento, bem como o aspecto de contraditoriedade, ou seja, a qualidade de conter em si a sua negação e não existir sem ela, isto é, ser idêntico à inclusão (inserção social perversa). A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão (SAWAIA, 2002, p. 8).

No lugar da exclusão, portanto, faz-se presente a dialética da exclusão / inclusão, que, segundo Sawaia (2002), introduz a ética e a subjetividade na análise

sociológica da desigualdade, ampliando as interpretações legalistas e minimalistas de inclusão, baseadas em justiça social, restritas à crise do Estado e à do sistema de empregabilidade. Dessa forma, o termo passa a ser entendido como descompromisso político com o sofrimento do outro, e a dialética mencionada gera subjetividades específicas que incluem desde o sentir-se incluído até o reconhecer-se discriminado ou alvo de preconceito.

Ainda conforme Sawaia, exclusão:

[...] é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão, como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não é uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2002, p. 9).

Muitas situações, atualmente, estão sendo descritas como de exclusão e representam as mais variadas formas e sentidos. Sob esse rótulo, desenvolve-se uma série de manifestações que se apresenta sob a forma de rupturas, vale dizer, rompimentos com o vínculo social. Exemplificam essa afirmação os grupos de idosos, deficientes, desadaptados sociais, minorias étnicas ou de cor, desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de ingressar no mercado de trabalho, etc. Em verdade, essas manifestações denotam a ocorrência de uma saturação e uso indiscriminado dessa terminologia, acarretando a perda de seu real sentido.

Ainda em se tratando de exclusão, os estudiosos ressaltam que, do ponto de vista epistemológico, o fenômeno da exclusão é muito amplo, tornando-se quase impossível conseguir-se delimitá-lo. Muitos tentaram abordar a questão buscando formas de circunscrever a realidade, mas é tão complexo o tema que realmente se transformou numa tarefa inglória.

Outro aspecto essencial para se analisar esse processo excludente consiste na necessidade de contextualizá-lo, cuidadosamente, no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere a fim de que se obtenham conclusões efetivas. Sobre isso é interessante ressaltar:

No campo internacional, a passagem do predomínio do termo pobreza para exclusão significou em grande parte, o fim da ilusão de que as desigualdades sociais eram temporárias. A exclusão emerge, assim, no

campo internacional, como um sinal de que as tendências do desenvolvimento econômico se converteram. Agora — e significativamente — no momento em que o neoliberalismo se torna vitorioso por toda parte, as desigualdades aumentam e parecem permanecer (NASCIMENTO, 1995, apud WANDERLEY, 2002, p.19).

Cabe, ademais, salientar que pobreza e exclusão não podem ser tomadas tão-só como sinônimos de um mesmo fenômeno. Elas estão articuladas, embora pobreza não signifique necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir.

Castel (1997) é um crítico pertinaz das abordagens em geral conferidas à exclusão. Desconfia da heterogeneidade de usos permitida pelo conceito e do perigo representado pela autonomização de situações que só adquirem sentido quando inseridas em um contexto.

Segundo ele, o uso freqüente dessa terminologia resulta das vulnerabilidades decorrentes das transformações que se operam no mundo do trabalho, degradando as relações laborais e os sistemas de proteção correlatos, ou seja, da situação de crise da sociedade salarial.

O autor entende que se pode, por conseguinte, tratar com mais propriedade de expressões como vulnerabilização, precarização, marginalização, procedendo-se a uma distinção cuidadosa dos processos excludentes daqueles outros componentes constituintes da questão social contemporânea na sua globalidade.

A exclusão social é, além disso, um fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de trajetórias da ausência de vínculos: desligamento: integração / não-integração do mundo do trabalho e do mundo das relações sociais. A precarização e instabilidade das correlações do mundo do trabalho formal produzem contingentes populacionais desnecessários. São os “sobrantes”, “descamisados”, todos, com efeito, excluídos permanentemente do mundo do trabalho em função dos rápidos avanços ocasionados pelo desenvolvimento e pela grande quantidade de mão-de-obra mais qualificada.

Logo, “no mundo das relações sociais, a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode acarretar rupturas que conduzem ao isolamento social e à solidão” (WANDERLEY, 2002, p. 23).

Esse problema é global, não se restringe a um grupo ou segmento específico da sociedade. Encontra-se em todas as partes e é muito mais sério do que podemos imaginar, pois incide sobre instituições vitais ao crescimento e avanço da humanidade.

A exclusão, devido às dimensões que vem ganhando, tornou-se a questão social por excelência de nossos dias. Diante disso, Castel (1997), sustenta que é preciso ter um uso reservado para o termo, ou até mesmo substituí-lo por uma noção mais apropriada para nomear e analisar os riscos e as fraturas sociais atuais como forma de desvelar a especificidade de cada uma e de se conduzirem investigações mais precisas sobre os conteúdos que se pretende abranger.

O autor também não especifica a proveniência do conceito. Segundo ele, trata-se de uma qualificação negativa que designa falta, mas, com efeito, oculta a séria necessidade de se analisar a questão positivamente.

O emprego do termo, conforme Castel (1997), ocorre efetivamente em razão de o estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais ser resultante de trajetórias diferentes, pois não se nasce excluído, a não ser em casos muito particulares:

A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao processo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Os novos excluídos são seres descartáveis (WANDERLEY, 2002, p. 25).

O combate a esse fenômeno deve ocupar considerável lugar nas prioridades a quem quiser prover níveis de proteção e necessita romper com várias situações, entre elas: a correspondência entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade que, em geral, são brutais.

Diante de tais considerações, a exclusão apresenta-se como uma temática de extrema complexidade, de difícil trato, necessitando ser trabalhada criteriosa, atenta e criticamente.

É um fenômeno mundial, de dimensão planetária, mas é um problema que pode ser combatido e revisto se houver mudanças em algumas realidades hoje impostas pelo egoísmo humano, pela sua sede de poder, domínio, enriquecimento a qualquer custo e despreocupação com o próximo.

4 INCLUSÃO

A tentativa de delimitar e compreender o que seja inclusão não é uma tarefa muito simples, porém, procuraremos ampliar seu entendimento, sua amplitude e abrangência, fundamentando-nos na visão de outros pesquisadores.

A inclusão, como já mencionado, liga-se intimamente à exclusão e, para Sposati (2006, p.1), “a relação entre exclusão/inclusão identifica a iniquidade da desigualdade”. Além disso, confrontar, nesse binômio, a primeira no seu vínculo com a segunda é expor a análise no patamar ético-político, como uma forma de justiça social, possibilitando a descoberta de novas identidades e dinâmicas sociais.

Notamos, com base nas idéias de Sposati (2006), que o cerne do problema é o homem, o qual, motivado por razões diversas, para atender às questões e exigências pessoais não leva em conta os outros. Sobre isso, o autor assim se manifesta:

Ninguém é plenamente excluído ou permanentemente incluído, não se trata de uma condição de permanência, mas, da identificação da potência do movimento de indignação e inconformismo. A exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma (SPOSATI, 2006, p.2).

Esse parecer é importante porque revela que se trata de um contexto dinâmico, com solução, por isso, não se pode deixar de trabalhar no sentido de reverter o processo ou de se alcançar uma meta específica.

De acordo com Sawaia (2002), temos de levar em conta outros aspectos se quisermos abordar a inclusão. Ela denota a presença do sofrimento no fato de não se estar incluído, evidenciando ser este um elemento que desencadeará forçosamente a discussão do tema no campo da ética social, buscando, assim, respostas e posicionamentos novos.

Órgãos internacionais, como a UNESCO, entendem que a inclusão social é um dos principais agentes da redução da pobreza, e, convencida disso, tem trabalhado arduamente no sentido de reverter essa situação mediante várias iniciativas as quais repercutem no mundo todo, sendo considerado esse um trabalho de valor solidário e justo.

A entidade sugere que se poderá trabalhar no sentido de combater a pobreza e favorecer a inclusão social, diminuindo as desigualdades, por meio de políticas sociais, avaliações, pesquisas, intercâmbio de informações, capacitação de

indivíduos, instituições e comunidades, parcerias com as comunidades acadêmico-científicas e projetos de cooperação técnica.

A pobreza é entendida como um fenômeno amplo que se refere à estrutura de bem-estar e de participação no cotidiano social e engloba diversos elementos — não somente relacionados à falta de recursos — como a desigualdade na distribuição de renda, a vulnerabilidade, a exclusão social, a violência, a discriminação, a ausência de dignidade.

A Unesco Brasil (2007) acredita, ainda, que é necessário fortalecer a sociedade civil valendo-se de políticas que fomentem mudanças reais na qualidade de vida das populações e, a partir de então, seja possível promover-se uma maior inclusão social.

Diante de tal contexto, percebemos que a temática envolve uma discussão de vasta complexidade e exige ser trabalhada de forma veemente, coletiva e embasada em termos científicos, de modo a propiciar, com as diversas ações e programas existentes, uma efetiva, abrangente, e profunda mudança.

As dificuldades para isso são muitas e, freqüentemente, fogem do nosso raio de atuação ou alcance, mas isso não pode nem deve impedir que se continue a atuar de forma intensa, sistemática e eficaz no sentido de se obterem resultados os quais proporcionem acesso populacional à inclusão.

Nesse sentido, as Políticas Públicas Esportivas são um excelente meio para que se trabalhe sob tal ótica e se possa favorecer a muitas CASR a tão necessária inclusão social, por meio do esporte.

Diante do exposto, cumpre definir o que entendemos por essa expressão a fim de dispormos de uma chave de leitura dos fatos a serem analisados.

Entendemos como inclusão social o acesso a uma vida mais digna, pela diminuição das desigualdades, da vulnerabilidade, exclusão, eliminação de todo e qualquer tipo de violência contra as CASR, discriminação, com uma conseqüente melhora da qualidade de vida destas.

5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO — CASR

Especialmente nos últimos anos, a problemática dos Menin@s de Rua¹⁵ tem sido uma preocupação a mais para a Sociedade Civil e as Organizações de Apoio a elas. Uma nova terminologia — mais genérica, mais ampla — favorecendo a acolhida de um número maior de crianças e adolescentes que necessitam de ajuda vem sendo utilizada por especialistas no assunto. Crianças e Adolescentes em Situações de Risco (CASR), essa passou a ser a expressão usual, substituindo a nomenclatura Menin@s de Rua.

Em nosso estudo, adotaremos o novo vocabulário — Crianças e Adolescentes em Situações de Risco (CASR) — quando nos referirmos às crianças e aos adolescentes, que são o objeto de nossa pesquisa.

São vários os motivos que induzem uma criança a procurar as ruas para substituir seu lar, tais como a ausência dos pais em casa, violência sexual doméstica, miséria.

O estudo de aspectos evolutivos de crianças e adolescentes os quais vivem em situação de risco pessoal e social abrange não só a área das Ciências Humanas, como também a da Saúde, e vem crescendo a cada ano.

Segundo Boaventura (2007), estatísticas apontam que apenas 2% das Crianças em Situações de Risco, moradores na rua, realmente não têm família ou algum parente a fim de ampará-los. Outros 92% estão na rua por obrigação de fugir da agressão física cometida pelos pais ou responsáveis, ou por um eventual envolvimento com drogas, ou ainda, por falta de carinho e amor em casa.

Essa conjuntura favoreceu a criação, nos últimos anos, no cenário nacional, de muitas entidades voltadas à reabilitação das CASR e ONGS ao amparo delas.

Muitas dessas organizações trabalham com o intuito de prover educação, moradia e ambiente seguro às CASR, integrando-as, não raro, por intermédio de atividades esportivas.

O Serviço Integrado de Amparo e Orientação — Projeto SIÃO — é uma dessas entidades. Ele desenvolve seu trabalho em Brasília, com o objetivo de amparar e orientar as CASR, proporcionando ao seu público-alvo a oportunidade de

¹⁵ Menin@s de Rua – Expressão utilizada para denominar crianças de rua de ambos os gêneros.

sair das ruas, e inserir-se em um ambiente com toda a estrutura indispensável à sua reintegração na família e na sociedade.

Boaventura (2007) ressalta que uma das maiores dificuldades em se fazer um trabalho adequado e de qualidade são a burocracia para o funcionamento da entidade e a falta de verba, criando obstáculos, muitas vezes, para que se possam desenvolver todos os projetos previstos.

Ainda conforme o autor, das CASR que entram em abrigos, 80% evade por não se adaptarem às normas e regras dos locais, e as 20% que continuam nas organizações são recuperadas satisfatoriamente e reintegradas à sociedade e às suas famílias. Para que essa reintegração ocorra, a experiência mostra que é necessário um trabalho conjunto com a família das CASR, porque não basta que estas tenham mudado: sua família reclama por ser reestruturada e os problemas de origem precisam ser sanados.

Outro trabalho desenvolvido, pela Prof^a. Silvia Koller da UFRGS, registra dados significativos sobre a Resiliência e Vulnerabilidade em Crianças em Situação de Risco Social e Pessoal:

A pesquisa descritiva da observação de atividades cotidianas de vinte crianças em situação de risco, nas ruas da área central de Porto Alegre, apresentou resultados que revelam que as crianças utilizam o espaço da rua para diversas atividades, incluindo tarefas que garantem a subsistência pessoal e, às vezes, da família. Foram também observadas brincadeiras solitárias ou em grupo, demonstrando que, embora estejam em atividade de trabalho, continuam sendo crianças em desenvolvimento (KOLLER, 2006).

Às crianças que vivem ou trabalham na rua, situação de risco implica sofrer as inúmeras conseqüências da miséria econômica e/ou afetiva. Essas crianças crescem, portanto, em meio a condições extremamente indignas, desumanas. Formam-se grupos com características especiais e, em geral, nota-se uma aparência de abandono e uma grande falta de higiene. Elas realizam tarefas humildes visando à sua subsistência e à de seus familiares.

De acordo com o trabalho realizado por Alves (2002), o desenvolvimento dessas crianças em situação de risco ocorre em quatro campos: social, cognitivo, afetivo e físico. Quanto ao primeiro aspecto, o pesquisador explica:

O desenvolvimento social assume características particulares para crianças cujo ambiente principal de socialização é a rua. Sobreviver nesse ambiente implica a criação e o exercício de estratégias variadas, que auxiliem na

obtenção de alimento e abrigo, possibilitando sua sobrevivência e segurança. (ALVES 2002).

Já o cognitivo, segundo Alves (2002) ser compreendido de forma contextualizada. As experiências na rua contribuem ao exercício de diversas habilidades e formas de raciocínio que não são, necessariamente, iguais àquelas descritas em estudos formais sobre cognição, até porque se constata que algumas funções dessas CASR podem ser afetadas pelo uso contínuo de drogas, prática muito freqüente na sua vida. Desse modo é possível afirmar:

O estudo do desenvolvimento emocional de crianças que saem de suas casas e, muitas vezes, preferem viver na rua, tem sido um desafio para os estudiosos da área. Os relatos freqüentes de experiências abusivas na família se contrapõem aos dados que explicitam os riscos da vida na rua aos quais estão submetidas essas crianças. No entanto, além de manterem-se na rua, essas crianças revelaram, em alguns estudos, mais saúde emocional do que seus irmãos que permaneceram junto à família de origem. (ALVES 2002)

Um outro campo, o físico, de certa forma, acaba legitimando o espaço da rua como provedor de subsistência às CASR porque a alimentação obtida na rua e nas instituições é, muitas vezes, mais variada e nutritiva do que a disponível nas suas casas de origem. Porém, a exposição aos mais variados riscos — a violência, os acidentes, os riscos de contágio de doenças e a ausência de abrigos — prejudicam sua saúde física e transformam a rua num local que não lhes possibilita um bom desenvolvimento físico.

A rua é, sem dúvida, um lugar onde às CASR, encontram trabalho, lazer, alimento e diversão. Nos grupos que nela se formam, vivem crianças de diferentes faixas etárias, com níveis de familiaridade — contatos e interações sociais — bastante diversos. Na rua, as CASR desenvolvem a chamada “sabedoria de rua”, ou seja, aprendem a sobreviver nesse espaço, adquirem e usam uma gama de comportamentos específicos a cada situação e contato social que se lhes apresentam.

Tal realidade é observada também por Campos (2007):

As CASR apresentam valores e expectativas que podem ou não ser coerentes com suas estratégias de sobrevivência. Essas estratégias, por sua vez, ocorrem usualmente via interações sociais, possivelmente requerendo um elaborado repertório de habilidades interpessoais.

O estudo desenvolvido pelo autor revela alguns elementos fundamentais ao entendimento relativo ao modo de agir e conviver das CASR.

Na pesquisa, constatou-se:

- a) a rua é utilizada como local de trabalho mais do que como moradia;
- b) as atividades realizadas pelas crianças requerem habilidades interpessoais, sendo mais freqüentes as relacionadas à defesa de direitos, negociação e recusa;
- c) as crianças identificam valores e condutas sociais valorizados, estabelecendo uma ética própria e manifestando desejos de ascender socialmente e transpor a condição injusta em que se encontram.

Diante desse cenário, a problemática relativa às CASR pode ser vista como um dos sintomas mais graves da crise social brasileira, na qual a exclusão é uma marca muito forte. A existência e o aumento sistemático dessa massa populacional comprovam dramaticamente que as garantias prometidas pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente pouco se efetivaram, e o direito de se viver decentemente ainda é proibitivo a muitos cidadãos.

6 METODOLOGIA

6.1 TIPO DE ESTUDO

O tema em análise exigia a realização de um estudo de caso por meio de uma pesquisa do tipo qualitativa, pois necessitávamos observar comportamentos e interpretar a realidade da criança e do adolescente no cenário em que estavam inseridos.

Segundo Minayo (2004) a pesquisa qualitativa no campo da Saúde é um exercício multidisciplinar que requer conhecimentos distintos e integrados, não podendo ser trabalhada por outras realidades sociais.

Esse tipo de pesquisa fundamenta-se nos dados, nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, que devem ser analisadas partindo-se do significado atribuído por estes aos seus atos.

Tal metodologia permitiu associarmos-nos aos grupos a fim de entender os fatos e interpretá-los de acordo com o contexto e objeto do nosso estudo.

Víctora (2000) declara-se contrária à falsa idéia de que a pesquisa qualitativa cabe o objetivo de mensurar dados e afirma que seu intuito deva ser o de facilitar o entendimento do contexto onde o fenômeno ocorre.

Assim, tendo como finalidade compreender as estruturas dos grupos observados, respeita-se a liberdade de seus componentes, ou seja, dos atores sociais, bem como suas interpretações da realidade, do corpo, da saúde/doença, das políticas, entre outros aspectos. Dessa forma, consideram-se as diferentes alternativas, uma vez que foram construídas pela experiência desses grupos em um determinado contexto (MINAYO, 2004, p.156).

Nosso estudo de campo foi realizado com as CASR, por meio da técnica do Grupo Focal. Conhecemos o Projeto Educacional da entidade, e, realizamos uma entrevista semi-estruturada, com a Direção.

Por intermédio de tais expedientes, conseguimos coletar os dados que possibilitaram responder aos pressupostos de nossa pesquisa.

6.2 SUJEITOS DO ESTUDO

As Crianças e Adolescentes em Situações de Risco e a Direção da entidade (Diretora e Coordenadora Pedagógica) constituem os sujeitos de nosso estudo.

O Grupo Focal atendeu aos seguintes critérios:

- ✓ idade — 10 a 15 anos;
- ✓ gênero — ambos os gêneros;
- ✓ escolaridade — não foi levada em conta;
- ✓ adesão — somente com aqueles que concordaram em participar da pesquisa.

A entrevista semi-estruturada foi realizada com:

- ✓ a Diretora da entidade;
- ✓ a Coordenadora Pedagógica.

6.3 LOCAL DO ESTUDO

Com o intuito específico de enfrentar o problema da exclusão social de CASR, foi criada há muitos anos, em Pelotas, uma entidade, de cunho filantrópico, com atendimento exclusivo a essa clientela.

Por uma questão de respeito e credibilidade pelo trabalho nela desenvolvido, esta não será identificada, sendo mantidos, portanto, o caráter confidencial e os preceitos éticos e legais como garantia de sigilo e anonimato.

A entidade atende hoje:

- ✓ aproximadamente 160 crianças e adolescentes, levando-se em conta as dificuldades financeiras e econômicas pelas quais passam;
- ✓ crianças e adolescentes, de ambos os gêneros, na faixa etária dos 7 aos 18 anos incompletos;
- ✓ às CARS, suprimindo suas necessidades básicas de alimentação, saúde e vestuário;
- ✓ às CARS, proporcionando, em especial, apoio pedagógico, orientação profissional e acesso ao esporte como elementos fundamentais no processo de formação educacional e inclusão.
- ✓ às CARS, desenvolvendo seu projeto pedagógico e visando fornecer elementos e instrução à sua vida socioafetiva, esportiva e religiosa.

Com relação à metodologia de ensino, ela procura, de forma dinâmica, viabilizar a construção do conhecimento, valorizando as características e necessidades dos discentes, nos quais todo o trabalho é centrado.

Os alunos que freqüentam a entidade e participam das suas atividades são, em geral, oriundos, principalmente, dos bairros da vizinhança.

6.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Foi solicitada à Diretora do estabelecimento, por escrito, uma declaração (Apêndice E) expressando sua anuência para desenvolver o referido trabalho, assim como a assinatura de um Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D).

Por sua vez, aos pais e/ou responsáveis, instou-se que autorizassem, por escrito, a efetivação desta pesquisa — Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice F).

Às Crianças e aos Adolescentes em Situações de Risco, pediu-se, via Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice F), permissão, por escrito, a fim de se realizar o presente estudo.

Todos esses documentos atenderam aos preceitos éticos e legais, garantindo o sigilo, o anonimato e o direito de desistir de sua participação no estudo a qualquer momento, conforme a Lei 196/96, que trata da pesquisa com seres humanos.

6.5 COLETA DOS DADOS

A fim de coletar os dados da pesquisa, adotamos a técnica do Grupo Focal que, em razão de sua flexibilidade, possibilitou a obtenção de informações qualitativas sobre experiências de vida, afetos, percepções, comportamentos e necessidades dos participantes dos grupos, conferindo uma maior interatividade entre eles, e admitindo, inclusive, a exploração de questões não previstas.

Quanto ao emprego dessa técnica, podemos afirmar, apoiando-nos em Minayo, que:

O grupo focal consiste numa técnica de inegável importância para se tratar das questões da saúde sob o ângulo social, porque se presta ao estudo de representações e relações dos diferenciados grupos de profissionais da área, dos vários processos de trabalho e também da população (MINAYO, 2004, p.129).

Víctora (2000) advoga a necessidade, a fim de a pesquisa ter sucesso, que esta apresente um tópico a ser explorado. Dessa forma, por meio de um tema específico, é possível captar as diferentes visões sobre o tema.

A preparação dos grupos atendeu aos seguintes requisitos.

- ✓ Formamos um grupo de 9 participantes com CASR, na faixa etária compreendida entre 10 e 12 anos, entrevistados no turno da manhã, em 2 sessões de aproximadamente 01h30min, no horário das 10h às 11h30min. Os integrantes foram acompanhados pelo pesquisador, como moderador, e um colega mestrando, como relator, ficaram dispostos em forma de círculo, sem haver distinções de posição.

- ✓ Compusemos um grupo de 9 participantes com CASR, na faixa etária compreendida entre 13 e 15 anos, entrevistados no turno da tarde, em 2 sessões de aproximadamente 01h30min, no horário das 13h30min às 15h. Os alunos, acompanhados pelo pesquisador, como moderador, e um colega mestrando como relator, permaneceram dispostos em círculo, sem diferenças de posição.

- ✓ Iniciamos os trabalhos, por meio de um roteiro prévio, conhecido pelos participantes, com os tópicos delimitados a serem discutidos.

- ✓ Certificamo-nos de que o local proporcionasse excelente privacidade e assegurasse o anonimato.

- ✓ Garantimos sempre a cada participante um tempo determinado para falar, de forma que se facilitasse a participação de todos.

- ✓ Gravamos as sessões em sistema de áudio.

Após cada sessão, foram elaboradas anotações, baseadas no áudio e nas observações, que foram utilizadas no relatório final. Depois da leitura atenta do material, objetivando identificar as informações mais importantes, foram redigidas as conclusões provenientes da técnica aplicada.

Concordamos, pois, com Triviños quando explica:

“Não é possível analisar as informações tais quais elas se apresentam. É necessário organizá-las, classificá-las, e o que é mais importante, interpretá-las dentro de um contexto amplo, para distinguir o fundamental do necessário” (1995, p.170).

Complementando os dados colhidos por meio do Grupo Focal, tentamos compreender de que modo estava prevista, no Projeto Educacional da entidade, a prática esportiva, bem como delimitar as modalidades às quais tinham acesso as

CASR. Além disso, procuramos verificar o entendimento da entidade acerca da inclusão social por meio do esporte. Para tanto, realizamos uma análise do Projeto Educacional, com o intuito específico de desvelar esse entendimento. De posse desses dados, chegamos às conclusões que se somaram às informações coletadas durante a aplicação da técnica.

Finalizando tal coleta, procedemos a uma Entrevista Semi-Estruturada com a Direção, já sugerida em agenda, visando traçar um perfil sobre a compreensão que seus membros tinham sobre o objetivo “inclusão por meio do esporte”, disposto no Projeto, e sobre quais os procedimentos efetivados para atingir essa meta.

Somente após a aquisição dessas informações redigimos as conclusões obtidas no que diz respeito ao objeto de nossa pesquisa, as quais estão detalhadas no capítulo seguinte. Com elas, gostaríamos de subsidiar entidades afins, de forma a propiciar também o alcance de seus objetivos.

6.6 REGISTRO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Imediatamente após os encontros com as crianças e adolescentes, valendo-nos do Grupo Focal, realizamos a transcrição das fitas gravadas, de modo que não se perdessem, pela ausência de presteza, dados importantes.

O procedimento foi realizado pelo próprio pesquisador, não só garantindo a manutenção da fidedignidade dos registros, conforme propõe Meihy (2005), bem como facultando à etapa posterior sistematizar, analisar e discutir as informações colhidas.

As transcrições das falas constituíram-se em uma parte de fundamental importância, porque delas conseguimos extrair todo o material indispensável à pesquisa.

Foram necessárias a escuta atenta das fitas e a transcrição fiel do que foi dito pelas crianças e adolescentes, palavra a palavra – processo denominado de transcrição textual – assim como algumas impressões, anotadas em um diário o qual nos acompanhou durante os encontros.

Como sugerem Thompson (2002) e Meihy (2005), reproduzimos os textos obedecendo a alguns padrões, a saber:

- ✓ momentos de silêncio: uso de reticências (...);
- ✓ dúvidas: emprego do ponto de interrogação (?);

- ✓ alegrias e interjeições: marcas com pontos de exclamação (!);
- ✓ exclusão de alguns trechos das falas: utilização de colchetes [...];

Depois, elegemos o direcionamento da análise temática, proposta por Minayo (2004). Ela compreende três momentos:

- ✓ a pré-análise;
- ✓ a exploração do material;
- ✓ o tratamento dos resultados.

A primeira etapa, denominada pré-análise, consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada dos pressupostos e objetivo da pesquisa.

Por sua vez, num segundo momento, ocorre exploração do material, quando é efetivada a codificação, a mudança dos dados brutos em núcleos de compreensão do texto. Consiste no recorte do texto conforme estabelecido na pré-análise — classificação e agregação dos dados, escolhendo-se categorias teóricas ou empíricas que determinarão a especificidade dos temas.

Por fim, na terceira fase, recorre-se o tratamento dos resultados obtidos, em que dados brutos, são submetidos a operações que permitem averiguar as informações mais importantes, sendo feitas interferências teóricas sugeridas, pela leitura do material. Lembramos ainda que se trabalha com significados, ao invés de se operar com interferências estatísticas.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os aspectos que contribuíram para a realização deste estudo, bem como os temas, as categorias e razões que vieram à tona após a preparação, classificação e agregação dos dados colhidos.

Após a preparação do material, vimos emergirem três temas, a saber:

- 1º. os motivos que estimulam as crianças e adolescentes a se aproximar da entidade;
- 2º. as vivências e relações das crianças e dos adolescentes dentro da entidade;
- 3º. O esporte e as crianças e adolescentes na entidade.

7.1 PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MPARTICIPANTES DO ESTUDO

O grupo de crianças e adolescentes que contribuíram para este estudo foi constituído de 18 (dezoito) pessoas, sendo 7 (sete) do gênero feminino e 11 (onze) do masculino.

Estas crianças e os adolescentes são provenientes, na sua grande maioria, de bairros pobres, vizinhos à entidade, sendo uma parte dela oriunda de outras regiões da cidade, pois a entidade não atende apenas aos que estão próximos, mas a todos os quais a procuram.

Estas crianças e adolescentes tinham idade entre 10 e 15 anos, todas matriculadas e cursando o ensino fundamental na entidade ou em escolas próximas. Entre os que participaram do estudo, 9 (nove) cursavam a 3ª série; 2 (duas), a 5ª; 4 (quatro), a 6ª e 3 (três), a 8ª.

Elas foram divididas por faixas etárias, de modo a facilitar, a coleta de dados que deveríamos realizar.

A entidade que subsidiou o nosso estudo mantém, em suas instalações, uma Escola de Ensino Fundamental e, no contra-turno, oferece diversas atividades: oficinas profissionalizantes, de lazer, de esporte e aulas de reforço.

Outro dado relevante concerne ao fato de todas as crianças e adolescentes, os quais, foram objeto do estudo vivem com suas famílias, são monitorados por

estas e ficam nas ruas, durante um tempo muito pequeno, passando a maior parte de seu tempo livre dentro da entidade.

Apesar do acompanhamento familiar, trata-se de crianças e adolescentes de tenra idade e de uma experiência muito diversificada, dinâmica e abrangente do mundo da rua. Elas são muito vivas, bastante desconfiadas, repletas de esperanças e sonhos, observadoras e críticas.

Esse grupo de crianças e adolescentes atendidos na entidade, em geral, chegam até ela encaminhado por sua família, a qual busca, por intermédio desta, uma chance de inserir socialmente seu(sua) filho(a) valendo-se do acesso às diferentes atividades que a entidade propicia, como estudo, formação profissionalizante, prática esportiva, entre outras.

Grande parte desse grupo não está usando as ruas para seu espaço de desenvolvimento e formação, muito embora, algumas as concebam como um meio de ajudar a família ou uma maneira de fugir da violência familiar, de abusos e outras mazelas. Com efeito, a família, para muitas delas, ainda é o referencial mais importante, o lugar onde recebem formação e são amadas.

7.2 MOTIVOS QUE ESTIMULAM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A SE APROXIMAR DA ENTIDADE

Quando iniciamos a investigar quais eram os motivos que estimulavam as CASR a se aproximarem da entidade, surgiram, de imediato, duas razões muito determinantes: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — PETI¹⁶ — e A Entidade e suas Oficinas.

7.2.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Com a pesquisa de campo, descobrimos o principal motivo a estimular as crianças e os adolescentes a procurarem a entidade em estudo, e as instigar a permanecerem no contra-turno escolar. Reside no fato de que elas, freqüentando a entidade nesse período, conseguem obter um benefício oriundo de um programa do

¹⁶ PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do governo federal, por meio do qual, as famílias das crianças e adolescentes, vinculadas à entidade, têm acesso a uma ajuda mensal em dinheiro.

governo federal, que transfere mensalmente uma renda às famílias as quais mantêm seus filhos afastados de todo e qualquer tipo de trabalho infantil.

O programa denomina-se PETI — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — e, a fim de podermos compreender a realidade alusiva às CASR, faz-se necessário tecerem-se algumas concisas e rápidas considerações a respeito dele, procurando conhecer, entender e avaliar sua importância, abrangência, seus objetivos, em conformidade com o contexto em que se encontram as CASR.

Há, no programa, a transferência direta de renda do governo federal às famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho, que tenham, adicionadas à sua frequência na escola, as ações socioeducativas, de convivência e demais serviços da rede de Proteção Básica e Especial.

O PETI objetiva erradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e da inclusão social de suas famílias.

Segundo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS),

O Desafio de combater o trabalho infantil é composto de sete ações, cuja implementação é compartilhada entre o Ministério do Desenvolvimento Social — MDS, o Ministério do Trabalho e Emprego — MTE, a Subsecretaria de Direitos Humanos, o Fundo Nacional de Assistência Social — FNAS e o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT. As ações são: apoio aos Fóruns de Erradicação do trabalho Infantil; concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho; Ações sócioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho; Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil; Publicidade de Utilidade Pública; Atualização do Mapa de Focos de Trabalho Infantil e Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador. Assim, essas ações são articuladas entre o MDS e demais responsáveis, havendo ampla participação em atividades conjuntas de enfrentamento ao trabalho infantil (SUAS, 2008).

Um outro elemento importante consiste no fato de este programa ter um público-alvo específico: crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos. O programa propõe-se a eliminar as diversas situações de trabalho a que estão sujeitas tais crianças e adolescentes.

Embora o valor da renda distribuída às famílias, por meio do PETI, não seja muito alto, ele foi capaz de atrair a grande maioria das crianças e adolescentes que freqüentam a entidade, conforme nos mostram as suas falas.

[...] eu tô aqui só por causa do dinheiro (P3, 10 anos).

[...] eu entrei pra cá porque eu ganho dinheiro. Si eu saí, não tem mais, então, eu fico aqui (P2, 13 anos).

Ô, tio, quase todo mundo tá qui pelo PETI (P5, 13 anos).

Santana (2001) comenta, em um dado momento, que são as situações de pobreza, miséria e violência, em geral, as causas mais freqüentes a incitarem as crianças e os adolescentes a irem para as ruas e a atuar no trabalho informal.

O PETI, do modo como está sendo implantado, parece estar conseguindo minimizar esse problema, retirando muitas crianças e adolescentes do universo do trabalho infantil, das ruas, como constatamos nesta pesquisa.

Outro aspecto significativo a ressaltar sobre o programa alude ao fato de as CASR, ao aderirem a este, só manterão o acesso ao benefício, se estiverem ligadas a uma entidade promotora de ações previstas no contra-turno escolar. No momento em que elas se afastarem dessas atividades, perdem imediatamente o benefício.

Por meio de algumas falas, as crianças e os adolescentes relatam casos de alguns colegas que, por alguma razão, afastaram-se da entidade e foram violentamente agredidas por seus pais, porque colocaram em risco o recebimento desse benefício, cujo valor acaba sendo um complemento à renda das famílias mais necessitadas.

Uma vez o pai dele (referindo-se a um colega) deu uma surra nele, porque descobriu que ele fugia daqui e ficava jogando computador na Lan House.(...) Claro, né?! Si a diretora descobrisse, ele ia perdê o PETI (P7, 14 anos).

[...] o meu pai já avisô. Se eu perdê o PETI, ele me dá uma surra (P5, 12 anos).

Em relação a isso, Rizzini (2003) salienta que as dificuldades financeiras geradas pela ausência de uma pessoa mantenedora do sustento familiar ou parte deste acentuam o grau de violência nas relações entre os familiares.

Outro aspecto interessante que podemos observar é o fato de algumas das crianças e dos adolescentes desenvolverem um nível de conscientização maior, no tocante à sua realidade. Esta percepção faz manterem-se ligadas à entidade porque sabem que essa é uma forma de contribuir, a fim de, a família melhorar sua receita, minimizando as dificuldades pelas quais passam, além de terem a oportunidade de aprender algo para melhorarem sua vida. Tal realidade explicita-se claramente nas suas falas:

Eu não posso saí, porque nós precisamos do dinheiro. Eu ajudo em casa com esse dinheiro e também porque tô aprendendo uma profissão pra podê trabalhá (P5, 13 anos).

Eu venho aqui porque preciso do PETI e porque aqui tem as oficina e a genti aprendi alguma coisa! (P1, 13 anos).

Podemos afirmar, baseando-nos nas falas das crianças e dos adolescentes, que o PETI está conseguindo atingir sua finalidade, qual seja, a de manter parte das crianças e dos adolescentes distante das ruas e do trabalho infantil.

As CASR, ligadas à entidade analisada, comprovam tal realidade porque, como elas mesmas nos dizem, o principal motivo que as estimula a se aproximarem da entidade é o de necessitarem ter acesso aos benefícios econômicos oriundos do PETI.

7.2.2 A Entidade e suas Oficinas

Outro tema que surgiu no decorrer da pesquisa foi a necessidade das crianças e dos adolescentes terem acesso às diversas oficinas mantidas em funcionamento pela entidade. Esta, por meio de oficinas profissionalizantes, reforço escolar, lazer e oficinas de esporte, construiu uma longa história de realizações, resgates e ações que possibilitaram e ainda possibilitam a inclusão social de um número razoável de crianças e adolescentes.

Como o histórico da entidade é do conhecimento de muitos, existe um outro grupo de crianças e adolescentes, em menor número, que permanecem ali não pelo PETI, todavia, motivados por esse histórico, pelas oficinas, como nos mostram suas falas:

[...] eu não ganho dinheiro. Eu não tô aqui por causa do dinheiro. Eu venho aqui fazê esporte! (P1, 13 anos).

Eu vim pra cá por causa das oficina profissionalizante, quero tê uma profissão! (P9, 15 anos).

[...] eu faço as aula de reforço (...) ah! E também faço as oficina pra aprende alguma coisa! (P7, 14 anos).

[...] eu venho fazê aula de reforço! É bom a genti pode tirá as dúvida! (P7, 12 anos).

[...] a genti não gosta de ficá parado! Então, vem pra cá pra fazê alguma coisa (P1, 13 anos).

Encontramos em Hirata (2000) uma explicação para essa realidade pois segundo ele, as crianças e os adolescentes, estando em um ambiente adverso, sem apoio, e sofrendo constantes pressões, são impulsionadas a buscar outros contextos à sua sobrevivência, dentre eles, os mais acessíveis ou minimizadores dessa situação.

Constatamos também, por meio de suas falas, que a aproximação ocorre porque muitas das crianças e dos adolescentes, por manterem ainda um vínculo muito estreito com a família, submetem-se ao querer dos pais. Estes conhecendo a história da entidade determinam o que estas farão, bem como as encaminham às diversas oficinas da entidade visando, com isso, garantir um futuro diferente, outras possibilidades ao seu filho, uma condição de vida futura melhor.

O meu pai qué que eu faça as oficina. Si não tivesse essa conversa hoje eu taria na Serraria (P2, 12 anos).

A mãe qué que eu faça uma oficina. A genti quando entra tem que ficá até o final do ano pra aprende bem (P8, 12 anos).

A segunda razão pela qual acontece a aproximação das CASR a essa entidade, como podemos notar são as oficinas — atividades necessárias para que consigam se enquadrar nas condições exigidas pelo PETI e receberem o benefício —, bem como as atividades que podem lhes proporcionar o aprendizado de uma profissão e um futuro emprego.

Verificamos, também, por meio das suas falas, que o acesso deles às oficinas está condicionado a um “padrão de comportamento” o qual, em geral, não conseguem ter, sendo este o principal motivo de desistirem das oficinas ou poderem ser excluídos destas.

Perguntamo-nos: mas por que isso ocorre? Descobrimos, conversando com eles, que no lugar onde vivem, no seio da família, não são esses os padrões de comportamento exigidos e vivenciados; ao contrário, são muito diferentes.

Muitos advêm de um ambiente muito carente de valores, vivenciam uma situação familiar muito complicada e, conseqüentemente não têm como experimentar um padrão de comportamento diferente do exigido pela entidade:

[...] qualquer coisa que a genti faz, briga, responde, eles já manda a genti embora (P6, 11 anos).

É necessário lembrar que essa exigência da entidade, na maioria das vezes, está correta, é como deve ser — justa —, conforme salientamos e eles mesmos relatam isso em suas falas:

[...] um aluno comportado como essi daí, (referindo-se a um colega), tem vaga na informática (P8, 12 anos).

É interessante notar que, mesmo não conseguindo agir de acordo com o solicitado, eles, nas suas falas, identificam perfeitamente e entendem estar corretos os padrões de comportamento necessários para se ter acesso às oficinas:

[...] não podi briga, sê respondão, mal educado, xingá, senão, fica fora das oficina (P6, 11 anos).

[...] é mas isso tá certo, né? (P7, 14 anos).

Claramente, pelas falas, observamos que eles vivenciam um conflito, cuja ocorrência é devida a eles conviverem a maior parte do seu tempo com padrões diferentes dos delimitados pela entidade e, por isso, não conseguem entender sua proposta pedagógica.

Essa realidade evidencia-se bastante complexa, tanto que alguns só conseguem entender a exclusão à qual estão sendo submetidos senão por culpa deles, quando, em verdade, ela ocorre única e exclusivamente por culpa de terceiros, como nos dizem:

São os professoris que não deixam a genti entrá nas oficina (P8, 12 anos).

[...] É sim! (...) eles não gostam da genti, porque nós somo póbri e por isso não deixam a genti entrá (P4, 15 anos).

Existe também um grupo que entende, aceita, respeita e coopera com essas “regras” pois, percebem serem estas necessárias ao bom funcionamento das oficinas.

Eles vislumbram, também, que as oficinas são uma grande possibilidade, deles melhorarem sua condição, progredir e ter um futuro melhor:

Eu tô fazendo uma oficina! Não é fácil! Essa oficina é pra eu podê trabalhá na Embrapa. (...) A genti pode i pra Embrapa (P7, 14 anos).

Se eu não fizé a oficina eu vô ficá sem emprego, então, eu faço de tudo pra fazê a oficina direito (P8, 12 anos).

Por fim, encontramos, ainda, um grupo de crianças e adolescentes que gostam de permanecerem na entidade porque não têm “nada para fazer” em casa:

[...] a genti não gosta de ficá parado, então, vem pra cá (P3, 10 anos).

[...] não tem graça a genti ficá em casa só olhando pras árvore! (P6, 11 anos).

Tentando entender melhor esses comportamentos, encontramos em Ataíde (1993) uma reflexão interessante pois, segundo ele, muitas crianças e adolescentes, espontaneamente ou sob coação, procuram melhorar, contribuir de alguma forma para uma melhor qualidade de vida da família, justificando, assim, uma riqueza de atitudes e comportamentos das crianças e adolescentes mediante as diversas situações que enfrentam.

Considerando tais reflexões, podemos afirmar que as duas motivações para essa aproximação estão baseadas, primeiramente, na questão de sobrevivência econômica da família, que não pode abrir mão de uma receita extra, como o recurso advindo do PETI. Soma-se a isso o fato de, para algumas das CASR, as oficinas da entidade representarem a única chance, ou mesmo possibilidade, no contexto de exclusão onde vivem, de melhorar ou buscar alguma forma de inclusão social. Além disso, lá são capazes de desenvolver rapidamente capacitação profissional e criarem condições de saírem à luta na tentativa de reverter a situação vivenciada ou de se tornarem capazes de suprir as grandes necessidades pessoais ou mesmo familiares.

7.3 AS VIVÊNCIAS E RELAÇÕES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DENTRO DA ENTIDADE

As diversas propostas e atividades que estão à disposição das crianças e dos adolescentes dentro da entidade levam-nas a desfrutarem um universo bastante diversificado e complexo de vivências e relações entre eles e a entidade, e entre eles e os professores.

Ao trabalharmos os dados colhidos, identificamos que esse tema apresenta duas categorias: as difíceis relações e vivências entre eles e a entidade; a falta de comprometimento e desinteresse dos profissionais.

7.3.1 As Difíceis Relações e Vivências entre Eles e a Entidade

Com a intenção de entender como se davam as relações e vivências entre eles e deles com a entidade, diante de um cenário tão diversificado e complexo, com

padrões de comportamento específicos para se ter acesso a benefícios, fomos buscar nas suas falas a compreensão dessas realidades.

Rizzini (2003) discorre sobre alguns elementos importantes e pertinentes ao tema, que nos ajudarão a compreender melhor as reações, entendimentos e questões concernentes às relações e vivências das crianças e dos adolescentes entre eles e entre eles e a entidade.

Segundo a autora, quando a CASR vive com a família, estuda e não busca a rua como espaço de desenvolvimento, crescimento ou mesmo de oportunidades, ela adquire referenciais, e mesmo que não freqüente reiteradas vezes a rua, esta não deixa de proporcionar-lhe uma gama de experiências e referenciais.

É sabido que a rua exerce uma grande atração, parece ser fascinante, e a CASR pode ter um fácil acesso a esta: trata-se de um ambiente diferente do da família, escola. Nas ruas, as regras não são rígidas, aparentam ser mais flexíveis, opondo-se ao ambiente familiar, escolar e das entidades, nos quais, muitas vezes, “não se pode nada” e tudo é controlado.

Nas ruas, aparentemente, o “ir e vir” é mais livre, os horários não são rígidos, as brincadeiras não são controladas e não há estabelecimento de regras e rotinas como em casa, na escola ou nas entidades.

O que se evidencia, porém, na realidade é que, dependendo de onde as crianças e os adolescentes estão inseridos na rua, eles não vão encontrar a liberdade imaginada porque terão de respeitar ou o traficante, ou o dono do lugar, o cafetão, o flanelinha, enfim, podemos dizer que esta liberdade é complexa e relativa.

É perfeitamente compreensível, portanto, diante desse universo tão interessante, tão atraente, que as CASR, com uma intensa vivência no ambiente de rua ou não, no pouco tempo que nele convivem, acabem por incorporar e adotar alguns dos referenciais típicos de rua, cuja existência é necessária para nele se sobreviver e viver. Dessa forma, incorporam-nos e os transformam em seus valores pessoais, que passarão a regular e determinar como serão as suas relações e vivências interpessoais futuras.

Silva (2002) confirma essa realidade porque, segundo ele, quando dirigirmos o olhar ao cotidiano das CASR. Ao lugar onde vivem e às suas características pessoais, somado aos aspectos que caracterizam seus relacionamentos, sua comunicação, seu desempenho escolar e tendência profissional, percebemos o quanto elas vão se estruturando para vivenciar cada situação, de modo a construir

para si os princípios básicos do diálogo, da convivência e afirmando-se diante do que almejam.

Questionados como eram os relacionamentos entre eles, notamos nas suas falas e nas suas reações e respostas, que esse aspecto do relacionamento e da convivência é um ponto muito crítico, difícil, muitas vezes a causa determinante da violência, da intolerância, do descaso e desrespeito na maioria das situações vividas por eles, em todos os ambientes: familiar, escolar, de rua ou mesmo dentro da entidade.

A genti aqui nas oficina tem que si dá bem com todo mundo, só qui as veis a genti si pega no pau! (P1, 13 anos).

A genti é legal, mas se o carinha é folgado, tem briga (P7, 12 anos).

[...] se eu não respeitá a minha mãe, o pau corre solto (P4, 11 anos).

Lá na cancha, se o cara dá uma de esperto vai tomá pau (P5, 13 anos).

[...] as regra ajuda a genti a fazê as coisa, mas sempre sai uma briga (P3, 10 anos).

Inferi-se das falas a compreensão de que, para se relacionar bem, é necessário haver um mínimo de respeito entre eles, de tolerância, mas uma vez superado esse mínimo, as brigas surgidas provocam situações complicadas, as quais deixam marcas e se tornam de difícil solução ou julgamento.

Na conversa com as crianças e os adolescentes, depreende-se, ainda, que elas vivem “o” dia-a-dia num ambiente difícil e têm uma vida muito ultrajante. Neste contexto, a pouca ou nenhuma tolerância, assim como o respeito, são estabelecidos pela lei do mais forte. Além disso, a violência, a intolerância, o descaso são seus companheiros de jornada, tornando-se essa realidade rotineira e administrável, ao modo deles, mas administrável, e, por isso, não é de se espantar que tenham dificuldades para conviver e se relacionar.

Tentando entender ainda como ocorrem as relações das crianças e dos adolescentes com a entidade, as dificuldades que eles encontram dentro desta, fizemos alguns questionamentos diretos. Presumimos, pelas suas falas, que eles percebem existir uma preocupação da entidade em oferecer, cuidar, ajudar, proporcionar muitos acessos mas, muitas vezes, a falta de profissionais, recursos, material, condições estruturais, estimula-os a experimentarem uma profunda e dolorosa decepção.

[...] a genti aqui tem muitas oficinas, é bom, mas elas as veis acabam logo, us professor vão embora. A genti fica triste! Mas vai fazê o quê? (P10, 14 anos).

Tevi uma veis que veio um pessoal ensinar pra genti pulá, corrê, atirá aquela coisa, foi muito bom! Mas em seguida eles foram imhora (P5, 13 anos).

Us professoris sempre empurram as coisa uns pros outros e nós ficamo sem nada (P7, 12 anos).

Outro aspecto gerador de conflitos que interfere intensamente nas relações das crianças e adolescentes com a entidade são as regras ali existentes, os padrões de comportamento exigidos, aos quais elas devem se adequar como condição para ter acesso aos diversos benefícios oferecidos pela entidade.

Já sabemos que essa adesão não é fácil, conforme mencionado, e suas falas novamente nos confirmam:

A genti quando fais uma coisa errada o professor inveis de ensiná a genti, já ficam gritando e manda a genti saí (P3, 10 anos).

[...] a genti obedecia eles (referindo-se a uns professores de algumas oficinas que passaram pela entidade) porque eles eram calmos (P5, 13 anos).

[...] é eles tratavam a genti como pessoas (...) (P6, 12 anos).

[...] a genti pode fazê as oficina, mas qualqué coisa e a genti tem que saí (P9, 15 anos).

[...] muitas vezes us professoris deixam de dá o curso e aí a genti espera pra vê no qui vai dá, mas nós fica triste (...) (P2, 13 anos).

[...] eles tão sempre de olho, si tu fizé bobagi tu sai da oficina (P7, 14 anos).

[...] a genti só ouve eles dizê que vão fazê as coisa, mas não faz! (P8, 12 anos).

Segundo Perez (apud DAYRELL 2003), as relações das entidades com as CASR, em geral, estão marcadas pela desconfiança: ele vai roubar, ela vai sujar a entidade, quebrar o vidro, não devolverá os materiais que forem emprestados, não se comportam, não querem “nada com nada”, etc. A sensação é a de que tudo o que se faz com as CASR não dá resultado ou dá errado.

Tal compreensão leva a entidade a adotar práticas de vigilância e controles muito rígidos existindo sempre alguém as monitorando para, depois, castigá-las, reforçando a impressão que as crianças e os adolescentes têm de que ninguém confia nelas.

A autora citada sugere o que se pode fazer para minimizar essa situação. Em primeiro lugar, diz ela, é necessário se acreditar nas CASR, nas suas capacidades. É preciso também focalizar os seus campos de interesse e ali atuar, fazendo, dessa forma, com que o trabalho pedagógico deixe de levar em conta apenas as suas carências e os seus problemas.

Em segundo, a entidade deve estar mais aberta ao diálogo, conversar mais, impor menos, desenvolver uma pedagogia a qual ensine a refletir, estabelecer relações entre o que está aprendendo e as suas experiências cotidianas.

Nas falas das crianças e adolescentes, observa-se que a entidade está ainda distante dessa condição e, com isso, os conflitos, sofrimentos, as perdas e decepções são muitas. Por intermédio dessa falas, conseguimos inferir outros elementos os quais tornam sua vivência e relações complicadas dentro da entidade.

Reparamos que as diversas promessas não cumpridas dificultam bastante estas relações; as decepções são muito fortes e pesadas; o descompasso entre a realidade vivida e aquela desejada é muito grande; o desrespeito à pessoa, ao “eu” fere profundamente e deixa marcas nas CASR; as punições, constantes e duras, desestimulam; o despreparo e a falta de comprometimento de grande parte dos professores é um gesto que destrói sonhos e expectativas. Enfim, com esses elementos, compreende-se como possam ser difíceis as relações e vivências delas, entre elas, e com a entidade e educadores.

Cabe aqui ressaltar um fato muito tocante perceptível nas suas falas. Diante de tais problemas, elas conseguem manter a simplicidade, típica das crianças, as quais continuam a “acreditar que um dia a coisa vai melhorar, que vai ser diferente, que vai ser possível viver algo melhor”.

[...] o contrato da oficina acabou, mas nós támo esperando, eles disseram que vão renová (faz mais de 1 ano isso) (P2, 13 anos).

[...] eles prometem! Depois vem tudo abaixo! Mas a genti ainda tá esperando (P1, 13 anos).

7.3.2 A Falta de Comprometimento e Desinteresse dos Profissionais

A outra categoria que encontramos nesse tema é segundo relato das crianças e dos adolescentes, assim como da Direção: a falta de comprometimento, desinteresse e desqualificação de alguns profissionais que trabalham na entidade.

A Direção da escola destacou que existe empenho em contar com um pessoal qualificado, comprometido e interessado. Segundo a Diretora, a formação das crianças e dos adolescentes é muito importante e, para isso, fazem-se necessários profissionais ainda mais qualificados. Mas essa é uma luta muito inglória, quase perdida, porque os recursos são poucos, os custos de registro de um profissional qualificado inviabilizam esse tipo de contratação, muito embora ela nos advirta: “Não perdemos esse foco, lutamos sempre para conseguir profissionais com mais qualificação”.

Idêntico entendimento tem Dayrell (2003) relativo à educação e ao trabalho com as CASR. Conforme o autor, não se trata de instrução, mas o trabalho que se deve fazer com as CASR tem de visar a uma formação abrangente, a qual estimule a descoberta de experiências sociais e o desenvolvimento de suas potencialidades, enfim, a uma formação integral, e não parcial ou tão só cognitiva.

Em outro momento, a Direção comentou saber da existência de profissionais descompromissados, sem interesse, entretanto, não dispõe de meios para sanar imediatamente o problema, tendo, portanto, de conviver com tais circunstâncias até encontrar uma solução.

Constatamos, na entidade, a ocorrência dos mesmos problemas pertinentes ao ensino brasileiro: baixa remuneração, má qualidade do ensino, falta de condições materiais, o difícil trabalho com crianças e adolescentes. Por fim, a instrumentalização, um fato lamentável por parte de outras grandes instituições de ensino, que se valem da entidade em questão como campo de estágio, e preparação de seus profissionais da área da educação.

Esse fato poderia ser considerado positivo, compreendido e aceito se os futuros profissionais não estivessem nem trabalhassem na entidade, totalmente desvinculados da realidade desta, como se verifica pelas falas das crianças e dos adolescentes.

Sob a perspectiva das CASR, esses profissionais ali permanecem apenas enquanto realizam seus estágios. Após adquirirem seu certificado como estagiários, abandonam rapidamente a entidade, independente das necessidades que nela existam.

[...] os professoris sempre empurram as coisa uns pros outro, e nós ficamo sem nada! (P7, 14 anos).

[...] quando começo, eram duas professora que davam aula, agora é só uma, a outra foi embora (P5, 13 anos).

[...] as professora vão embora e a genti fica com saudades! Mas vai fazê o quê? As vezes depois vem outra (P2, 13 anos).

[...] tem uns professoris que não sabem nada, só sabem gritá com a genti! (P4, 15 anos).

Dayrell (2003) ressalta que, diante da postura encontrada, não é de se estranhar a dificuldade para se estabelecer um diálogo entre educadores e alunos; por consequência, a falta de motivação e o desinteresse das CASR.

Há problemas em se manter os profissionais ligados à entidade: os recursos são poucos e a remuneração, muito baixa, por isso, entre outros fatores, por vezes não se consegue avançar e se atingir as metas. A freqüente troca de educadores, a inexperiência destes, etc. são dificuldades que acabam por tornar o trabalho de formação da entidade muito árduo e, com isso, os avanços evidenciam-se pouco.

É verdade, no entanto, que, no corpo de funcionários da entidade uma equipe vem sendo formada, aos poucos, aliás, muito eficiente, comprometida, qualificada. Embora sejam ainda uma minoria e por estar sobrecarregada de funções, por enquanto pouco consegue fazer para reverter o lamentável quadro descrito.

O que notamos, por ocasião de nosso estudo, é que as ações da entidade, no momento, diante desse cenário, estão muito comprometidas e dependentes de terceiros, de ajuda, de filantropia, exigindo que sua Direção e equipe passem grande parte do tempo empenhada em “apagar os pequenos incêndios” do dia-a-dia.

A situação é compreensível porque, com todos esses problemas, a Direção e sua equipe só conseguem viver aquele dia, o próximo é uma incógnita.

Por ser, ainda, uma entidade com credibilidade, antiga, conhecida na cidade, ajudas sempre chegam de diversas formas, mas a Direção está ciente de que essa forma de administração provoca um grave desgaste na equipe, inviabiliza projetos de auto-sustentação e precisa mudar para que possa realmente progredir.

7.4 O ESPORTE E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ENTIDADE

As oficinas esportivas da entidade, atualmente, não são muitas. Iremos discutir sobre como e onde ocorre a prática esportiva dentro e fora desta, como

são a participação e o envolvimento das crianças e dos adolescentes nas oficinas e delimitar quais as dificuldades encontradas para se dar continuidade ao trabalho.

Esse é o tema que aborda o cerne de nossa pesquisa: queremos investigar se o esporte na entidade enfocada proporciona inclusão às crianças e aos adolescentes.

A pesquisa elucidou alguns pontos nos encontros que realizamos com as crianças e adolescentes e com a Direção da entidade, possibilitando-nos entender como se processa esse trabalho esportivo com as CASR.

Para atuar na área do esporte, a entidade oferece algumas oficinas que funcionam dentro das suas instalações. Possui também alguns convênios com algumas empresas na área da atividade física (academias e clubes esportivos) na cidade, propiciando o acesso das suas crianças e seus adolescentes às atividades esportivas desenvolvidas nas suas instalações.

As oficinas de esporte que funcionam dentro da entidade, no momento, são a de Futebol de Salão e a de Dança, enquanto fora das instalações, são ofertadas as de Balet e de Remo.

A entidade, para realizar o trabalho dentro de suas instalações, encontra algumas dificuldades, sendo a principal conseguir receber regularmente os recursos provenientes dos convênios mantidos com os governo federal e municipal. É conveniada, ademais, com o governo federal, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e com o governo municipal, por meio dos programas Apoio Sócioeducativo Meio Aberto (ASEMA), Trabalho Educativo (TE) e Apoio Sócioeducativo Familiar (ASEF).

Os recursos oriundos desses convênios deveriam proporcionar sustentação e tornar viáveis as diversas oficinas e atividades esportivas que a entidade mantém em funcionamento.

Segundo relato da Diretora, um grande problema enfrentado pela entidade é a forma de relação estabelecida tanto pelo governo federal quanto municipal que, praticamente, inviabilizam o funcionamento das oficinas.

A Diretora salientou-nos que os recursos custam muito a chegar — de 6 a 7 meses de atraso — e, quando vêm, existe uma gama de situações, de caráter vital e emergências para serem resolvidos. Assim, as necessidades de algumas oficinas como a do esporte, torna-se uma questão secundária, e, em alguns casos, até

chega a ser cancelada, conforme pudemos constatar também nas falas das crianças e dos adolescentes.

[...] a genti fica triste quando eles prometem e não fazem! Mas, depois de um tempo, a genti fica bem de novo! (P5, 13 anos).

Os problemas de ordem econômica e financeira, provocados pelos órgãos governamentais, induz a entidade, durante esse período, a que passe, sistematicamente, a depender da boa vontade de benfeitores e pessoas generosas que lhes fornecem, embora momentaneamente, vários tipos de providências e lhes possibilita ir “levando” o trabalho a realizar.

[...] Fica muito difícil administrar uma entidade com esses atrasos, não se consegue trabalhar com previsões, profissionalmente, acabamos na realidade passando a maior parte do ano dependo de nossos benfeitores que são cada vez em menor número (Diretora).

Uma outra receita que alivia esta situação são os recursos oriundos dos trabalhos realizados por algumas oficinas da entidade, economicamente viáveis e auto-sustentáveis (marcenaria, malharia, padaria), que vão cobrindo, parcialmente, a cada dia, algumas despesas, e, dessa forma, esta consegue ir se mantendo em atividade, ou seja, “sobrevivendo”.

Não bastasse ter de viver tal situação, que chamaremos de “indigência”, a entidade precisa resolver, quando chegam os recursos, quais as contas a serem pagas porque a verba, quando vem, não cobre mais as despesas. É insuficiente, pois, algumas das despesas que existiam foram pagas com juros, correção, pequenos empréstimos. Se os recursos chegassem regularmente, conforme a previsão, a situação poderia ser alterada.

Esta situação é, sem dúvida, o principal motivo que desestimula a Direção, diante dos inúmeros problemas a serem resolvidos, a investir recursos nas oficinas do esporte, que não geram renda, apenas despesas. Como a entidade tem de administrar com responsabilidade, os recursos, a fim de manter seu trabalho de ajuda a todos, os cortes que deve fazer recaem sobre as oficinas de esporte.

Em face de tais circunstâncias, a Direção acaba, por força da sobrevivência, fazendo com que se invista nas oficinas rentáveis e auto-sustentáveis, como a marcenaria, a padaria e a malharia, até porque se realizasse investimentos nas oficinas de esporte, estas acabariam por gerar um problema de difícil solução, qual seja, o aumento de despesas sem recursos para cobri-las.

A falta de comprometimento dos profissionais que trabalham na entidade, com o Projeto Pedagógico, bem como a carência de profissionais especializados em Educação Física, necessários para atuar nas oficinas, é um outro empecilho difícil de ser transposto embora faça parte do cotidiano da entidade.

As condições econômicas e financeiras de que dispõe não permitem esse tipo de investimento, e, por isso, ela hoje necessita da ajuda e boa vontade de voluntários e estagiários. Estes prestam um serviço assistencial, sem vínculo com a entidade ou com seu Projeto Pedagógico¹⁷, criando um grave e sério problema a esta, porque tal forma de trabalho, praticamente, fragiliza uma de suas finalidades, vale dizer, a de se servir do esporte como meio de inclusão das crianças e adolescentes.

Outra situação que necessita ser resolvida, devido às precárias condições em que se encontram, é a infra-estrutura esportiva da entidade que inviabiliza um trabalho regular e de qualidade.

Não existe, porém, no contexto já apresentado, como alocar recursos para nela investir, fazer a manutenção nem comprar material. Este, necessário para desenvolver o trabalho dentro das oficinas esportivas, não tem como ser adquirido, é

¹⁷ Projeto Pedagógico da Entidade — FINALIDADE: atender a crianças e adolescentes de famílias empobrecidas, de ambos os sexos, entre 6 e 18 anos, tentando suprir as necessidades básicas de alimentação, vestuário e saúde, proporcionando, ainda, em especial, reforço escolar, orientação profissional, esportiva, para a vida socioafetiva e religiosa. PÚBLICO ALVO: caracteriza-se por estar defasado — idade/série e por ser considerado menos favorecido. Apresenta auto-estima baixa e sente-se desestimulado. BASES FILOSÓFICAS: a entidade acredita que o conhecimento da realidade cotidiana da criança e adolescente e sua família devem ser um referencial a nortear as atividades pedagógicas, buscando, com isso, a integração dessa comunidade na criação de alternativas que colaborem para uma melhor qualidade de vida do sujeito no seu meio. O referencial deve nortear-se por valores, tais como solidariedade, equidade, justiça e respeito. OBJETIVO GERAL: a entidade oferece condições para que a criança e o adolescente, individualmente, torne-se pessoa participativa, crítico-reflexiva, responsável e solidária, favorecendo o desenvolvimento da sua identidade histórica e o comprometimento com a transformação social, assim como incentivando a ação e participação da família nas atividades. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: ser um instrumento cristão junto com a sociedade, colaborando com o bem-estar social, preparando crianças e adolescentes capazes de exercer sua cidadania com retidão, dando pleno significado à vida humana. LINHA METODOLÓGICA: a entidade trabalha de forma participativa buscando trazer o cotidiano da criança e do adolescente à sua comunidade, desenvolvendo o conhecimento em forma de melhoria na qualidade de vida individual e coletiva. Na busca de uma maior e mais efetiva participação e comprometimento dos pais com seus filhos, realiza eventos, tais como: palestras, competições, debates, apresentações, sessões de vídeo, oficinas, tarefas e pesquisas que envolvam os pais em confraternizações em datas comemorativas, a fim de que haja mais interação pais, filhos e entidade. AVALIAÇÃO DO PROJETO: com o presente projeto, pretende-se contribuir na busca da formação de cidadãos, tendo o entendimento de que ele só será plenamente realizável se houver um real comprometimento com o que foi decidido por parte da equipe junto com a Direção, objetivando pôr em prática o ideal da entidade e buscando o comprometimento de todos sempre que necessário, bem como reavaliar seu PPP a fim de, readaptá-lo à realidade percebida.

insuficiente o material que existe. Considerando-se o estado no qual se encontra, já não oferece mais condições de utilização.

O acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes nas oficinas são, além disso, situações difíceis de resolver porque existe uma série de fatores os quais impedem o bom andamento desse processo. Parte-se da falta de comprometimento de alguns professores, passa-se por todas as dificuldades já expressas, pela dificuldade das crianças e dos adolescentes em aceitar e se adequar às regras, pela falta de material, enfim, por obstáculos de difícil solução.

Os profissionais que trabalham nas oficinas conveniadas — funcionam fora da entidade — estão vinculados às suas empresas, entidades ou instituições. Estes prestam o serviço sem qualquer conhecimento ou envolvimento com o Projeto Pedagógico, eles apenas possibilitam acesso às crianças e aos adolescentes. Eis algumas atividades esportivas que ministram:

- ✓ Oficina de Balet: as crianças e os adolescentes, para ter acesso a ela, devem se deslocar até a Academia Companhia da Dança.

- ✓ Oficina de Remo: devem se deslocar até ao Clube Náutico Gaúcho.

Existem ainda outros profissionais que trabalham com as Oficinas de Esporte, pertencente à Escola Fundamental, que funciona dentro da entidade e é mantida pelo Município. Constatamos que esses profissionais permanecem pouco tempo na escola, pois logo que chegam e se deparam com a realidade, solicitam remanejamento a outras unidades, visto as precárias condições de infra-estrutura, de material, as dificuldades em lidar com as crianças e os adolescentes e a sua pouca capacitação e experiência para lidar com esse tipo de situação.

Tais condições evidenciam-se precárias porque fazem com que o trabalho desenvolvido pelos profissionais na escola seja incipiente, sem continuidade, levando as crianças e adolescentes a constantes interrupções, ou então, a terem acesso a uma simples atividade recreativa, desprovida de qualquer finalidade.

Alguns profissionais de Educação Física que prestam serviço à entidade, pertencem a outras empresas, mas deslocam-se até a entidade para prestar esse tipo de serviço. Também esses não estão engajados ou têm conhecimento do Projeto Pedagógico da entidade. Na maioria das vezes, desenvolvem o trabalho com o objetivo de “garimpar” crianças e adolescentes com potencial esportivo inato, e, assim, possam ser úteis ao seu trabalho fora dali. Tal é o caso específico de um

professor que trabalha com a Oficina de Futebol, a mais concorrida e complicada atividade desenvolvida dentro da entidade.

As crianças e os adolescentes percebem tal instrumentalização, mas, como não podem fazer nada, vivem situações de grande *stresse*, resignação e dificuldade de conviver com esse tipo de conduta.

No passado, a entidade contou com professores contratados e engajados no Projeto Pedagógico, que trabalhavam nas suas oficinas de esporte, todavia, atualmente, devido às dificuldades financeiras, não possui mais nenhum.

As oficinas de esporte, muitos anos atrás, sempre produziram bons resultados à entidade e às crianças e aos adolescentes. Entretanto, no contexto atual, as atividades esportivas realizadas fora da entidade são aquelas que possibilitam o maior retorno às crianças e aos adolescentes. Essa atividade possibilita o crescimento e o desenvolvimento e possibilita uma melhora nas relações das crianças e dos adolescentes.

Do ponto de vista técnico, a forma como a atividade esportiva é desenvolvida na entidade atualmente é, em síntese, desprovida de grandes intenções, não persegue objetivos específicos e vem a ser, na prática, uma atividade de lazer, recreativa e sem maiores ambições.

Consegue-se chegar a tal compreensão pelas falas das crianças e dos adolescentes, assim como pela conversa mantida com a Direção da entidade, quando se constatarem as experiências, os anseios, as angústias, decepções e expectativas deles.

Independente de nossa compreensão, cumpre notar que as crianças e os adolescentes fazem uma “leitura” diferente desse trabalho, conforme se pode constatar nas falas abaixo. Eles relatam que vão até a entidade pela chance de participarem das oficinas de esporte, porque vislumbram que, por meio delas, podem vir a serem atletas, profissionais, enfim, podem melhorar sua vida:

[...] eu venho fazê esporti, quero se jogador! (P4, 11 anos).

[...] eu também quero sê profissional (P2, 12 anos).

[...] a professora diz que eu danço bem! (P2 13 anos).

[...] eu quero sê uma grande bailarina! (P7, 14 anos).

Outros, porém, apenas querem praticar esporte como uma forma de lazer, de atividade física:

[...] eu gosto só de fazê esporte! (P8, 12 anos).

[...] eu adoro vim prá cá para jogá com o pessoal! (P5, 13 anos).

Algumas crianças e adolescentes identificam que o esporte ajuda no relacionamento interpessoal, conseguindo aprender, por meio do esporte, a relacionar-se em outros níveis e a aceitarem os outros como eles são, o que era uma relação antes impossível.

[...] eu gosto de jogá e aprendi a dividi! Eu sempre ficava braba quando uma guria jogava, depois, ela veio pro meu grupo e foi legal, a genti ficou amiga! (P8, 12 anos).

Essa constatação só vem a confirmar como o esporte é um instrumento valioso na mão do educador, que pode conseguir, por meio dele, trabalhar a formação de caráter, oferecer condições à criança e ao adolescente a ter mais disciplina e controle sobre as diversas situações que têm de administrar.

[...] quando tem esporti, a genti não briga tanto (P1, 13 anos).

Outros atestam que o esporte abre possibilidades e muitas chances positivas ao seu futuro, trabalha, em essência, com a auto-estima deles, e, por isso, querem participar e acreditam que podem ocorrer algumas mudanças em suas vidas:

[...] a genti aprendi e pode sê professor de Educação Física. Vai mudá minha vida! (P10, 14 anos).

[...] se eu fizé esporti, eu posso ganhá dinheiro e melhorá a minha vida! (P10, 14 anos).

Despertam curiosidade as falas nas quais relatam suas frustrações e desilusões com a oficina e com os profissionais que, muitas vezes, criam, com suas atitudes, marcas profundas nos corações das CASR:

[...] a genti fica triste quando eles prometem e não fazem. Mas depois de um tempo, a genti fica bem de novo. (P5, 13 anos).

[...] se a genti não consegue si comportá, elis mandam a genti embora (P7, 12 anos).

Nas falas da Direção, notamos o sentimento de frustração, pela possibilidade de fazer tão pouco, pela incapacidade de oferecer mais, mas, como se pode verificar são realidades distantes dela e da entidade:

Infelizmente, gostaríamos de fazer mais coisas, mas do jeito que os nossos parceiros agem, inviabiliza qualquer tipo de trabalho que se queira fazer e dependa de recursos que venham deles (Diretora).

Existem muitas dificuldades, a falta de pessoal especializado, de recursos materiais, as necessidades de manutenção e investimento na infra-estrutura. Estamos trabalhando, mas as coisas são muito lentas, difíceis, precisa que se tenha muita determinação para não desistir. Não é fácil, tem que se gostar do que se faz senão a pessoa realmente vai embora (Coordenadora).

Percebemos claramente o comprometimento da Direção com os objetivos da entidade e, se dependesse dela, a situação há muito já estaria resolvida, no entanto, a dependência de terceiros tem sido o grande empecilho a melhoras, impossibilitando realizar um trabalho mais eficaz.

CONCLUSÃO

Nosso objetivo era investigar se o esporte que a entidade em questão proporciona às Crianças e aos Adolescentes em Situações de Risco promove a inclusão social.

Constatamos em nossa pesquisa a existência de uma quantidade significativa de problemas para esta desenvolver o trabalho com as CASR visando atingir seus objetivos, pois percebemos que o simples fato de a entidade não ter “fechado as portas” até hoje já pode ser considerado um grande feito.

Diante dessa afirmação, para que possamos entender melhor essa situação, vamos discorrer sobre as principais dificuldades detectadas as quais justificarão o que foi acima comprovado.

Os obstáculos oriundos da falta de profissionais especializados, qualificados e de uma equipe comprometida e atuante no Projeto Pedagógico da entidade são graves. Segundo sua Diretora, a contratação desses profissionais, nas condições em que a entidade se encontra, é inviável. Não se consegue fazê-lo devido à absurda carga tributária envolvendo a contratação.

Por isso, a entidade vê-se obrigada, com o intuito de dar andamento às atividades previstas, a aceitar e servir-se do trabalho dos estagiários e do voluntariado, os quais, em geral, possuem pouca qualificação e nenhuma experiência. Estes, além de permanecerem na entidade por um período muito curto, acabam por se beneficiar bem mais do estágio se comparados às CASR, uma vez que os primeiros ganham experiência e se qualificam, mesmo com o despreparo para lidar com uma situação tão difícil como a enfocada, e não necessariamente proporcionam às segundas os benefícios almejados.

A falta de material esportivo é, outro obstáculo, pois, como já mencionamos, não existindo condições de se alocarem recursos à sua compra, em função das outras necessidades mais importantes, tal aquisição passa a ser considerada uma questão secundária no contexto atual de subsistência da entidade. Sabendo-se que esse material não é barato nem resolve o problema se for adquirido em pequena quantidade, tenta-se solucionar a questão desenvolvendo, com o pouco material esportivo existente, atividades recreativas e de lazer.

Outro forte empecilho a um bom desempenho do trabalho consiste na falta de manutenção, além das restrições nas instalações, para se propiciar uma

atividade física adequada. Pouco a pouco, devido à falta de investimentos e manutenção, o Parque Esportivo encontra-se em um estado de deteriorização, tão avançado, que, hoje, seria inviável desenvolver um trabalho esportivo com um mínimo de condições.

A forma como se desenvolvem os trabalhos das Oficinas de Esporte fora da entidade, acabam sendo mais um problema a ser administrado. Tais atividades são de boa qualidade, possibilitam às crianças e aos adolescentes uma excelente oportunidade de prática esportiva. Mas elas não possuem as mesmas finalidades nem são efetivadas de acordo com o Projeto Pedagógico da entidade. Ademais, estas visam a apresentações ou competições, uma realidade que interessa às crianças e aos adolescentes envolvidos, mas, infelizmente, em muito se distancia das suas possibilidades. Cria-se, assim, uma situação bastante complicada, uma vez que estas sonham e acalentam ter a oportunidade de participar de tais eventos, porém esse é um sonho totalmente distante de sua realidade.

O mais grave problema observado na entidade centra-se no campo financeiro e econômico. Impotente diante dessa circunstância, ela o enfrenta com coragem e determinação, mesmo tendo de sobreviver em condições muito precárias, tornando, por vezes, difícil suportar e administrar a situação. Os recursos existentes são muito restritos, os custos, fixos, elevados e, por isso, as despesas sofrem um processo de hierarquização. Para subsistir a essa conjuntura, alega a Diretora, prioriza-se o essencial, o imprescindível, e, assim, alguns serviços e oficinas, diferentemente de outras, recebem um tratamento prioritário.

As oficinas auto-sustentáveis, a alimentação das crianças e dos adolescentes, o vestuário, o atendimento das necessidades das famílias vinculadas à entidade são prioritários, portanto, relega-se a um segundo plano os investimentos nas Oficinas de Esporte, consideradas importantes, até pela própria Direção, porém, devido à falta dessa quantia, muitas vezes têm inclusive suas atividades paralisadas.

A dependência de recursos dos convênios para levar adiante seu trabalho é também um dos obstáculos a serem enfrentados pela entidade porque a verba nunca chega a ela de acordo com o tempo previsto e, também, porque, ao ser enviada, não é corrigida, tornando-se insuficiente.

Essa forma de relação estabelecida pelos órgãos governamentais com os conveniados inviabiliza os projetos, a capacidade administrativa e seus objetivos. Os

poucos recursos que a entidade consegue gerar apenas lhe permitem ir “tapando um buraco aqui, outro ali”, vivendo, desse modo, praticamente de ajudas ocasionais.

A dependência do assistencialismo da comunidade é, pois, outro grave problema por fazer com que a entidade viva na expectativa, angustiada, sobrecarregada, administrando necessidades urgentes e deslocando pessoal constantemente para atuar nessas urgências, abandonando muitas outras necessidades importantes.

Some-se a isso os recursos para se tornar auto-sustentável — são escassos e muito limitados. Os investimentos governamentais recebidos são predeterminados e pré-destinados, não permitindo, portanto, atingir essa realidade. A entidade sabe da existência das possibilidades de se captarem verbas em algumas esferas governamentais, mas, para isso, as exigências na montagem dos projetos são complexas e, como não dispõe de pessoal especializado capaz de os elaborar e se ocupar disso, sente-se impotente e incapaz de ter acesso a elas, resignando-se, e seguindo trabalhando localmente para tentar captar outros recursos a fim de tentar resolver os seus problemas.

Um empecilho difícil de ser transposto concerne ao tipo de relação estabelecido com outras instituições educacionais e as deste tipo. No caso da entidade em foco, as grandes instituições “que a ajudam” conhecem o Projeto Pedagógico desta, sabem de suas necessidades e carências e poderiam realmente vir a sanar muitos de seus problemas.

Mas, ao invés de formar uma parceria que a ajude a concretizar seus objetivos e a se tornar, com esse auxílio, independente, auto-suficiente, mais próxima de alcançar suas metas, detentora de um trabalho de qualidade, tais instituições simplesmente aproveitam-se da situação, “trocando” seu amparo e sua parceria pela condição de a entidade aceitar ser campo de estágio, local de qualificação de seus alunos.

Não há muito a fazer nesse caso, a não ser se submeter, aceitar tais proposta e forma de relação em troca de consentir que os estagiários venham a atender às CASR, mesmo não atuando de acordo com o Projeto Pedagógico desta, ou seja, permitir a atuação de pessoas carentes de experiência e qualificação. Essa realidade é lamentável à entidade, entretanto, não tendo como resolver o problema de outro modo, “agradece” ao tipo de auxílio e insiste perseguindo seus ideais.

Em síntese, são essas as realidades que compõem a grande barreira a qual dificulta à entidade atingir suas finalidades.

Com relação às crianças e adolescentes que freqüentam a entidade, também observamos realidades muito importantes à nossa conclusão. Apesar da forma como o esporte é trabalhado, do modo como as oficinas funcionam, isso não impede que elas aspirem à possibilidade de o esporte poder lhes proporcionar benefícios. Ao contrário, sonham com isso e acreditam nessa hipótese.

As crianças e os adolescentes, por meio do esporte desenvolvido na entidade e fora dela, conseguem manifestar uma perceptível melhora nas relações interpessoais, adquirindo, novos referenciais, aprendendo a lidar com os limites, percebendo o esporte como uma atividade valiosa, que pode vir a mudar as suas vidas.

A forma como elas conseguem administrar as frustrações e decepções é magnânima, de causar “inveja” a muito adulto.

Diante dos elementos e das situações acima descritos, concluímos que ocorrem, sem dúvida, algumas mudanças no comportamento e na vida dessas crianças e adolescentes, pois as várias experiências e oportunidades a que têm acesso fazem com que isso ocorra.

Nossa pesquisa partiu de dois pressupostos. O primeiro versava sobre o fato de que o esporte não é um meio de inclusão social na entidade, porque as condições existentes impossibilitavam se atingir a inclusão. Por sua vez, o segundo evidenciava que a prática esportiva na entidade estava desvinculada do Projeto Pedagógico e, por isso, não possibilitava a inclusão.

Concluindo nossa pesquisa, podemos afirmar que tais pressupostos, confirmaram-se porque, ao investigarmos a prática esportiva dentro da entidade e fora dela, constatamos que, devido aos graves problemas e dificuldades enfrentados para levar adiante seus objetivos, eles dificultam sobremaneira alcançar plenamente a finalidade a que se propõe, qual seja, a de incluir por meio do esporte.

No plano das Políticas de Inclusão por intermédio do esporte, a análise revela benefícios oriundos das políticas sociais, e, também, mostra-nos a fragilidade de tais políticas na medida em que não existe uma articulação efetiva entre elas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, P. B. et.al. **Atividades Cotidianas de Crianças em Situação de Rua.** *Psic.: Teor e Pesq.* V.18 nº. 3. Brasília. Set/Dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n3/a10v18n3.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2007.
- ALVES, P. **O Estado e a Formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil.** *RAE-eletrônica*, v. 6 n. 1, jan/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n3/a10v18n3.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2007.
- AQUINO, E. M. L. HEILBORN, M. L. KNAUTH, D. BOZON, M. ALMEIDA, M.C. ARAUJO, J. MENEZES, G. **Adolescência e Reprodução no Brasil: a Heterogeneidade dos Perfis Sociais.** *Cad. Saúde Pública*, v 19 supl.2 Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a19v19s2.pdf>.> Acesso em: 10 jan. 2008.
- ARANTES, A. C. **Educação Física Escolar: Temos o que Ensinar?** *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo: Suplemento, 1995.
- ATAIDE, Y. D. B. **Decifra-me ou Devoro-te: História Oral dos Meninos de Rua de Salvador.** São Paulo: Loyola, 1993.
- BOAVENTURA, Adson; PONTES, Aline. **Meninos de Rua uma Dura Realidade.** Disponível em: <<http://artefato.digital.jor.br>> Acesso em: 12 jun. 2007.
- BRACHT, V. **Educação Física e Aprendizagem Social.** 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997.
- BRASIL, **Constituição.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.615 de 24 de Março de 1998 – LEI PELÉ.** *Brasília, Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos.* Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ccivil/leis/L9615consol.htm>.> Acesso em: 11 mar. 2007.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>> Acesso em: 22 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Políticas Públicas na Área da Saúde**. Disponível em: <<http://www.saúde.gov.br>> Acesso em: 24 nov. 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social, **Sistema Único de Assistência Social - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>> Acesso em: 04 mai. 2008.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/default.jsp> Acesso em: 07 mai. 2007.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Secretaria Nacional de Esporte Educacional Programa 2º Tempo**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>> Acesso em: 07 mai. 2007.

CAMPOS, T. N; DEL PRETTE, Z. A; DEL PRETTE, A. **(Sobre)Vivendo nas Ruas: Habilidades Sociais e Valores de Crianças e Adolescentes**. *Psicologia: Reflexões e Crítica*, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a19.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2007.

CARVALHO, A. et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CASTEL, R. **As Armadilhas da Exclusão**. In *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: Educ, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ESPORTE EDUCACIONAL I, 1996, Rio de Janeiro. **Memórias**. Rio de Janeiro: *Ministério Extraordinário dos Esportes*, INDESP: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1996.

DAYRELL, J. **Escola e Cultura Juvenis**. In *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

DE LUCCA, E. A. **Vantagens das Responsabilidades Sociais**. *Gazeta Mercantil*, São Paulo. 11 jul. 2002.

E.C.A. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva. 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio Século XXI – O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico – Elaboração e Formatação**. 14. ed. Porto Alegre: Brasil, 2006.

HAMMES, Wallney J. **Prontuário de Linguagem e Comunicação**. 2. ed. rev e aum. Pelotas: EDUCAT. 2001.

HIRATA. M. C. **Processo de Cuidar do Adolescente em Situação de Rua numa Perspectiva Alternativa**. In Ramos, F. R. et al (Orgs) *Adolescer: Compreender, Apoiar, Acolher*. Brasília. ABEn - Governo Federal, 2000.

KOLLER, S. **Resiliência e Vulnerabilidade em Criança em Situação de Risco Social e Pessoal** 2006. Disponível em:
<http://www2.ucb.br:8080/portal/visualizaInformacoesProjeto.do?id=1189>> Acesso em 14 jun . 2007.

LUSTOSA, P. H. **Políticas Públicas e Assistência Social: um Preâmbulo para Discussão do Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza** (1998-2002). 2005. Disponível em: <<http://www.ibrad.org.br>> Acesso em: 25 dez. 2006.

MARCILIO, M. L. **A Lenta Construção dos Direitos da Criança Brasileira: Século XX.** *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos: Universidade de São Paulo.* São Paulo: USP, 2002.

MEIHY, J. C. S. **Manual da História Oral.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, L. C. **História da Educação Física.** Disponível em:
<<http://www.cdof.com.br/historia.htm>> Acesso em: 01 fev. 2008.

MORIN, E. **Os Sete Saberes á Educação do Futuro.** *Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão Técnica de Edgar de Assis de Carvalho.* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, C. C. **Inezil Penna Marinho: O Tempo de uma História.** *Dissertação de Mestrado em Educação.* São Paulo: PUC/SP, 1997.

NETO, C.N. **O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação.** In: *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OMS — **Organização Mundial da Saúde.** Disponível em:
<<http://portal.ponto.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2007.

ONU/PNUD, 1996. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em: 10 mar. 2007.

PEREIRA, J. D. S; SILVA, S. S; PATRIOTA, L. M. **Políticas Sociais no Contexto Neoliberal: Focalização e Desmonte dos Direitos.** *Qualit@s - Revista Eletrônica- ISSN 1677- 4280 ed. Especial. V.5, n. 3, 2006.* Disponível em:

<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/issue/view/Edi%C3%A7%C3%A3o%20Especial>> Acesso em: 25 dez. 2006.

PUGA, A. **Carta dos Direitos das Crianças no Esporte.** *Revista do Panathlon Internacional, nº4, 2000, Avignone, 1995.* Disponível em:

<<http://listas.cev.org.br/arquivos/html/cevlusof/2001-10/msg00011.html>> Acesso em: 11 mar. 2007.

RIZZINI, I. **Vida nas Ruas: Crianças e Adolescentes nas Ruas: Trajetórias Inevitáveis.** Rio de Janeiro; PUC-Rio; São Paulo; Loyola, 2003.

ROCHA, A. A. **O Esporte Para Deficientes.** São Paulo: *Panathlon*, 2002.

SANTANA, J. S. S. **O Adolescente no Espaço Público da Rua.** In: Ramos, F. R. et al (Orgs) *Adolescer: Compreender, Apoiar, Acolher. Projeto Acolher.* Brasília, 2001.

SAWAIA, B. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SERGIO, Manuel. **Na Escola Desporto ou Educação Física.** *Jornal "A Página", Ano 10, nº 109, p. 2, Fevereiro 2002.*

SILVA, E.L. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3.ed. ver. Atual. Florianópolis. *Laboratório de Ensino à Distância da UFSC.* 2001.

SILVA, S. P. **Considerações sobre o Relacionamento Amoroso entre Adolescentes.** *Cadernos CEDES*, Campinas, v.22, n. 57, ago. 2002. p. 23-43.

SPOSATI, A. **A Fluidez da Inclusão / Exclusão Social.** *Ciência e Cultura Vol. 58, n. 4, São Paulo Oct / Dec. 2006, Ciência e Cultura Print. ISSN 0009-6725.* Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252006000400002&lng=pt&nrm=is> Acesso em: 05 fev. 2007.

TRIVIÑOS, N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado: História Oral**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TUBINO, M.J. G. **Dimensões Sociais do Esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TUBINO, M. J. G; GARRIDO, F; TUBINO, F. **Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

UNESCO. **Carta Internacional de Educação Física e Esporte 1978**. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>> Acesso em: 05 fev. 2007.

UNESCO BRASIL, **Inclusão Social e Redução da Pobreza**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/dsocial/areastematicas/inclusaosocial/index_html/mostra_documento> Acesso em: 05 fev. 2007.

UNIVERSIDADE DO ESPORTE. **História do Esporte**. Disponível em: <<http://www.ueonline.com.br/universidadedoesporte/historia%20do%20esporte.htm>> Acesso em: 31 mai. 2007.

VALENTE, E. F. **Pesquisa Histórica: um Relato de Experiências. Coletânea do I Encontro de História da Educação Física e do Esporte**. Campinas, 1994.

VÍCTORA, C. G. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WANDERLEY, B. M. **Refletindo Sobre a Noção de Exclusão**. In: *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicosocial e Ética da Desigualdade Social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997.

WERTHEIN, J. **A Comunidade do Esporte e o Esporte da Comunidade**. In: *Seminário Internacional Esporte e a Inclusão Social*, 2002. São Paulo, Anais. São Paulo, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A

FICHÁRIO BÁSICO DAS CASR			
NOME _____		IDADE _____	
GÊNERO MAS () FEM ()			
MORA COM A FAMÍLIA? SIM () NÃO ()			
ESTÁ SENDO CRIADO POR QUEM? _____			
QUAL	SÉRIE	VOCÊ	ESTÁ
CURSANDO? _____			
HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ NA ENTIDADE? _____			
O QUE FAZ NO TURNO INVERSO AO ESCOLAR DA ENTIDADE? _____			

APÊNDICE B**ROTEIRO PARA DISCUSSÃO NO GRUPO FOCAL****ROTEIRO**

- 1. O QUE VOCÊS MAIS GOSTAM DE FAZER NA ENTIDADE?**
- 2. VOCÊS GOSTAM DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NA ENTIDADE? POR QUÊ?**
- 3. O QUE VOCÊS ESPERAM OBTER COM A PRÁTICA DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS QUE FAZEM NA ENTIDADE?**
- 4. VOCÊS FIZERAM MUITOS AMIGOS NA ENTIDADE?**
- 5. A ENTIDADE E AJUDOU A MELHORAR SUA VIDA? COMO É QUE ISSO ACONTECEU?**
- 7. QUAIS SÃO AS MELHORES COISAS QUE A ENTIDADE PROPORCIONOU PARA VOCÊS?**
- 8. QUAIS SÃO AS MELHORES COISAS QUE A ENTIDADE PROPORCIONOU PARA SUA FAMÍLIA?**

APÊNDICE C**ROTEIRO PARA A ENTREVISTA****ROTEIRO**

- 1. UM DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE É PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DAS CASR POR MEIO DO ESPORTE. SOB A ÓTICA DA ENTIDADE, COMO SE PROCESSA ISSO?**
- 2. QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES PARA INCLUIR, POR MEIO DO ESPORTE, DAS CASR NA ENTIDADE?**
- 3. O ESPORTE FUNCIONA COMO UM MEIO DE ATRAIR AS CASR PARA A ENTIDADE OU TEM OUTRA FINALIDADE?**
- 4. EXISTE FALTA DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, INFRA-ESTRUTURA E MATERIAL ESPORTIVO NA ENTIDADE?**
- 5. ESSES ELEMENTOS INVIABILIZAM A INCLUSÃO, POR MEIO DO ESPORTE, DAS CASR?**
- 6. A ENTIDADE ACREDITA QUE CONSEGUE PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, POR MEIO DO ESPORTE, DAS CASR?**
- 7. O QUE SERIA, PARA A ENTIDADE, PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL?**
- 8. EXISTE ALGUM MOTIVO QUE IMPEÇA A INCLUSÃO DAS CASR, POR MEIO DO ESPORTE, NA ENTIDADE?**

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ilm^a. Sr^a. Diretora do Instituto

Solicitamos seu consentimento para desenvolver nesta Entidade uma pesquisa do Mestrado de Política Social, da Universidade Católica de Pelotas, cujo título é “INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO”.

A fim de proceder ao estudo, precisaremos realizar entrevistas para o desenvolvimento do tema. No entanto, para todos será garantido o direito de não participar ou de interromper a participação a qualquer momento. Na apresentação dos resultados, será mantido o anonimato tanto da entidade quanto dos participantes. Estamos disponíveis para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. O contato pode ser pelos telefones 8114 0084 / 3027 4141, com José.

Seu consentimento é indispensável à concretização deste estudo, podendo ser cancelado a qualquer momento sem que isso cause ônus à entidade.

Sendo o que tínhamos a tratar, e, certos de contar com sua colaboração, subscrevemo-nos.

Prof^a. Dra. Helenara Silveira Fagundes
Orientadora da Pesquisa

José Antônio Coelho Recuero
Mestrando em Política Social

APÊNDICE E**DECLARAÇÃO****DIRETORA DA ENTIDADE**

Declaro ter sido esclarecida acerca do objetivo, da forma de participação e da utilização das informações deste estudo, bem como estou ciente de que poderei cancelar esse consentimento a qualquer momento, sem que isso possa causar ônus para mim ou para a entidade. Assim, autorizo a realização da pesquisa intitulada “INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO”

Marilda Moreno

Diretora

Pelotas, de de 2008.

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Srs. Pais ou Responsáveis

Pelo presente Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui informado(a), de forma clara, sobre o objetivo e a forma da pesquisa, por intermédio de uma entrevista com uso de gravador e observação.

Igualmente, fui informado (a) sobre a liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento sem que acarrete prejuízo, sobre a segurança de que não serei identificado, o fato de ser mantido caráter confidencial, serem cumpridos os preceitos ético e legais; de se permitir uso de gravador, bem como admitidas anotações das falas e das respostas, com garantia de sigilo e anonimato.

Autorizo que os resultados obtidos sejam apresentados em eventos e publicados.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Participante da Pesquisa

APÊNDICE G

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA**INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO**

A pesquisa para a qual estamos lhe convidando participar tem como objetivo investigar a atividade esportiva que você faz na entidade e verificar se esta, está lhe ajudando a ter maiores oportunidades de inclusão social.

Se você aceitar conversar conosco sobre esse assunto, terá de participar de um grupo com mais 14 colegas. Reunidos, ouviremos as opiniões de todos, faremos 2 reuniões com duração de, no máximo, 1h30m, em dias, hora e local fixados pela Direção da entidade.

Essas reuniões serão dirigidas por um professor de Educação Física (o pesquisador) e gravadas em fita cassete.

As opiniões, as colocações, as falas que você expuser durante a participação no grupo, serão anotadas e gravadas, e, mais tarde, utilizadas em um trabalho científico (uma pesquisa).

Fique tranquilo, porque o Professor de Educação Física (pesquisador) e a Coordenadora do Trabalho (orientadora) garantem que a sua identidade (nome) permanecerá em sigilo, ou seja, serão segredos, e ninguém saberá quem foi a pessoa a ter se manifestado nem o conteúdo da fala. Faremos assim para garantir sua privacidade (ninguém saberá acerca do conteúdo de sua fala e o de seu pensamento).

Você é livre para abandonar o grupo a qualquer momento.

Em caso de dúvidas sobre o trabalho, maiores informações poderão ser obtidas com o pesquisador ou com a orientadora da pesquisa: em (53-8114 0084), falar com José — pesquisador; em (53 – 8111 4553), com Helenara — orientadora.

JOSÉ ANTÔNIO COELHO RECUERO

**INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Política Social, da
Universidade Católica de Pelotas, como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helenara Fagundes

**Pelotas
2008**

JOSÉ ANTÔNIO COELHO RECUERO

**INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Elaine Tomasi (UCPEL)

Prof^a Dr^a. Mariângela da Rosa Afonso (UFPEL)

Pelotas, 28 de julho de 2008.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida e amada esposa, Maira Guedes Piltcher Recuero, que, com amor, preocupação e carinho, incentivou-me e me apoiou diante de todos os desafios enfrentados. Sem o seu amor, esta caminhada teria sido muito mais difícil: “Amo-te! Sempre te amarei! Obrigado, meu amor, por tudo!”

Aos meus queridos Rodrigo, Felipe e Mariana, que suportaram com paciência, compreensão e carinho, os momentos ausentes provocados pela necessidade de estudar. O amor de vocês foi fundamental e contribuiu para ser menos árdua a caminhada.

À minha querida e amada Vó Maria, que tanto fez por mim; ao meu querido, incrível e amado Pai, o qual me fez ser um homem; à minha querida, entusiasta e amada mãe – três pessoas fundamentais na minha vida –, as quais, muito embora não estejam aqui para me abraçar e dar os parabéns, porque estão no gozo da vida eterna, muito contribuíram a fim de eu poder dar mais este importante passo na minha formação: “Obrigado, Vó, Pai e Mãe! Cuidem de mim! Amo vocês!”

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, José Leonardo e Maria Ricardina, por tudo o que fizeram em vida por mim, e, por tudo o que estão fazendo agora, no gozo da vida eterna.

À Prof^a Dr^a Helenara Silveira Fagundes, orientadora deste trabalho, pelo carinho, dedicação, paciência e empenho em me ajudar na sua realização.

À Prof^a Dr^a Elaine Tomasi, por suas valiosas contribuições, preocupação e interesse dispensados.

À Prof^a Dr^a Mariângela da Rosa Afonso, ex-aluna, ex-colega de trabalho e, agora, colaboradora, por sua preocupação, suas pertinentes contribuições, seu interesse e carinho a mim dedicados para que pudesse realizar minha dissertação.

Ao Prof. Lúcio André de Oliveira Fernandes, pelos apartes, pelas sugestões e contribuições detalhadas visando contribuir na elaboração deste estudo.

À Prof^a Teresinha Brandão, por seu grande empenho na revisão textual concernente à língua portuguesa.

Aos meus prezados, entusiastas e queridos professores do Mestrado, Prof^a Dr^a Vini Rabassa da Silva, Prof^a Dr^a Vera Maria Ribeiro Nogueira, Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar, Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz e Prof. Dr. Jovino Pizzi, pela dedicação, carinho e paciência dispensados.

Aos meus queridos amigos Camila e Alessandro Schwonke, pelos vários auxílios prestados, quando sanaram dúvidas, forneceram materiais, ofereceram “dicas”, procederam à formatação, em síntese, foram momentos de intensa solidariedade.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

As crianças e aos adolescentes que participaram e contribuíram, com suas histórias e experiências, conferindo sentido a este trabalho e enriquecendo a minha vida profissional. Por tudo o que fizeram, “meu muito obrigado!”

À diretora da Entidade, Prof^a Marilda Moreno e aos seus auxiliares, por me terem acolhido e facilitado a realização deste estudo.

Nada é impossível, para aquele que ama
(Chiara Lubich)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar se o esporte proporcionado a Crianças e Adolescentes em Situações de Risco (CASR) promove inclusão social. Realizamos, numa entidade pelotense, uma pesquisa qualitativa cuja finalidade consiste em desenvolver atividades esportivas como forma de inclusão social. Para tanto, lançamos mão de duas técnicas, o grupo focal e a entrevista semi-estruturada. Foram convidadas a participar deste estudo dezoito crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 15 anos, selecionados de forma aleatória, e contemplados ambos os gêneros. Baseando-nos nas falas destes, procuramos desvelar se tal propósito — inclusão social por meio do esporte — estava sendo atingido. Os registros coletados foram transcritos, examinados e classificados, emergindo desse material três temas, duas categorias e duas razões. A entidade, de cunho filantrópico, mantém convênios com o Governo Municipal e Federal, contando com os recursos advindos de quatro Políticas Públicas. Alguns deles custeiam essas atividades, enquanto outros destinam-se à manutenção dessas crianças e adolescentes com o intuito de as famílias mantê-las ocupadas no contra-turno escolar. Porém, esse auxílio não alcança regularmente seu destino, sendo o repasse da verba atrasado durante muitos meses, gerando à entidade um grande problema financeiro, o qual, por sua vez, desencadeia, uma gama de outros obstáculos: falta de material, pessoal especializado, qualificado; cancelamento de atividades, oficinas; deterioração da infra-estrutura, entre outros. Conseguimos pelo presente trabalho, desvelar situações que evidenciam ser a inclusão social, por intermédio do esporte, ainda muito frágil, mas, no plano das políticas de inclusão recorrentes à prática esportiva, a análise revela benefícios oriundos das Políticas Sociais. Igualmente, denota a fragilidade dessas políticas na medida em que não existe uma articulação efetiva entre elas. Não obstante sua debilidade na redução das desigualdades, podemos constatar que os programas contribuem a fim de as CASR não utilizarem drogas, permanecerem na escola, preservarem vínculos familiares, bem como manterem sua capacidade de sonhar.

Palavras-chave:

Crianças e Adolescentes em Situações de Risco, Esporte e Inclusão, Políticas Sociais

ABSTRACT

This study aimed to investigate whether the sport provided by Children and Adolescents in Situations of Risk (CASR) promote social inclusion. We, in a Pelotense entity, did a qualitative research whose purpose is to develop sports activities as a form of social inclusion. To that end, we used two different techniques, the focus group and semi-structured. There were invited to participate in this study eighteen children and adolescents, aged between 10 and 15 years old, selected at random, and included both genders. Basing our work on their words, our purpose was to show if it, social inclusion through sport, was being achieved. The records collected were transcribed, examined and classified, three themes, two categories and two reasons emerged from this material. The entity, a philanthropic stamp, maintains agreements with the Federal and Municipal Government, relying on resources derived from four Public Policies. Some sponsor these activities, while others target the maintenance of these children and adolescents with the aim of the families to keep them occupied in counter-round school. However, this aid does not usually reach its destination, due to the money being delayed for many months, generating a large financial problem to the entity, which in turn triggers a range of other obstacles: lack of material, skilled and/or qualified personnel; cancellation of activities, workshops, deterioration of infrastructure, etc. We; through the work, unveiled situations that evidenced to be social inclusion, through the sports; still it is very fragile in terms of policies to include applicants to practice sports, the analysis shows benefits from Social Policy. Also it denotes the fragility of these policies in that there is no effective coordination between them. Despite its weakness in reducing inequalities, we can see that the programs do contribute to CASR, not to use drugs, stay at school, preserve family ties and maintain their capacity to dream.

Keywords:

Children and Adolescents in Situations of Risk, Sport and Inclusion, Social Policies

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMs	Associação Cristã de Moços
ASEF	Apoio Sócio-Educativo Familiar
ASEMA	Apoio Sócio Educativo Meio Aberto
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
CASR	Crianças e Adolescentes em Situações de Risco
CBEE	Conferência Brasileira de Esporte Educacional
CND	Conselho Nacional de Desportos
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPT	Esporte para Todos
FIEP	Federação Internacional de Educação Física
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNCA	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PELDC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PES	Programa Esporte Solidário
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNE	Política Nacional de Esporte
PNPAF-AB	Programa Nacional de Promoção da Atividade Física – Agita Brasil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSIAO	Projeto Serviço Integrado de Amparo e Orientação
PST	Programa Segundo Tempo
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TE	Trabalho Educativo

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 OBJETIVOS — PROBLEMA DE PESQUISA — PRESSUPOSTOS.....	17
1.1 OBJETIVO GERAL	17
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.4 PRESSUPOSTOS	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 ESPORTE: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS.....	18
2.2 ESPORTE NO BRASIL: IMPORTÂNCIA E CAMINHADA	23
2.3 POLÍTICAS SOCIAIS	27
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	31
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS.....	33
3 EXCLUSÃO.....	38
4 INCLUSÃO	42
5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO — CASR	44
6 METODOLOGIA.....	48
6.1 TIPO DE ESTUDO.....	48
6.2 SUJEITOS DO ESTUDO	48
6.3 LOCAL DO ESTUDO	49
6.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	50
6.5 COLETA DOS DADOS.....	50
6.6 REGISTRO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	52
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	54

7.1 PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO ESTUDO	54
7.2 MOTIVOS QUE ESTIMULAM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A SE APROXIMAR DA ENTIDADE	55
7.2.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	55
7.2.2 A Entidade e suas Oficinas	58
7.3 AS VIVÊNCIAS E RELAÇÕES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DENTRO DA ENTIDADE	61
7.3.1 As Difíceis Relações e Vivências entre Eles e a Entidade	61
7.3.2 A Falta de Comprometimento e Desinteresse dos Profissionais	65
7.4 O ESPORTE E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ENTIDADE.....	67
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES.....	86
APÊNDICE A.....	87
APÊNDICE B.....	88
APÊNDICE C.....	89
APÊNDICE D.....	90
APÊNDICE E.....	91
APÊNDICE F.....	92
APÊNDICE G	93

INTRODUÇÃO

O cenário econômico e social brasileiro é altamente convidativo a que crianças e adolescentes procurem as ruas como refúgio para sua sobrevivência e como fuga da violência doméstica, miséria e do trabalho forçado.

Quando, porém, essas crianças e adolescentes chegam às ruas, tornam-se extremamente vulneráveis. Na prática, ficam mais expostas a todo tipo de violência, acarretando, desse modo, a ampliação de graves riscos ao se manterem a margem da sociedade e submetendo-se a uma conjuntura de indigna exclusão.

A vulnerabilidade à qual se expõe esse grupo infanto-juvenil, conforme o Ministério da Saúde do Brasil (2006), é a pouca ou nenhuma capacidade do indivíduo ou de um grupo social, decidir sobre sua situação de risco. Por conseguinte, quando tratarmos de vulnerabilidade, neste trabalho, estamos aludindo a essa realidade descrita.

Dessa forma, um outro aspecto dramático, vivido por estas crianças em situação de risco (CASR)¹, consiste na total exclusão social que experimentam ao irem viver nas ruas. A realidade da exclusão não é nova, sempre existiu, em todas as partes do mundo, em diferentes épocas e de diversas formas. Combater esse problema é um árduo, intenso, cansativo e, muitas vezes, infrutífero empreendimento, mas necessário às CASR.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2000), capítulo I, art. 7º, “a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam seu nascimento e o desenvolver-se harmoniosamente em condições dignas de existência”.

Portanto, mencionar o termo inclusão a essas CASR não é senão atuar o preconizado pelo ECA. Embora não conheçam seus direitos, o que esperam daqueles os quais delas se aproximam e tentam ajudá-las são ações concretas a fim de lhes possibilitar o acesso a esses direitos.

De acordo com Boaventura (2007), em face da penosa realidade, para atacar, minimizar e tentar erradicar esses problemas sociais, as várias esferas dos

¹ CASR – Crianças e Adolescentes que se encontram em diversas Situações de Risco.

governos, vêm, no decorrer da história, implantando novas políticas públicas, criando órgãos e fundações, voltadas especificamente a tal questão.

Os governos brasileiros, no decorrer dos últimos 50 anos, vêm enfrentando graves crises na área social, e, visando resolvê-las ou minimizá-las, instituíram várias Políticas Públicas, Políticas Públicas Esportivas e Programas Sociais.

Grande parte das Políticas Públicas Esportivas, disponíveis à população atualmente, foram elaboradas pelo Ministério do Esporte — criado, em 1995, em caráter precário, e, em 2003, em caráter permanente. Elas utilizam o esporte como meio de inclusão social e foram estabelecidas pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (2007) e pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (2007)

A sociedade civil também vem se mobilizando, no mesmo sentido, e trabalha, sobretudo, no vácuo ocasionado pela incapacidade governamental de abordar amplamente a problemática evidenciada. Surgiu, a partir dela, uma considerável gama de organizações não-governamentais (ONGs)² que trabalham com idêntico objetivo das governamentais.

Preocupada com essa conjuntura, também a Igreja que, desde sempre, procurou estar presente e envolvida com a problemática, contribuiu significativamente, por meio de suas ações, para esse contexto ser aplacado. A instituição foi responsável pela criação e subsistência de várias outras entidades, na sua grande maioria, seculares e empenhadas em trabalhar, desde as origens de nossa história, com CASR.

Inquietações como essas, acima expressas, estimularam a realização desta pesquisa, a qual tem por objetivo geral investigar se o esporte praticado em uma dessas organizações, em Pelotas, destinada às CASR, consegue promover inclusão social, de acordo com suas finalidades.

Este trabalho justifica-se, ainda, pela necessidade e importância de investigar se o esporte promove inclusão, porque esta realidade deve estar presente em todos os setores de nossa sociedade.

² **Organizações Não-Governamentais** (ou também designadas **organizações não-governamentais sem fins lucrativos**) são associações do terceiro setor da sociedade civil, que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, e desenvolvem ações em diferentes áreas.

Carmelita Yasbek, (apud SPOSATI, 2006), citando José de Souza Marins, ratifica tal idéia quando assim se manifesta: “[...]. Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão”

O esporte, como sabemos, é uma atividade abrangente, diversificada, de certa forma, de fácil acesso, em especial aos excluídos; um importante instrumento nas mãos de muitas entidades, por isso, cabe-nos estudar e verificar se ele tem, realmente, a capacidade de incluir e propiciar um desenvolvimento saudável e produtivo ao cidadão.

O esporte, no decorrer de nossa história, foi visto, de algum modo, como um meio de inclusão social a uma pequena minoria, e, por isso, a muitas CASR, essa é sua finalidade prioritária.

O presente trabalho, inicialmente, apresenta uma breve história do esporte, no mundo, e o desenvolvimento que este propiciou à humanidade, bem como registra dados sobre realidades construídas sob a influência dessa prática nos vários setores da sociedade.

Num segundo momento, percorremos a história do esporte no Brasil, sua importância e caminhada.

Na seqüência, aprofundamos o conceito de Políticas Sociais e Públicas para que pudéssemos ter em mãos mais subsídios a fim de abordar nosso objeto de investigação.

Após, procuramos identificar e conhecer quais eram as principais Políticas Públicas Esportivas dos últimos governos, as não mais em vigor e as ainda vigentes, com o intuito de conseguirmos alcançar uma visão abrangente do trabalho destas.

Visando fundamentar nosso trabalho, necessitávamos discutir e conhecer mais sobre dois temas muito complexos e hodiernos, ou seja, a inclusão e a exclusão sociais. Reunimos, ainda, os pensamentos e definições de vários autores que tratavam do tema inclusão e, com base neles, formulamos um conceito que norteou nosso estudo.

Tivemos que conhecer a aprofundar, um pouco mais, sobre quem são consideradas as CASR³ e discorrer sobre elas. Esses aspectos embasaram o trabalho e subsidiaram o referencial teórico para responder às questões levantadas.

³ Conceito de CASR adotado neste trabalho – É uma definição difícil, mas, consideraremos aquela criança que passa por privações de ordens diversas, que não possui condições de uma vida digna, que não possui acesso a uma estrutura familiar equilibrada, que sofre algum tipo de exclusão (falta de

Com o objetivo, ainda, de atingir nossos propósitos, realizamos uma pesquisa qualitativa, servindo-nos da técnica de Grupo Focal e de uma Entrevista Semi-Estruturada com a Direção da entidade selecionada, atendendo sempre a todos os preceitos éticos dispostos na Lei.

A partir de então, procedemos à coleta dos dados, ao registro e sistematização destes. Em seguida, analisamos e discutimos os resultados, abordando e discorrendo sobre os temas, as categorias e razões que emergiram na pesquisa, respondendo aos questionamentos levantados por nosso estudo.

acesso a escola, falta de alimentação adequada, falta de lazer, falta de acesso a cultura, a vestuário, a assistência médica, a medicação, ...). Crianças que sofrem abusos, estão expostas a todo tipo de violência, maus tratos, negligências, obrigadas a realizar trabalhos infantis, pedir esmolas, crianças que estão na iminência do uso de drogas, que estão à margem da sociedade, ou que, tenham suas necessidades básicas não atendidas, independente de sua condição social ou econômica.

1 OBJETIVOS — PROBLEMA DE PESQUISA — PRESSUPOSTOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Investigar se o esporte, na entidade selecionada a este estudo, promove a inclusão social de crianças e adolescentes em situações de risco.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos desta pesquisa:

- ✓ traçar o perfil das CASR que freqüentam a entidade;
- ✓ conhecer a prática esportiva desenvolvida pela entidade;
- ✓ explicitar como a pratica esportiva se insere no Projeto Pedagógico da Entidade;
- ✓ identificar como o esporte pode contribuir para que ocorram mudanças positivas na vida das CASR atendidas pela entidade.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

As entidades filantrópicas que, em geral, trabalham com o esporte como meio de inclusão social, carecem de profissionais especializados, material esportivo, instalações e infra-estrutura adequadas, tornando o esporte, devido a essa carência, muitas vezes, uma atividade física, de lazer ou mesmo de recreação.

Dessa forma, nos propomos a investigar a prática esportiva desenvolvida na entidade por nós selecionada tentando responder ao questionamento: como o esporte pode ser concebido como um meio de promover a inclusão social?

1.4 PRESSUPOSTOS

- ✓ O esporte não é um meio de inclusão social porque as condições ao seu desenvolvimento impossibilitam se atingir tal inclusão.

✓ O esporte na entidade está desvinculado do Projeto Pedagógico e, por conseguinte, não viabiliza a inclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESPORTE: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS

A relação do homem com o esporte tem sua origem marcada pelos primatas, quando estes tinham de fugir dos animais predadores, lutar pela conquista de áreas, sendo essa atividade física humana considerada a mais antiga forma de esporte.

A prática desportiva teve seu início, segundo a Universidade do Esporte (2007), com os antigos egípcios, babilônios, assírios e hebreus. São vários os monumentos descobertos que atestam tal prática. Neles, encontramos explícitas cenas de luta, jogos de bola, natação, acrobacias e danças.

Há um curioso fato entre os egípcios: por volta de 2.700 A.C., eles praticavam o combate corpo-a-corpo e a luta com espadas, com fins bélicos e militares, e não esportivos, conforme constatou Valente (1994).

Na sociedade egípcia, aprimorar e desenvolver o vigor físico do soldado, além de representar mais chances de vitória nas batalhas, servia igualmente para demonstrar a superioridade de um povo sobre o outro. Interessante notar que, nos dias de hoje, essa questão de valer-se do esporte como meio de provar a superioridade de um povo sobre o outro permanece muito viva entre nós. É por ocasião dos grandes eventos esportivos, a exemplo dos Jogos Olímpicos e Campeonatos Mundiais, que podemos observar as formas de determinados povos, ainda hoje, praticarem o esporte e a maneira de o tratarem, vale dizer, é um modo de demonstrar e reafirmar a superioridade de seu sistema político, seus valores sociais e de sua cultura, em síntese, de sua raça sobre as outras.

Os gregos e os persas, segundo Valente (1994), foram os pioneiros em realizar a sistematização da prática esportiva, tendo sido os gregos ainda os primeiros a atingir um alto grau de civilização. A Filosofia, assim como a Lógica, a Arquitetura, a Educação Física e as Artes estão entre as principais heranças deixadas ao mundo moderno.

Na Grécia Antiga, o esporte pela primeira vez ocupou um lugar de destaque, e, a Educação Física abandonou o campo militar para se tornar motivo de distinção

social. Para os gregos, a prática esportiva era causa de orgulho entre os cidadãos. Inclusive, a alguns grandes pensadores da época — Aristóteles e Hipócrates —, o valor dos exercícios físicos, a educação do corpo, deveria preceder à do intelecto.

Na Idade Média, Nascimento (1997), considera que o Cristianismo exerceu grande influência sobre a prática da atividade física. A doutrina cristã sustentava ser mais importante a purificação da alma do que a do corpo, e, portanto, naquele período, o esporte principiou uma fase de intensa estagnação.

Nos séculos XVI e XVII, com o advento da Renascença e o surgimento do Humanismo, Moraes (2008) salienta que, a Educação Física praticamente passou a ser revivida. Ocorreu uma grande explosão da cultura física, música, ciência, literatura e das artes. A beleza do corpo, tida como pecaminosa na Idade Média, foi novamente explorada.

Naquele tempo, notabilizaram-se grandes artistas, como Leonardo da Vinci (1452-1519), com suas famosas e admiradas obras, e Michelângelo Buonarroti (1475 - 1564), criador de inúmeras esculturas, dentre elas, a de Davi.

Com Vitório de Feltre (1378 – 1466), houve o retorno da Educação Física Escolar, e, em 1423, ele fundou a escola "La Casa Giocosa" cujo conteúdo programático incluía os exercícios físicos (MORAES, 2008).

O Iluminismo, um movimento contrário ao abuso do poder no campo social, surgido na Inglaterra, no século XVII, desencadeou novas idéias. Como destaque daquela época, os alfarrábios apontam Jean-Jaques Rousseau (1712-1778) e Johann Pestalozzi (1746-1827).

Reiterando as palavras de Moraes (2008), podemos afirmar que foi Rousseau o defensor da Educação Física como necessária à educação infantil, e Pestalozzi, o grande precursor da escola primária popular, cuja atenção focava-se no desempenho correto dos exercícios.

No século XVIII, lembra-nos Sergio (2002), foi que vimos despontar as grandes figuras da Educação Física, Jahn Ling e Amoros. Nesse mesmo período, emergiram as bases dos conceitos modernos de esporte na Europa e, com isso, a Educação Física voltou a ser sistematizada, sendo designado, pela primeira vez, o termo "Educação Física".

Com a chegada do século XIX, sobreveio a reforma dos conceitos desportivos, com a definição das regras para os jogos, ocasionando, a partir disso, a padronização dos regulamentos das disputas e favorecendo a internacionalização

do esporte. A despeito de tais mudanças, a primeira metade do século XIX foi marcada por um desenvolvimento lento do esporte. As guerras mundiais, a revolução comunista e o “*crack*”⁴ da Bolsa de Nova York acarretaram dificuldades ao treinamento de atletas e à realização de competições.

Segundo pesquisas da Universidade do Esporte (2007), no fim do século XIX, foram delimitadas três amplas linhas doutrinárias de atividade física:

- ✓ a ginástica nacionalista (alemã), que valorizava os aspectos ligados ao patriotismo e à ordem;
- ✓ a ginástica médica (sueca), muito voltada para fins terapêuticos e preventivos;
- ✓ o movimento do esporte (inglês), introdutor de uma concepção moderna de esporte⁵.

Nessa época, houve um grande impulso e uma busca pela restauração do Movimento Olímpico, por intermédio de um francês, o barão Pierre de Coubertin, que conseguiu realizar a Primeira Olimpíada da Era Moderna, em 1896, em Atenas.

Igualmente nessa ocasião, surgiram várias modalidades de atividades físicas que deixaram suas marcas e compuseram as novas formas de trabalho da Educação Física contemporânea.

Entre estas modalidades, Tubino (2005) destaca: a Iniciação Esportiva (francesa), a Psicomotricidade e Educação Psicomotora (Wallon, Lê Boulch, Legido, Vitor da Fonseca e outros), o Behaviorismo Pedagógico Americano (objetivos, competências básicas, análise de ensino, etc.), o Movimento Esporte para Todos (Noruega e Alemanha), o Método Aeróbico (Cooper), a Educação Física de Adultos (ACMs – Associação Cristã de Moços), a ênfase em Testes e Medidas, e outras menos influentes.

Na segunda metade do século XX, o esporte foi influenciado por uma nova conjuntura — a Guerra Fria — que estimulava o uso ideológico do esporte, relegando o *Fair Play*”⁶ a um segundo plano.

⁴ “Crack” – Quebra.

⁵ Conceito de Esporte – Os dispositivos da Constituição de 1988 e as legislações esportivas federais promulgadas após a Constituição apontam para uma concepção de Esporte sob o enfoque de fator de promoção social, Esporte educacional – aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade, em busca de um desenvolvimento integral e formação do indivíduo e a sua formação e Esporte de lazer e recreativo em que há prevalência do sentido lúdico, caracterizado pela livre escolha, satisfação e construção de valores éticos e políticos.

⁶ *FairPlay* – Jogo Limpo.

A partir de então, o que passou a importar foi o rendimento, o resultado. Começaram, assim, a ganhar notoriedade os atletas profissionais, os quais se tornaram estrelas e heróis nacionais.

A necessidade, a qualquer custo, de vitórias nas competições desafiaram os governos a reverem suas posições e assumirem novas responsabilidades concernentes às atividades físicas.

Paralelamente a isso então, foram publicados textos os quais, destacavam a necessidade de garantir à população em geral — e não apenas aos atletas — condições que possibilitassem a democratização do esporte.

Na última década do século XX, consolidou-se a idéia de que o esporte é um direito de todos. Logo, grupos os quais até então tinham pouco acesso à atividade física passaram a ganhar mais atenção e ampliou-se o conceito de esporte: esporte participação (lazer) e esporte de rendimento (competição).

Notável contribuição à área esportiva diz respeito à elaboração da Carta Internacional de Educação Física e Esporte — UNESCO⁷ (1978), na qual consta, em resumo, que a prática esportiva e a Educação Física deveriam ser entendidas como direitos de todas as pessoas, constituem um elemento essencial da educação permanente dentro do sistema global de educação, devendo os programas de educação física e desporto⁸ responder às necessidades individuais e sociais.

É ainda na década de 70 que o papel do Estado sofreu alteração, ou seja, ele deixou de ser um tutor das atividades esportivas e passou a se constituir um órgão de investimento em recursos humanos e Políticas Públicas Esportivas. Nesse sentido, são oportunas as palavras de Rocha sobre a função estatal:

A inclusão social e profissional de grupos populacionais minoritários e o incremento de mecanismos e ações procurando uma maior representação política destes, facilitando o acesso aos serviços essenciais (saúde, educação, saneamento) e a outros equipamentos urbanos (transportes, lazer, condições para a prática desportiva etc.) constituem direito inalienável dos cidadãos e devem contemplar as prioridades das ações inseridas nas agendas governamentais (ROCHA, 2002 p.20).

Outra marca significativa, para Tubino (2005), na área da Educação Física e do Esporte, foram os expressivos números de manifestos, declarações, cartas e

⁷ UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁸ Conceito de desporto — é um jogo caracterizado por finalidades agonísticas, que apresenta como propriedade fundamental o exercício físico submetido a uma regulamentação.

agendas, que permitiram a análise acerca dos aspectos evolutivos da Educação Física.

Dentre esses documentos, destacam-se: os Manifestos Mundiais da Educação Física da FIEP (Federação Internacional de Educação Física) 1970 - preocupado em criar uma concepção clara da Educação Física que pudesse nortear seus caminhos, e o de 2000, um documento síntese de tudo o que foi discutido na segunda metade do século XX e proposto pelos fiepianos em todos os quadrantes e continentes. As Declarações das Reuniões de Ministros e Responsáveis pela Educação Física e Esporte, promovidas pela UNESCO (Paris – 1976, Moscou – 1988, Punta del Este – 1994 e Atenas — 2004); o Manifesto do Esporte (1968); a Carta Européia de Esporte para Todos (Comunidade Européia — 1975); a Agenda de Berlin (1999), são todos eles significativos exemplos de documentos, redigidos para a sociedade internacional, que proporcionaram referências para um esporte comprometido com a Educação.

Como podemos notar, o esporte percorreu uma longa trajetória histórica, a qual nos ajuda a entender porque esse fenômeno, surgido há milênios, conseguiu se perpetuar no imaginário do homem, e, conforme salienta Tubino (2005), neste século, fez surgir um novo homem, o “homem esportivo”.

Esse novo homem incorporou a atividade física e esportiva à sua cultura, e a sociedade e os governos perceberam a importância desse instrumento, o esporte, na vida social das populações, isto é, o quanto ele pode ser promotor de emancipação e desenvolvimento. Segundo Rocha (2002), o esporte como ciência e disciplina representam uma verdadeira “ferramenta” a ser usada no esforço para a inserção social do indivíduo excluído.

Baseando-se na história do esporte, na importância que este adquiriu, foram criadas pelos governos, no decorrer das últimas décadas, Políticas Públicas Esportivas com a finalidade de suprir as necessidades da população.

No Brasil, vem-se investindo na área esportiva e, nas últimas décadas, busca desenvolver eventos e campanhas na área do esporte e para tanto se implantaram vários programas, tais como: Programa Esporte para Todos – que tem como objetivo geral, a democratização do acesso a essa prática como meio educacional para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, Programa Esporte Solidário – que tem como objetivo geral, diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e, de jovens e adolescentes carentes, na faixa etária de 10 a 24

anos, pela intensificação da prática desportiva, Programa Nacional de Promoção da Atividade Física “Agita Brasil” – que visa incrementar o conhecimento da população sobre os benefícios da atividade física, chamando a atenção para a sua importância como fator predominante de proteção à saúde, no intuito de envolvê-la na prática de tais atividades, Programa Esporte e Lazer da Cidade – que tem como objetivo promover o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, Programa Segundo Tempo - que têm por objetivo principal, valer-se do esporte para promover a inclusão.

A História evidenciou a relevância do esporte, e os trabalhos, projetos e manifestos, fizeram dele um elemento precioso nas mãos dos governantes.

As notícias na mídia são pródigas em informar que, por meio de tais programas, políticas, de ações da sociedade civil e religiosa, se bem conduzidas, concorrem para disciplinar seus participantes, afastá-los das drogas, diminuir atos de vandalismo, reduzir ações predatórias sobre os bens públicos, etc., oportunizando, por conseguinte, a inclusão social de crianças, jovens e adultos.

Se o poder público, de algum modo, favorece a prática desportiva, esta adquire o “status” inerente a qualquer outro “equipamento urbano”⁹ (saúde, transporte público, educação, saneamento), fundamentais à qualidade de vida do ser humano.

Inserir-se, pois, a prática esportiva na premissa da Organização Mundial da Saúde (OMS) que enfatiza: “saúde não é só a ausência de doença, mas o completo bem-estar físico e mental de cada indivíduo”.

Tais condições só poderão ser plenamente satisfeitas se a todos os cidadãos for proporcionado ou facultado usufruir a totalidade dos “equipamentos urbanos”, ter acesso a eles e incluir, portanto, o esporte ou as facilidades à prática desportiva.

2.2 ESPORTE NO BRASIL: IMPORTÂNCIA E CAMINHADA

Segundo Arantes (1995) e outros pedagogos da Educação Física e do Esporte, a contribuição do esporte, no que respeita à socialização das crianças, vem

⁹ Equipamento Urbano – são considerados como tal os vários elementos como: os meios de transporte público, o acesso a saúde, a educação, o saneamento, enfim todos os componentes básicos e fundamentais para proporcionar qualidade de vida ao ser humano.

sendo utilizada como justificativa para a inclusão da Educação Física nos Currículos Escolares, e tem sido muito mais realçada do que no passado.

As considerações tecidas indicam que a criança, por intermédio do esporte, é capaz de perceber a existência dos “outros” entre ela e o mundo e, para manter a harmoniosa convivência social, é preciso obedecer a determinadas regras, seguir determinados comportamentos (OBERTEUFER; ULRICH, 1977 apud BRACHT, 1997).

As crianças aprendem, também, a conviver com vitórias e derrotas, a vencer pelo esforço pessoal, e, recorrendo ao esporte, a desenvolver a independência e a confiança nelas mesmas e o sentido de responsabilidade e valores. Todas essas ponderações têm em comum o fato de identificarem um papel positivo ao esporte no processo da educação. Ele é um instrumento que permite aos indivíduos de todas as classes sociais, raças e credos experimentar igualdade e justiça social.

O esporte, na cultura brasileira, configura-se um elemento de interação social, agente do processo educativo, mecanismo auxiliar à política de saúde e veículo de promoção do lazer. Pode ser concebido como um instrumento fundamental no auxílio ao processo de desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, ao lhes ensinar o respeito às experiências e expectativas individuais, à democratização do acesso social, aos valores éticos e sociais, ao resgate da cultura esportiva.

No âmbito social, o esporte assume uma função pedagógica no processo de formação do indivíduo, ressaltando-lhe alguns princípios, tais como a disciplina, o respeito à hierarquia e às “regras do jogo”, a solidariedade, o espírito de equipe e outros fatores do desenvolvimento humano.

Marcílio (2002) observa que é necessário a família, a sociedade, o governo e a comunidade internacional empreenderem ações visando o cumprimento dos direitos de todas as crianças, de maneira sustentável, participativa e não-discriminatória.

O esporte é um direito de todos, na infância e na adolescência. Ele compreende as atividades praticadas nos sistemas de ensino e as vivenciadas nas associações esportivas, devendo, porém, evitar-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus participantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo.

Encontramos alguns importantes fundamentos, que possibilitam o desenvolvimento integral e a formação educacional esportiva, referidos na Conferência Brasileira de Esporte Educacional — CBEE (1996, p.6): “co-educação; participação; cooperação; emancipação; inclusão e co-responsabilidade”.

De acordo com Morin (2003), a educação deve desempenhar um papel crítico-transformador comportamental. Para tanto, o esporte¹⁰, como ação educativa, igualmente deve propor uma modificação integral no indivíduo.

No Brasil, comumente, a prática esportiva é desenvolvida nos e pelos clubes; por consequência, as vagas destinadas às atletas são escassas. Idêntica dificuldade de acesso reflete-se nos níveis superiores: atingir as escolinhas e, posteriormente, as equipes amadoras e profissionais dos clubes é muito raro. Quando isso acontece, o atleta não raro tem de escolher entre prosseguir seus estudos ou se profissionalizar.

A prática esportiva competitiva, em nosso país, não só separa educação e desporto¹¹, como também os coloca em oposição. Para se atingir, portanto, determinado nível nessa atividade, é necessário que se abandonem os estudos, ou seja, escolha-se entre uma ou outra.

Werthein (2002) explica que essa oposição existente na atividade esportiva, no Brasil, é decorrente dos procedimentos adotados ao seu desenvolvimento, os quais não contaram com a participação efetiva do Estado. Trata-se de opções, que foram sendo feitas, naturalmente, durante o processo de organização do esporte em território nacional, culminando no atual modelo.

Na década de 1980, o poder executivo começou a empreender esforços no sentido de desenvolver o esporte no País, numa tentativa muito precisa de substituir esse modelo. Inicialmente, de forma improvisada e não muito clara de agir, mas, a partir da década de 1990, com o envolvimento das empresas estatais, o trabalho começou a apresentar resultados significativos.

Coube a essas empresas patrocinar o desenvolvimento do esporte brasileiro, porque, como não existia uma política governamental consistente no que

¹⁰ Esporte – podemos dizer que é uma atividade metódica e regular associada a resultados concretos no que se refere à gestos e mobilidade dos indivíduos.

¹¹ Desporto - implica regras, jogo, competição, mesmo que seja só de lazer ou recreação. Com exceção daqueles desportos em que não se pratica atividade física, como o xadrez, o bridge, etc., pode-se dizer que todos os desportos implicam atividade física, mas nem toda a atividade física implica a prática de desporto.

tange ao desporto, e, dada à demora de conscientização da iniciativa privada, esse apoio foi ampliado, igualmente, às modalidades amadoras.

Assim, Petrobrás, Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Embratel e Vale do Rio Doce (as duas últimas ainda como estatais) foram e ainda são, em grande parte, responsáveis pelos investimentos destinados ao basquete, vôlei, handebol, à natação, vela e a outros.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério dos Esportes foi responsável, em 2003, por aplicações de R\$ 200 milhões na área, e as estatais, de R\$ 250 milhões. (ALVES e PIERANTINI, 2007)

O grande problema de tal empreendimento reside no fato de que, na maior parte dos casos, ele voltou-se às seleções brasileiras principais de cada modalidade, em alguns casos, nas seleções de base, enquanto as demais categorias dos esportes amadores foram praticamente “abandonadas”, sofrendo todo tipo de obstáculo inerente a condição de esportes sem apoio.

No Brasil, a atividade esportiva carecia de regulamentação, porém, com o advento da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217 (BRASIL, 1988), houve, pela primeira vez, a preocupação de normalizar oficialmente esse tipo de prática, conforme os preceitos abaixo, a saber:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I _ A autonomia das Entidades Desportivas dirigentes e Associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II _ A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do Desporto Educacional e, em casos específicos, para a do Desporto de Alto Rendimento;

III _ O tratamento diferenciado para o Desporto Profissional e o não Profissional;

IV _ A proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º. _ O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após se esgotarem as instâncias da Justiça Desportiva, regulada em lei.

§ 2º. _ A Justiça Desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º. _ O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. Uma vez regulamentada as questões relativas ao Esporte no Brasil, mesmo com a nova Carta Magna, não foi prontamente regulado. O Ministério do Esporte foi criado apenas em 1995, em caráter extraordinário, praticamente sete anos depois de entrar em vigor o mais importante documento legal da Nação (BRASIL, 1988).

Para que ficasse evidente a necessidade da criação de um Ministério do Esporte, permanente, cuja existência não dependesse das nuances da política brasileira, foram necessários outros oito anos, ou seja, apenas em 2003 essa realidade consolidou-se.

Tubino (2001) adverte que todos esses anos transcorridos ao surgimento de tal órgão demonstram a grande falta de reconhecimento existente quanto aos méritos do esporte ao País.

2.3 POLÍTICAS SOCIAIS

Uma tarefa bastante complexa reside em caracterizar Políticas Sociais, devido às muitas definições em vigor, aos intensos debates em busca de uma conceituação razoavelmente precisa e clara e, também, muitas vezes, ao fato de as Políticas Públicas e Políticas Sociais serem vistas como sinônimas.

A fim de conceituarmos Política Social, servimo-nos de Pereira (1997 apud LUSTOSA, 2005), reconhecida pesquisadora na área, que nos explica:

Política Social é um processo que vai se dando no interior da necessária reciprocidade entre a determinação econômica e a vontade política de classes e grupos sociais antagônicos, face àquela determinação, mediante a pressão diferenciada junto ao Estado por mudanças que lhes sejam particularmente favoráveis.

Para a autora, a Política Social é uma mediação entre as necessidades de grupos de pressão e interesses e as exigências do sistema econômico de produção. Da mesma forma que as Políticas Públicas têm como objetivo a solução de situações-problema, as Políticas Sociais objetivam solucionar os conflitos de um grupo de atores sociais o qual constitui a sociedade.

Assim, Política Social pode ser entendida como toda ação do Estado que incide em determinado aspecto a ser abordado. As ações dessa política são determinadas pela autoridade do poder público e vão incidir na sociedade, na coletividade, e não tão-só no indivíduo, visando à proteção social.

Outros aspectos importantes com relação às Políticas Sociais são: De onde parte a ação? Por quem é formulada a Política Social? Qual o poder de representação e força que exercem os atores envolvidos no conflito?

Diante de tais questionamentos, podemos analisar se as políticas sociais serão constituídas por ações voltadas aos que necessitam de proteção social ou

não, pois difere muito uma política formulada por tecnocratas ou pela elite dominante de outra formulada de modo democrático, com a participação de todos os envolvidos.

Em face do acima expresso, torna-se imperativo saber qual a força e a capacidade de os atores sociais negociarem suas posições para a inclusão de uma política social na agenda pública. Muito embora, conforme Lustosa (2005, p.6), o papel das políticas sociais seja “o de compensar as debilidades de alguns indivíduos membros da sociedade, numa atitude de respeito às necessidades dos mais carentes”, muitas vezes, não é o que ocorre e, por isso, elas não atingem sua finalidade.

Outra questão a ser tratada diz respeito à proteção social, a qual se tornou muito comprometida a partir de momento em que o neoliberalismo passou a determinar as ações, políticas sociais e econômicas dos países em desenvolvimento.

Mediante um forte ajuste econômico, embasado em medidas neoliberais, emerge uma visão hegemônica universal sobre as políticas sociais, ancoradas em algumas organizações: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), tal como salientam Pereira, Silva e Patriota (2006). As autoras determinam que as ações de proteção do Estado devem centrar-se na população mais necessitada, ou seja, naquela a qual se encontra abaixo da linha de pobreza.

Dessa focalização das ações do governo, ainda segundo as autoras, surge um estímulo por parte do governo para investir em fundos sociais de emergência, individual e voluntária, por intermédio de organizações não-governamentais e filantrópicas, que passam a ocupar o lugar do Estado, eximindo-o de sua responsabilidade e transferindo a resolução dos problemas sociais à esfera da filantropia.

O Brasil nos anos 90 promoveu uma reestruturação das Políticas Sociais na perspectiva da solidariedade, da focalização e seletividade, da re-filantropização da pobreza e responsabilidade social, redução dos gastos sociais, descentralização e mercantilização dos bens sociais, promovendo assim o desmonte dos direitos sociais, tão duramente conquistados no Brasil.

No atual momento, as ações sociais do Estado limitam-se a políticas compensatórias focalizadas. Tais ações mantêm uma vasta gama de excluídos e ratificam a dissociação entre o desenvolvimento econômico e os aspectos sociais.

De acordo com Draibe (1993 apud PEREIRA, 2006), a Nação vem experimentando, desde a metade do século XX, uma das mais injustas estruturas sociais e um sistema de proteção social frágil, incompleto, incapaz de alterar a desigualdade e exclusão social.

Vivendo sob as bases do neoliberalismo, o País encontrou-se diante de um grande dilema: optar por uma determinada política econômica ou por uma política social que preservasse a proteção social duramente alcançada durante sua história. Vemos claramente qual foi a opção: a do ajuste econômico e fiscal, encaminhando, dessa forma, o intenso desmantelamento das políticas de proteção social.

Mediante tal conjuntura, apenas se fez notar, no Brasil, a ação de políticas focalizadas, que, como o próprio nome lembra, não são abrangentes e acabam por deixar uma vasta gama de excluídos. Lustosa (2005) aponta a problemas sofridos pelas políticas sociais, inviabilizando, pois, qualquer favorecimento de bem-estar e emancipação.

Para tanto, o autor, a princípio, vale-se do relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - ONU/PNUD (1996), com o propósito de mostrar as características do sistema de proteção social: altamente descentralizado; com clara divisão perversa do trabalho entre os setores público e privado de prestação de serviços; profundamente discriminatório e injusto, distante das reais necessidades da grande maioria da população, com marcadas distorções no modo de financiamento, desarticulado, dividido e impermeável ao controle público.

Diante disso, fica claro, que estamos distantes de viver sob a tutela de um Estado voltado a uma ampla e séria política de proteção social.

Porém, conforme Lustosa (2005), alguns passos para a gestão de políticas sociais já estão sendo dados com o intuito de viabilizá-las. São elas:

- a) Descentralização e Desconcentração: processo que começou com a vigência da Constituição de 1988, e cujo objetivo era maximizar os resultados em função de uma maior aproximação com o beneficiário e com a redução da burocratização;
- b) Participação e Poder Local: aspectos que permitem trabalhar conforme o cenário local.

c) Foco no Resultado e na Interdisciplinaridade: importante passo a fim de existir uma preocupação com os resultados alcançados pelas ações desenvolvidas pelo Estado, sendo avaliados segundo o grau de mudança gerado, pela transformação social provocada por determinada ação. Em relação à interdisciplinaridade, deve haver a formação de parcerias, interlocutores e articulação interinstitucional.

Essas, provavelmente, sejam as primeiras iniciativas para configurar novas estratégias na gestão das Políticas Sociais, porém, é necessário entender de que forma, na prática, elas vêm sendo implementadas. São realmente novas estratégias ou velhas propostas com nova roupagem?

Ao se mencionarem os termos descentralização e desconcentração, logo pensamos na autonomia, liberdade de articulação de políticas conforme os atores, no cenário onde se está inserido, assim como nas necessidades locais. Parece, no entanto, que foi transferida a responsabilidade de execução, mantendo centralizado o poder de decidir.

No que respeita à participação e poder local, buscam-se novos canais de participação da sociedade no reconhecimento das exigências específicas, bem como na formulação de soluções. Porém, embora sendo este um grande espaço de construção, ainda não é suficiente para transformar em instrumento de gestão de políticas sociais. Torna-se imperativo questionar se estamos preparados, tanto o poder quanto a sociedade, a compartilhar desses processos decisórios.

Com relação ao foco nos resultados, o gestor das Políticas Sociais deve responder não só pelo que produziu, mas também pelo modo como alterou o problema social. Positivamente associada está a interdisciplinaridade, alcançada pela articulação com diferentes segmentos da sociedade, mostrando serem os conflitos sociais complexos em sua origem, e tornando mais fácil encontrar caminhos para solucioná-los de forma interdisciplinar, e não segmentada.

Quando o estado liberal determinava que o mercado fosse o regulador das relações sociais, já se provocava, desde aquela época, a exclusão social. Porém, no pós-guerra, pela necessidade de amparar estes povos devastados, e, pelo fato de o mercado não estar dando conta dos problemas sociais emergentes, fez-se imprescindível o Estado atuar como interventor garantindo, de certa forma, às elites a manutenção de seu status social e atendendo às exigências sociais. Foi nesse período que surgiu o Estado de Bem-Estar Social.

Todavia, esse grande espaço destinado às questões sociais não resistiu por muito tempo, e, por volta da década de 60/70, quando as economias começam a dar sinais de declínio, sobreveio o neoliberalismo, com o objetivo de reduzir a ação do Estado a um mínimo de proteção social, a impor severos ajustes econômicos, que repercutiram drasticamente na área social, acarretando um grave retrocesso no Brasil.

Neste momento, é assim que nos encontramos: imersos na luta de classes, com um crescimento econômico, desvinculado do social; em um profundo abismo entre as classes sociais; com um elevado número de excluídos da sociedade e incluídos na miséria.

Este é o desafio das Políticas Sociais — a garantia de condições dignas de vida da população, ou melhor, a promoção da cidadania social, vinculada à garantia de direitos sociais, pela presença ativa do Estado, com a efetividade de tais políticas.

Certamente, as Políticas Sociais não resolvem todos os problemas, muito menos quando não conjugadas entre si e/ou com outras políticas. Foge de seu controle e capacidade reduzir níveis tão elevados de pobreza e desigualdade social, especialmente se as dificuldades são tantas, pois o meio político e econômico onde estão inseridas é o de baixo crescimento social, forte desemprego e fragilização das relações de trabalho. Todas essas situações debilitam as Políticas Sociais, mesmo quando trilham novos horizontes em busca de melhoria e aperfeiçoamento por reformas.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Pereira (1994 apud CARVALHO 2003) é fundamental conhecer o significado do termo “público”, o qual pode estar associado à política, não como uma referência exclusiva ao Estado, mas, sim, como uma expressão vinculada à coisa pública, uma referência a todos os que se encontram sob a égide de uma mesma lei.

Em geral, as Políticas Públicas são reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, por isso mesmo, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas que podem e devem ser controladas pelos cidadãos. Essas políticas expressam a conversão de resoluções privadas em deliberações e ações públicas, garantidas por lei, as quais afetam a todos e aludem ao direito de todos,

distribuindo ou redistribuindo bens e serviços sociais em resposta às necessidades dos cidadãos.

Além disso, tais políticas são resultantes do esforço, por parte do Estado, para solucionar problemas enfrentados pelas comunidades. Neste caso, são oportunas as palavras de Rua (1997 apud LUSTOSA, 2005), que salienta: “as políticas são públicas, não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter imperativo”.

Complementando essa idéia, Lustosa (2005) enfatiza: as Políticas Públicas originam-se das demandas de atores sociais que as direcionam ao sistema político ou à classe dominante, e, de acordo com o papel mais ou menos estratégico dos demandantes na sociedade, pressiona-se o Estado a orientá-las conforme seus interesses. Cumpre questionar, no entanto, qual força e capacidade desses atores de negociar suas posições a fim de participarem dessa inclusão na agenda pública.

Sobre esse tópico, Rua (1997 apud LUSTOSA, 2005), ainda descreve que os obstáculos entre os diferentes atores sociais que convivem em uma mesma sociedade, pode ser caracterizado como situação-problema, a qual pode ser assim entendida: “é aquela que incomoda e gera insatisfações para um grupo de pessoas, podendo ou não se converter em uma Política Pública.” Quando não é absorvida nesse tipo de política, converte-se no que ela designa *estado de coisas*.

Assim, na origem das Políticas Públicas há um conflito a incomodar determinado grupo, gerando, como mencionado, um *estado de coisas*. Paralelamente, existe um outro grupo com interesses contrários. Partindo desse conflito, e, dependendo do poder e articulação de cada grupo, esse *estado de coisas* irá se transformar em uma Política Pública.

Com o propósito desse *estado de coisas* passar a figurar na agenda governamental, é indispensável que atores, em posições estratégicas, provoquem uma ação política ou despertem o interesse político em resolver esse *estado de coisas*, ou ainda, tal *estado* se transformar em uma situação de calamidade, cujo ônus por não resolver a situação seja maior do que o de resolvê-la (RUA, 1997 apud LUSTOSA, 2005).

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS

Conforme Werthein (2002), em um país cujos problemas sociais distinguem-se por serem preocupações centrais dos governantes, é um dever moral e ético exercer a responsabilidade social, principalmente no que tange à democratização do acesso ao esporte e ao lazer para a infância e a adolescência.

Tais preceitos estão presentes no art. 227 da Constituição Federal, no art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Carta dos Direitos da Criança no Esporte, redigida em Avignone.

Os documentos têm como objetivo geral promover a inclusão social de crianças e adolescentes, por meio do esporte, utilizando recursos previstos no art. 260 do E.C.A., e, dessa forma, ampliar o atendimento esportivo no País.

Essa é também uma meta constante nas discussões entre o governo federal e alguns organismos internacionais — UNESCO, ONU e UNICEF¹².

A estratégia adotada pelo Ministério do Esporte, desde 2003, foi a criação de Políticas Públicas Esportivas e Programas que possibilitem a prática do esporte de forma massificada, em diversos níveis e com finalidades distintas, consolidando-se, a partir de então, um papel decisivo do Estado na regulação do setor.

O Ministério do Esporte formulou, no início da sua gestão, uma declaração intitulada Política Nacional de Esporte (PNE), ora em discussão no Conselho Nacional de Desportos (CND).

O documento apresenta o conceito defendido pela Lei 9615 – Lei Pelé, de 1998, segundo a qual o esporte brasileiro é:

- I. Desporto Educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, a sua formação e a prática do lazer;
- II. Desporto de Participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde, educação e na preservação do meio ambiente;
- III. Desporto de Rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei 9615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

¹² UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância.

É marco fundamental desse processo a realização da Primeira Conferência Nacional de Esportes, em 2004, em Brasília, na qual 1.200 delegados, escolhidos em assembleias estaduais e municipais em toda a Nação, discutiram, durante quatro dias, os objetivos, as diretrizes e bases de uma Política Nacional de Esporte.

Em meados do final dos anos 70, foi criado o Programa Esporte para Todos (EPT), com princípios voltados a um movimento de popularização do Esporte.

Essa política pública nasceu na Europa, mais especificamente na Alemanha, e visava, conforme o próprio nome sugere, permitir acesso ao esporte a todos.

Em nosso país, essa Política Pública Esportiva foi estabelecida e financiada pelo Ministério da Educação e Cultura, cujos veículos de divulgação eram uma rede nacional de rádio, uma revista e um programa de treinamento de “animadores” culturais.

A implantação do Esporte Para Todos era justificada pela dificuldade de acesso da maior parte da população ao Esporte, com projetos simples de construção de espaços (praças, ruas de lazer) e propostas de massificação do esporte como meio de favorecer a inclusão social.

No início de 2000, o governo lançou duas Políticas Públicas Esportivas de amplo alcance: o Programa Esporte Solidário (PES), um empreendimento com o mesmo propósito e apelo do EPT, e o Programa Nacional de Promoção da Atividade Física “Agita Brasil” (PNPAF-AB), uma iniciativa do Ministério da Saúde em conjunto com gestores estaduais e municipais do SUS (Sistema Único de Saúde), além de outros setores da iniciativa privada.

O PES, desde a sua implementação, já realizou mais de 25 oficinas em todo o País e dispõe de parceiros, tais quais SESI (Serviço Social da Indústria), SESC (Serviço Social do Comércio) e SENAI (Serviço Nacional da Indústria).

O projeto visa aprimorar o conhecimento da população sobre os benefícios da atividade física, lembrando não só o quanto esta pode se constituir num fator de proteção à sua saúde, como também é capaz de envolver a comunidade nessa prática.

Uma das últimas Políticas Públicas Esportivas que hoje ocupa lugar de destaque no cenário nacional é o Programa Segundo Tempo (PST), idealizado pelo Ministério do Esporte em conjunto com o Ministério da Educação, e destinado a democratizar o acesso à prática esportiva aos alunos matriculados no ensino

fundamental e médio, principalmente em áreas de vulnerabilidade social, por meio de atividades esportivas e de lazer, realizadas no contra-turno escolar.

O programa tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, o bem-estar físico, a promoção da saúde e o desenvolvimento intelectual.

Com o intuito de difundir a prática esportiva em outros segmentos, o Ministério do Esporte optou por buscar parcerias com organizações governamentais e não- governamentais.

Às Prefeituras, é oferecida a hipótese de uma ação conjunta com uma Política Pública Esportiva denominada Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELDC), instituída e gerenciada pela SNDEL (Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer), do Ministério do Esporte.

O referido programa tem por objetivo, em síntese, suprir a carência de Políticas Públicas Esportivas as quais atendam às crescentes necessidades e demandas da comunidade, por intermédio do esporte recreativo e lazer, sobretudo daquela em situação de riscos sociais e econômicos, reforçadora das condições de injustiça e exclusão social a que está submetida.

Às Instituições Cíveis, o Ministério oferece a alternativa de buscar doações ou patrocinadores à efetivação dessas propostas.

Uma conjunção entre o Ministério do Esporte e o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) proporciona a captação de recursos incentivados junto com pessoas físicas e jurídicas, as quais poderão direcionar suas doações às Políticas Públicas Esportivas de sua preferência, aprovadas no Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), conforme disposto no art. 260, do ECA (2000) (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Ao esporte competitivo de alto rendimento foram reservadas duas ações centrais. A primeira concerne à renovação do manancial teórico-legal voltado à organização do cenário esportivo e à estrutura dos clubes. A segunda refere-se ao fato de o Ministério do Esporte ter começado a exigir a adequação das agremiações ao novo Estatuto do Torcedor, documento muito polêmico que forçou a modernização de estádios e exigiu uma maior transparência administrativa por parte dos dirigentes.

Visando ao saneamento dos clubes, o Ministério do Esporte, num segundo momento, propôs ao Congresso Nacional a aprovação de uma nova loteria, a Timemania. Os clubes que aderissem ao jogo reteriam parte da nova receita na

fonte até terem sido pagas suas dívidas com o governo federal. Em contrapartida, seriam novamente abertos os canais a pedidos de empréstimos em bancos oficiais e receberiam parte da receita proveniente da loteria para investimentos.

Uma outra ação do Ministério do Esporte direcionada ao esporte competitivo de alto rendimento é a ajuda direta aos atletas sem ter de passar pelos clubes, como o Programa Bolsa-Atleta, uma importante ajuda financeira, mensal, para os esportistas que não têm patrocínio e disputam competições em modalidades Olímpicas e Para-Olímpicas.

Os valores das bolsas oscilam de acordo com o sucesso dos atletas, sendo mais baixos aos participantes de competições estudantis e mais altos aos reconhecidos internacionalmente. Examinadas em conjunto, as Políticas Públicas Esportivas do Ministério do Esporte apresentam significativas mudanças, novas diretrizes, comprometimento e ações voltadas a todos.

Foi, sem dúvida, a criação de um organismo, ao menos em tese, de caráter permanente, que propiciou a consolidação de políticas e projetos a esse setor. O esporte passou a figurar não apenas em relação às modalidades e competições de alto rendimento, mas também à sua prática de forma recreativa.

Fica ainda evidente a escolha pela integração dessas várias possibilidades, facilitando a associação da prática esportiva com outras áreas-alvo de Políticas Públicas Esportivas Federais como, por exemplo, a educação, a saúde e o trabalho.

Como podemos observar, não são poucas as Políticas Públicas Esportivas disponíveis, os Programas e as Formas de Incentivo que foram e estão sendo implantados no sentido de atingir a todos os cidadãos.

Viabilizar o acesso ao esporte, com efeito, capacitar as pessoas a ingressarem construtivamente na sociedade são objetivos permanentes de todas essas políticas.

Segundo De Lucca (2002), existe uma grande fragilidade nas Políticas Públicas Esportivas Nacionais por diversos motivos: precária comunicação entre as diversificadas esferas de governo; ineficiência da máquina burocrática instalada no Governo Federal — Ministério do Esporte —, que ainda não é capaz de desenvolver políticas eficazes ao setor; o personalismo decorrente do sistema de gestão adotado.

Personalismo, neste caso, deve ser entendido como a formulação de políticas não necessariamente vinculada a governos, mas, sim, a pessoas específicas.

No plano federal, por exemplo, a área esportiva sofreu regulamentação, promulgada, ainda assim, por meio de espasmos, e ligada a políticos e ex-atletas específicos, como a Lei Zico¹³ e a Lei Pelé¹⁴, personalidades então ocupantes de cargos de chefia na administração pública federal no referido âmbito.

De Lucca (2002) alerta-nos ao fato de ser necessário não só reconhecer que ainda são frágeis as instituições públicas responsáveis historicamente pelo esporte no Brasil, como também admitir que as ações individuais ocorram a fim de preencher a lacuna criada pela ausência de uma sistematização no tocante à regulação efetiva dessa área.

A despeito da ineficiência do Poder Executivo, no que tange ao Esporte, o Estado desempenhou um papel relevante, pois desde 2003, pôde reunir, centralizar Políticas Públicas Esportiva e ampliar estudos sobre as atividades esportivas em suas mais variadas formas. Feita a ressalva, não menos significativo é mencionar que não houve, de fato, uma Política Pública Esportiva Nacional consistente ao setor.

Caberia ao Estado, em tese, promover a Gestão do Esporte operada por diferentes Ministérios, de forma integrada, dada a importância que o setor tem para áreas diversas.

A implementação de uma Política Pública Esportiva Nacional eficaz demanda tempo, competência e interesse político de vários setores. Apenas por meio de tais valores é possível estabelecer a necessária articulação dessa política com outras das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social. Enquanto isso não for efetivado, temos de trabalhar com as que se encontram à disposição, pois ao menos, já propiciam um avanço no campo esportivo.

¹³ LEI ZICO - **LEI nº. 8.672**, de 6 de Julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

¹⁴ LEI PELEÉ - **Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

3 EXCLUSÃO

Exclusão é um tema muito atual e também muito estudado nas diferentes áreas do conhecimento. Não raro, é abordado de forma pouco precisa e bastante dúbia. Tentaremos conceituá-lo fundamentando-nos em alguns autores, de modo a obter um melhor entendimento sobre o termo.

Castel (1997) traz à tona a origem da sua noção: que é atribuído a René Lenoir, em 1874, o delineamento do termo “exclusão”, propõe uma reflexão sobre as questões sociais, suscitando o debate e questionamento em torno do assunto. Este, porém, somente a partir dos anos 90, veio a protagonizar o debate entre os intelectuais.

“A exclusão vem se impondo, pouco a pouco, como um *mot-valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado, o jovem de periferia, o sem domicílio fixo, o sem-terra, todos esses são os chamados excluídos” (CASTEL, 1997, p. 15).

O emprego do termo exclusão é uma realidade que centraliza muitas discussões sobre o tema. Existe um grupo considerável de pesquisadores os quais não concordam com essa forma indiscriminada de aplicação da terminologia, inclusive, contestam-na defendendo a idéia de não a banalizar.

Assim, “a exclusão não se trata de um fenômeno marginal referido unicamente à franja dos sub proletários, mas, de um processo em curso, que atinge cada vez mais todas as camadas sociais” (WANDERLEY, 2002, p. 17).

Alguns pensavam ser esse um fato passageiro, típico de países periféricos, no entanto, ele não só passou a fazer parte de uma realidade que atinge a todos, como também se inseriu de tal forma no seio da sociedade, tornando-se, hoje, um problema universal e multifacetado. Desse modo,

Para melhor compreender exclusão se deve entender a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da justiça e a dimensão subjetiva do sofrimento, bem como o aspecto de contraditoriedade, ou seja, a qualidade de conter em si a sua negação e não existir sem ela, isto é, ser idêntico à inclusão (inserção social perversa). A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão (SAWAIA, 2002, p. 8).

No lugar da exclusão, portanto, faz-se presente a dialética da exclusão / inclusão, que, segundo Sawaia (2002), introduz a ética e a subjetividade na análise

sociológica da desigualdade, ampliando as interpretações legalistas e minimalistas de inclusão, baseadas em justiça social, restritas à crise do Estado e à do sistema de empregabilidade. Dessa forma, o termo passa a ser entendido como descompromisso político com o sofrimento do outro, e a dialética mencionada gera subjetividades específicas que incluem desde o sentir-se incluído até o reconhecer-se discriminado ou alvo de preconceito.

Ainda conforme Sawaia, exclusão:

[...] é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão, como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não é uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2002, p. 9).

Muitas situações, atualmente, estão sendo descritas como de exclusão e representam as mais variadas formas e sentidos. Sob esse rótulo, desenvolve-se uma série de manifestações que se apresenta sob a forma de rupturas, vale dizer, rompimentos com o vínculo social. Exemplificam essa afirmação os grupos de idosos, deficientes, desadaptados sociais, minorias étnicas ou de cor, desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de ingressar no mercado de trabalho, etc. Em verdade, essas manifestações denotam a ocorrência de uma saturação e uso indiscriminado dessa terminologia, acarretando a perda de seu real sentido.

Ainda em se tratando de exclusão, os estudiosos ressaltam que, do ponto de vista epistemológico, o fenômeno da exclusão é muito amplo, tornando-se quase impossível conseguir-se delimitá-lo. Muitos tentaram abordar a questão buscando formas de circunscrever a realidade, mas é tão complexo o tema que realmente se transformou numa tarefa inglória.

Outro aspecto essencial para se analisar esse processo excludente consiste na necessidade de contextualizá-lo, cuidadosamente, no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere a fim de que se obtenham conclusões efetivas. Sobre isso é interessante ressaltar:

No campo internacional, a passagem do predomínio do termo pobreza para exclusão significou em grande parte, o fim da ilusão de que as desigualdades sociais eram temporárias. A exclusão emerge, assim, no

campo internacional, como um sinal de que as tendências do desenvolvimento econômico se converteram. Agora — e significativamente — no momento em que o neoliberalismo se torna vitorioso por toda parte, as desigualdades aumentam e parecem permanecer (NASCIMENTO, 1995, apud WANDERLEY, 2002, p.19).

Cabe, ademais, salientar que pobreza e exclusão não podem ser tomadas tão-só como sinônimos de um mesmo fenômeno. Elas estão articuladas, embora pobreza não signifique necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir.

Castel (1997) é um crítico pertinaz das abordagens em geral conferidas à exclusão. Desconfia da heterogeneidade de usos permitida pelo conceito e do perigo representado pela autonomização de situações que só adquirem sentido quando inseridas em um contexto.

Segundo ele, o uso freqüente dessa terminologia resulta das vulnerabilidades decorrentes das transformações que se operam no mundo do trabalho, degradando as relações laborais e os sistemas de proteção correlatos, ou seja, da situação de crise da sociedade salarial.

O autor entende que se pode, por conseguinte, tratar com mais propriedade de expressões como vulnerabilização, precarização, marginalização, procedendo-se a uma distinção cuidadosa dos processos excludentes daqueles outros componentes constituintes da questão social contemporânea na sua globalidade.

A exclusão social é, além disso, um fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de trajetórias da ausência de vínculos: desligamento: integração / não-integração do mundo do trabalho e do mundo das relações sociais. A precarização e instabilidade das correlações do mundo do trabalho formal produzem contingentes populacionais desnecessários. São os “sobrantes”, “descamisados”, todos, com efeito, excluídos permanentemente do mundo do trabalho em função dos rápidos avanços ocasionados pelo desenvolvimento e pela grande quantidade de mão-de-obra mais qualificada.

Logo, “no mundo das relações sociais, a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode acarretar rupturas que conduzem ao isolamento social e à solidão” (WANDERLEY, 2002, p. 23).

Esse problema é global, não se restringe a um grupo ou segmento específico da sociedade. Encontra-se em todas as partes e é muito mais sério do que podemos imaginar, pois incide sobre instituições vitais ao crescimento e avanço da humanidade.

A exclusão, devido às dimensões que vem ganhando, tornou-se a questão social por excelência de nossos dias. Diante disso, Castel (1997), sustenta que é preciso ter um uso reservado para o termo, ou até mesmo substituí-lo por uma noção mais apropriada para nomear e analisar os riscos e as fraturas sociais atuais como forma de desvelar a especificidade de cada uma e de se conduzirem investigações mais precisas sobre os conteúdos que se pretende abranger.

O autor também não especifica a proveniência do conceito. Segundo ele, trata-se de uma qualificação negativa que designa falta, mas, com efeito, oculta a séria necessidade de se analisar a questão positivamente.

O emprego do termo, conforme Castel (1997), ocorre efetivamente em razão de o estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais ser resultante de trajetórias diferentes, pois não se nasce excluído, a não ser em casos muito particulares:

A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao processo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Os novos excluídos são seres descartáveis (WANDERLEY, 2002, p. 25).

O combate a esse fenômeno deve ocupar considerável lugar nas prioridades a quem quiser prover níveis de proteção e necessita romper com várias situações, entre elas: a correspondência entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade que, em geral, são brutais.

Diante de tais considerações, a exclusão apresenta-se como uma temática de extrema complexidade, de difícil trato, necessitando ser trabalhada criteriosa, atenta e criticamente.

É um fenômeno mundial, de dimensão planetária, mas é um problema que pode ser combatido e revisto se houver mudanças em algumas realidades hoje impostas pelo egoísmo humano, pela sua sede de poder, domínio, enriquecimento a qualquer custo e despreocupação com o próximo.

4 INCLUSÃO

A tentativa de delimitar e compreender o que seja inclusão não é uma tarefa muito simples, porém, procuraremos ampliar seu entendimento, sua amplitude e abrangência, fundamentando-nos na visão de outros pesquisadores.

A inclusão, como já mencionado, liga-se intimamente à exclusão e, para Sposati (2006, p.1), “a relação entre exclusão/inclusão identifica a iniquidade da desigualdade”. Além disso, confrontar, nesse binômio, a primeira no seu vínculo com a segunda é expor a análise no patamar ético-político, como uma forma de justiça social, possibilitando a descoberta de novas identidades e dinâmicas sociais.

Notamos, com base nas idéias de Sposati (2006), que o cerne do problema é o homem, o qual, motivado por razões diversas, para atender às questões e exigências pessoais não leva em conta os outros. Sobre isso, o autor assim se manifesta:

Ninguém é plenamente excluído ou permanentemente incluído, não se trata de uma condição de permanência, mas, da identificação da potência do movimento de indignação e inconformismo. A exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma (SPOSATI, 2006, p.2).

Esse parecer é importante porque revela que se trata de um contexto dinâmico, com solução, por isso, não se pode deixar de trabalhar no sentido de reverter o processo ou de se alcançar uma meta específica.

De acordo com Sawaia (2002), temos de levar em conta outros aspectos se quisermos abordar a inclusão. Ela denota a presença do sofrimento no fato de não se estar incluído, evidenciando ser este um elemento que desencadeará forçosamente a discussão do tema no campo da ética social, buscando, assim, respostas e posicionamentos novos.

Órgãos internacionais, como a UNESCO, entendem que a inclusão social é um dos principais agentes da redução da pobreza, e, convencida disso, tem trabalhado arduamente no sentido de reverter essa situação mediante várias iniciativas as quais repercutem no mundo todo, sendo considerado esse um trabalho de valor solidário e justo.

A entidade sugere que se poderá trabalhar no sentido de combater a pobreza e favorecer a inclusão social, diminuindo as desigualdades, por meio de políticas sociais, avaliações, pesquisas, intercâmbio de informações, capacitação de

indivíduos, instituições e comunidades, parcerias com as comunidades acadêmico-científicas e projetos de cooperação técnica.

A pobreza é entendida como um fenômeno amplo que se refere à estrutura de bem-estar e de participação no cotidiano social e engloba diversos elementos — não somente relacionados à falta de recursos — como a desigualdade na distribuição de renda, a vulnerabilidade, a exclusão social, a violência, a discriminação, a ausência de dignidade.

A Unesco Brasil (2007) acredita, ainda, que é necessário fortalecer a sociedade civil valendo-se de políticas que fomentem mudanças reais na qualidade de vida das populações e, a partir de então, seja possível promover-se uma maior inclusão social.

Diante de tal contexto, percebemos que a temática envolve uma discussão de vasta complexidade e exige ser trabalhada de forma veemente, coletiva e embasada em termos científicos, de modo a propiciar, com as diversas ações e programas existentes, uma efetiva, abrangente, e profunda mudança.

As dificuldades para isso são muitas e, freqüentemente, fogem do nosso raio de atuação ou alcance, mas isso não pode nem deve impedir que se continue a atuar de forma intensa, sistemática e eficaz no sentido de se obterem resultados os quais proporcionem acesso populacional à inclusão.

Nesse sentido, as Políticas Públicas Esportivas são um excelente meio para que se trabalhe sob tal ótica e se possa favorecer a muitas CASR a tão necessária inclusão social, por meio do esporte.

Diante do exposto, cumpre definir o que entendemos por essa expressão a fim de dispormos de uma chave de leitura dos fatos a serem analisados.

Entendemos como inclusão social o acesso a uma vida mais digna, pela diminuição das desigualdades, da vulnerabilidade, exclusão, eliminação de todo e qualquer tipo de violência contra as CASR, discriminação, com uma conseqüente melhora da qualidade de vida destas.

5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO — CASR

Especialmente nos últimos anos, a problemática dos Menin@s de Rua¹⁵ tem sido uma preocupação a mais para a Sociedade Civil e as Organizações de Apoio a elas. Uma nova terminologia — mais genérica, mais ampla — favorecendo a acolhida de um número maior de crianças e adolescentes que necessitam de ajuda vem sendo utilizada por especialistas no assunto. Crianças e Adolescentes em Situações de Risco (CASR), essa passou a ser a expressão usual, substituindo a nomenclatura Menin@s de Rua.

Em nosso estudo, adotaremos o novo vocabulário — Crianças e Adolescentes em Situações de Risco (CASR) — quando nos referirmos às crianças e aos adolescentes, que são o objeto de nossa pesquisa.

São vários os motivos que induzem uma criança a procurar as ruas para substituir seu lar, tais como a ausência dos pais em casa, violência sexual doméstica, miséria.

O estudo de aspectos evolutivos de crianças e adolescentes os quais vivem em situação de risco pessoal e social abrange não só a área das Ciências Humanas, como também a da Saúde, e vem crescendo a cada ano.

Segundo Boaventura (2007), estatísticas apontam que apenas 2% das Crianças em Situações de Risco, moradores na rua, realmente não têm família ou algum parente a fim de ampará-los. Outros 92% estão na rua por obrigação de fugir da agressão física cometida pelos pais ou responsáveis, ou por um eventual envolvimento com drogas, ou ainda, por falta de carinho e amor em casa.

Essa conjuntura favoreceu a criação, nos últimos anos, no cenário nacional, de muitas entidades voltadas à reabilitação das CASR e ONGS ao amparo delas.

Muitas dessas organizações trabalham com o intuito de prover educação, moradia e ambiente seguro às CASR, integrando-as, não raro, por intermédio de atividades esportivas.

O Serviço Integrado de Amparo e Orientação — Projeto SIÃO — é uma dessas entidades. Ele desenvolve seu trabalho em Brasília, com o objetivo de amparar e orientar as CASR, proporcionando ao seu público-alvo a oportunidade de

¹⁵ Menin@s de Rua – Expressão utilizada para denominar crianças de rua de ambos os gêneros.

sair das ruas, e inserir-se em um ambiente com toda a estrutura indispensável à sua reintegração na família e na sociedade.

Boaventura (2007) ressalta que uma das maiores dificuldades em se fazer um trabalho adequado e de qualidade são a burocracia para o funcionamento da entidade e a falta de verba, criando obstáculos, muitas vezes, para que se possam desenvolver todos os projetos previstos.

Ainda conforme o autor, das CASR que entram em abrigos, 80% evade por não se adaptarem às normas e regras dos locais, e as 20% que continuam nas organizações são recuperadas satisfatoriamente e reintegradas à sociedade e às suas famílias. Para que essa reintegração ocorra, a experiência mostra que é necessário um trabalho conjunto com a família das CASR, porque não basta que estas tenham mudado: sua família reclama por ser reestruturada e os problemas de origem precisam ser sanados.

Outro trabalho desenvolvido, pela Prof^a. Silvia Koller da UFRGS, registra dados significativos sobre a Resiliência e Vulnerabilidade em Crianças em Situação de Risco Social e Pessoal:

A pesquisa descritiva da observação de atividades cotidianas de vinte crianças em situação de risco, nas ruas da área central de Porto Alegre, apresentou resultados que revelam que as crianças utilizam o espaço da rua para diversas atividades, incluindo tarefas que garantem a subsistência pessoal e, às vezes, da família. Foram também observadas brincadeiras solitárias ou em grupo, demonstrando que, embora estejam em atividade de trabalho, continuam sendo crianças em desenvolvimento (KOLLER, 2006).

Às crianças que vivem ou trabalham na rua, situação de risco implica sofrer as inúmeras conseqüências da miséria econômica e/ou afetiva. Essas crianças crescem, portanto, em meio a condições extremamente indignas, desumanas. Formam-se grupos com características especiais e, em geral, nota-se uma aparência de abandono e uma grande falta de higiene. Elas realizam tarefas humildes visando à sua subsistência e à de seus familiares.

De acordo com o trabalho realizado por Alves (2002), o desenvolvimento dessas crianças em situação de risco ocorre em quatro campos: social, cognitivo, afetivo e físico. Quanto ao primeiro aspecto, o pesquisador explica:

O desenvolvimento social assume características particulares para crianças cujo ambiente principal de socialização é a rua. Sobreviver nesse ambiente implica a criação e o exercício de estratégias variadas, que auxiliem na

obtenção de alimento e abrigo, possibilitando sua sobrevivência e segurança. (ALVES 2002).

Já o cognitivo, segundo Alves (2002) ser compreendido de forma contextualizada. As experiências na rua contribuem ao exercício de diversas habilidades e formas de raciocínio que não são, necessariamente, iguais àquelas descritas em estudos formais sobre cognição, até porque se constata que algumas funções dessas CASR podem ser afetadas pelo uso contínuo de drogas, prática muito freqüente na sua vida. Desse modo é possível afirmar:

O estudo do desenvolvimento emocional de crianças que saem de suas casas e, muitas vezes, preferem viver na rua, tem sido um desafio para os estudiosos da área. Os relatos freqüentes de experiências abusivas na família se contrapõem aos dados que explicitam os riscos da vida na rua aos quais estão submetidas essas crianças. No entanto, além de manterem-se na rua, essas crianças revelaram, em alguns estudos, mais saúde emocional do que seus irmãos que permaneceram junto à família de origem. (ALVES 2002)

Um outro campo, o físico, de certa forma, acaba legitimando o espaço da rua como provedor de subsistência às CASR porque a alimentação obtida na rua e nas instituições é, muitas vezes, mais variada e nutritiva do que a disponível nas suas casas de origem. Porém, a exposição aos mais variados riscos — a violência, os acidentes, os riscos de contágio de doenças e a ausência de abrigos — prejudicam sua saúde física e transformam a rua num local que não lhes possibilita um bom desenvolvimento físico.

A rua é, sem dúvida, um lugar onde às CASR, encontram trabalho, lazer, alimento e diversão. Nos grupos que nela se formam, vivem crianças de diferentes faixas etárias, com níveis de familiaridade — contatos e interações sociais — bastante diversos. Na rua, as CASR desenvolvem a chamada “sabedoria de rua”, ou seja, aprendem a sobreviver nesse espaço, adquirem e usam uma gama de comportamentos específicos a cada situação e contato social que se lhes apresentam.

Tal realidade é observada também por Campos (2007):

As CASR apresentam valores e expectativas que podem ou não ser coerentes com suas estratégias de sobrevivência. Essas estratégias, por sua vez, ocorrem usualmente via interações sociais, possivelmente requerendo um elaborado repertório de habilidades interpessoais.

O estudo desenvolvido pelo autor revela alguns elementos fundamentais ao entendimento relativo ao modo de agir e conviver das CASR.

Na pesquisa, constatou-se:

- a) a rua é utilizada como local de trabalho mais do que como moradia;
- b) as atividades realizadas pelas crianças requerem habilidades interpessoais, sendo mais freqüentes as relacionadas à defesa de direitos, negociação e recusa;
- c) as crianças identificam valores e condutas sociais valorizados, estabelecendo uma ética própria e manifestando desejos de ascender socialmente e transpor a condição injusta em que se encontram.

Diante desse cenário, a problemática relativa às CASR pode ser vista como um dos sintomas mais graves da crise social brasileira, na qual a exclusão é uma marca muito forte. A existência e o aumento sistemático dessa massa populacional comprovam dramaticamente que as garantias prometidas pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente pouco se efetivaram, e o direito de se viver decentemente ainda é proibitivo a muitos cidadãos.

6 METODOLOGIA

6.1 TIPO DE ESTUDO

O tema em análise exigia a realização de um estudo de caso por meio de uma pesquisa do tipo qualitativa, pois necessitávamos observar comportamentos e interpretar a realidade da criança e do adolescente no cenário em que estavam inseridos.

Segundo Minayo (2004) a pesquisa qualitativa no campo da Saúde é um exercício multidisciplinar que requer conhecimentos distintos e integrados, não podendo ser trabalhada por outras realidades sociais.

Esse tipo de pesquisa fundamenta-se nos dados, nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, que devem ser analisadas partindo-se do significado atribuído por estes aos seus atos.

Tal metodologia permitiu associarmo-nos aos grupos a fim de entender os fatos e interpretá-los de acordo com o contexto e objeto do nosso estudo.

Víctora (2000) declara-se contrária à falsa idéia de que a pesquisa qualitativa cabe o objetivo de mensurar dados e afirma que seu intuito deva ser o de facilitar o entendimento do contexto onde o fenômeno ocorre.

Assim, tendo como finalidade compreender as estruturas dos grupos observados, respeita-se a liberdade de seus componentes, ou seja, dos atores sociais, bem como suas interpretações da realidade, do corpo, da saúde/doença, das políticas, entre outros aspectos. Dessa forma, consideram-se as diferentes alternativas, uma vez que foram construídas pela experiência desses grupos em um determinado contexto (MINAYO, 2004, p.156).

Nosso estudo de campo foi realizado com as CASR, por meio da técnica do Grupo Focal. Conhecemos o Projeto Educacional da entidade, e, realizamos uma entrevista semi-estruturada, com a Direção.

Por intermédio de tais expedientes, conseguimos coletar os dados que possibilitaram responder aos pressupostos de nossa pesquisa.

6.2 SUJEITOS DO ESTUDO

As Crianças e Adolescentes em Situações de Risco e a Direção da entidade (Diretora e Coordenadora Pedagógica) constituem os sujeitos de nosso estudo.

O Grupo Focal atendeu aos seguintes critérios:

- ✓ idade — 10 a 15 anos;
- ✓ gênero — ambos os gêneros;
- ✓ escolaridade — não foi levada em conta;
- ✓ adesão — somente com aqueles que concordaram em participar da pesquisa.

A entrevista semi-estruturada foi realizada com:

- ✓ a Diretora da entidade;
- ✓ a Coordenadora Pedagógica.

6.3 LOCAL DO ESTUDO

Com o intuito específico de enfrentar o problema da exclusão social de CASR, foi criada há muitos anos, em Pelotas, uma entidade, de cunho filantrópico, com atendimento exclusivo a essa clientela.

Por uma questão de respeito e credibilidade pelo trabalho nela desenvolvido, esta não será identificada, sendo mantidos, portanto, o caráter confidencial e os preceitos éticos e legais como garantia de sigilo e anonimato.

A entidade atende hoje:

- ✓ aproximadamente 160 crianças e adolescentes, levando-se em conta as dificuldades financeiras e econômicas pelas quais passam;
- ✓ crianças e adolescentes, de ambos os gêneros, na faixa etária dos 7 aos 18 anos incompletos;
- ✓ às CARS, suprimindo suas necessidades básicas de alimentação, saúde e vestuário;
- ✓ às CARS, proporcionando, em especial, apoio pedagógico, orientação profissional e acesso ao esporte como elementos fundamentais no processo de formação educacional e inclusão.
- ✓ às CARS, desenvolvendo seu projeto pedagógico e visando fornecer elementos e instrução à sua vida socioafetiva, esportiva e religiosa.

Com relação à metodologia de ensino, ela procura, de forma dinâmica, viabilizar a construção do conhecimento, valorizando as características e necessidades dos discentes, nos quais todo o trabalho é centrado.

Os alunos que freqüentam a entidade e participam das suas atividades são, em geral, oriundos, principalmente, dos bairros da vizinhança.

6.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Foi solicitada à Diretora do estabelecimento, por escrito, uma declaração (Apêndice E) expressando sua anuência para desenvolver o referido trabalho, assim como a assinatura de um Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D).

Por sua vez, aos pais e/ou responsáveis, instou-se que autorizassem, por escrito, a efetivação desta pesquisa — Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice F).

Às Crianças e aos Adolescentes em Situações de Risco, pediu-se, via Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice F), permissão, por escrito, a fim de se realizar o presente estudo.

Todos esses documentos atenderam aos preceitos éticos e legais, garantindo o sigilo, o anonimato e o direito de desistir de sua participação no estudo a qualquer momento, conforme a Lei 196/96, que trata da pesquisa com seres humanos.

6.5 COLETA DOS DADOS

A fim de coletar os dados da pesquisa, adotamos a técnica do Grupo Focal que, em razão de sua flexibilidade, possibilitou a obtenção de informações qualitativas sobre experiências de vida, afetos, percepções, comportamentos e necessidades dos participantes dos grupos, conferindo uma maior interatividade entre eles, e admitindo, inclusive, a exploração de questões não previstas.

Quanto ao emprego dessa técnica, podemos afirmar, apoiando-nos em Minayo, que:

O grupo focal consiste numa técnica de inegável importância para se tratar das questões da saúde sob o ângulo social, porque se presta ao estudo de representações e relações dos diferenciados grupos de profissionais da área, dos vários processos de trabalho e também da população (MINAYO, 2004, p.129).

Víctora (2000) advoga a necessidade, a fim de a pesquisa ter sucesso, que esta apresente um tópico a ser explorado. Dessa forma, por meio de um tema específico, é possível captar as diferentes visões sobre o tema.

A preparação dos grupos atendeu aos seguintes requisitos.

- ✓ Formamos um grupo de 9 participantes com CASR, na faixa etária compreendida entre 10 e 12 anos, entrevistados no turno da manhã, em 2 sessões de aproximadamente 01h30min, no horário das 10h às 11h30min. Os integrantes foram acompanhados pelo pesquisador, como moderador, e um colega mestrando, como relator, ficaram dispostos em forma de círculo, sem haver distinções de posição.

- ✓ Compusemos um grupo de 9 participantes com CASR, na faixa etária compreendida entre 13 e 15 anos, entrevistados no turno da tarde, em 2 sessões de aproximadamente 01h30min, no horário das 13h30min às 15h. Os alunos, acompanhados pelo pesquisador, como moderador, e um colega mestrando como relator, permaneceram dispostos em círculo, sem diferenças de posição.

- ✓ Iniciamos os trabalhos, por meio de um roteiro prévio, conhecido pelos participantes, com os tópicos delimitados a serem discutidos.

- ✓ Certificamo-nos de que o local proporcionasse excelente privacidade e assegurasse o anonimato.

- ✓ Garantimos sempre a cada participante um tempo determinado para falar, de forma que se facilitasse a participação de todos.

- ✓ Gravamos as sessões em sistema de áudio.

Após cada sessão, foram elaboradas anotações, baseadas no áudio e nas observações, que foram utilizadas no relatório final. Depois da leitura atenta do material, objetivando identificar as informações mais importantes, foram redigidas as conclusões provenientes da técnica aplicada.

Concordamos, pois, com Triviños quando explica:

“Não é possível analisar as informações tais quais elas se apresentam. É necessário organizá-las, classificá-las, e o que é mais importante, interpretá-las dentro de um contexto amplo, para distinguir o fundamental do necessário” (1995, p.170).

Complementando os dados colhidos por meio do Grupo Focal, tentamos compreender de que modo estava prevista, no Projeto Educacional da entidade, a prática esportiva, bem como delimitar as modalidades às quais tinham acesso as

CASR. Além disso, procuramos verificar o entendimento da entidade acerca da inclusão social por meio do esporte. Para tanto, realizamos uma análise do Projeto Educacional, com o intuito específico de desvelar esse entendimento. De posse desses dados, chegamos às conclusões que se somaram às informações coletadas durante a aplicação da técnica.

Finalizando tal coleta, procedemos a uma Entrevista Semi-Estruturada com a Direção, já sugerida em agenda, visando traçar um perfil sobre a compreensão que seus membros tinham sobre o objetivo “inclusão por meio do esporte”, disposto no Projeto, e sobre quais os procedimentos efetivados para atingir essa meta.

Somente após a aquisição dessas informações redigimos as conclusões obtidas no que diz respeito ao objeto de nossa pesquisa, as quais estão detalhadas no capítulo seguinte. Com elas, gostaríamos de subsidiar entidades afins, de forma a propiciar também o alcance de seus objetivos.

6.6 REGISTRO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Imediatamente após os encontros com as crianças e adolescentes, valendo-nos do Grupo Focal, realizamos a transcrição das fitas gravadas, de modo que não se perdessem, pela ausência de presteza, dados importantes.

O procedimento foi realizado pelo próprio pesquisador, não só garantindo a manutenção da fidedignidade dos registros, conforme propõe Meihy (2005), bem como facultando à etapa posterior sistematizar, analisar e discutir as informações colhidas.

As transcrições das falas constituíram-se em uma parte de fundamental importância, porque delas conseguimos extrair todo o material indispensável à pesquisa.

Foram necessárias a escuta atenta das fitas e a transcrição fiel do que foi dito pelas crianças e adolescentes, palavra a palavra – processo denominado de transcrição textual – assim como algumas impressões, anotadas em um diário o qual nos acompanhou durante os encontros.

Como sugerem Thompsom (2002) e Meihy (2005), reproduzimos os textos obedecendo a alguns padrões, a saber:

- ✓ momentos de silêncio: uso de reticências (...);
- ✓ dúvidas: emprego do ponto de interrogação (?);

- ✓ alegrias e interjeições: marcas com pontos de exclamação (!);
- ✓ exclusão de alguns trechos das falas: utilização de colchetes [...];

Depois, elegemos o direcionamento da análise temática, proposta por Minayo (2004). Ela compreende três momentos:

- ✓ a pré-análise;
- ✓ a exploração do material;
- ✓ o tratamento dos resultados.

A primeira etapa, denominada pré-análise, consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada dos pressupostos e objetivo da pesquisa.

Por sua vez, num segundo momento, ocorre exploração do material, quando é efetivada a codificação, a mudança dos dados brutos em núcleos de compreensão do texto. Consiste no recorte do texto conforme estabelecido na pré-análise — classificação e agregação dos dados, escolhendo-se categorias teóricas ou empíricas que determinarão à especificidade dos temas.

Por fim, na terceira fase, recorre-se o tratamento dos resultados obtidos, em que dados brutos, são submetidos a operações que permitem averiguar as informações mais importantes, sendo feitas interferências teóricas sugeridas, pela leitura do material. Lembramos ainda que se trabalha com significados, ao invés de se operar com interferências estatísticas.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os aspectos que contribuíram para a realização deste estudo, bem como os temas, as categorias e razões que vieram à tona após a preparação, classificação e agregação dos dados colhidos.

Após a preparação do material, vimos emergirem três temas, a saber:

- 1º. os motivos que estimulam as crianças e adolescentes a se aproximar da entidade;
- 2º. as vivências e relações das crianças e dos adolescentes dentro da entidade;
- 3º. O esporte e as crianças e adolescentes na entidade.

7.1 PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MPARTICIPANTES DO ESTUDO

O grupo de crianças e adolescentes que contribuíram para este estudo foi constituído de 18 (dezoito) pessoas, sendo 7 (sete) do gênero feminino e 11 (onze) do masculino.

Estas crianças e os adolescentes são provenientes, na sua grande maioria, de bairros pobres, vizinhos à entidade, sendo uma parte dela oriunda de outras regiões da cidade, pois a entidade não atende apenas aos que estão próximos, mas a todos os quais a procuram.

Estas crianças e adolescentes tinham idade entre 10 e 15 anos, todas matriculadas e cursando o ensino fundamental na entidade ou em escolas próximas. Entre os que participaram do estudo, 9 (nove) cursavam a 3ª série; 2 (duas), a 5ª; 4 (quatro), a 6ª e 3 (três), a 8ª.

Elas foram divididas por faixas etárias, de modo a facilitar, a coleta de dados que deveríamos realizar.

A entidade que subsidiou o nosso estudo mantém, em suas instalações, uma Escola de Ensino Fundamental e, no contra-turno, oferece diversas atividades: oficinas profissionalizantes, de lazer, de esporte e aulas de reforço.

Outro dado relevante concerne ao fato de todas as crianças e adolescentes, os quais, foram objeto do estudo vivem com suas famílias, são monitorados por

estas e ficam nas ruas, durante um tempo muito pequeno, passando a maior parte de seu tempo livre dentro da entidade.

Apesar do acompanhamento familiar, trata-se de crianças e adolescentes de tenra idade e de uma experiência muito diversificada, dinâmica e abrangente do mundo da rua. Elas são muito vivas, bastante desconfiadas, repletas de esperanças e sonhos, observadoras e críticas.

Esse grupo de crianças e adolescentes atendidos na entidade, em geral, chegam até ela encaminhado por sua família, a qual busca, por intermédio desta, uma chance de inserir socialmente seu(sua) filho(a) valendo-se do acesso às diferentes atividades que a entidade propicia, como estudo, formação profissionalizante, prática esportiva, entre outras.

Grande parte desse grupo não está usando as ruas para seu espaço de desenvolvimento e formação, muito embora, algumas as concebam como um meio de ajudar a família ou uma maneira de fugir da violência familiar, de abusos e outras mazelas. Com efeito, a família, para muitas delas, ainda é o referencial mais importante, o lugar onde recebem formação e são amadas.

7.2 MOTIVOS QUE ESTIMULAM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A SE APROXIMAR DA ENTIDADE

Quando iniciamos a investigar quais eram os motivos que estimulavam as CASR a se aproximarem da entidade, surgiram, de imediato, duas razões muito determinantes: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — PETI¹⁶ — e A Entidade e suas Oficinas.

7.2.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Com a pesquisa de campo, descobrimos o principal motivo a estimular as crianças e os adolescentes a procurarem a entidade em estudo, e as instigar a permanecerem no contra-turno escolar. Reside no fato de que elas, freqüentando a entidade nesse período, conseguem obter um benefício oriundo de um programa do

¹⁶ PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do governo federal, por meio do qual, as famílias das crianças e adolescentes, vinculadas à entidade, têm acesso a uma ajuda mensal em dinheiro.

governo federal, que transfere mensalmente uma renda às famílias as quais mantêm seus filhos afastados de todo e qualquer tipo de trabalho infantil.

O programa denomina-se PETI — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — e, a fim de podermos compreender a realidade alusiva às CASR, faz-se necessário tecerem-se algumas concisas e rápidas considerações a respeito dele, procurando conhecer, entender e avaliar sua importância, abrangência, seus objetivos, em conformidade com o contexto em que se encontram as CASR.

Há, no programa, a transferência direta de renda do governo federal às famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho, que tenham, adicionadas à sua frequência na escola, as ações socioeducativas, de convivência e demais serviços da rede de Proteção Básica e Especial.

O PETI objetiva erradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e da inclusão social de suas famílias.

Segundo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS),

O Desafio de combater o trabalho infantil é composto de sete ações, cuja implementação é compartilhada entre o Ministério do Desenvolvimento Social — MDS, o Ministério do Trabalho e Emprego — MTE, a Subsecretaria de Direitos Humanos, o Fundo Nacional de Assistência Social — FNAS e o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT. As ações são: apoio aos Fóruns de Erradicação do trabalho Infantil; concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho; Ações sócioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho; Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil; Publicidade de Utilidade Pública; Atualização do Mapa de Focos de Trabalho Infantil e Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador. Assim, essas ações são articuladas entre o MDS e demais responsáveis, havendo ampla participação em atividades conjuntas de enfrentamento ao trabalho infantil (SUAS, 2008).

Um outro elemento importante consiste no fato de este programa ter um público-alvo específico: crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos. O programa propõe-se a eliminar as diversas situações de trabalho a que estão sujeitas tais crianças e adolescentes.

Embora o valor da renda distribuída às famílias, por meio do PETI, não seja muito alto, ele foi capaz de atrair a grande maioria das crianças e adolescentes que freqüentam a entidade, conforme nos mostram as suas falas.

[...] eu tô aqui só por causa do dinheiro (P3, 10 anos).

[...] eu entrei pra cá porque eu ganho dinheiro. Si eu saí, não tem mais, então, eu fico aqui (P2, 13 anos).

Ô, tio, quase todo mundo tá qui pelo PETI (P5, 13 anos).

Santana (2001) comenta, em um dado momento, que são as situações de pobreza, miséria e violência, em geral, as causas mais freqüentes a incitarem as crianças e os adolescentes a irem para as ruas e a atuar no trabalho informal.

O PETI, do modo como está sendo implantado, parece estar conseguindo minimizar esse problema, retirando muitas crianças e adolescentes do universo do trabalho infantil, das ruas, como constatamos nesta pesquisa.

Outro aspecto significativo a ressaltar sobre o programa alude ao fato de as CASR, ao aderirem a este, só manterão o acesso ao benefício, se estiverem ligadas a uma entidade promotora de ações previstas no contra-turno escolar. No momento em que elas se afastarem dessas atividades, perdem imediatamente o benefício.

Por meio de algumas falas, as crianças e os adolescentes relatam casos de alguns colegas que, por alguma razão, afastaram-se da entidade e foram violentamente agredidas por seus pais, porque colocaram em risco o recebimento desse benefício, cujo valor acaba sendo um complemento à renda das famílias mais necessitadas.

Uma vez o pai dele (referindo-se a um colega) deu uma surra nele, porque descobriu que ele fugia daqui e ficava jogando computador na Lan House.(...) Claro, né?! Si a diretora descobrisse, ele ia perdê o PETI (P7, 14 anos).

[...] o meu pai já avisô. Se eu perdê o PETI, ele me dá uma surra (P5, 12 anos).

Em relação a isso, Rizzini (2003) salienta que as dificuldades financeiras geradas pela ausência de uma pessoa mantenedora do sustento familiar ou parte deste acentuam o grau de violência nas relações entre os familiares.

Outro aspecto interessante que podemos observar é o fato de algumas das crianças e dos adolescentes desenvolverem um nível de conscientização maior, no tocante à sua realidade. Esta percepção faz manterem-se ligadas à entidade porque sabem que essa é uma forma de contribuir, a fim de, a família melhorar sua receita, minimizando as dificuldades pelas quais passam, além de terem a oportunidade de aprender algo para melhorarem sua vida. Tal realidade explicita-se claramente nas suas falas:

Eu não posso saí, porque nós precisamos do dinheiro. Eu ajudo em casa com esse dinheiro e também porque tô aprendendo uma profissão pra podê trabalhá (P5, 13 anos).

Eu venho aqui porque preciso do PETI e porque aqui tem as oficina e a genti aprendi alguma coisa! (P1, 13 anos).

Podemos afirmar, baseando-nos nas falas das crianças e dos adolescentes, que o PETI está conseguindo atingir sua finalidade, qual seja, a de manter parte das crianças e dos adolescentes distante das ruas e do trabalho infantil.

As CASR, ligadas à entidade analisada, comprovam tal realidade porque, como elas mesmas nos dizem, o principal motivo que as estimula a se aproximarem da entidade é o de necessitarem ter acesso aos benefícios econômicos oriundos do PETI.

7.2.2 A Entidade e suas Oficinas

Outro tema que surgiu no decorrer da pesquisa foi a necessidade das crianças e dos adolescentes terem acesso às diversas oficinas mantidas em funcionamento pela entidade. Esta, por meio de oficinas profissionalizantes, reforço escolar, lazer e oficinas de esporte, construiu uma longa história de realizações, resgates e ações que possibilitaram e ainda possibilitam a inclusão social de um número razoável de crianças e adolescentes.

Como o histórico da entidade é do conhecimento de muitos, existe um outro grupo de crianças e adolescentes, em menor número, que permanecem ali não pelo PETI, todavia, motivados por esse histórico, pelas oficinas, como nos mostram suas falas:

[...] eu não ganho dinheiro. Eu não tô aqui por causa do dinheiro. Eu venho aqui fazê esporte! (P1, 13 anos).

Eu vim pra cá por causa das oficina profissionalizante, quero tê uma profissão! (P9, 15 anos).

[...] eu faço as aula de reforço (...) ah! E também faço as oficina pra aprende alguma coisa! (P7, 14 anos).

[...] eu venho fazê aula de reforço! É bom a genti pode tirá as dúvida! (P7, 12 anos).

[...] a genti não gosta de ficá parado! Então, vem pra cá pra fazê alguma coisa (P1, 13 anos).

Encontramos em Hirata (2000) uma explicação para essa realidade pois segundo ele, as crianças e os adolescentes, estando em um ambiente adverso, sem apoio, e sofrendo constantes pressões, são impulsionadas a buscar outros contextos à sua sobrevivência, dentre eles, os mais acessíveis ou minimizadores dessa situação.

Constatamos também, por meio de suas falas, que a aproximação ocorre porque muitas das crianças e dos adolescentes, por manterem ainda um vínculo muito estreito com a família, submetem-se ao querer dos pais. Estes conhecendo a história da entidade determinam o que estas farão, bem como as encaminham às diversas oficinas da entidade visando, com isso, garantir um futuro diferente, outras possibilidades ao seu filho, uma condição de vida futura melhor.

O meu pai qué que eu faça as oficina. Si não tivesse essa conversa hoje eu taria na Serraria (P2, 12 anos).

A mãe qué que eu faça uma oficina. A genti quando entra tem que ficá até o final do ano pra aprende bem (P8, 12 anos).

A segunda razão pela qual acontece a aproximação das CASR a essa entidade, como podemos notar são as oficinas — atividades necessárias para que consigam se enquadrar nas condições exigidas pelo PETI e receberem o benefício —, bem como as atividades que podem lhes proporcionar o aprendizado de uma profissão e um futuro emprego.

Verificamos, também, por meio das suas falas, que o acesso deles às oficinas está condicionado a um “padrão de comportamento” o qual, em geral, não conseguem ter, sendo este o principal motivo de desistirem das oficinas ou poderem ser excluídos destas.

Perguntamo-nos: mas por que isso ocorre? Descobrimos, conversando com eles, que no lugar onde vivem, no seio da família, não são esses os padrões de comportamento exigidos e vivenciados; ao contrário, são muito diferentes.

Muitos advêm de um ambiente muito carente de valores, vivenciam uma situação familiar muito complicada e, conseqüentemente não têm como experimentar um padrão de comportamento diferente do exigido pela entidade:

[...] qualquer coisa que a genti faz, briga, responde, eles já manda a genti embora (P6, 11 anos).

É necessário lembrar que essa exigência da entidade, na maioria das vezes, está correta, é como deve ser — justa —, conforme salientamos e eles mesmos relatam isso em suas falas:

[...] um aluno comportado como essi daí, (referindo-se a um colega), tem vaga na informática (P8, 12 anos).

É interessante notar que, mesmo não conseguindo agir de acordo com o solicitado, eles, nas suas falas, identificam perfeitamente e entendem estar corretos os padrões de comportamento necessários para se ter acesso às oficinas:

[...] não podi briga, sê respondão, mal educado, xingá, senão, fica fora das oficina (P6, 11 anos).

[...] é mas isso tá certo, né? (P7, 14 anos).

Claramente, pelas falas, observamos que eles vivenciam um conflito, cuja ocorrência é devida a eles conviverem a maior parte do seu tempo com padrões diferentes dos delimitados pela entidade e, por isso, não conseguem entender sua proposta pedagógica.

Essa realidade evidencia-se bastante complexa, tanto que alguns só conseguem entender a exclusão à qual estão sendo submetidos senão por culpa deles, quando, em verdade, ela ocorre única e exclusivamente por culpa de terceiros, como nos dizem:

São os professoris que não deixam a genti entrá nas oficina (P8, 12 anos).

[...] É sim! (...) eles não gostam da genti, porque nós somo póbri e por isso não deixam a genti entrá (P4, 15 anos).

Existe também um grupo que entende, aceita, respeita e coopera com essas “regras” pois, percebem serem estas necessárias ao bom funcionamento das oficinas.

Eles vislumbram, também, que as oficinas são uma grande possibilidade, deles melhorarem sua condição, progredir e ter um futuro melhor:

Eu tô fazendo uma oficina! Não é fácil! Essa oficina é pra eu podê trabalhá na Embrapa. (...) A genti pode i pra Embrapa (P7, 14 anos).

Se eu não fizé a oficina eu vô ficá sem emprego, então, eu faço de tudo pra fazê a oficina direito (P8, 12 anos).

Por fim, encontramos, ainda, um grupo de crianças e adolescentes que gostam de permanecerem na entidade porque não têm “nada para fazer” em casa:

[...] a genti não gosta de ficá parado, então, vem pra cá (P3, 10 anos).

[...] não tem graça a genti ficá em casa só olhando pras árvore! (P6, 11 anos).

Tentando entender melhor esses comportamentos, encontramos em Ataíde (1993) uma reflexão interessante pois, segundo ele, muitas crianças e adolescentes, espontaneamente ou sob coação, procuram melhorar, contribuir de alguma forma para uma melhor qualidade de vida da família, justificando, assim, uma riqueza de atitudes e comportamentos das crianças e adolescentes mediante as diversas situações que enfrentam.

Considerando tais reflexões, podemos afirmar que as duas motivações para essa aproximação estão baseadas, primeiramente, na questão de sobrevivência econômica da família, que não pode abrir mão de uma receita extra, como o recurso advindo do PETI. Soma-se a isso o fato de, para algumas das CASR, as oficinas da entidade representarem a única chance, ou mesmo possibilidade, no contexto de exclusão onde vivem, de melhorar ou buscar alguma forma de inclusão social. Além disso, lá são capazes de desenvolver rapidamente capacitação profissional e criarem condições de saírem à luta na tentativa de reverter a situação vivenciada ou de se tornarem capazes de suprir as grandes necessidades pessoais ou mesmo familiares.

7.3 AS VIVÊNCIAS E RELAÇÕES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DENTRO DA ENTIDADE

As diversas propostas e atividades que estão à disposição das crianças e dos adolescentes dentro da entidade levam-nas a desfrutarem um universo bastante diversificado e complexo de vivências e relações entre eles e a entidade, e entre eles e os professores.

Ao trabalharmos os dados colhidos, identificamos que esse tema apresenta duas categorias: as difíceis relações e vivências entre eles e a entidade; a falta de comprometimento e desinteresse dos profissionais.

7.3.1 As Difíceis Relações e Vivências entre Eles e a Entidade

Com a intenção de entender como se davam as relações e vivências entre eles e deles com a entidade, diante de um cenário tão diversificado e complexo, com

padrões de comportamento específicos para se ter acesso a benefícios, fomos buscar nas suas falas a compreensão dessas realidades.

Rizzini (2003) discorre sobre alguns elementos importantes e pertinentes ao tema, que nos ajudarão a compreender melhor as reações, entendimentos e questões concernentes às relações e vivências das crianças e dos adolescentes entre eles e entre eles e a entidade.

Segundo a autora, quando a CASR vive com a família, estuda e não busca a rua como espaço de desenvolvimento, crescimento ou mesmo de oportunidades, ela adquire referenciais, e mesmo que não freqüente reiteradas vezes a rua, esta não deixa de proporcionar-lhe uma gama de experiências e referenciais.

É sabido que a rua exerce uma grande atração, parece ser fascinante, e a CASR pode ter um fácil acesso a esta: trata-se de um ambiente diferente do da família, escola. Nas ruas, as regras não são rígidas, aparentam ser mais flexíveis, opondo-se ao ambiente familiar, escolar e das entidades, nos quais, muitas vezes, “não se pode nada” e tudo é controlado.

Nas ruas, aparentemente, o “ir e vir” é mais livre, os horários não são rígidos, as brincadeiras não são controladas e não há estabelecimento de regras e rotinas como em casa, na escola ou nas entidades.

O que se evidencia, porém, na realidade é que, dependendo de onde as crianças e os adolescentes estão inseridos na rua, eles não vão encontrar a liberdade imaginada porque terão de respeitar ou o traficante, ou o dono do lugar, o cafetão, o flanelinha, enfim, podemos dizer que esta liberdade é complexa e relativa.

É perfeitamente compreensível, portanto, diante desse universo tão interessante, tão atraente, que as CASR, com uma intensa vivência no ambiente de rua ou não, no pouco tempo que nele convivem, acabem por incorporar e adotar alguns dos referenciais típicos de rua, cuja existência é necessária para nele se sobreviver e viver. Dessa forma, incorporam-nos e os transformam em seus valores pessoais, que passarão a regular e determinar como serão as suas relações e vivências interpessoais futuras.

Silva (2002) confirma essa realidade porque, segundo ele, quando dirigirmos o olhar ao cotidiano das CASR. Ao lugar onde vivem e às suas características pessoais, somado aos aspectos que caracterizam seus relacionamentos, sua comunicação, seu desempenho escolar e tendência profissional, percebemos o quanto elas vão se estruturando para vivenciar cada situação, de modo a construir

para si os princípios básicos do diálogo, da convivência e afirmando-se diante do que almejam.

Questionados como eram os relacionamentos entre eles, notamos nas suas falas e nas suas reações e respostas, que esse aspecto do relacionamento e da convivência é um ponto muito crítico, difícil, muitas vezes a causa determinante da violência, da intolerância, do descaso e desrespeito na maioria das situações vividas por eles, em todos os ambientes: familiar, escolar, de rua ou mesmo dentro da entidade.

A genti aqui nas oficina tem que si dá bem com todo mundo, só qui as veis a genti si pega no pau! (P1, 13 anos).

A genti é legal, mas se o carinha é folgado, tem briga (P7, 12 anos).

[...] se eu não respeitá a minha mãe, o pau corre solto (P4, 11 anos).

Lá na cancha, se o cara dá uma de esperto vai tomá pau (P5, 13 anos).

[...] as regra ajuda a genti a fazê as coisa, mas sempre sai uma briga (P3, 10 anos).

Inferese das falas a compreensão de que, para se relacionar bem, é necessário haver um mínimo de respeito entre eles, de tolerância, mas uma vez superado esse mínimo, as brigas surgidas provocam situações complicadas, as quais deixam marcas e se tornam de difícil solução ou julgamento.

Na conversa com as crianças e os adolescentes, depreende-se, ainda, que elas vivem “o” dia-a-dia num ambiente difícil e têm uma vida muito ultrajante. Neste contexto, a pouca ou nenhuma tolerância, assim como o respeito, são estabelecidos pela lei do mais forte. Além disso, a violência, a intolerância, o descaso são seus companheiros de jornada, tornando-se essa realidade rotineira e administrável, ao modo deles, mas administrável, e, por isso, não é de se espantar que tenham dificuldades para conviver e se relacionar.

Tentando entender ainda como ocorrem as relações das crianças e dos adolescentes com a entidade, as dificuldades que eles encontram dentro desta, fizemos alguns questionamentos diretos. Presumimos, pelas suas falas, que eles percebem existir uma preocupação da entidade em oferecer, cuidar, ajudar, proporcionar muitos acessos mas, muitas vezes, a falta de profissionais, recursos, material, condições estruturais, estimula-os a experimentarem uma profunda e dolorosa decepção.

[...] a genti aqui tem muitas oficinas, é bom, mas elas as veis acabam logo, us professor vão embora. A genti fica triste! Mas vai fazê o quê? (P10, 14 anos).

Tevi uma veis que veio um pessoal ensinar pra genti pulá, corrê, atirá aquela coisa, foi muito bom! Mas em seguida eles foram imbora (P5, 13 anos).

Us professoris sempre empurram as coisa uns pros outros e nós ficamo sem nada (P7, 12 anos).

Outro aspecto gerador de conflitos que interfere intensamente nas relações das crianças e adolescentes com a entidade são as regras ali existentes, os padrões de comportamento exigidos, aos quais elas devem se adequar como condição para ter acesso aos diversos benefícios oferecidos pela entidade.

Já sabemos que essa adesão não é fácil, conforme mencionado, e suas falas novamente nos confirmam:

A genti quando fais uma coisa errada o professor inveis de ensiná a genti, já ficam gritando e manda a genti saí (P3, 10 anos).

[...] a genti obedecia eles (referindo-se a uns professores de algumas oficinas que passaram pela entidade) porque eles eram calmos (P5, 13 anos).

[...] é eles tratavam a genti como pessoas (...) (P6, 12 anos).

[...] a genti pode fazê as oficina, mas qualqué coisa e a genti tem que saí (P9, 15 anos).

[...] muitas vezes us professoris deixam de dá o curso e aí a genti espera pra vê no qui vai dá, mas nós fica triste (...) (P2, 13 anos).

[...] eles tão sempre de olho, si tu fizé bobagi tu sai da oficina (P7, 14 anos).

[...] a genti só ouve eles dizê que vão fazê as coisa, mas não faz! (P8, 12 anos).

Segundo Perez (apud DAYRELL 2003), as relações das entidades com as CASR, em geral, estão marcadas pela desconfiança: ele vai roubar, ela vai sujar a entidade, quebrar o vidro, não devolverá os materiais que forem emprestados, não se comportam, não querem “nada com nada”, etc. A sensação é a de que tudo o que se faz com as CASR não dá resultado ou dá errado.

Tal compreensão leva a entidade a adotar práticas de vigilância e controles muito rígidos existindo sempre alguém as monitorando para, depois, castigá-las, reforçando a impressão que as crianças e os adolescentes têm de que ninguém confia nelas.

A autora citada sugere o que se pode fazer para minimizar essa situação. Em primeiro lugar, diz ela, é necessário se acreditar nas CASR, nas suas capacidades. É preciso também focalizar os seus campos de interesse e ali atuar, fazendo, dessa forma, com que o trabalho pedagógico deixe de levar em conta apenas as suas carências e os seus problemas.

Em segundo, a entidade deve estar mais aberta ao diálogo, conversar mais, impor menos, desenvolver uma pedagogia a qual ensine a refletir, estabelecer relações entre o que está aprendendo e as suas experiências cotidianas.

Nas falas das crianças e adolescentes, observa-se que a entidade está ainda distante dessa condição e, com isso, os conflitos, sofrimentos, as perdas e decepções são muitas. Por intermédio dessa falas, conseguimos inferir outros elementos os quais tornam sua vivência e relações complicadas dentro da entidade.

Reparamos que as diversas promessas não cumpridas dificultam bastante estas relações; as decepções são muito fortes e pesadas; o descompasso entre a realidade vivida e aquela desejada é muito grande; o desrespeito à pessoa, ao “eu” fere profundamente e deixa marcas nas CASR; as punições, constantes e duras, desestimulam; o despreparo e a falta de comprometimento de grande parte dos professores é um gesto que destrói sonhos e expectativas. Enfim, com esses elementos, compreende-se como possam ser difíceis as relações e vivências delas, entre elas, e com a entidade e educadores.

Cabe aqui ressaltar um fato muito tocante perceptível nas suas falas. Diante de tais problemas, elas conseguem manter a simplicidade, típica das crianças, as quais continuam a “acreditar que um dia a coisa vai melhorar, que vai ser diferente, que vai ser possível viver algo melhor”.

[...] o contrato da oficina acabou, mas nós támo esperando, eles disseram que vão renová (faz mais de 1 ano isso) (P2, 13 anos).

[...] eles prometem! Depois vem tudo abaixo! Mas a genti ainda tá esperando (P1, 13 anos).

7.3.2 A Falta de Comprometimento e Desinteresse dos Profissionais

A outra categoria que encontramos nesse tema é segundo relato das crianças e dos adolescentes, assim como da Direção: a falta de comprometimento, desinteresse e desqualificação de alguns profissionais que trabalham na entidade.

A Direção da escola destacou que existe empenho em contar com um pessoal qualificado, comprometido e interessado. Segundo a Diretora, a formação das crianças e dos adolescentes é muito importante e, para isso, fazem-se necessários profissionais ainda mais qualificados. Mas essa é uma luta muito inglória, quase perdida, porque os recursos são poucos, os custos de registro de um profissional qualificado inviabilizam esse tipo de contratação, muito embora ela nos advirta: “Não perdemos esse foco, lutamos sempre para conseguir profissionais com mais qualificação”.

Idêntico entendimento tem Dayrell (2003) relativo à educação e ao trabalho com as CASR. Conforme o autor, não se trata de instrução, mas o trabalho que se deve fazer com as CASR tem de visar a uma formação abrangente, a qual estimule a descoberta de experiências sociais e o desenvolvimento de suas potencialidades, enfim, a uma formação integral, e não parcial ou tão só cognitiva.

Em outro momento, a Direção comentou saber da existência de profissionais descompromissados, sem interesse, entretanto, não dispõe de meios para sanar imediatamente o problema, tendo, portanto, de conviver com tais circunstâncias até encontrar uma solução.

Constatamos, na entidade, a ocorrência dos mesmos problemas pertinentes ao ensino brasileiro: baixa remuneração, má qualidade do ensino, falta de condições materiais, o difícil trabalho com crianças e adolescentes. Por fim, a instrumentalização, um fato lamentável por parte de outras grandes instituições de ensino, que se valem da entidade em questão como campo de estágio, e preparação de seus profissionais da área da educação.

Esse fato poderia ser considerado positivo, compreendido e aceito se os futuros profissionais não estivessem nem trabalhassem na entidade, totalmente desvinculados da realidade desta, como se verifica pelas falas das crianças e dos adolescentes.

Sob a perspectiva das CASR, esses profissionais ali permanecem apenas enquanto realizam seus estágios. Após adquirirem seu certificado como estagiários, abandonam rapidamente a entidade, independente das necessidades que nela existam.

[...] os professoris sempre empurram as coisa uns pros outro, e nós ficamo sem nada! (P7, 14 anos).

[...] quando começo, eram duas professora que davam aula, agora é só uma, a outra foi embora (P5, 13 anos).

[...] as professora vão embora e a genti fica com saudades! Mas vai fazê o quê? As vezes depois vem outra (P2, 13 anos).

[...] tem uns professoris que não sabem nada, só sabem gritá com a genti! (P4, 15 anos).

Dayrell (2003) ressalta que, diante da postura encontrada, não é de se estranhar a dificuldade para se estabelecer um diálogo entre educadores e alunos; por consequência, a falta de motivação e o desinteresse das CASR.

Há problemas em se manter os profissionais ligados à entidade: os recursos são poucos e a remuneração, muito baixa, por isso, entre outros fatores, por vezes não se consegue avançar e se atingir as metas. A freqüente troca de educadores, a inexperiência destes, etc. são dificuldades que acabam por tornar o trabalho de formação da entidade muito árduo e, com isso, os avanços evidenciam-se pouco.

É verdade, no entanto, que, no corpo de funcionários da entidade uma equipe vem sendo formada, aos poucos, aliás, muito eficiente, comprometida, qualificada. Embora sejam ainda uma minoria e por estar sobrecarregada de funções, por enquanto pouco consegue fazer para reverter o lamentável quadro descrito.

O que notamos, por ocasião de nosso estudo, é que as ações da entidade, no momento, diante desse cenário, estão muito comprometidas e dependentes de terceiros, de ajuda, de filantropia, exigindo que sua Direção e equipe passem grande parte do tempo empenhada em “apagar os pequenos incêndios” do dia-a-dia.

A situação é compreensível porque, com todos esses problemas, a Direção e sua equipe só conseguem viver aquele dia, o próximo é uma incógnita.

Por ser, ainda, uma entidade com credibilidade, antiga, conhecida na cidade, ajudas sempre chegam de diversas formas, mas a Direção está ciente de que essa forma de administração provoca um grave desgaste na equipe, inviabiliza projetos de auto-sustentação e precisa mudar para que possa realmente progredir.

7.4 O ESPORTE E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ENTIDADE

As oficinas esportivas da entidade, atualmente, não são muitas. Iremos discutir sobre como e onde ocorre a prática esportiva dentro e fora desta, como

são a participação e o envolvimento das crianças e dos adolescentes nas oficinas e delimitar quais as dificuldades encontradas para se dar continuidade ao trabalho.

Esse é o tema que aborda o cerne de nossa pesquisa: queremos investigar se o esporte na entidade enfocada proporciona inclusão às crianças e aos adolescentes.

A pesquisa elucidou alguns pontos nos encontros que realizamos com as crianças e adolescentes e com a Direção da entidade, possibilitando-nos entender como se processa esse trabalho esportivo com as CASR.

Para atuar na área do esporte, a entidade oferece algumas oficinas que funcionam dentro das suas instalações. Possui também alguns convênios com algumas empresas na área da atividade física (academias e clubes esportivos) na cidade, propiciando o acesso das suas crianças e seus adolescentes às atividades esportivas desenvolvidas nas suas instalações.

As oficinas de esporte que funcionam dentro da entidade, no momento, são a de Futebol de Salão e a de Dança, enquanto fora das instalações, são ofertadas as de Balet e de Remo.

A entidade, para realizar o trabalho dentro de suas instalações, encontra algumas dificuldades, sendo a principal conseguir receber regularmente os recursos provenientes dos convênios mantidos com os governo federal e municipal. É conveniada, ademais, com o governo federal, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e com o governo municipal, por meio dos programas Apoio Sócioeducativo Meio Aberto (ASEMA), Trabalho Educativo (TE) e Apoio Sócioeducativo Familiar (ASEF).

Os recursos oriundos desses convênios deveriam proporcionar sustentação e tornar viáveis as diversas oficinas e atividades esportivas que a entidade mantém em funcionamento.

Segundo relato da Diretora, um grande problema enfrentado pela entidade é a forma de relação estabelecida tanto pelo governo federal quanto municipal que, praticamente, inviabilizam o funcionamento das oficinas.

A Diretora salientou-nos que os recursos custam muito a chegar — de 6 a 7 meses de atraso — e, quando vêm, existe uma gama de situações, de caráter vital e emergências para serem resolvidos. Assim, as necessidades de algumas oficinas como a do esporte, torna-se uma questão secundária, e, em alguns casos, até

chega a ser cancelada, conforme pudemos constatar também nas falas das crianças e dos adolescentes.

[...] a genti fica triste quando eles prometem e não fazem! Mas, depois de um tempo, a genti fica bem de novo! (P5, 13 anos).

Os problemas de ordem econômica e financeira, provocados pelos órgãos governamentais, induz a entidade, durante esse período, a que passe, sistematicamente, a depender da boa vontade de benfeitores e pessoas generosas que lhes fornecem, embora momentaneamente, vários tipos de providências e lhes possibilita ir “levando” o trabalho a realizar.

[...] Fica muito difícil administrar uma entidade com esses atrasos, não se consegue trabalhar com previsões, profissionalmente, acabamos na realidade passando a maior parte do ano dependo de nossos benfeitores que são cada vez em menor número (Diretora).

Uma outra receita que alivia esta situação são os recursos oriundos dos trabalhos realizados por algumas oficinas da entidade, economicamente viáveis e auto-sustentáveis (marcenaria, malharia, padaria), que vão cobrindo, parcialmente, a cada dia, algumas despesas, e, dessa forma, esta consegue ir se mantendo em atividade, ou seja, “sobrevivendo”.

Não bastasse ter de viver tal situação, que chamaremos de “indigência”, a entidade precisa resolver, quando chegam os recursos, quais as contas a serem pagas porque a verba, quando vem, não cobre mais as despesas. É insuficiente, pois, algumas das despesas que existiam foram pagas com juros, correção, pequenos empréstimos. Se os recursos chegassem regularmente, conforme a previsão, a situação poderia ser alterada.

Esta situação é, sem dúvida, o principal motivo que desestimula a Direção, diante dos inúmeros problemas a serem resolvidos, a investir recursos nas oficinas do esporte, que não geram renda, apenas despesas. Como a entidade tem de administrar com responsabilidade, os recursos, a fim de manter seu trabalho de ajuda a todos, os cortes que deve fazer recaem sobre as oficinas de esporte.

Em face de tais circunstâncias, a Direção acaba, por força da sobrevivência, fazendo com que se invista nas oficinas rentáveis e auto-sustentáveis, como a marcenaria, a padaria e a malharia, até porque se realizasse investimentos nas oficinas de esporte, estas acabariam por gerar um problema de difícil solução, qual seja, o aumento de despesas sem recursos para cobri-las.

A falta de comprometimento dos profissionais que trabalham na entidade, com o Projeto Pedagógico, bem como a carência de profissionais especializados em Educação Física, necessários para atuar nas oficinas, é um outro empecilho difícil de ser transposto embora faça parte do cotidiano da entidade.

As condições econômicas e financeiras de que dispõe não permitem esse tipo de investimento, e, por isso, ela hoje necessita da ajuda e boa vontade de voluntários e estagiários. Estes prestam um serviço assistencial, sem vínculo com a entidade ou com seu Projeto Pedagógico¹⁷, criando um grave e sério problema a esta, porque tal forma de trabalho, praticamente, fragiliza uma de suas finalidades, vale dizer, a de se servir do esporte como meio de inclusão das crianças e adolescentes.

Outra situação que necessita ser resolvida, devido às precárias condições em que se encontram, é a infra-estrutura esportiva da entidade que inviabiliza um trabalho regular e de qualidade.

Não existe, porém, no contexto já apresentado, como alocar recursos para nela investir, fazer a manutenção nem comprar material. Este, necessário para desenvolver o trabalho dentro das oficinas esportivas, não tem como ser adquirido, é

¹⁷ Projeto Pedagógico da Entidade — FINALIDADE: atender a crianças e adolescentes de famílias empobrecidas, de ambos os sexos, entre 6 e 18 anos, tentando suprir as necessidades básicas de alimentação, vestuário e saúde, proporcionando, ainda, em especial, reforço escolar, orientação profissional, esportiva, para a vida socioafetiva e religiosa. PÚBLICO ALVO: caracteriza-se por estar defasado — idade/série e por ser considerado menos favorecido. Apresenta auto-estima baixa e sente-se desestimulado. BASES FILOSÓFICAS: a entidade acredita que o conhecimento da realidade cotidiana da criança e adolescente e sua família devem ser um referencial a nortear as atividades pedagógicas, buscando, com isso, a integração dessa comunidade na criação de alternativas que colaborem para uma melhor qualidade de vida do sujeito no seu meio. O referencial deve nortear-se por valores, tais como solidariedade, equidade, justiça e respeito. OBJETIVO GERAL: a entidade oferece condições para que a criança e o adolescente, individualmente, torne-se pessoa participativa, crítico-reflexiva, responsável e solidária, favorecendo o desenvolvimento da sua identidade histórica e o comprometimento com a transformação social, assim como incentivando a ação e participação da família nas atividades. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: ser um instrumento cristão junto com a sociedade, colaborando com o bem-estar social, preparando crianças e adolescentes capazes de exercer sua cidadania com retidão, dando pleno significado à vida humana. LINHA METODOLÓGICA: a entidade trabalha de forma participativa buscando trazer o cotidiano da criança e do adolescente à sua comunidade, desenvolvendo o conhecimento em forma de melhoria na qualidade de vida individual e coletiva. Na busca de uma maior e mais efetiva participação e comprometimento dos pais com seus filhos, realiza eventos, tais como: palestras, competições, debates, apresentações, sessões de vídeo, oficinas, tarefas e pesquisas que envolvam os pais em confraternizações em datas comemorativas, a fim de que haja mais interação pais, filhos e entidade. AVALIAÇÃO DO PROJETO: com o presente projeto, pretende-se contribuir na busca da formação de cidadãos, tendo o entendimento de que ele só será plenamente realizável se houver um real comprometimento com o que foi decidido por parte da equipe junto com a Direção, objetivando pôr em prática o ideal da entidade e buscando o comprometimento de todos sempre que necessário, bem como reavaliar seu PPP a fim de, readaptá-lo à realidade percebida.

insuficiente o material que existe. Considerando-se o estado no qual se encontra, já não oferece mais condições de utilização.

O acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes nas oficinas são, além disso, situações difíceis de resolver porque existe uma série de fatores os quais impedem o bom andamento desse processo. Parte-se da falta de comprometimento de alguns professores, passa-se por todas as dificuldades já expressas, pela dificuldade das crianças e dos adolescentes em aceitar e se adequar às regras, pela falta de material, enfim, por obstáculos de difícil solução.

Os profissionais que trabalham nas oficinas conveniadas — funcionam fora da entidade — estão vinculados às suas empresas, entidades ou instituições. Estes prestam o serviço sem qualquer conhecimento ou envolvimento com o Projeto Pedagógico, eles apenas possibilitam acesso às crianças e aos adolescentes. Eis algumas atividades esportivas que ministram:

- ✓ Oficina de Balet: as crianças e os adolescentes, para ter acesso a ela, devem se deslocar até a Academia Companhia da Dança.

- ✓ Oficina de Remo: devem se deslocar até ao Clube Náutico Gaúcho.

Existem ainda outros profissionais que trabalham com as Oficinas de Esporte, pertencente à Escola Fundamental, que funciona dentro da entidade e é mantida pelo Município. Constatamos que esses profissionais permanecem pouco tempo na escola, pois logo que chegam e se deparam com a realidade, solicitam remanejamento a outras unidades, visto as precárias condições de infra-estrutura, de material, as dificuldades em lidar com as crianças e os adolescentes e a sua pouca capacitação e experiência para lidar com esse tipo de situação.

Tais condições evidenciam-se precárias porque fazem com que o trabalho desenvolvido pelos profissionais na escola seja incipiente, sem continuidade, levando as crianças e adolescentes a constantes interrupções, ou então, a terem acesso a uma simples atividade recreativa, desprovida de qualquer finalidade.

Alguns profissionais de Educação Física que prestam serviço à entidade, pertencem a outras empresas, mas deslocam-se até a entidade para prestar esse tipo de serviço. Também esses não estão engajados ou têm conhecimento do Projeto Pedagógico da entidade. Na maioria das vezes, desenvolvem o trabalho com o objetivo de “garimpar” crianças e adolescentes com potencial esportivo inato, e, assim, possam ser úteis ao seu trabalho fora dali. Tal é o caso específico de um

professor que trabalha com a Oficina de Futebol, a mais concorrida e complicada atividade desenvolvida dentro da entidade.

As crianças e os adolescentes percebem tal instrumentalização, mas, como não podem fazer nada, vivem situações de grande *stresse*, resignação e dificuldade de conviver com esse tipo de conduta.

No passado, a entidade contou com professores contratados e engajados no Projeto Pedagógico, que trabalhavam nas suas oficinas de esporte, todavia, atualmente, devido às dificuldades financeiras, não possui mais nenhum.

As oficinas de esporte, muitos anos atrás, sempre produziram bons resultados à entidade e às crianças e aos adolescentes. Entretanto, no contexto atual, as atividades esportivas realizadas fora da entidade são aquelas que possibilitam o maior retorno às crianças e aos adolescentes. Essa atividade possibilita o crescimento e o desenvolvimento e possibilita uma melhora nas relações das crianças e dos adolescentes.

Do ponto de vista técnico, a forma como a atividade esportiva é desenvolvida na entidade atualmente é, em síntese, desprovida de grandes intenções, não persegue objetivos específicos e vem a ser, na prática, uma atividade de lazer, recreativa e sem maiores ambições.

Consegue-se chegar a tal compreensão pelas falas das crianças e dos adolescentes, assim como pela conversa mantida com a Direção da entidade, quando se constatarem as experiências, os anseios, as angústias, decepções e expectativas deles.

Independente de nossa compreensão, cumpre notar que as crianças e os adolescentes fazem uma “leitura” diferente desse trabalho, conforme se pode constatar nas falas abaixo. Eles relatam que vão até a entidade pela chance de participarem das oficinas de esporte, porque vislumbram que, por meio delas, podem vir a serem atletas, profissionais, enfim, podem melhorar sua vida:

[...] eu venho fazê esporti, quero se jogador! (P4, 11 anos).

[...] eu também quero sê profissional (P2, 12 anos).

[...] a professora diz que eu danço bem! (P2 13 anos).

[...] eu quero sê uma grande bailarina! (P7, 14 anos).

Outros, porém, apenas querem praticar esporte como uma forma de lazer, de atividade física:

[...] eu gosto só de fazê esporte! (P8, 12 anos).

[...] eu adoro vim prá cá para jogá com o pessoal! (P5, 13 anos).

Algumas crianças e adolescentes identificam que o esporte ajuda no relacionamento interpessoal, conseguindo aprender, por meio do esporte, a relacionar-se em outros níveis e a aceitarem os outros como eles são, o que era uma relação antes impossível.

[...] eu gosto de jogá e aprendi a dividi! Eu sempre ficava braba quando uma guria jogava, depois, ela veio pro meu grupo e foi legal, a genti ficou amiga! (P8, 12 anos).

Essa constatação só vem a confirmar como o esporte é um instrumento valioso na mão do educador, que pode conseguir, por meio dele, trabalhar a formação de caráter, oferecer condições à criança e ao adolescente a ter mais disciplina e controle sobre as diversas situações que têm de administrar.

[...] quando tem esporti, a genti não briga tanto (P1, 13 anos).

Outros atestam que o esporte abre possibilidades e muitas chances positivas ao seu futuro, trabalha, em essência, com a auto-estima deles, e, por isso, querem participar e acreditam que podem ocorrer algumas mudanças em suas vidas:

[...] a genti aprendi e pode sê professor de Educação Física. Vai mudá minha vida! (P10, 14 anos).

[...] se eu fizé esporti, eu posso ganhá dinheiro e melhorá a minha vida! (P10, 14 anos).

Despertam curiosidade as falas nas quais relatam suas frustrações e desilusões com a oficina e com os profissionais que, muitas vezes, criam, com suas atitudes, marcas profundas nos corações das CASR:

[...] a genti fica triste quando eles prometem e não fazem. Mas depois de um tempo, a genti fica bem de novo. (P5, 13 anos).

[...] se a genti não consegue si comportá, elis mandam a genti embora (P7, 12 anos).

Nas falas da Direção, notamos o sentimento de frustração, pela possibilidade de fazer tão pouco, pela incapacidade de oferecer mais, mas, como se pode verificar são realidades distantes dela e da entidade:

Infelizmente, gostaríamos de fazer mais coisas, mas do jeito que os nossos parceiros agem, inviabiliza qualquer tipo de trabalho que se queira fazer e dependa de recursos que venham deles (Diretora).

Existem muitas dificuldades, a falta de pessoal especializado, de recursos materiais, as necessidades de manutenção e investimento na infra-estrutura. Estamos trabalhando, mas as coisas são muito lentas, difíceis, precisa que se tenha muita determinação para não desistir. Não é fácil, tem que se gostar do que se faz senão a pessoa realmente vai embora (Coordenadora).

Percebemos claramente o comprometimento da Direção com os objetivos da entidade e, se dependesse dela, a situação há muito já estaria resolvida, no entanto, a dependência de terceiros tem sido o grande empecilho a melhoras, impossibilitando realizar um trabalho mais eficaz.

CONCLUSÃO

Nosso objetivo era investigar se o esporte que a entidade em questão proporciona às Crianças e aos Adolescentes em Situações de Risco promove a inclusão social.

Constatamos em nossa pesquisa a existência de uma quantidade significativa de problemas para esta desenvolver o trabalho com as CASR visando atingir seus objetivos, pois percebemos que o simples fato de a entidade não ter “fechado as portas” até hoje já pode ser considerado um grande feito.

Diante dessa afirmação, para que possamos entender melhor essa situação, vamos discorrer sobre as principais dificuldades detectadas as quais justificarão o que foi acima comprovado.

Os obstáculos oriundos da falta de profissionais especializados, qualificados e de uma equipe comprometida e atuante no Projeto Pedagógico da entidade são graves. Segundo sua Diretora, a contratação desses profissionais, nas condições em que a entidade se encontra, é inviável. Não se consegue fazê-lo devido à absurda carga tributária envolvendo a contratação.

Por isso, a entidade vê-se obrigada, com o intuito de dar andamento às atividades previstas, a aceitar e servir-se do trabalho dos estagiários e do voluntariado, os quais, em geral, possuem pouca qualificação e nenhuma experiência. Estes, além de permanecerem na entidade por um período muito curto, acabam por se beneficiar bem mais do estágio se comparados às CASR, uma vez que os primeiros ganham experiência e se qualificam, mesmo com o despreparo para lidar com uma situação tão difícil como a enfocada, e não necessariamente proporcionam às segundas os benefícios almejados.

A falta de material esportivo é, outro obstáculo, pois, como já mencionamos, não existindo condições de se alocarem recursos à sua compra, em função das outras necessidades mais importantes, tal aquisição passa a ser considerada uma questão secundária no contexto atual de subsistência da entidade. Sabendo-se que esse material não é barato nem resolve o problema se for adquirido em pequena quantidade, tenta-se solucionar a questão desenvolvendo, com o pouco material esportivo existente, atividades recreativas e de lazer.

Outro forte empecilho a um bom desempenho do trabalho consiste na falta de manutenção, além das restrições nas instalações, para se propiciar uma

atividade física adequada. Pouco a pouco, devido à falta de investimentos e manutenção, o Parque Esportivo encontra-se em um estado de deteriorização, tão avançado, que, hoje, seria inviável desenvolver um trabalho esportivo com um mínimo de condições.

A forma como se desenvolvem os trabalhos das Oficinas de Esporte fora da entidade, acabam sendo mais um problema a ser administrado. Tais atividades são de boa qualidade, possibilitam às crianças e aos adolescentes uma excelente oportunidade de prática esportiva. Mas elas não possuem as mesmas finalidades nem são efetivadas de acordo com o Projeto Pedagógico da entidade. Ademais, estas visam a apresentações ou competições, uma realidade que interessa às crianças e aos adolescentes envolvidos, mas, infelizmente, em muito se distancia das suas possibilidades. Cria-se, assim, uma situação bastante complicada, uma vez que estas sonham e acalentam ter a oportunidade de participar de tais eventos, porém esse é um sonho totalmente distante de sua realidade.

O mais grave problema observado na entidade centra-se no campo financeiro e econômico. Impotente diante dessa circunstância, ela o enfrenta com coragem e determinação, mesmo tendo de sobreviver em condições muito precárias, tornando, por vezes, difícil suportar e administrar a situação. Os recursos existentes são muito restritos, os custos, fixos, elevados e, por isso, as despesas sofrem um processo de hierarquização. Para subsistir a essa conjuntura, alega a Diretora, prioriza-se o essencial, o imprescindível, e, assim, alguns serviços e oficinas, diferentemente de outras, recebem um tratamento prioritário.

As oficinas auto-sustentáveis, a alimentação das crianças e dos adolescentes, o vestuário, o atendimento das necessidades das famílias vinculadas à entidade são prioritários, portanto, relega-se a um segundo plano os investimentos nas Oficinas de Esporte, consideradas importantes, até pela própria Direção, porém, devido à falta dessa quantia, muitas vezes têm inclusive suas atividades paralisadas.

A dependência de recursos dos convênios para levar adiante seu trabalho é também um dos obstáculos a serem enfrentados pela entidade porque a verba nunca chega a ela de acordo com o tempo previsto e, também, porque, ao ser enviada, não é corrigida, tornando-se insuficiente.

Essa forma de relação estabelecida pelos órgãos governamentais com os conveniados inviabiliza os projetos, a capacidade administrativa e seus objetivos. Os

poucos recursos que a entidade consegue gerar apenas lhe permitem ir “tapando um buraco aqui, outro ali”, vivendo, desse modo, praticamente de ajudas ocasionais.

A dependência do assistencialismo da comunidade é, pois, outro grave problema por fazer com que a entidade viva na expectativa, angustiada, sobrecarregada, administrando necessidades urgentes e deslocando pessoal constantemente para atuar nessas urgências, abandonando muitas outras necessidades importantes.

Some-se a isso os recursos para se tornar auto-sustentável — são escassos e muito limitados. Os investimentos governamentais recebidos são predeterminados e pré-destinados, não permitindo, portanto, atingir essa realidade. A entidade sabe da existência das possibilidades de se captarem verbas em algumas esferas governamentais, mas, para isso, as exigências na montagem dos projetos são complexas e, como não dispõe de pessoal especializado capaz de os elaborar e se ocupar disso, sente-se impotente e incapaz de ter acesso a elas, resignando-se, e seguindo trabalhando localmente para tentar captar outros recursos a fim de tentar resolver os seus problemas.

Um empecilho difícil de ser transposto concerne ao tipo de relação estabelecido com outras instituições educacionais e as deste tipo. No caso da entidade em foco, as grandes instituições “que a ajudam” conhecem o Projeto Pedagógico desta, sabem de suas necessidades e carências e poderiam realmente vir a sanar muitos de seus problemas.

Mas, ao invés de formar uma parceria que a ajude a concretizar seus objetivos e a se tornar, com esse auxílio, independente, auto-suficiente, mais próxima de alcançar suas metas, detentora de um trabalho de qualidade, tais instituições simplesmente aproveitam-se da situação, “trocando” seu amparo e sua parceria pela condição de a entidade aceitar ser campo de estágio, local de qualificação de seus alunos.

Não há muito a fazer nesse caso, a não ser se submeter, aceitar tais proposta e forma de relação em troca de consentir que os estagiários venham a atender às CASR, mesmo não atuando de acordo com o Projeto Pedagógico desta, ou seja, permitir a atuação de pessoas carentes de experiência e qualificação. Essa realidade é lamentável à entidade, entretanto, não tendo como resolver o problema de outro modo, “agradece” ao tipo de auxílio e insiste perseguindo seus ideais.

Em síntese, são essas as realidades que compõem a grande barreira a qual dificulta à entidade atingir suas finalidades.

Com relação às crianças e adolescentes que freqüentam a entidade, também observamos realidades muito importantes à nossa conclusão. Apesar da forma como o esporte é trabalhado, do modo como as oficinas funcionam, isso não impede que elas aspirem à possibilidade de o esporte poder lhes proporcionar benefícios. Ao contrário, sonham com isso e acreditam nessa hipótese.

As crianças e os adolescentes, por meio do esporte desenvolvido na entidade e fora dela, conseguem manifestar uma perceptível melhora nas relações interpessoais, adquirindo, novos referenciais, aprendendo a lidar com os limites, percebendo o esporte como uma atividade valiosa, que pode vir a mudar as suas vidas.

A forma como elas conseguem administrar as frustrações e decepções é magnânima, de causar “inveja” a muito adulto.

Diante dos elementos e das situações acima descritos, concluímos que ocorrem, sem dúvida, algumas mudanças no comportamento e na vida dessas crianças e adolescentes, pois as várias experiências e oportunidades a que têm acesso fazem com que isso ocorra.

Nossa pesquisa partiu de dois pressupostos. O primeiro versava sobre o fato de que o esporte não é um meio de inclusão social na entidade, porque as condições existentes impossibilitavam se atingir a inclusão. Por sua vez, o segundo evidenciava que a prática esportiva na entidade estava desvinculada do Projeto Pedagógico e, por isso, não possibilitava a inclusão.

Concluindo nossa pesquisa, podemos afirmar que tais pressupostos, confirmaram-se porque, ao investigarmos a prática esportiva dentro da entidade e fora dela, constatamos que, devido aos graves problemas e dificuldades enfrentados para levar adiante seus objetivos, eles dificultam sobremaneira alcançar plenamente a finalidade a que se propõe, qual seja, a de incluir por meio do esporte.

No plano das Políticas de Inclusão por intermédio do esporte, a análise revela benefícios oriundos das políticas sociais, e, também, mostra-nos a fragilidade de tais políticas na medida em que não existe uma articulação efetiva entre elas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, P. B. et.al. **Atividades Cotidianas de Crianças em Situação de Rua.** *Psic.: Teor e Pesq.* V.18 nº. 3. Brasília. Set/Dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n3/a10v18n3.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2007.
- ALVES, P. **O Estado e a Formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil.** *RAE-eletrônica*, v. 6 n. 1, jan/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n3/a10v18n3.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2007.
- AQUINO, E. M. L. HEILBORN, M. L. KNAUTH, D. BOZON, M. ALMEIDA, M.C. ARAUJO, J. MENEZES, G. **Adolescência e Reprodução no Brasil: a Heterogeneidade dos Perfis Sociais.** *Cad. Saúde Pública*, v 19 supl.2 Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a19v19s2.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2008.
- ARANTES, A. C. **Educação Física Escolar: Temos o que Ensinar?** *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo: Suplemento, 1995.
- ATAIDE, Y. D. B. **Decifra-me ou Devoro-te: História Oral dos Meninos de Rua de Salvador.** São Paulo: Loyola, 1993.
- BOAVENTURA, Adson; PONTES, Aline. **Meninos de Rua uma Dura Realidade.** Disponível em: <<http://artefato.digital.jor.br>> Acesso em: 12 jun. 2007.
- BRACHT, V. **Educação Física e Aprendizagem Social.** 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997.
- BRASIL, **Constituição.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.615 de 24 de Março de 1998 – LEI PELÉ.** *Brasília, Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos.* Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ccivil/leis/L9615consol.htm>> Acesso em: 11 mar. 2007.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>> Acesso em: 22 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Políticas Públicas na Área da Saúde**. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>> Acesso em: 24 nov. 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social, **Sistema Único de Assistência Social - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>> Acesso em: 04 mai. 2008.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/default.jsp> Acesso em: 07 mai. 2007.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Secretaria Nacional de Esporte Educacional Programa 2º Tempo**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>> Acesso em: 07 mai. 2007.

CAMPOS, T. N; DEL PRETTE, Z. A; DEL PRETTE, A. **(Sobre)Vivendo nas Ruas: Habilidades Sociais e Valores de Crianças e Adolescentes**. *Psicologia: Reflexões e Crítica*, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a19.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2007.

CARVALHO, A. et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CASTEL, R. **As Armadilhas da Exclusão**. In *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: Educ, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ESPORTE EDUCACIONAL I, 1996, Rio de Janeiro. **Memórias**. Rio de Janeiro: *Ministério Extraordinário dos Esportes*, INDESP: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1996.

DAYRELL, J. **Escola e Cultura Juvenis**. In *Políticas Públicas Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

DE LUCCA, E. A. **Vantagens das Responsabilidades Sociais**. *Gazeta Mercantil*, São Paulo. 11 jul. 2002.

E.C.A. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva. 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio Século XXI – O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico – Elaboração e Formatação**. 14. ed. Porto Alegre: Brasil, 2006.

HAMMES, Wallney J. **Prontuário de Linguagem e Comunicação**. 2. ed. rev e aum. Pelotas: EDUCAT. 2001.

HIRATA. M. C. **Processo de Cuidar do Adolescente em Situação de Rua numa Perspectiva Alternativa**. In Ramos, F. R. et al (Orgs) *Adolescer: Compreender, Apoiar, Acolher*. Brasília. ABEn - Governo Federal, 2000.

KOLLER, S. **Resiliência e Vulnerabilidade em Criança em Situação de Risco Social e Pessoal** 2006. Disponível em:

<http://www2.ucb.br:8080/portal/visualizaInformacoesProjeto.do?id=1189>> Acesso em 14 jun . 2007.

LUSTOSA, P. H. **Políticas Públicas e Assistência Social: um Preâmbulo para Discussão do Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza** (1998-2002). 2005. Disponível em: <<http://www.ibrad.org.br>> Acesso em: 25 dez. 2006.

MARCILIO, M. L. **A Lenta Construção dos Direitos da Criança Brasileira: Século XX.** *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos: Universidade de São Paulo.* São Paulo: USP, 2002.

MEIHY, J. C. S. **Manual da História Oral.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, L. C. **História da Educação Física.** Disponível em:
<<http://www.cdof.com.br/historia.htm>> Acesso em: 01 fev. 2008.

MORIN, E. **Os Sete Saberes á Educação do Futuro.** *Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão Técnica de Edgar de Assis de Carvalho.* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, C. C. **Inezil Penna Marinho: O Tempo de uma História.** *Dissertação de Mestrado em Educação.* São Paulo: PUC/SP, 1997.

NETO, C.N. **O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação.** In: *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OMS — **Organização Mundial da Saúde.** Disponível em:
<<http://portal.ponto.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2007.

ONU/PNUD, 1996. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em: 10 mar. 2007.

PEREIRA, J. D. S; SILVA, S. S; PATRIOTA, L. M. **Políticas Sociais no Contexto Neoliberal: Focalização e Desmonte dos Direitos.** *Qualit@s - Revista Eletrônica- ISSN 1677- 4280 ed. Especial. V.5, n. 3, 2006.* Disponível em:

<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/issue/view/Edi%C3%A7%C3%A3o%20Especial>> Acesso em: 25 dez. 2006.

PUGA, A. **Carta dos Direitos das Crianças no Esporte.** *Revista do Panathlon Internacional, nº4, 2000, Avignone, 1995.* Disponível em:

<<http://listas.cev.org.br/arquivos/html/cevlusof/2001-10/msg00011.html>> Acesso em: 11 mar. 2007.

RIZZINI, I. **Vida nas Ruas: Crianças e Adolescentes nas Ruas: Trajetórias Inevitáveis.** Rio de Janeiro; PUC-Rio; São Paulo; Loyola, 2003.

ROCHA, A. A. **O Esporte Para Deficientes.** São Paulo: *Panathlon*, 2002.

SANTANA, J. S. S. **O Adolescente no Espaço Público da Rua.** In: Ramos, F. R. et al (Orgs) *Adolescer: Compreender, Apoiar, Acolher. Projeto Acolher.* Brasília, 2001.

SAWAIA, B. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SERGIO, Manuel. **Na Escola Desporto ou Educação Física.** *Jornal "A Página", Ano 10, nº 109, p. 2, Fevereiro 2002.*

SILVA, E.L. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3.ed. ver. Atual. Florianópolis. *Laboratório de Ensino à Distância da UFSC.* 2001.

SILVA, S. P. **Considerações sobre o Relacionamento Amoroso entre Adolescentes.** *Cadernos CEDES*, Campinas, v.22, n. 57, ago. 2002. p. 23-43.

SPOSATI, A. **A Fluidez da Inclusão / Exclusão Social.** *Ciência e Cultura Vol. 58, n. 4, São Paulo Oct / Dec. 2006, Ciência e Cultura Print. ISSN 0009-6725.* Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252006000400002&lng=pt&nrm=is> Acesso em: 05 fev. 2007.

TRIVIÑOS, N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado: História Oral**. 3. ed. São Paulo: *Paz e Terra*, 2002.

TUBINO, M.J. G. **Dimensões Sociais do Esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TUBINO, M. J. G; GARRIDO, F; TUBINO, F. **Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

UNESCO. **Carta Internacional de Educação Física e Esporte 1978**. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>> Acesso em: 05 fev. 2007.

UNESCO BRASIL, **Inclusão Social e Redução da Pobreza**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/dsocial/areastematicas/inclusaosocial/index_html/mostra_documento> Acesso em: 05 fev. 2007.

UNIVERSIDADE DO ESPORTE. **História do Esporte**. Disponível em: <<http://www.ueonline.com.br/universidadedoesporte/historia%20do%20esporte.htm>> Acesso em: 31 mai. 2007.

VALENTE, E. F. **Pesquisa Histórica: um Relato de Experiências. Coletânea do I Encontro de História da Educação Física e do Esporte**. Campinas, 1994.

VÍCTORA, C. G. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WANDERLEY, B. M. **Refletindo Sobre a Noção de Exclusão**. In: *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicosocial e Ética da Desigualdade Social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997.

WERTHEIN, J. **A Comunidade do Esporte e o Esporte da Comunidade**. In: *Seminário Internacional Esporte e a Inclusão Social*, 2002. São Paulo, Anais. São Paulo, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A

FICHÁRIO BÁSICO DAS CASR			
NOME _____		IDADE _____	
GÊNERO MAS () FEM ()			
MORA COM A FAMÍLIA? SIM () NÃO ()			
ESTÁ SENDO CRIADO POR QUEM? _____			
QUAL	SÉRIE	VOCÊ	ESTÁ
CURSANDO? _____			
HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ NA ENTIDADE? _____			
O QUE FAZ NO TURNO INVERSO AO ESCOLAR DA ENTIDADE? _____			

APÊNDICE B**ROTEIRO PARA DISCUSSÃO NO GRUPO FOCAL****ROTEIRO**

- 1. O QUE VOCÊS MAIS GOSTAM DE FAZER NA ENTIDADE?**
- 2. VOCÊS GOSTAM DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NA ENTIDADE? POR QUÊ?**
- 3. O QUE VOCÊS ESPERAM OBTER COM A PRÁTICA DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS QUE FAZEM NA ENTIDADE?**
- 4. VOCÊS FIZERAM MUITOS AMIGOS NA ENTIDADE?**
- 5. A ENTIDADE E AJUDOU A MELHORAR SUA VIDA? COMO É QUE ISSO ACONTECEU?**
- 7. QUAIS SÃO AS MELHORES COISAS QUE A ENTIDADE PROPORCIONOU PARA VOCÊS?**
- 8. QUAIS SÃO AS MELHORES COISAS QUE A ENTIDADE PROPORCIONOU PARA SUA FAMÍLIA?**

APÊNDICE C**ROTEIRO PARA A ENTREVISTA****ROTEIRO**

- 1. UM DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE É PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DAS CASR POR MEIO DO ESPORTE. SOB A ÓTICA DA ENTIDADE, COMO SE PROCESSA ISSO?**
- 2. QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES PARA INCLUIR, POR MEIO DO ESPORTE, DAS CASR NA ENTIDADE?**
- 3. O ESPORTE FUNCIONA COMO UM MEIO DE ATRAIR AS CASR PARA A ENTIDADE OU TEM OUTRA FINALIDADE?**
- 4. EXISTE FALTA DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, INFRA-ESTRUTURA E MATERIAL ESPORTIVO NA ENTIDADE?**
- 5. ESSES ELEMENTOS INVIABILIZAM A INCLUSÃO, POR MEIO DO ESPORTE, DAS CASR?**
- 6. A ENTIDADE ACREDITA QUE CONSEGUE PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, POR MEIO DO ESPORTE, DAS CASR?**
- 7. O QUE SERIA, PARA A ENTIDADE, PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL?**
- 8. EXISTE ALGUM MOTIVO QUE IMPEÇA A INCLUSÃO DAS CASR, POR MEIO DO ESPORTE, NA ENTIDADE?**

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ilm^a. Sr^a. Diretora do Instituto

Solicitamos seu consentimento para desenvolver nesta Entidade uma pesquisa do Mestrado de Política Social, da Universidade Católica de Pelotas, cujo título é “INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO”.

A fim de proceder ao estudo, precisaremos realizar entrevistas para o desenvolvimento do tema. No entanto, para todos será garantido o direito de não participar ou de interromper a participação a qualquer momento. Na apresentação dos resultados, será mantido o anonimato tanto da entidade quanto dos participantes. Estamos disponíveis para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. O contato pode ser pelos telefones 8114 0084 / 3027 4141, com José.

Seu consentimento é indispensável à concretização deste estudo, podendo ser cancelado a qualquer momento sem que isso cause ônus à entidade.

Sendo o que tínhamos a tratar, e, certos de contar com sua colaboração, subscrevemo-nos.

Prof^a. Dra. Helenara Silveira Fagundes
Orientadora da Pesquisa

José Antônio Coelho Recuero
Mestrando em Política Social

APÊNDICE E**DECLARAÇÃO****DIRETORA DA ENTIDADE**

Declaro ter sido esclarecida acerca do objetivo, da forma de participação e da utilização das informações deste estudo, bem como estou ciente de que poderei cancelar esse consentimento a qualquer momento, sem que isso possa causar ônus para mim ou para a entidade. Assim, autorizo a realização da pesquisa intitulada “INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO”

Marilda Moreno

Diretora

Pelotas, de de 2008.

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Srs. Pais ou Responsáveis

Pelo presente Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui informado(a), de forma clara, sobre o objetivo e a forma da pesquisa, por intermédio de uma entrevista com uso de gravador e observação.

Igualmente, fui informado (a) sobre a liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento sem que acarrete prejuízo, sobre a segurança de que não serei identificado, o fato de ser mantido caráter confidencial, serem cumpridos os preceitos ético e legais; de se permitir uso de gravador, bem como admitidas anotações das falas e das respostas, com garantia de sigilo e anonimato.

Autorizo que os resultados obtidos sejam apresentados em eventos e publicados.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Participante da Pesquisa

APÊNDICE G

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, JURÍDICAS E SOCIAIS MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA

INVESTIGANDO O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE RISCO

A pesquisa para a qual estamos lhe convidando participar tem como objetivo investigar a atividade esportiva que você faz na entidade e verificar se esta, está lhe ajudando a ter maiores oportunidades de inclusão social.

Se você aceitar conversar conosco sobre esse assunto, terá de participar de um grupo com mais 14 colegas. Reunidos, ouviremos as opiniões de todos, faremos 2 reuniões com duração de, no máximo, 1h30m, em dias, hora e local fixados pela Direção da entidade.

Essas reuniões serão dirigidas por um professor de Educação Física (o pesquisador) e gravadas em fita cassete.

As opiniões, as colocações, as falas que você expuser durante a participação no grupo, serão anotadas e gravadas, e, mais tarde, utilizadas em um trabalho científico (uma pesquisa).

Fique tranquilo, porque o Professor de Educação Física (pesquisador) e a Coordenadora do Trabalho (orientadora) garantem que a sua identidade (nome) permanecerá em sigilo, ou seja, serão segredos, e ninguém saberá quem foi a pessoa a ter se manifestado nem o conteúdo da fala. Faremos assim para garantir sua privacidade (ninguém saberá acerca do conteúdo de sua fala e o de seu pensamento).

Você é livre para abandonar o grupo a qualquer momento.

Em caso de dúvidas sobre o trabalho, maiores informações poderão ser obtidas com o pesquisador ou com a orientadora da pesquisa: em (53-8114 0084), falar com José — pesquisador; em (53 – 8111 4553), com Helenara — orientadora.